

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

**O patrimônio de Florianópolis:
trajetória da gestão para sua preservação**

BETINA MARIA ADAMS

sob orientação de

Ivo Sostizzo

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Florianópolis

2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

**O patrimônio de Florianópolis:
trajetória da gestão para sua preservação**

BETINA MARIA ADAMS

sob orientação de

Ivo Sostizzo

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de título de mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis

2001



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Campus Universitário – Trindade
CEP 88.040-970 – Florianópolis – Santa Catarina
FONE (048) 331-9412 – FAX: (048) 331-9983

Ata da Defesa Pública de Dissertação de Mestrado de **Betina Maria Adams**. Aos trinta dias do mês de março do ano dois mil e um, às catorze horas, na Sala de Usos Múltiplos do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos Senhores Professores: M.Sc. Ivo Sostisso (Presidente e Orientador), Dr. Idaleto Malvezzi Aued e Dr^a. Maria Isabel Corrêa Kanan designados pela Portaria N° 05/CPPGG/2001 da Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina, a fim de argüirem a dissertação de mestrado da Senhora Betina Maria Adams, subordinada ao título **“O patrimônio de Florianópolis: trajetória da gestão para sua preservação”**. Aberta a sessão pela Presidente da mesma, coube a candidata, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, findo o que, dentro do tempo regulamentar, foi questionada pelos membros da banca examinadora e, em seguida deu as explicações que se faziam necessárias. Os conceitos atribuídos pela banca examinadora são os que seguem: M.Sc. Ivo Sostisso (Presidente e Orientador) **“A”**; Dr. Idaleto Malvezzi Aued **“A”**; e Dr^a. Maria Isabel Corrêa Kanan **“A”** resultando um **conceito final igual: “A”**, fazendo jus ao título de **Mestre em Geografia**.

Recomendações da Banca:

Publicação do Trabalho

Banca Examinadora:

Prof. M.Sc. Ivo Sostisso (Presidente e Orientador-UFSC)

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued (Membro-UFSC)

Prof^a. Dr^a. Maria Isabel Corrêa Kanan (Membro-UNIVALI)

Candidata:

Betina Maria Adams
Betina Maria Adams

Florianópolis, 30 de março de 2001

Dedico ao meu pai,
que me mostrou o caminho que conduz
às permanências construídas de nossas memórias.

Dedico também a todos aqueles que, juntos, construíram essa trajetória:
os aqui referenciados e os que, por lapso ou desconhecimento, não estão presentes nesse resgate...

Resgatando, também, a oportunidade de agradecer...

a todos aqueles que, de alguma forma, foram aliados nessa batalha, sobretudo:

aos colegas e amigos do SEPHAN/IPUF, companheiros dessa trajetória;

aos colegas e amigos do IPHAN e Fundação Catarinense de Cultura;

e a Aldo Nunes, Adolfo Nicolich e Theobaldo Costa Jamundá pelo carinho com que sempre compartilham as imagens e reminiscências de um passado, do qual não participei.

E especificamente neste trabalho:

a Ivo Sostizzo, pelo estímulo e disponibilidade em pensar comigo e descobrir o fio condutor dessa trajetória;

a Idaletto Malvezzi Aued, pelos novos enfoques da realidade conhecida;

às amigas Isabel Kanan e Lilian Mendonça Simon, pelas constantes reflexões acerca das questões da preservação e ao desejo comum de dar concretidade aos nossos sonhos;

a Sílvia Lenzi pela visão crítica desse processo e fundamentais comentários;

a Sara Regina Poyares dos Reis pela disponibilização de documentos seus e de seu tio, Oswaldo R. Cabral, e as valiosas informações e sugestões;

a Walter Piazza pelas valiosas indicações e informações por ocasião de sua revisão de parte do texto;

aos entrevistados Dalmo Vieira Filho, Nereu do Vale Pereira, Maria das Graças Prudêncio e Carlos Humberto P. Correa pelo compartilhamento de suas experiências;

a Gilberto Flores Cabral pelas importantes conversas iniciais;

a Lourdes Rossetto pelas descobertas, conjuntas, de alguns fragmentos dessa história;

a Rafael Bernal e ao IPUF pelo desenho dos mapas;

a Olga Rabelo, Dorothea Hagemann e Célia de Souza Faria pela colaboração na busca por algumas informações;

a Renato Tapado pela revisão do texto;

ao IPUF pela colaboração na elaboração dos mapas e cessão do uso de imagens de seus arquivos;

ao IPUF, 11ª. SR. IPHAN, CEC, Ministério Público de Santa Catarina, pela disponibilização dos arquivos;

e, em especial,

a Elsa por seu amor, carinho e apoio,

a Ioki, a Ilan e a Natalia, companheiros do cotidiano da vida, pelo seu amor e por suportar minhas muitas ausências...

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES	VII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	X
RESUMO / ABSTRACT	XII
INTRODUÇÃO	14
1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: o espaço local e a questão da preservação	23
1.1 FLORIANÓPOLIS: o espaço local e sua história	23
1.2 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: conceituação e aspectos de sua incorporação no cotidiano	41
1.2.1 Categorias “consciência” e “memória”	41
1.2.2 Transformações decorrentes da nova dinâmica econômica mundial	42
1.2.3 Preservação como alternativa de continuidade cultural e reafirmação de identidade	45
1.2.4 Aspectos da história da preservação	47
1.2.5 Preservação de bens culturais: princípios básicos e terminologias	52
2 PRIMÓRDIOS DO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS	55
2.1 O processo de preservação no Brasil	55
2.2 Aspectos formadores do panorama cultural de Florianópolis	58
2.2.1 O “Congresso de História” e a instalação do ensino superior	60
2.2.2 Institucionalização da cultura no Estado de Santa Catarina	62
2.2.3 Museus e demais iniciativas em prol da pesquisa, cultura e preservação	65
2.3 Aspectos legais e os princípios definidores da política de preservação	69
2.3.1 Instrumentos legais de preservação em âmbito federal	69
2.3.2 Fundamentos iniciais da teoria moderna de restauração e sua repercussão em âmbitos nacional e local	70
2.4 Ações de preservação em Florianópolis	74
2.4.1 O sistema defensivo da ilha de Santa Catarina	75
2.4.2 A casa natal de Victor Meirelles	77
2.4.3 Esforços individuais e processo de transformação da cidade	80
3 A MUNICIPALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO	83
3.1 A União como indutora de uma nova ordem de políticas de preservação	83
3.2 Os esforços por uma política estadual de preservação	87
3.3 A política municipal de preservação	89
3.3.1 O decisivo papel da COTESPHAN	93
3.4 O planejamento urbano de Florianópolis e o processo de preservação	94

3.5	A evolução dos princípios conceituais de preservação ao longo dos anos 60 e início dos 70 e sua repercussão na atuação municipal	97
3.6	Ações de preservação em Florianópolis	99
3.6.1	Ações de proteção	100
3.6.2	Restauração de monumentos e dinamização de museus	104
3.7	Perdas significativas e movimentação em favor da permanência	105
4	POLÍTICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL URBANA	109
4.1	Novos fundamentos conceituais	109
4.2	Contextualização da política nacional	110
4.3	Santa Catarina: estruturação administrativa da União, do Estado e da organização civil	112
4.4	Florianópolis: transferência da estrutura municipal de preservação para o IPUF e nova abordagem conceitual	114
4.4.1	Início do processo de interação institucional	115
4.4.2	Estratégias iniciais de atuação do SEPHAN: consultoria internacional e interação legal e administrativa	117
4.4.3	Instrumentos legais: uso e ocupação do solo, tributação e mecanismos compensatórios	120
4.5	Ações de inventariação e proteção em Florianópolis	124
4.5.1	Ações municipais de proteção ambiental urbana: Áreas de Preservação Cultural no interior da ilha e tombamento dos conjuntos urbanos da Área Central	125
4.5.2	Ações isoladas de proteção: ampliação dos conceitos adotados e dos agentes indutores da proteção	130
4.6	A gestão das ações integradas de preservação	136
4.6.1	Esforços municipais objetivando a viabilização da preservação dos bens culturais	139
4.7	Reação aos atos de proteção realizados	140
4.8	A vertente da produção cultural	142
5	CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO	144
5.1	Incentivos fiscais e urbanísticos para recuperação do acervo protegido	144
5.2	Ações de proteção em Florianópolis	146
5.2.1	Necessidade de reavaliação da ação de proteção realizada	1446
5.2.2	Ações isoladas de proteção e respectivas interveniências de outros agentes indutores	149
5.3	Acervo patrimonial: ações de preservação, valorização e outros desdobramentos	151
5.4	Após os avanços, os retrocessos	155
5.5	Incorporação dos novos critérios de intervenção	157

6 A INSERÇÃO DO PATRIMÔNIO PRESERVADO NO COTIDIANO URBANO:

PROJETO RENOVAR	161
6.1 Contextos federal e estadual de preservação	162
6.2 Consolidação das políticas municipais de meio ambiente e turismo	164
6.3 Consolidação da legislação de preservação municipal	165
6.4 Aspectos administrativos: SEPHAN e COTESPHAN	166
6.5 Ações de proteção	167
6.6 Ações de recuperação: Projeto RENOVAR	169
6.6.1 Um novo momento: a redescoberta do Centro Histórico	175
6.6.2 Monumentos e edificações públicas	178
6.6.3 Critérios de restauração: resgate dos registros da história do bem	181
6.6.4 A nova arquitetura se justapondo ao antigo substrato	183
6.6.5 Desafiando perdas do substrato histórico protegido	186
6.7 A necessária reflexão e compartilhamento para além de Florianópolis	188
6.8 As fundamentais parcerias para viabilização das ações de preservação	190

CONCLUSÃO	203
------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212
-----------------------------------	-----

ANEXOS:	218
----------------	-----

Tabela 3	Composição da Estrutura Administrativa Municipal – IPUF: SEPHAN/COTESPHAN
Tabela 4	Composição da Estrutura Administrativa Estadual – Departamento de Cultura e FCC: Gerência do Patrimônio Arquitetônico e Paisagístico
Tabela 5	Composição da Estrutura Administrativa Federal – IPHAN: Superintendência Regional

LISTA DE MAPAS

Mapa	Município de Florianópolis: localização geográfica	24
Mapa	Ilha de Santa Catarina: plano estratégico defensivo do século XVIII e núcleos de assentamento	26
Mapa	Área Central de Florianópolis: processo de ocupação e principais monumentos remanescentes	29
Mapa	Florianópolis: Área Central – processo de ocupação e ações de proteção efetivadas	128
Mapa	Ilha de Santa Catarina: tombamentos e Áreas de Preservação Cultural (APC)	194
Mapa	Florianópolis: Área Central – tombamentos e Áreas de Preservação Cultural (APC)	195
Mapa	Ilha de Santa Catarina: ações de proteção por períodos cronológicos	196
Mapa	Florianópolis: Área Central – ações de proteção por períodos cronológicos	197
Mapa	Ilha de Santa Catarina: Unidades de Conservação	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quadro Geral do número de bens protegidos por esfera administrativa e período estudado	135
Tabela 2	Município de Florianópolis: processo de preservação	199

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Prancha	Sistema defensivo e núcleos de assentamento	27
-	Detalhe da murada, equipe SEPHAN, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Detalhe, Forte Sta. Cruz, Betina Adams, 1995 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Forte São José, Betina Adams, 1993.	
-	Planta da Fortaleza de Sta. Cruz de Anhatomirim (In: CABRAL, 1972).	
-	Vista aérea Forte N. Sra. Conceição, s/a e s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Vista da Lagoa da Conceição, Dionísio, 1996 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Casario, Ribeirão da Ilha, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Igreja N. Sra. da Lapa, Ribeirão da Ilha, Lú Pires, 1999 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Sobrado, Lagoa da Conceição, Betina Adams, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Habitação, Costa da Lagoa. Betina Adams, 1994.	
-	Engenho, Caminho dos Açores, Betina Adams, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).	
Prancha	Ocupação urbana	33
-	Fotos antigas, s/a e s/d (Acervo Betina Adams).	
Prancha	As transformações ocorridas no século XX	40
-	Eduardo Dias. Vista de Florianópolis, início do século XX (ca. 1920) (In: Acervo do Museu de Arte de Santa Catarina).	
-	Vista de Florianópolis, Betina Adams, 2000.	
-	Vista do cais (ca. 1908).	
-	Vista da Rua Francisco Tolentino, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
Prancha	Estruturação da cultura através dos museus	82
-	Museu Provincial. Cartão Postal, ca. 1910 (Acervo Nereu do Vale Pereira).	
-	Museu Victor Meirelles, Norberto Depizzolatti, 1993 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Museu do Colégio Catarinense, equipe SEPHAN, s/d. (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Museu do Ribeirão, ca. 1972 (Acervo Nereu do Vale Pereira).	
-	Teatro Álvaro de Carvalho antes da reforma. (In: SCHMITZ, 1994).	
-	Teatro Álvaro de Carvalho depois da reforma (In: FCC, 1986).	
-	Vista do Forte Santana e Ponte Hercílio Luz, Betina Adams, 2000.	

Prancha	Primeiros tombamentos municipais	108
-	Dunas da Lagoa da Conceição, s/a e s/d (Acervo Betina Adams).	
-	Igreja Nossa Senhora da Conceição e Teatro do Divino, Helô Espada, 1998 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Santa Catarina Country Club, Suzane A. Araujo, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Antiga Alfândega, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Rua Fernando Machado, 53, Betina Adams, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Miramar, s/a (ca. 1928).	
-	HARO, Martinho de. Porto. Óleo sobre eucatex. Acervo TAC (In: AYALA, 1986).	
-	NUNES, Aldo. Aquarela. Acervo Betina Adams.	
Prancha	Perdas ocorridas entre 1981 e 1985	119
-	Imagens, equipe SEPHAN, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).	
Prancha	Proteção de conjuntos urbanos	129
-	Casa do Barão, Ricardo Pereira, 1998 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Vista do Centro Histórico, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Vista aérea do Ribeirão da Ilha, s/a, s/d (Acervo IPUF).	
-	Caminho da Costa da Lagoa, Betina Adams, 1997.	
-	Teatro do Divino Espírito Santo, equipe SEPHAN, 1988 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Vista do entorno da Escola Estadual de Demonstração Lauro Müller, Betina Adams, 2000.	
-	Vista do entorno da Igreja N. Sra. do Parto, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Igreja N. Sra. das Necessidades, equipe SEPHAN, 1993 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Capela S. Sebastião, Campeche, equipe SEPHAN, 1985 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Igreja S. Francisco de Paula, Canasvieiras, equipe SEPHAN, 1985 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Igreja N. Sra. da Conceição, Lagoa, Maria Anilta Nunes, 1997 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Pátio interno do Mercado Público, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
Prancha	Tombamentos voluntários em âmbito municipal	133
-	Armazém Vieira, equipe do SEPHAN, 1985 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Armazém Vieira, interior, Betina Adams, 1997.	
-	Laboratório Sta. Luzia, Betina Adams, 2000.	
-	Residência do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Conjunto urbano na Lagoa da Conceição, equipe SEPHAN, 1995 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Residência e engenho no Caminho dos Açores, Betina Adams, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Engenho na Caieira da Barra do Sul, Lú Pires, 1999 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
Prancha	Tombamentos	143
-	Forte Santa Bárbara, Norberto Depizzolatti, 1993 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Portal Turístico, Lú Pires, 1999 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Igreja Luterana, equipe SEPHAN, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Antiga Escola Alemã, Olga Rabelo, 1997 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Capela do Puríssimo Coração de Maria, Córrego Grande, equipe SEPHAN, 1986 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Alfândega de Sambaqui, equipe SEPHAN, 1985 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Estação Elevatória Mecânica de Esgoto, equipe SEPHAN, 1985 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Edificação rural na Costeira do Ribeirão, equipe SEPHAN, 1985 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Caminho da Costa da Lagoa, Betina Adams, 1994.	
-	Casario da Costa da Lagoa, Betina Adams, 1994.	
-	Casa da Dona Loquinha, Costa da Lagoa, Betina Adams, 1994.	
Prancha	Ambientação urbana	160
-	Largo da Alfândega, Norberto Depizzolatti, 1993 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Escavações no Largo da Alfândega, Eliane Veiga, 1992 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Vista aérea, s/a, s/d (Acervo IPUF).	
-	Camelódromo com cobertura de lona, Betina Adams, 1994 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Vista da pavimentação da Rua Conselheiro Mafra, equipe SEPHAN (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Calçada em frente à Câmara Municipal, Suzane Albers Araújo, 1998 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Tiro Alemão, Rafael Bernal, 1991 (Acervo SEPHAN/IPUF).	
-	Forte Santa Cruz, Anhatomirim, Betina Adams, 1995 (Acervo SEPHAN/IPUF).	

- Forte Santa Cruz, Anhatomirim, equipe do SEPHAN, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Forte S. José, Ponta Grossa, Betina Adams, 1993.

Prancha Centro Histórico: recuperação e despoluição visual

171

- Esteves Júnior, antigo Katcips: antes, equipe SEPHAN, 1982 / depois, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Esteves Júnior, vista do casario: antes, Betina Adams, 1981 / depois, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Rua Conselheiro Mafra, 73/75 (atual 509), edificações incendiadas:
- Vista Rua Francisco Tolentino: antes, Betina Adams, s/d / depois, Ricardo Pereira, 1997 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Vista Rua Conselheiro Mafra: antes, Norberto Depizzolatti, 1993 / depois, Betina Adams, 1997 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Rua Francisco Tolentino, quadra junto à Praça XV de Novembro:
- Vista do casario: antes, equipe SEPHAN, 1989 / depois, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Antiga loja Miscelânea, danificada com a implosão da CEF: antes, Suzane A. Araújo, 1989 / depois, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Praça XV de Novembro, quadra entre ruas Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt: antes, Betina Adams, 1979 / depois, Betina Adams, 1997 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Rua Conselheiro Mafra, esquina Rua Jerônimo Coelho, vista do casario: antes, equipe SEPHAN, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF) / depois, Betina Adams, 2000.

Prancha Ações de valorização e recuperação do acervo

176

- Selo e Placa de Obra do Projeto Renovar.
- Ponte Hercílio Luz, Ricardo Pereira, s/d (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Residência do Governador Hercílio Luz, Rafael Bernal, 1995 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Monumento comemorativo à Guerra do Paraguai, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Monumento (Guerra do Paraguai), detalhe da prospecção da pintura, Maria Anilta Nunes, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Praça XV de Novembro, piso (2 fotos), Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Praça XV de Novembro, placa sobre o piso, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Escadaria do Rosário, Helô Espada, 1998 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Escadaria da UBRO, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Marco Dias Velho, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Casario da Rua Francisco Tolentino, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Rua Conselheiro Mafra, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).

Prancha Ações de recuperação: uma parceria

182

- Hospital de Caridade, Betina Adams, 1997 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Hospital de Caridade, incêndio (2 fotos), Betina Adams, 1994 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Antiga Inspetoria de Rios e Portos, Betina Adams, 1992 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Café Cancun, Ricardo Pereira, 1998 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Igreja N. Sra. do Parto, Lú Pires, 2000 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Igreja N. Sra. do Rosário, Helô Espada, 1998 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Capela do Menino Deus, reparo no reboco, Sylvia A. S. Jardim, 1998 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Igreja N. Sra. do Rosário, prospecção da pintura, Lú Pires, 1998 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Armazém Vieira, detalhe da pintura, Betina Adams, 1997.
- Igreja N. Sra. da Conceição, Lagoa, detalhe do restauro, Maria Anilta Nunes, 1994 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Igreja N. Sra. da Conceição, Lagoa, altar-mor antes do restauro, Maria Anilta Nunes, 1995 (Acervo SEPHAN/IPUF).
- Igreja N. Sra. da Conceição, Lagoa, altar-mor depois do restauro, Helô Espada, 1999 (Acervo SEPHAN/IPUF).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRACOR	Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais
ACCR	Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais
ACIF	Associação Comercial e Industrial da Grande Florianópolis
AGLURB	Aglomerado Urbano de Florianópolis
APC	Áreas de Preservação Cultural
APL	Áreas de Preservação de Uso Limitado
APP	Áreas de Preservação Permanente
ARPA	Associação de Restauração e Preservação da Igreja Nossa Senhora da Conceição
BADESC	Banco para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEAU	Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo da PMF
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CEF	Caixa Econômica Federal
CIC	Centro Integrado de Cultura
COTESPHAN	Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município
CMTur	Conselho Municipal de Turismo
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNIC	Conselho Nacional de Incentivo à Cultura
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONCAP	Companhia de Melhoramentos da Capital
CONDEL	Conselho Deliberativo do IPUF
CONDEPHAAT	Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DAE	Departamento Autônomo de Edificações
DAU/UFSC	Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC
DEATUR	Departamento Autônomo de Turismo de Santa Catarina
EBTU	Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil
ESPLAN	Escritório Catarinense de Planejamento
FATMA	Fundação do Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, atual Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FFC	Fundação Franklin Cascaes
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MASC	Museu de Arte de Santa Catarina
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MDU	Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MIS	Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina
NEA	Núcleo de Estudos Açorianos
OAB	Ordem de Advogados do Brasil

PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SAPDRI	Sociedade Amigos Pró-Desenvolvimento do Ribeirão da Ilha
SEPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município
SESAS	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social
SETUR	Secretaria Municipal de Turismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (posterior DPHAN–Departamento do Patrimônio Histórico, SPHAN–Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, atual IPHAN)
SUSP	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
TAC	Teatro Álvaro de Carvalho
UBRO	União Beneficente Recreativa Operária
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, hoje Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

O trabalho registra a trajetória do processo de preservação cultural e ambiental em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. São destacados a atuação e envolvimento dos diferentes agentes que viabilizaram o processo, sendo abordados os instrumentos jurídicos de preservação nas três esferas administrativas, União, Estado e município, bem como apresentadas as estruturas administrativas que deram suporte à sua aplicação. Em vista da dinâmica de sua atuação, a data da promulgação da legislação municipal de preservação é utilizada como marco para o início do período abordado com maior profundidade, relativo a 1974 a 2000. Porém foram também analisados os antecedentes que possibilitaram a instalação dessa política municipal, que remontam ao século XIX e tiveram continuidade, de forma incipiente, no início do século XX. O estudo prioriza a cronologia dos eventos, apresentados em cinco períodos distintos, enfatizando as diferentes estratégias de ação utilizadas ao longo do tempo. A sistematização dos fatos ocorridos ao longo do período em questão é realizada com ênfase não só na atuação das três esferas administrativas, mas também da organização civil, à luz dos princípios internacionais de preservação, possibilitando a análise das mudanças conceituais ocorridas e sua aplicação local. A partir dos estudos realizados, verificou-se que a legislação municipal de Florianópolis está entre as primeiras iniciativas municipais de preservação no Brasil. Acredita-se que a amplitude das ações realizadas foi possível em vista da existência de uma estrutura administrativa específica de preservação, reforçada pela condição de sua vinculação com o Instituto de Planejamento da cidade, IPUF. Esta situação possibilitou que os bens culturais preservados fossem compreendidos não de forma isolada, mas como integrantes do cotidiano urbano. Além disso, a atuação integrada, que tem demandado um significativo esforço técnico e político no sentido de uma constante interação entre as diferentes estruturas políticas, econômicas e sociais, permitiu a viabilização dos instrumentos legais, fiscais, operacionais, ambientais, urbanos e edilícios que irão certamente garantir a continuidade do processo de preservação dos bens culturais e naturais de Florianópolis, já protegidos.

ABSTRACT

This study is about the history of the cultural and natural preservation process in Florianópolis, capital of the State of Santa Catarina, Brazil. It emphasizes the actions and involvement of the agents that have made the process possible, and describes the legal instruments of preservation, with their respective structures, in the three spheres of administration: Federal, State and City. The date of the promulgation of the municipal preservation law, in light of its influence, is used as a landmark of the period, that was studied more thoroughly, 1974-2000. However, the preceding events that allowed for the implementation of this preservation process are also examined, dating from the nineteenth century, and continuing to the present time. The events are presented in five distinct periods, with emphasis on the different strategies of action throughout the period. The facts of the period have been collected and systematized, with emphasis on actions taken, not only on within the three administrative spheres, but also by civil organizations, and in light of international principles of preservation. In this manner, it was possible to analyze the conceptual changes that have occurred, and their application at the local level. The study demonstrates that the municipal preservation law in Florianópolis was one of the first initiatives of its type in Brazil. The author argues that the magnitude of the protection actions carried out was possible because of the existence of a preservation structure belonging to the local administrative level, and reinforced by its links to the Planning Institute of the city (IPUF). This special situation allowed the preserved monuments to be seen not in isolation, but as an integrated part of the urban context. The technical and political efforts towards a constant interaction among the social, political and economical structures, have made viable the legal fiscal, operational, environmental and urban instruments that will certainly guarantee the continued protection of the cultural and natural heritage of Florianópolis.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado aborda questões relacionadas ao processo de preservação e gestão do patrimônio cultural¹ e natural do município de Florianópolis, com ênfase nos remanescentes edificados de sua evolução histórica, materializados na atual configuração espacial.

A trajetória desse processo de preservação se iniciou na década de 30 em seu aspecto formal, porém só foi consolidada no último quarto do século XX. Seu amadurecimento é um processo cultural, envolvendo gradativamente um número maior de pessoas. Paralelamente à implantação e ao fortalecimento das estruturas de suporte para este processo, de caráter legal, administrativo e técnico, há a transformação da compreensão do que sejam os objetos da preservação. Estes, de expressão monumental, isolada e proveniente do período colonial luso-brasileiro, se ampliaram abrangendo o conceito de ambiência, preservação de conjuntos urbanos e malha viária. Foram aos poucos sendo contemplados não só fatos históricos, estéticos e naturais, mas também valores evocativos ou simbólicos, como também unidades representativas da tecnologia urbana ou dos meios de produção.

Construir a cidade é um constante e interminável movimento de realização e concretudes, que vão acontecendo na forma de interconexões ao já executado, que o olhar individual pode identificar como agregação ou destruição.

O ser humano tem imprimido, na busca pela sua sobrevivência social, um movimento de aceleração frenética, causando transformações substanciais que têm impactado as paisagens e sobretudo as áreas centrais das cidades, palco tradicional do acontecer citadino.

¹ Nesta dissertação será abordado o patrimônio cultural em seu aspecto material construído pelo homem, incluindo referências à questão urbana, edificada e arqueológica. Não serão contemplados os aspectos relativos ao patrimônio imaterial.

Faz também parte do viver atual uma crescente virtualidade, que dissocia as ações de locais específicos. Esta mudança, estruturalmente transformadora, trouxe, como contraponto, uma tendência de buscar a permanência através da materialização daqueles referenciais que de alguma forma identifiquem e consolidem a identidade do indivíduo no seu percurso histórico.

No jogo dessa dinâmica, as ações de preservação de áreas urbanas podem ser entendidas como forma de resgate da identidade do indivíduo e de sua condição de ente social inserido em um espaço cultural nacional, internacional e globalizado, que no presente se apresenta em espaços urbanos específicos.

Tais como muitas cidades brasileiras, Florianópolis também sofreu com o impacto desenvolvimentista, profundamente transformador em sua estrutura urbana. Porém, o estudo desta realidade apresenta características específicas e enriquecedoras. Trata-se do estudo da trajetória de uma capital que, devido à sua condição de porto natural, desempenhou significativa função locacional na costa atlântica e manteve parte de seu acervo histórico, urbano e arquitetônico em razão do declínio desta atividade portuária e retardamento de novas funções dinâmicas. Diferentemente de outras capitais, que tiveram seu substrato histórico destruído de modo a atender às novas demandas, ou que perderam a função econômica e, conseqüentemente, também a condição de capital administrativa, ficando à margem do processo e estagnando, Florianópolis vivenciou um período de relativa inércia econômica que contribuiu para a preservação do acervo histórico edificado, recuperando-se a seguir com a crescente valorização das suas belezas naturais, apropriadas pelo capital turístico.

As transformações urbanas aconteceram, portanto, mais tardiamente e, talvez por isso, de forma súbita e concentrada, mas não menos importante. Para tal contribuiu o fato de que só na década de 70 ocorreu sua inserção na rede viária nacional, que então estruturou a conexão do litoral brasileiro através da abertura da BR-101. Paralelamente, a implantação das novas diretrizes de planejamento nacional – que, através do incentivo às cidades de porte médio, visavam reduzir o impacto de migração para os grandes centros –, estimulou também a descentralização administrativa, propiciando a instalação na cidade de empresas estatais. Junto com a implantação das universidades, Universidade Federal de Santa Catarina–UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina–UDESC, ocorrida na década de 60, consolidou significativas transformações urbanas.

Esta situação específica, de reflexos mais tardios da avalanche desenvolvimentista, é significativa, pois ocorre posteriormente à crescente conscientização da importância de preservação, diante das perdas ocorridas em outros centros. Da riqueza de análise do processo ocorrido em Florianópolis resulta que as transformações na

abordagem da preservação ocorreram num período de tempo mais condensado, havendo, no entanto, um descompasso nas mudanças conceituais técnicas e a resposta da população envolvida no processo.

Por outro lado, o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional-IPHAN, ainda na década de 30 realiza tombamentos em Florianópolis, configurando-se entre suas primeiras iniciativas de proteção, resultando que, desde esta época, se instala uma preocupação incipiente com a questão.

A escolha deste estudo de caso advém também da experiência pessoal da autora no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis-IPUF, ao longo de mais de 20 anos, na área de preservação do patrimônio cultural, com enfoque especial no acervo edificado e seu contexto urbano. O final da década de 70, época do início desse exercício profissional, coincide com o princípio dessa profunda transformação pela qual passou Florianópolis, em movimento paralelo a outras experiências significativas nacionais. Assim, esta reflexão acadêmica objetiva trazer uma contribuição a partir dessa experiência administrativa, correlacionando-a com aspectos teóricos da abordagem geográfica, urbana e das políticas de preservação.

O objetivo do trabalho recebeu um novo enfoque a partir da qualificação do projeto de dissertação, que então apresentava duas vertentes distintas de pesquisa: a análise do acervo patrimonial, como resultado dos aspectos socioeconômicos, culturais e simbólicos refletidos no espaço urbano e o aprofundamento do processo de preservação propriamente dito. Dada a abrangência da temática, optou-se por readequar o objetivo, aprofundando a análise do processo, dissociada da avaliação do acervo existente.

Para tal decisão contribuiu o fato do envolvimento da autora com o IPUF, instituição que, diante da sua atuação com a questão da preservação, abriga em seu arquivo uma parte significativa dos documentos necessários para a elaboração desta pesquisa. Como as informações estão contidas nos processos administrativos relativos a cada um dos imóveis que foram objeto de intervenções burocráticas, era necessário ter um razoável domínio sobre o processo em si para poder efetuar esta pesquisa com um mínimo de eficácia, pois a história desta trajetória é composta por inúmeros fatos que lhe vão conferindo dinâmica e conteúdo.

Para compreender a razão da instalação do processo formal de preservação em Florianópolis, decidiu-se realizar um estudo da contextualização cultural do período anterior a 1974, de forma a identificar os fatores indutores desta política. Esta pesquisa resultou em um resgate de fatos isolados, agora inseridos numa compreensão sistematizada e que, de outra forma, possivelmente, teriam permanecido esquecidos.

Para o período vigente da política de preservação foram realizadas a coleta e a seleção dos fatos relevantes, referentes aos aspectos legais, administrativos, técnicos e conceituais, de forma a serem sistematizados e inseridos na compreensão global do processo.

O resgate da compreensão desse processo e a conseqüente reflexão das estratégias adotadas, além de permitir a avaliação do ocorrido, podem vir a reforçar as linhas de ação adotadas ou identificar novas alternativas. A experiência realizada pode servir de referência para outras situações.

O objetivo principal desta dissertação de mestrado foi a compreensão da história do processo de preservação cultural e natural em Florianópolis, com ênfase nas permanências materializadas, presentes na atual configuração espacial do município, que apresenta conotações culturais, econômicas, sociais, físicas e ambientais.

Especificamente os procedimentos foram:

- coletar, registrar, selecionar e sistematizar aspectos da história desse processo de preservação, com destaque para o período de 1974 a 2000;
- pesquisar a legislação de preservação vigente nesse período, bem como a estrutura administrativa que deu suporte à sua aplicação, em âmbitos federal, estadual e municipal;
- enfocar a atuação e o envolvimento dos seus diferentes agentes e resgatar fatos marcantes ocorridos;
- compreender os antecedentes que possibilitaram a instalação de uma política de preservação em âmbito municipal;
- identificar e analisar as estratégias e os conceitos de preservação utilizados, que foram determinantes para o desenvolvimento desse processo e, de alguma forma, marcaram a linha de ação dessa trajetória.

Alguns dos aspectos do processo de preservação não foram abordados, entendendo que sua abrangência seria um fator que dificultaria uma análise mais aprofundada. Desta forma, optou-se por levantar as ações referentes à proteção do patrimônio natural, não sendo contemplada a dinâmica desse processo de preservação, que se reveste de especial complexidade dada a característica da ilha de Santa Catarina. Tal fato é corroborado pelo fato de que o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município–SEPHAN estava envolvido mais diretamente com a preservação do patrimônio cultural edificado e que a condução da política ambiental ocorreu principalmente no âmbito da Coordenadoria de Planejamento Urbano do IPUF, dedicada a essa gestão.

Posteriormente, diante da amplitude dos trabalhos desenvolvidos, foi criada uma fundação com atribuições específicas, denominada Fundação Municipal do Meio Ambiente–FLORAM.

Por outro lado, o estudo priorizou as ações de preservação, não entrando no mérito da análise sistemática do acervo urbano arquitetônico existente em Florianópolis, quanto às suas características e qualidades. Com a dispensa deste aprofundamento, torna-se secundário efetuar uma avaliação da suficiência das ações de proteção realizadas.

Diante da abrangência dos fatos relativos a esse processo e ao conseqüente número de pessoas envolvidas nas ações referentes à preservação do acervo patrimonial, foi dispensado o registro de autoria dos projetos e da responsabilidade pelas obras de recuperação dos testemunhos materializados desse processo. Foram referenciados somente os profissionais atuantes nas organizações administrativas e os colaboradores voluntários atuantes no processo propriamente dito.

Houve aspectos dificultadores neste trabalho. O processo de preservação se caracterizou por múltiplas ações simultâneas, englobando também aspectos legais, administrativos e conceituais. Assim, tornou-se difícil a coleta dos inúmeros fatos, dispersos pelo território e na memória individual de pessoas. As ações desenvolvidas por vários agentes também não seguiam um “script” predefinido, dificultando o estabelecimento de sua cronologia. Só após uma primeira seleção foi possível posicionar a pesquisa no vasto acervo documental existente.

A inexistência de qualquer sistematização levava também à apreensão de não abordar todos os aspectos relevantes dessa trajetória, ou seja, de esquecer e não dar o devido crédito a situações fundamentais. Em vista da quantidade de material recolhido, foram realizadas apenas algumas entrevistas, ficando inviabilizado o recolhimento sistemático das diferentes compreensões particulares e pessoais do processo, o que seria enriquecedor para a sua análise global.

A periodização sofreu modificações ao longo do processo e a forma de apresentação do material coletado também foi complexa, pois esses fatos, diferentes entre si quanto a natureza, dimensão e conteúdos, não poderiam ser apresentados sob forma rigorosamente cronológica. Além de inúmeros, uma mesma ação freqüentemente ocorria em intervalos de tempo, intercalados com paralisações. Em sua multiplicidade, foi necessário identificar pontos convergentes para seu agrupamento.

O trabalho se desenvolveu inicialmente com a revisão da literatura disponível sobre a atuação do órgão federal de preservação, bem como sobre os acontecimentos ocorridos no âmbito da cultura no Estado de Santa Catarina, visando a contextualização dos acontecimentos em Florianópolis. As recomendações internacionais, bem como a experiência ocorrida em outros países, serviram de suporte para a análise. Para realizar a pesquisa sobre a atuação municipal utilizou-se basicamente o arquivo do IPUF, sobretudo do acervo do SEPHAN. Essas informações foram complementadas por documentos gentilmente disponibilizados dos arquivos da 11ª. Superintendência Regional do IPHAN e de Sara Regina Poyares dos Reis. Além de documentos oficiais, foram utilizadas entrevistas e notícias veiculadas na imprensa.

O trabalho apresenta e analisa o processo de preservação no município. Contém uma parte introdutória que contextualiza Florianópolis como base de estudo, bem como expõe o marco teórico que aborda a questão da memória e preservação, onde são enfocadas as transformações decorrentes da nova dinâmica econômica mundial, bem como o papel da preservação como aporte ao resgate da identidade.

De modo a compreender o processo local, sucintamente foi apresentado o movimento de preservação ao longo do tempo, incluindo aspectos conceituais básicos da preservação de bens culturais, em especial os princípios orientadores e respectivas terminologias, objetivando a compreensão teórica das ações realizadas.

A segunda parte, que analisa o processo de preservação em Florianópolis, objetiva sintetizar a trajetória de preservação do patrimônio cultural e natural, com ênfase no acervo edificado. Este processo poderia se dividir em dois grandes períodos, tendo como marco divisor o ano de 1974, quando se instala a política municipal de preservação. Porém, para fim deste estudo, o conteúdo foi dividido em cinco fases, englobando ambos os períodos referidos, que foram definidos em função de acontecimentos, compreendidos como fatos determinantes deste processo.

Todas as fases foram analisadas sob o ponto de vista dos instrumentos legais disponíveis, bem como da organização administrativa existente nas três esferas governamentais. Foram relatados os fatos e as ações significativos do período, ocorridos no município e, eventualmente, à guisa de contextualização, eventos ocorridos em outro local. À luz das cartas internacionais de preservação, foram abordados os critérios orientadores das estratégias e deliberações adotadas, também relacionados à política nacional vigente.

A partir da indagação das razões que levaram à instalação de um processo de preservação do acervo patrimonial existente em Florianópolis, foi realizada uma pesquisa dos fatos ocorridos anteriormente a 1974 que

pudessem ser significativos para esta compreensão. Assim, a primeira parte relata esses antecedentes, destacando a ação federal de preservação, no Brasil e no Estado, bem como o esforço estadual na criação de várias estruturas culturais, a exemplo de biblioteca, arquivo, museus e teatros. A relevância do acervo patrimonial presente na ilha foi reconhecida através do seu tombamento ainda nos primeiros meses de vigência da legislação federal de preservação, que data de 1937. Nesse processo foi fundamental a contribuição pessoal de intelectuais que participaram de um Congresso de História que veio transformar a concepção de produção científica e reforçar a necessidade de instalação do ensino superior no Estado. A ação federal, através do órgão de preservação (atual IPHAN), seguindo as recomendações do Compromisso de Brasília acabou tornando-se indutora da instalação de um processo de preservação local, objeto da fase seguinte.

A segunda parte trata da implantação da política municipal ocorrida com a promulgação da Lei Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural, que foi uma resposta às novas diretrizes da política nacional de preservação, no sentido da descentralização das obrigações do Estado. A política de preservação foi conduzida pela Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município—COTESPHAN, anexa à Secretaria de Educação—SESAS, ocorrendo os primeiros atos de proteção em âmbito municipal.

A terceira fase foi marcada pela transferência do SEPHAN para o IPUF em 1980. Houve uma nova concepção da abordagem conceitual da preservação, integrada ao planejamento global da cidade, com a implantação do órgão executivo da preservação, SEPHAN, e a COTESPHAN assumiu um papel consultivo e de assessoramento. Foram iniciados estudos sistemáticos de identificação do acervo e sua proteção maciça, ao longo de 1985 e 1986, na forma de conjuntos urbanos localizados na Área Central da cidade e nos núcleos do interior da ilha. Esta ação de tombamento e proteção legal veio a ser significativa pela dimensão do acervo protegido em âmbito municipal.

Em vista das reações às ações de proteção, a quarta fase foi caracterizada pela disposição do município em dialogar e confrontar com os proprietários dos bens tombados, ocorrida em 1989. Como contrapartida municipal, foram concedidos benefícios fiscais e urbanísticos, antecipando aspectos contidos no projeto do Plano Diretor do Distrito Sede, em estudos. Através de um extenso processo de reavaliação do acervo tombado e de uma discussão democrática acerca de cada unidade arquitetônica protegida, houve a legitimização do processo de preservação. Ampliou-se a conscientização da importância da preservação no contexto social florianopolitano.

A quinta fase teve como marco inicial o lançamento da campanha do Projeto Renovar, ocorrido em 1993. A ação de conservação, manutenção e recuperação do acervo patrimonial recebeu a adesão de parcerias, e os órgãos de preservação governamentais deixaram de ser os únicos condutores dessa política. Houve a consolidação da legislação urbana municipal. No fim do período foi iniciada uma ação de despoluição visual, que resultou na redescoberta do Centro Histórico.

Os mapas são ilustrativos de aspectos históricos e do processo de ocupação, além de indicar a localização geográfica do município. As ações de proteção são demarcadas em mapa, com indicações dos bens tombados e Áreas de Preservação Cultural, diferenciando-se a atuação de cada uma das três esferas governamentais. De modo a servir de análise complementar, foram elaborados um mapa síntese, que sobrepõe o processo de ocupação histórica às ações de proteção efetivadas, e outro que ilustra as ações de proteção por período cronológico.

De modo a servir de apoio para a análise desenvolvida, foi elaborada uma quantificação do número de bens protegidos por esfera administrativa e período estudado (**Tabela 1**), que é acompanhada de uma síntese do processo de preservação em Florianópolis (**Tabela 2**). Foi também elaborada uma tabela da composição das estruturas administrativas municipal, estadual e municipal, com o registro das pessoas envolvidas no processo (**Tabelas 3, 4 e 5**).

Foi realizada a sistematização de um material que se encontrava disperso, apresentado, sempre que possível, segundo seu desenvolvimento cronológico. A análise objetivou incorporar os diferentes aspectos legais, administrativos, arquitetônicos, sociais e econômicos do processo. Os diferentes componentes do estudo abrangem variáveis técnicas e conceituais, cada qual com desdobramentos específicos. Este fato resultou na necessidade de correlação com as recomendações internacionais e no estudo das cartas de preservação existentes.

Os marcos importantes do processo, que estavam dispersos em ações aparentemente desvinculadas, foram identificados no tempo e alinhavados de modo a serem compreendidos como partes de um processo global. Outras circunstâncias, que pela natural dispersão estavam ignoradas, foram resgatadas e incorporadas à visão global.

Os aspectos mais relevantes desse processo foram apresentados de forma agrupada. Assim, é possível realizar, de forma continuada, a leitura referente à estrutura administrativa, às questões legais e às ações propriamente ditas, contempladas respectivamente em itens específicos.

Trata-se de um assunto vasto, e este estudo incorpora a possibilidade de outros desdobramentos, quanto ao aprofundamento dos diferentes aspectos apresentados.

Não tendo conhecimento de outros registros similares em âmbito local, este trabalho pode vir a se tornar um ponto de partida para reflexões mais aprofundadas tanto sobre a questão da preservação em Florianópolis, bem como acerca das possibilidades da atuação municipal. Assim, o detalhamento deste estudo de caso poderá vir a contribuir para a reflexão da política de preservação como um todo.

Acredita-se que a melhor compreensão desta dimensão da organização do espaço vital urbano de Florianópolis poderá vir a se constituir em um parâmetro agregador no sentido do desenvolvimento global do município. Especificamente espera-se que os resultados obtidos possam contribuir para a atividade prática de instituições, agentes e pessoas no município de Florianópolis.

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

o espaço local e a questão da preservação

1.1 FLORIANÓPOLIS: o espaço local e sua história

O município está localizado na costa marítima da Região Sul do País. Além de possuir a maior parte de sua extensão territorial numa porção insular, a ilha de Santa Catarina sedia a capital do Estado e integra uma rede estadual comandada por cidades de médio porte. Hoje, a sua economia está voltada, principalmente, para as atividades terciárias, destacando-se o comércio, o serviço público e, mais recentemente, o turismo. A população municipal é estimada em 331.784 habitantes, com taxa de crescimento populacional anual de 5,16%.²

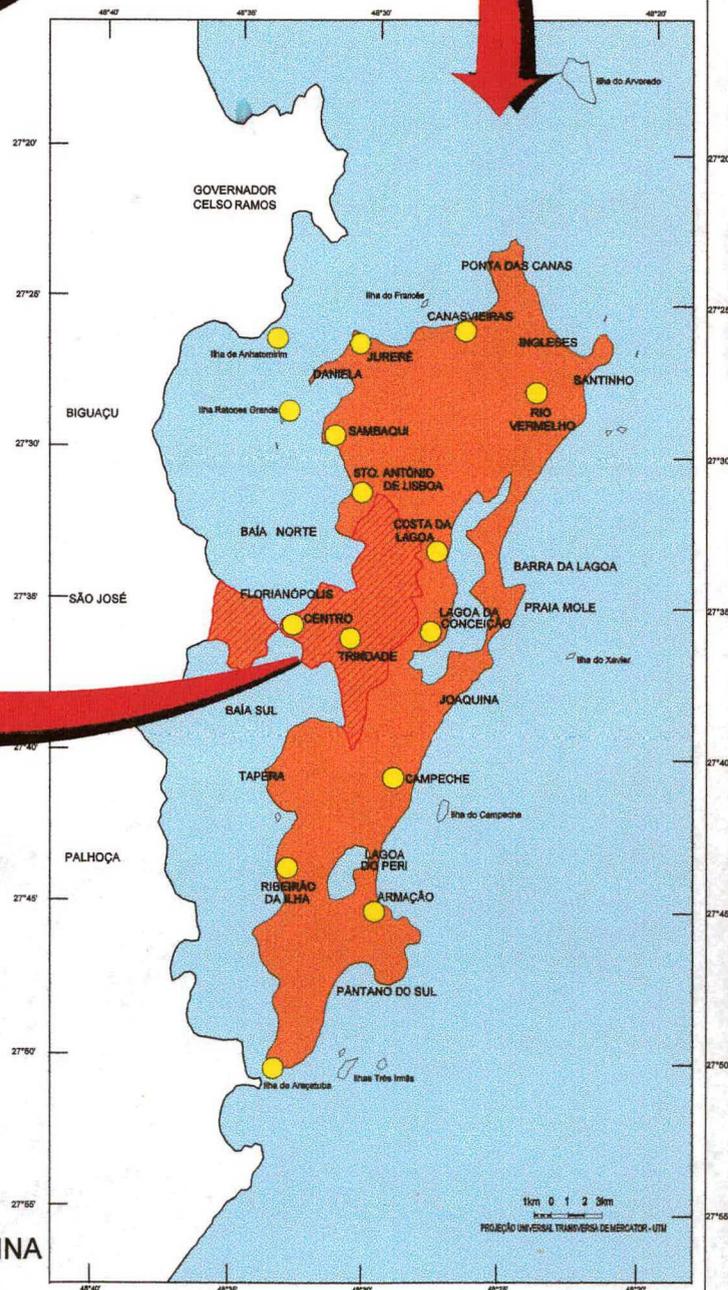
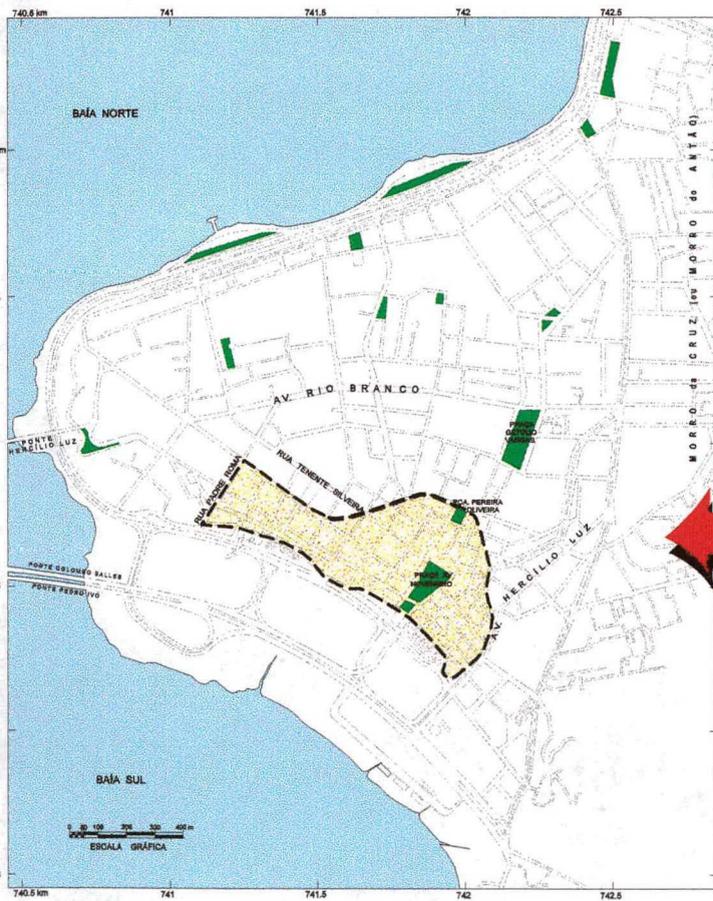
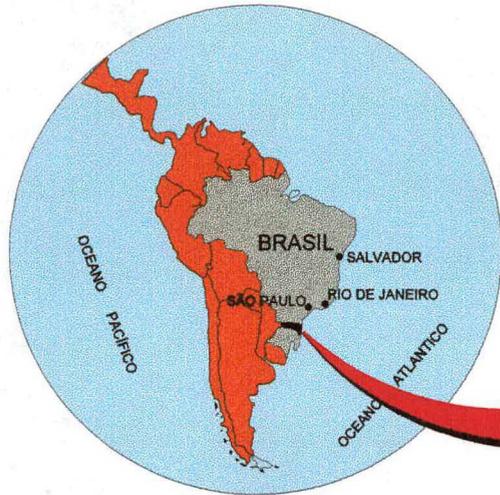
A ilha de Santa Catarina possui uma forma alongada no sentido norte-sul e está separada da área continental por um estreito canal de 500 m de largura, formador das baías Norte e Sul. Neste trecho é realizado o acesso viário à ilha, através das três pontes, destacando-se a ponte pênsil Hercílio Luz, símbolo ímpar da cidade e do Estado (**Mapa – Município de Florianópolis: localização geográfica**).

A fundação de Florianópolis, batizada, então, Nossa Senhora do Desterro, data do século XVII.³ Em função de sua localização geográfica estratégica, em meados do século XVIII fez parte de um plano que objetivava a expansão territorial portuguesa no Brasil Meridional para além dos limites determinados pelo Tratado de Tordesilhas. Como consequência, foi implantado um entreposto fortificado na ilha de Santa Catarina para proteção, apoio e controle da circulação das riquezas, vinculado, sobretudo, à estabilização da Colônia do Sacramento, fundada em 1680 junto à bacia do Prata.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE: dados preliminares do Censo Demográfico 2001.

³ A fundação do povoado ocorreu por volta de 1651, sendo elevado a vila em 1726.

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



ÁREA CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS

ILHA DE SANTA CATARINA

-  SÍTIOS HISTÓRICOS
-  CENTRO HISTÓRICO
-  DISTRITO SEDE

ELABORAÇÃO: *BETINA ADAMS*
 DESENHO: *RAFAEL H. BERNAL*
 DATA: *MAIO 1999*

FONTE DOS MAPAS-BASE: *PLANTAS CARTOGRÁFICAS.*
FLORIANÓPOLIS: IPUF / GCI / SEPHAN



Como elemento auxiliar na defesa das terras portuguesas era necessário um contingente populacional permanente, que contribuiria para a segurança da região. Isto resultou em um grandioso projeto oficial, de colonização maciça de imigrantes vindos dos Açores, perfazendo aproximadamente 6.000 pessoas que, a partir de 1748, chegaram na ilha no curto período de oito anos. Este marcante período da imigração açoriana, acompanhado de uma significativa intervenção administrativa, criou a infra-estrutura de suporte e apoio a este povoamento, consolidando as estruturas básicas sobre as quais ocorreu a dinâmica do seu assentamento físico.

A execução do plano estratégico defensivo, desenvolvido pelo engenheiro militar Brigadeiro José da Silva Paes, contemplava, portanto, a criação de um sistema de **fortificações**, acompanhado de outro sistema, composto por núcleos de assentamento. FARIAS (1998, p.243) defende a tese de que estes núcleos estavam dispostos de forma triangular, distantes doze léguas entre si, envolvendo a costa oeste da ilha de Santa Catarina e o continente frontal, tendo Desterro como eixo vetor localizado na ilha⁴ (**Mapa – ilha de Santa Catarina: plano estratégico defensivo no século XVIII e núcleos de assentamento**).

Os fortes são o testemunho monumental desta epopéia e encontram-se espalhados pelo território municipal, compreendendo basicamente três pontos de defesa: os acessos às baías e à vila propriamente dita.⁵ O sistema defensivo da baía Norte, composto por três das fortalezas, apresenta maior porte e imponência. Destaca-se a Fortaleza de Santa Cruz, situada na ilha de Anhatomirim, que pode ser considerada a maior fortaleza existente no Sul do País. Ocupando a integralidade da pequena ilha, é constituída de várias unidades arquitetônicas, com características predominantemente da arquitetura colonial portuguesa. Este complexo fortificado é complementado pelas também monumentais fortalezas de São José da Ponta Grossa, situada na ilha de Santa Catarina, e Santo Antônio, localizada na ilha de Raton Grande.⁶

⁴ Trata-se das freguesias de N. Sra. das Necessidades de Santo Antônio (1750) na ilha e São José da Terra Firme (1750), São Miguel da Terra Firme (1752) e N. Sra. do Rosário da Enseada do Brito (1750), no continente.

As freguesias de N. Sra. da Conceição da Lagoa (1750), na ilha de Sta. Catarina e Santana da Vila Nova (1755), no continente, foram estabelecidas sem obedecer este sistema.

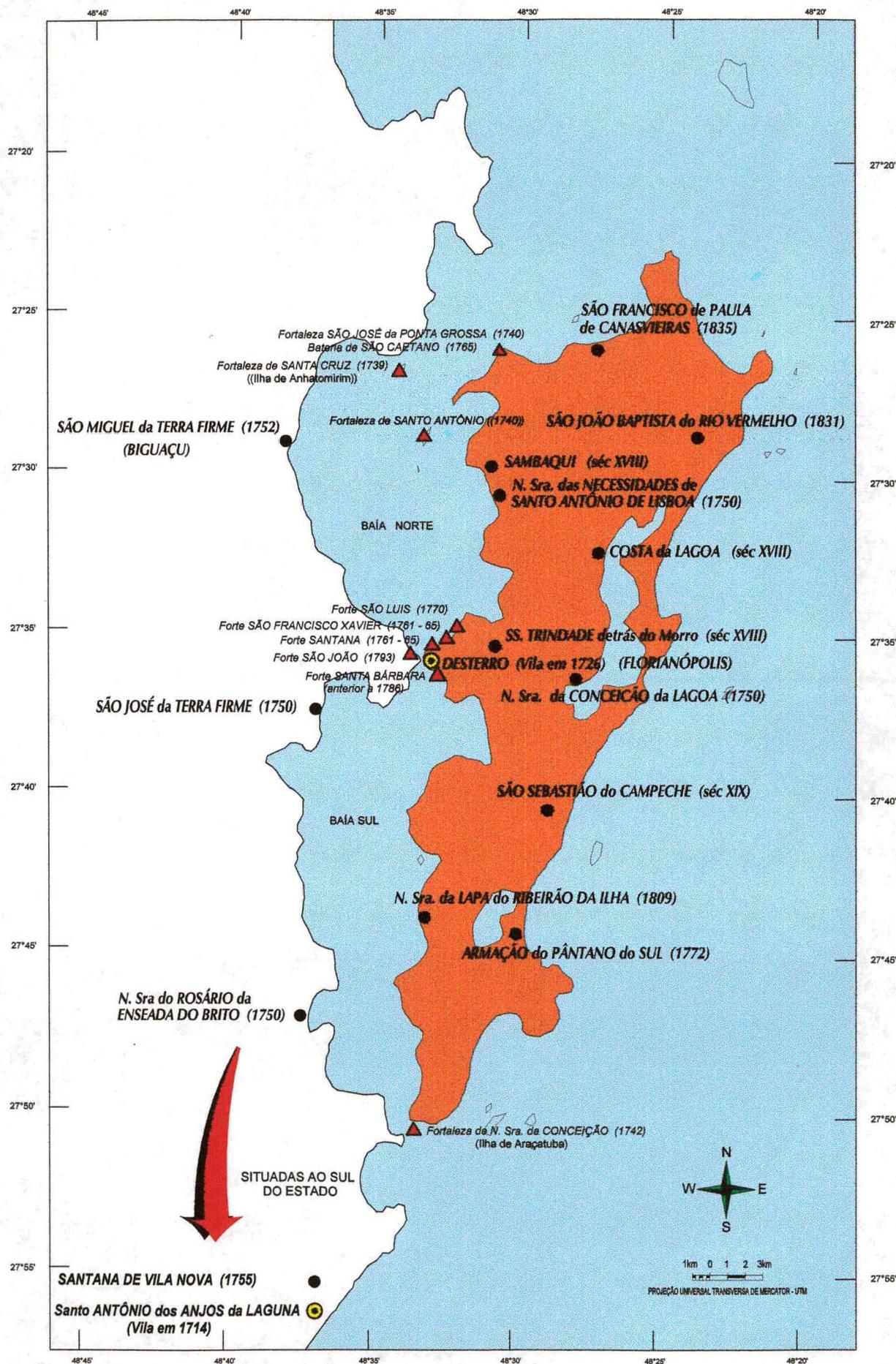
As localidades de N. Sra. da Lapa do Ribeirão da Ilha (1809), São João Baptista do Rio Vermelho (1831) e São Francisco de Paula das Canasvieiras (1835), apesar da ocupação anterior, só foram elevadas a freguesia no século XIX, assim como a da Santíssima Trindade detrás do Morro, elevada a paróquia em 1853 e freguesia no século XX. As localidades de Sambaqui e da Costa da Lagoa apresentam também remanescentes arquitetônicos do século XIX.

⁵ Trata-se das seguintes fortalezas: Fortaleza de Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim (1739/44); Fortaleza de São José da Ponta Grossa (1740) e adjunta Bateria de São Caetano (1765 – em ruínas); Fortaleza de Santo Antônio, na ilha de Raton Grande (1740); Fortaleza de N. Sra. da Conceição, na ilha de Araçatubá (1742).

Entre as fortificações menores foram construídas: Forte de Sant'Ana (1761/65); Forte São Francisco Xavier (1761/65 – desaparecido); Forte São Luís (ca. 1770 – desaparecido); Forte Santa Bárbara (anterior a 1786 – alterado); Forte São João (1793 – demolido para construção da ponte Hercílio Luz).

⁶ A denominação “Ratones” é o plural, em espanhol, referente às duas ilhas de “Raton” Grande e “Raton” Pequeno.

ILHA DE SANTA CATARINA: PLANO ESTRATÉGICO DEFENSIVO do SÉCULO XVIII e NÚCLEOS DE ASSENTAMENTO

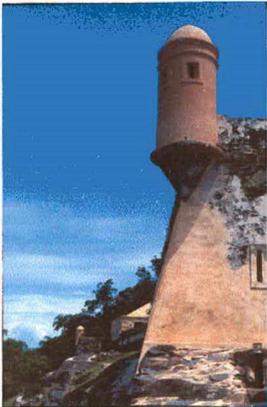


SISTEMA DEFENSIVO
▲ FORTIFICAÇÕES

NÚCLEOS DE ASSENTAMENTO
● VILAS
● FREGUESIAS

ELABORAÇÃO: BETINA ADAMS e SUZANE A. ARAÚJO
DESENHO: RAFAEL H. BERNAL
DATA: JULHO 2000

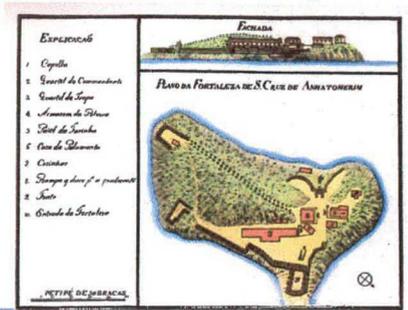
Sistema defensivo e núcleos de assentamento



Detalhes construtivos



Forte São José, Ponta Grossa



Forte Sta. Cruz, Anhatomirim



Forte N. Sra. da Conceição, Araçatuba

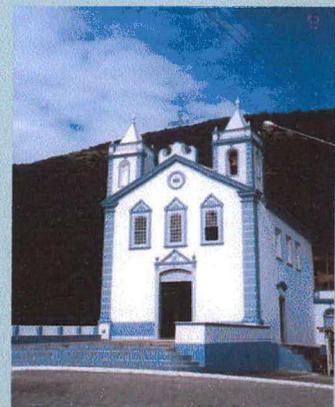
Ribeirão da Ilha



Lagoa da Conceição



Sobrado, Lagoa da Conceição



Igreja N. Sra da Lapa, Ribeirão da Ilha



Habitação, Costa da Lagoa



Engenho de farinha, Sto. Antônio



A baía Sul é defendida pela Fortaleza de N. Sra. da Conceição, na ilha de Araçatuba, de difícil acesso.

A vila do Desterro era defendida pelo Forte de Sant'Ana, na cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz e o Forte de São João, no continente fronteiro, demolido por ocasião da construção daquela ponte. Havia ainda dois pequenos fortes localizados na Praia de Fora, hoje desaparecidos. A vila era defendida pelo Forte Santa Bárbara, que se encontra descaracterizado. Hoje, várias fortificações estão abertas ao público e são consideradas passagens obrigatórias para os visitantes.

Os assentamentos urbanos obedeciam à Provisão Régia Portuguesa de 1747 e fizeram parte de um plano maior de ocupação do interior brasileiro, definido por Portugal a partir do início do século XVIII, que objetivava um sistema racional de distribuição de terras, combinado com a construção supervisionada de vilas, evitando, assim, o crescimento independente e descontrolado de povoações, que vinha sendo estimulado em vista da descoberta do ouro no final do século anterior.

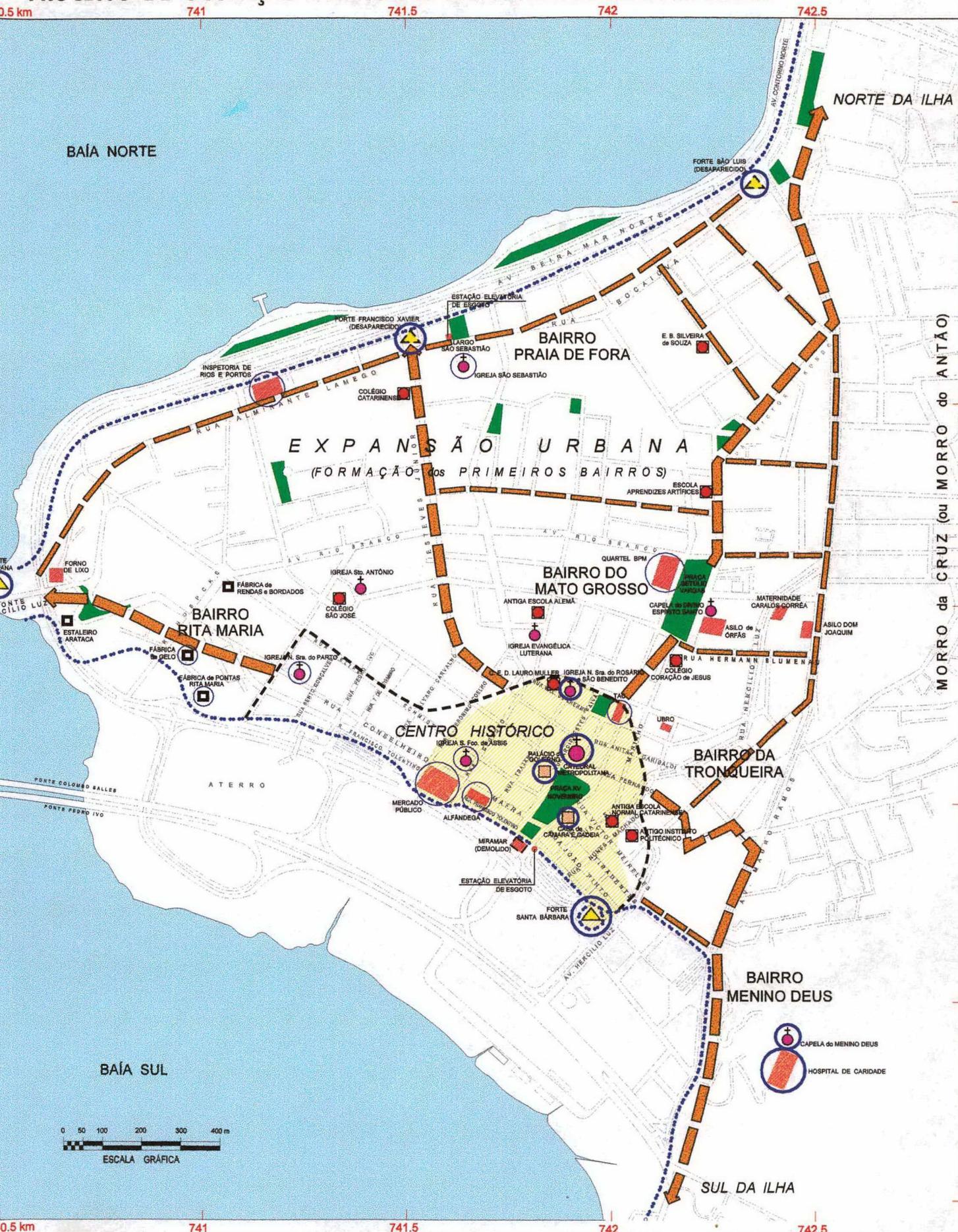
Seguindo a regulação, a ocupação no núcleo histórico da fundação se inseriu no assentamento bandeirante inicial, cujo elemento agregador era uma capela com largo fronteiro, situada numa pequena elevação e voltada para o mar.⁷ Reproduzia-se na ilha o sistema de organização política presente no Brasil Colonial, onde, segundo MARX (1991, p.12), a igreja era o principal fator de desenvolvimento dos pequenos assentamentos, muito antes da elevação à categoria de vila, quando se tornavam partícipes da organização do Estado (**Mapa – Área Central de Florianópolis: processo de ocupação e principais monumentos remanescentes**).

Locais de realização das principais atividades dos núcleos urbanos, é nas praças que acontecem reuniões religiosas, cívicas, recreativas e de comércio. A atratividade desta primeira praça, denominada hoje Praça XV de Novembro, ainda subsiste e é tratada por diversos autores.⁸ Congregando as principais edificações da pequena urbe, este espaço urbano apresentava na cabeceira o poder religioso, ainda presente através da atual Catedral

⁷ A capela, construída pelo bandeirante Francisco Dias Velho no século anterior por ocasião da fundação do povoado, foi substituída pela Igreja Matriz (1753–73, remodelada em 1922), atual Catedral Metropolitana.

⁸ PELUSO (1953, p.358) comenta em seu estudo sobre Florianópolis que a praça e a igreja têm sido enfatizadas por muitos autores. Em artigos mais recentes, enfocando especificamente a questão da Praça XV, CORADINI (1995, p.11) a apresenta como o símbolo da cidade e um dos lugares mais visitados pelos turistas. Relata que é conhecida como a praça dos aposentados, por ser o ponto preferido dos moradores mais antigos. Também MACHADO (2000, p.85) considera que “*com suas múltiplas facetas, a Praça XV, transpondo séculos sobre séculos, assinala marcadamente o cotidiano da Capital. Dos tempos dos cartijos aos dias presentes, é nela onde tudo acontece*”.

ÁREA CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E PRINCIPAIS MONUMENTOS REMANESCENTES



- PRAÇAS
- ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL
- FORTES
- IGREJAS
- ESCOLAS
- INDÚSTRIAS
- EQUIPAMENTOS / INFRA-ESTRUTURA

- ANTIGA BORDA D'ÁGUA
- NÚCLEO DA FUNDAÇÃO (séc. XVIII)
- LIMITE CENTRO HISTÓRICO
- VETORES DE OCUPAÇÃO
- SÉCULO XVIII
- SÉCULO XIX

ELABORAÇÃO: **BETINA ADAMS**
 DESENHO: **RAFAEL H. BERNAL**
 DATA: **JULHO 2000**



Metropolitana. As edificações do poder administrativo vigente se situavam nas laterais. Dessas, a antiga Casa de Câmara e Cadeia ainda mantém a função legislativa, porém o Palácio do Governo hoje sedia um museu.⁹

Conforme mencionado por PELUSO (1991, p.312), o porto foi o elemento de formação da povoação.¹⁰ Conectando a pequena urbe com o mundo, a interface da praça com o mar serviu de atracadouro das embarcações, cujo movimento comercial em meados do século XIX materializou ali o primeiro Mercado Público, posteriormente transferido. Complementam os remanescentes da dinâmica urbana do período setecentista a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a Capela do Menino Deus e Senhor dos Passos, bem como as atividades de assistência social, ainda incipientes, que deram origem ao Hospital de Caridade.¹¹

Os demais núcleos de assentamento, elevados à freguesia ao longo dos cem anos subseqüentes, foram elementos estruturadores da ocupação no interior da ilha, suporte para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pesqueiras. No sul da ilha havia uma armação de baleia, da qual só restam vestígios arruinados e a capela, descaracterizada.¹² Estes núcleos, de pequeno porte, apresentavam características rurais, com singelas edificações térreas. Subsistem unidades tipológicas luso-brasileiras, cuja alvenaria, de pedra ou tijolos, rebocada e caiada de branco, se complementa com aberturas emolduradas e em cores vibrantes, predominantemente em vinho, verde ou azul. As coberturas são em duas ou quatro águas, com telhas cerâmicas capa e canal, havendo a presença de elementos decorativos, a exemplo de cunhais, cimbalhas e acabamento do telhado em peito de pomba. Estas edificações são intercaladas com exemplos de outros movimentos estilísticos, sobretudo ecléticos, mas também decorativos ou funcionalistas de meados do século XX, assim como expressões contemporâneas. Dentre os núcleos, destaca-se o conjunto do Ribeirão da Ilha, que apresenta um maior número de edificações.

Alguns assentamentos repetem a tipologia da praça central da antiga Vila do Desterro, tendo à cabeceira a Igreja voltada para o mar, a exemplo de Santo Antônio e Ribeirão da Ilha.¹³ Os núcleos da Lagoa da Conceição e Canasvieiras apresentam uma ocupação mais dispersa. Em ambos os casos as igrejas, abrindo-se para pequenos largos, estão voltadas para o mar e ficam localizadas à meia encosta, como no morro da Lagoa, ou em uma colina, como em Canasvieiras. Similares entre si e de grande simplicidade formal, as igrejas repetem a

⁹ Casa de Câmara e Cadeia (1771) e Palácio do Governo (ca. 1770–80, remodelado em 1895–98).

¹⁰ Em seu estudo, PELUSO refere-se ao porto da pequena povoação fundada pelo bandeirante Dias Velho.

¹¹ Capela do Menino Deus (1762); Igreja N. Sr. do Rosário e São Benedito (1787–1830). O então Hospital dos Pobres da Caridade foi inaugurado em 1788.

¹² Situada na atual Armação do Pântano do Sul, foi fundada em 1772, ocasião em que foi construída a capela de Sant'Anna. Esteve em funcionamento até meados do século XIX.

¹³ Rio Vermelho, apesar da presença da praça, localiza-se distante do mar, tendo a capela voltada para o interior da ilha.

configuração original da antiga Igreja Matriz, apresentando nave única e capela-mor, junto à qual há sacristias e eventualmente consistórios ou pequenas capelas laterais, bem como torres sineiras. Como fator de destaque deve ser ressaltada a presença de alguns “teatros” ou “impérios do divino”, pequenas construções utilizadas por ocasião dos festejos do Divino Espírito Santo, manifestação portuguesa até hoje fortemente presente tanto no arquipélago dos Açores, como na ilha de Santa Catarina.¹⁴

A ocupação do interior da ilha se dava de forma linear ao longo dos caminhos de penetração do território, freqüentemente delimitados pelas edificações de tipologia rural. Estas, muitas vezes acompanhadas da outrora expressiva presença das unidades produtivas representadas pelos engenhos de farinha e de cana, ficavam intercaladas pelas áreas livres dos lotes rurais, compridos e estreitos, diante do sucessivo desmembramento provocado pelo sistema de heranças vigente.

A declaração da Independência do Brasil elevou capitais de província à categoria de cidade, trazendo benefícios para Desterro.¹⁵ Além do incremento das atividades resultantes da função de sede administrativa, sua economia foi impulsionada pela atividade comercial decorrente do porto, predominantemente exportador da produção regional para o mercado nacional. O porto, de abrangência estadual, não chegou a ter a importância exercida por outros centros do País.¹⁶

O Centro Histórico

A mais significativa parcela materializada do processo de ocupação do século XIX localiza-se na Área Central¹⁷, que engloba o Centro Histórico¹⁸ e sua expansão urbana, formadora dos primeiros bairros. A expansão

¹⁴ **Monumentos religiosos** situados no interior da ilha: Igreja N. Sra. da Conceição, Lagoa (ca. 1751); Igreja N. Sra. das Necessidades, Sto Antônio (ca. 1756); Igreja N. Sra. da Lapa, Ribeirão da Ilha (1806); Igreja São Francisco de Paula, Canasvieiras (1830); Capela de São João Batista, Ingleses (ca. 1838); Capela da Santíssima Trindade (1848); Capela São Sebastião, Campeche (ca. 1826).

Dentre os **Teatros do Divino** destacam-se os das igrejas N. Sra. da Conceição, N. Sra. da Lapa (descaracterizado) e São Sebastião do Campeche.

¹⁵ A **capitania da ilha de Santa Catarina** já havia sido criada em 11/08/1738, com sede em Desterro, que em 1823 foi elevada à categoria de cidade. Sua denominação se manteve até 3/10/1894, quando passou a chamar-se Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, cuja força militar venceu a resistência local, num episódio marcante para a história da cidade.

¹⁶ HÜBENER (1991, p.183) destaca que a vida econômico-financeira da então província de Santa Catarina durante parte do século XIX limitou-se praticamente à capital.

¹⁷ A **Área Central** é o núcleo urbano histórico expandido e refere-se ao espaço insular situado a oeste do morro da Cruz, em forma triangular, delimitado pelas baías Norte e Sul e tendo em um de seus vértices a ponte Hercílio Luz (**Mapa – Município de Florianópolis: localização geográfica**).

¹⁸ O atual **Centro Histórico** engloba o núcleo histórico da fundação, situado no entorno imediato da Praça XV de Novembro. Trata-se da área situada ao sul da Av. Rio Branco, tendo como limites aproximados a Av. Hercílio Luz, a antiga linha do mar, a Rua Padre Roma, a Rua Tenente Silveira, a Igreja N.S. do Rosário e a Praça Pereira Oliveira. Esta denominação também coincide com um dos conjuntos tombados situados na Área Central de Florianópolis (**Mapa – Município de Florianópolis: localização geográfica**).

da povoação, a partir da Praça XV de Novembro, resultou na substituição de alguns usos ou atividades, que foram se transferindo para as novas áreas em expansão. Neste processo, a paisagem urbana histórica perdeu as expressões materializadas de características transitórias ou precárias, outras referentes às camadas populacionais de baixa renda, ou ainda aquelas representativas de atividades que se desvincularam da dinâmica econômica vigente. Porém, foi mantida a particularidade de convergência e centralidade urbana do núcleo original, hoje ampliada para o Distrito Sede, em decorrência da grande expansão urbana nos balneários da ilha e região metropolitana.

Desde o princípio do assentamento, o atual Centro Histórico de Florianópolis incorporava as principais atividades necessárias para a existência urbana. Assim, os diferentes meios de produção e a infra-estrutura daí decorrentes induziram vetores histórico-geográficos próprios de materializações no espaço urbano, que foram agregando usos, perdendo e adaptando outros, num processo de transformação constante. O **Mapa – Área Central de Florianópolis: processo de ocupação e principais monumentos remanescentes**, já referenciado, apresenta os vetores de ocupação, bem como as principais atividades diferenciadas pelos respectivos períodos de instalação.

A expansão do porto pela borda da praia resultou em uma infra-estrutura de apoio e fiscalização, a exemplo da construção do prédio da Alfândega, localizado entre a água e a atual Rua Conselheiro Mafra.¹⁹ A instalação do comércio acompanhou a atividade portuária, situando-se em vias que, partindo da Praça XV de Novembro, desenvolveram-se paralelas à linha d'água. No final do século XIX o poder público reforçou o desenvolvimento das atividades com a construção do novo Mercado Público, situado junto ao prédio da Alfândega.²⁰ Ainda nesse período, a atividade vinculada ao comércio e à indústria teve como elemento agregador complementar a chegada de imigrantes alemães, italianos, gregos e sírio-libaneses, que se estabelecem na capital.²¹

¹⁹ A Alfândega foi construída em 1875. Os demais bens tombados representativos da atividade do Porto de Florianópolis são a antiga **Inspetoria de Rios e Portos** (1897), atual Café Cancun, localizado na então Praia de Fora, e o Posto Fiscal, conhecido como **Alfândega de Sambaqui** (ca. 1854–1964).

²⁰ As discussões sobre a localização do primeiro **Mercado Público** iniciaram em 1791. Foi construído em 1851 e demolido em 1896. O novo Mercado Público foi construído em 1898 e ampliado em 1928.

²¹ Vinculada ao processo de imigração e de travessia do Canal do Estreito foi construída no continente uma **Hospedaria de Imigrantes** (1890) para realização da recepção dos imigrantes, sobretudo italianos. A partir de 1907 sediou a Escola de Aprendizes Marinheiros, abrigando atualmente o Portal Turístico do Município de Florianópolis. POYARES DOS REIS (1999, p.95) enfatiza a importância do imigrante de origem alemã no processo de industrialização do Estado em seu trabalho sobre Carl Hoepcke, fundador das empresas instaladas no bairro Rita Maria.

0.348.142-8

Ocupação urbana

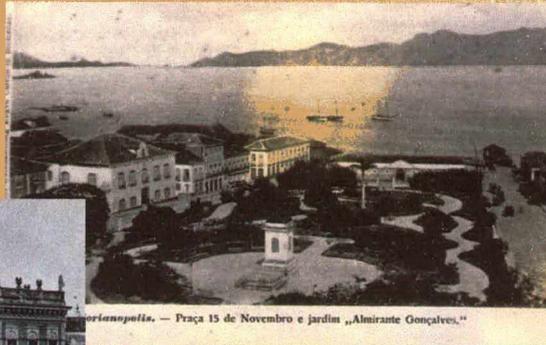


Vista geral de Desterro

O núcleo se forma ao redor da praça, que congrega as principais edificações



Igreja Matriz



Palácio do Governo



Vista do Porto

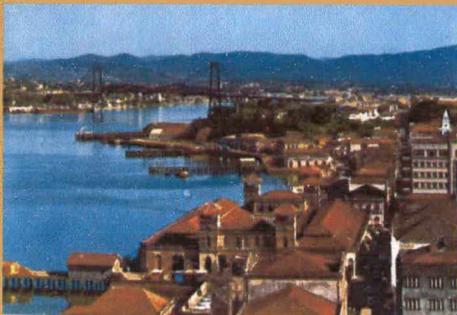


O primeiro Mercado Público, na Pça. XV, demolido em 1896

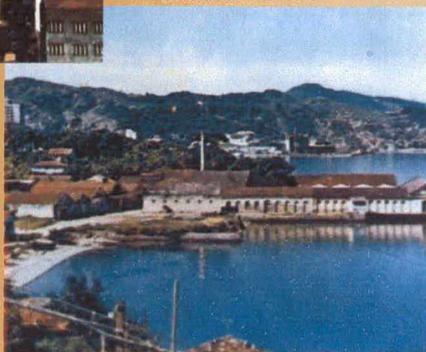


Mercado Público antes da ampliação de 1928

Vista do Porto (ca. 1950)



Rita Maria (ca. 1970) Vista dos armazéns e empresas Hoepcke



Transformações

Ampliação da Rua Felipe Schmidt em 1928



Biblioteca Universitária
UFSC

Em complementação às atividades portuárias, localizadas no antigo bairro Rita Maria, continuação do cais Badaró, estavam instalados armazéns, um estaleiro e diversas fábricas.²² Próximo havia um pequeno conjunto de casas de um pavimento e originalmente idênticas, para moradia dos operários das fábricas, de identidade social particular.

Junto à área, que acabou sendo congregadora de atividades industriais e atacadistas, estavam localizados suportes de infra-estrutura urbana, com a presença do antigo forno incinerador de lixo e dos cemitérios, localizados na atual cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz. No decorrer do tempo aquele foi desativado e os cemitérios deslocados em vista da construção da referida ponte na década de 20.²³

A existência de um acesso terrestre à ilha, que PELUSO (1991, p.318) considera como a obra mais importante para o plano urbano da cidade, foi determinante não só para seu desenvolvimento, contribuindo para a inserção mais adequada da capital no contexto geopolítico do Estado, mas também para a melhoria do sistema viário. Resultou na modernização de muitas fachadas voltadas para a Rua Conselheiro Mafra. Algumas obras atingiram somente parte das edificações, havendo unidades que mantêm até hoje a tipologia colonial luso-brasileira nas fachadas então voltadas para a água, consideradas de menor importância.

Demais exemplos da infra-estrutura urbana do início do século XX são as estações elevatórias mecânicas da rede de esgoto, localizadas na Área Central, e os postes remanescentes da iluminação pública localizados na Praça XV de Novembro. Das antigas pavimentações, em pé-de-moleque, restam raros exemplos. Mais recentes, os paralelepípedos e meios-fios das calçadas, em granito, estão desaparecendo, por causa de sua substituição por peças em concreto e cobertura por camada asfáltica.²⁴

A área hoje denominada de Centro Histórico se destaca por apresentar o maior número de edificações preservadas. Mantém uma concentração de atividades comerciais e de serviços, apresentando, no entanto, reduzido número de residências, originalmente localizadas nos pavimentos superiores dos sobrados, cujo térreo era ocupado pelo comércio. Em vista das características da sua formação, a ocupação é de volumetria baixa, com a predominância de dois pavimentos, porém densa e justaposta, cujo substrato apresenta características originais

²² **Instalações industriais:** Fábrica de Pontas Rita Maria (1896–1980), Fábrica de Gelo (1898), Fábrica de Rendas e Bordados (1913), Estaleiro Arataca (1907).

²³ A **Ponte Hercílio Luz** foi inaugurada em 1926.

Desativado em 1958, o antigo **Forno Incinerador de Lixo** (1910–14), apesar de tombado, hoje é ocupado por uma entidade assistencial, que impossibilita a apreciação do forno propriamente dito, cujas características construtivas, em alvenaria, são importantes pelo aspecto histórico-tecnológico.

²⁴ As obras de **infra-estrutura de água e esgoto** da capital datam do início do século XX. Há remanescentes de **pavimentação em pé-de-moleque** no acesso à Igreja Nossa Senhora da Conceição (Lagoa) e em Santo Antônio. Na Lagoa da Conceição, foi instalada a **Estação Rádio-Telegráfica** (1912) – atual Centro Cultural Bento Silvério.

do período colonial, adaptado nos períodos arquitetônicos subseqüentes. Os vazios urbanos se restringem às praças e à circulação pública, que é definida pelas edificações implantadas junto às calçadas. Há a presença de remanescentes edificados do século XIX referentes à atividade religiosa e de entretenimento. A atividade educacional atinge maior expressão a partir do início do século XX.²⁵

Os antigos bairros

A parte adjacente ao Centro Histórico era ocupada pelos antigos bairros, estruturados e originados por vetores de expansão territorial, apresentados no **Mapa – Área Central de Florianópolis: processo de ocupação e principais monumentos remanescentes**. Estes eixos aconteceram a partir dos antigos caminhos que ligavam a vila ao sistema defensivo e núcleos rurais da ilha de Santa Catarina. Esta área envoltória do núcleo urbano central apresentava vazios urbanos, em vista das chácaras ali existentes. Tal formação resultou na atual dispersão e mescla arquitetônica do acervo, à medida que as glebas foram sendo desmembradas ou loteadas, sendo os interstícios preenchidos, aos poucos, com uma tipologia arquitetônica de épocas mais recentes.

Junto às edificações das antigas chácaras foram ocorrendo agrupamentos que, além das residências, apresentam equipamentos de uso comunitário, tais como escolas e igrejas.²⁶ Surgiram áreas compostas por edificações mais simples, de um pavimento, com reduzida dimensão de área verde, a exemplo do conjunto em fita existente no bairro do Menino Deus, junto ao Hospital de Caridade, ou do casario situado no antigo bairro da Tronqueira, situada no entorno da atual Rua Gal. Bittencourt, ou do conjunto localizado na Rua Hermann Blumenau, fruto de um loteamento do século XX.

Entre os mais antigos e importantes vetores de ocupação está a Rua Esteves Júnior. Eixo de ligação do pequeno povoado com a antiga Praia de Fora, conectava o núcleo com o Forte São Luís, demolido no século

²⁵ **Monumentos religiosos** do Centro Histórico: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (1802–15); Igreja Nossa Senhora do Parto (1861, com diversas ampliações posteriores).

Teatros: Teatro Álvaro de Carvalho – antigo Teatro Santa Isabel (1875); União Beneficente Recreativa Operária-UBRO (1922).

Estabelecimentos de ensino: Colégio Estadual de Demonstração Lauro Müller (1912); Instituto Politécnico – atual Academia de Comércio (1921–23); Escola Normal Catarinense – atual Faculdade de Educação-FAED (1922); G. E. Antonieta de Barros (década de 40).

²⁶ **Monumentos religiosos** da área de expansão urbana: Igreja São Sebastião (1856); Igreja Evangélica de Confissão Luterana (1913); Igreja Santo Antônio; Capela do Divino Espírito Santo e Capelas dos Colégios Catarinense e Sagrado Coração de Jesus.

Estabelecimentos de ensino: Colégio Sagrado Coração de Jesus (ca. 1891); Escola Alemã (1905); Escola Básica Silveira de Souza (1913); Escola de Aprendizes de Artífices de SC (1922); Colégio Catarinense (fundado em 1905, o prédio é de 1924) e Grupo Escolar Arquidiocesano São José.

Equipamentos comunitários: Asilo de órfãos São Vicente de Paula (1910); Asilo Irmão Joaquim e Maternidade Carlos Corrêa. **Arquitetura oficial:** Quartel da Polícia Militar (ca. 1889, remodelado em 1927).

XIX e localizado na atual praça Esteves Júnior. Outro elemento indutor de ocupação foi a Praça Getúlio Vargas, no antigo bairro do Mato Grosso, uma das raras praças existentes no espaço urbano da Área Central. Apresenta como singularidade tipologias construtivas harmônicas quanto à escala e representativas de diversos períodos e momentos estilísticos.

Alguns espaços urbanos congregavam as residências da população mais abastada. Destacavam-se aquelas localizadas na antiga Praia de Fora, atuais ruas Bocaiúva e Almirante Lamego, com maior porte e requinte na construção, sendo rodeadas por jardins. Hoje estas antigas áreas de expansão são objeto de uma forte dinâmica imobiliária, crescentemente valorizada nas proximidades da orla da baía Norte. Há a sistemática substituição das áreas residenciais unifamiliares por uma ocupação vertical de doze ou mais pavimentos, com uso residencial, comercial ou de serviços, conforme permitido pela legislação de zoneamento vigente.

Os Planos Diretores e a transformação urbana

A paisagem urbana a partir da década de 40 é marcada sucessivamente pela intensificação da partilha do solo, através do loteamento das antigas chácaras, seguida na década seguinte pelo início da densificação vertical, com prédios de oito andares, induzida pelo novo Plano Diretor e materializada inicialmente na área do Centro Histórico. O Plano Diretor de 1955 propunha a implantação do Campus Universitário na Área Central, realizada posteriormente no Pantanal, bem como o remanejamento parcial do traçado viário.²⁷ Entre essas propostas, na década de 60, foi implantada a Av. Beira-Mar Norte, à qual posteriormente foi dada continuidade com a via de Contorno Norte, conforme proposta do Plano Diretor subsequente aprovado em 1976.

Na década de 70 há novos vetores de ocupação do solo urbano, que se expandem para além da Área Central, em direção à vertente oposta do morro da Cruz.²⁸ Tal ocupação é reforçada pela instalação tanto da UFSC, no Pantanal, como da UDESC e das sedes das empresas estatais, no Itacorubi.

As transformações urbanas são também resultantes da nova política nacional de reforço das cidades de porte médio, pois, com o objetivo de reduzir o impacto de migração para os grandes centros, houve um estímulo à descentralização administrativa no País, propiciando a instalação de empresas estatais, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste-SUDESUL e as Centrais Elétricas do Sul do Brasil-ELETROSUL, que representaram um fator adicional ao adensamento populacional de Florianópolis.

²⁷ O Código Municipal de Florianópolis, elaborado pelos arquitetos Edvaldo P. Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar A. Graeff, foi aprovado pela Lei Municipal 246 em 1955.

O antigo porto, conexão vital da cidade com o mundo até início do século XX, aos poucos foi destituído de importância. Foi aterrado na década de 70 para possibilitar a contemporânea conexão terrestre, realizada através das novas pontes de ligação à ilha de Santa Catarina.²⁹ Iniciava-se a implantação de propostas do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, caracterizadas pelo incremento do sistema viário, que vem induzir e impulsionar a expansão urbana. Destacam-se entre as primeiras obras realizadas a implantação da Via de Contorno Norte, iniciada no final da década de 70, e das novas rodovias estaduais de ligação com o interior da ilha, que vão resultar na aceleração das profundas transformações desta área, conforme analisado a seguir.³⁰

Complementarmente às transformações decorrentes da dinâmica imobiliária, o Aterro da Baía Sul acaba sendo o marco referencial de transformação da paisagem urbana florianopolitana. Ocorre uma ruptura definitiva da inter-relação da cidade com o mar, que permeava a estrutura inicial de sua ocupação e havia sido sua razão de existência e importante meio de conexão e sustento.³¹

A manutenção do acervo preservado é também consequência da gradativa diminuição da importância do porto, pois assim foram evitadas transformações substanciais das áreas históricas vinculadas a esta forma de produção. Paralelamente, Florianópolis mantinha sua função agregadora de lugar central da região e capital de Estado, apesar da desfavorável situação de relativo isolamento, decorrente de situar-se fora da rota de ligação nacional, consolidada através do planalto através da atual BR-116.

A cidade apresentou, portanto, momentos de importância intercalados com períodos de pouca efervescência econômica, o que propiciou a criação e a manutenção de um suporte urbano expressivo, capaz de se sustentar, mas que, no entanto, não sofreu as profundas transformações urbanas ocorridas em outras capitais, nem um declínio econômico que viesse em prejuízo da sua estrutura física.

²⁸ Também conhecido por Morro do Antão.

²⁹ Por ocasião do Aterro, em 1974, também foi demolido o **Bar Miramar** (1928), cujo desaparecimento é lamentado até hoje.

³⁰ Este Plano foi elaborado entre 1969/71 e, inserindo-se na política vigente no País, definia um complexo sistema rodoviário. Desdobrou-se na escala metropolitana da Grande Florianópolis, bem como na escala urbana envolvendo a área mais densamente ocupada, compreendida pelos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Anteviu duas áreas de expansão da cidade: uma ao longo da BR-101 e a outra no setor oceânico turístico da costa Leste (da Lagoa da Conceição à Praia do Campeche). Como subproduto apresentava um Plano Diretor para Florianópolis, concluído em 1969 e somente aprovado pela Lei Municipal 1.440 em 1976.

³¹ O Aterro Insular da baía Sul, executado entre 1972-74, foi justificado sobretudo pela necessidade da construção da segunda ponte, denominada Colombo Salles. Entre as propostas não implantadas do Plano Diretor da década de 60 havia a ocupação da recente obra de Aterro, com sua parcial comercialização, incluindo edifícios residenciais. Tal proposta, se implantada, representaria, certamente, a destruição do Centro Histórico.

O interior da ilha

O período de relativa inércia econômica foi sucedido pela crescente valorização das belezas naturais da ilha e, sobretudo, de sua magnífica borda d'água. Apropriado pelo capital turístico, este potencial se tornou acessível graças à abertura da BR-101, consequência do modelo desenvolvimentista, promotor da política de integração nacional, e que acabou resultando em um grande impulso econômico para todo o litoral brasileiro.

A partir da década de 70, ocorre a aceleração do processo de dinamização da interiorização decorrente da venda dos terrenos junto à borda d'água. Além da crescente acessibilidade propiciada pelo sistema viário, ocorre a substituição do modo de subsistência até então representado pela pesca e pela agricultura. Como consequência, também aí há uma mudança radical da paisagem construída. Perde-se a bucólica paisagem ilhoa composta por pastos verdes, entremeados pelas habitações, freqüentemente de madeira, com tipologia repetitiva e lotes estreitos. O sustento e as necessidades estavam em transformação, e com isso a paisagem dessa forma de produção, composta por animais, plantações, carroças e redes de pesca. Paisagens transformadas pela inserção de novos elementos justapostos, que provocam alterações na percepção do entorno originalmente existente ou, então, paisagens substituídas por novos elementos, desvinculados integralmente da história do lugar.

Os remanescentes construídos na Área Central

O capital econômico, de pouca expressão e mobilizado sobretudo na especulação e valorização imobiliária, vem sendo investido na transformação das áreas residenciais unifamiliares e no interior da ilha para incremento da atividade turística. Assim, não há disponibilidade econômica para a transformação generalizada do Centro Histórico. Este, após a desativação do porto, dava apenas suporte às atividades administrativas e comerciais da cidade, que vinham se mantendo constante, destituídas de significativo dinamismo, o que possibilitava uma relativa manutenção das edificações-chave, agregadoras das principais atividades. Geralmente apresentando maior qualidade estética, estas edificações são freqüentemente identificadas como pontos de referência urbana às quais são incorporados valores associativos e simbólicos.

Estes monumentos são emoldurados por um conjunto de edificações anônimas, espalhadas pelos quarteirões. São estes os elementos formadores do tecido urbano, que constituem a sua continuidade e determinam a qualidade dos espaços urbanos daí resultantes, ou seja, ruas e praças. No entanto, sem condições de transformações substanciais, a acirrada concorrência foi provocando a progressiva degradação desse tecido conectivo.

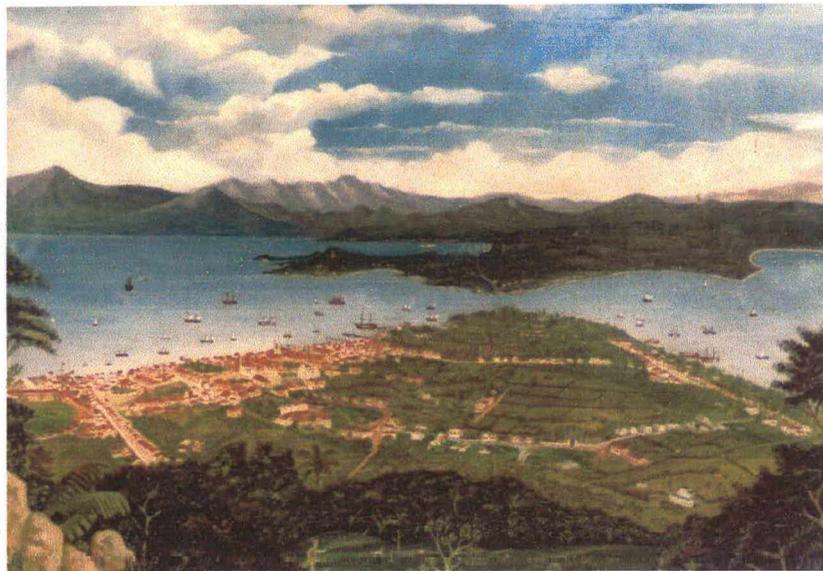
Conjugando ações do homem aliadas a fatores de deterioração natural, o substrato histórico foi sofrendo danos. A ausência de controle sobre tal processo resultou em espaços confusos, degradados, com usos impróprios. Predominava o acúmulo de obstáculos físicos e visuais, representado pelo comércio informal, pelo mobiliário urbano inadequado e pela excessiva poluição visual. Num ritmo de aceleração crescente, muitas edificações foram descaracterizadas, houve a substituição do substrato histórico e a conseqüente perda da qualidade da paisagem.

No entanto, a intensa valorização imobiliária da área provocou uma grande pressão pelo adensamento. Resultou na expulsão da atividade residencial e ao mesmo tempo concorreu para a ocupação de todos os espaços disponíveis. A ausência de habitações, aliada à presença de atividades atreladas a horários definidos, tem causado problemas de segurança, criando zonas desertas logo após o fechamento dos estabelecimentos. A atividade educacional, predominantemente cursos supletivos e de 2º. Grau, estende-se pelo período noturno, ampliando o período de uso do Centro Histórico, porém não chega a se configurar em uma significativa dinamização da área.

Essas reminiscências materializadas, dispersas pela ilha de Santa Catarina, são fruto da realização de diversos segmentos, provenientes das constantes levas de migração. Talvez atraídos pela excepcional beleza ilhoa, de alguma forma deixaram registros de sua presença, cuja preservação passou por uma trajetória que será exposta a seguir.

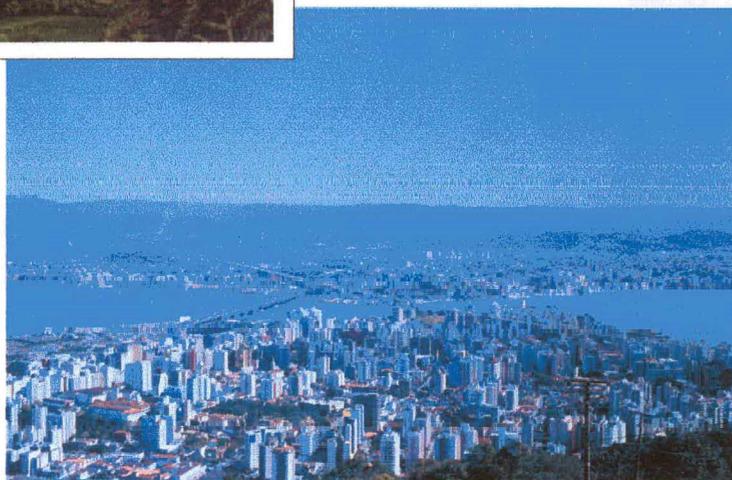
São lugares que justapõem diferentes momentos, às vezes combinando contemporaneidade com substratos históricos. Este produto se fez através de um contínuo processo de construção e destruição da paisagem, que resultou no atual acervo patrimonial ambiental urbano extremamente rico por incorporar diferentes conteúdos sociais e econômicos e ser a expressão das diferentes fases de desenvolvimento e evolução da cidade.

As transformações ocorridas no século XX



Eduardo Dias
Vista de Florianópolis
início do século XX (ca. 1920)

Vista de Florianópolis em 2000



Chegada à cidade
1908 - 2000



1.2 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO

conceituação e aspectos de sua incorporação no cotidiano

1.2.1 Categorias “consciência” e “memória”

O processo de preservação pressupõe inicialmente a conscientização e a identificação de algo, relacionado com nossa memória e passado, ao qual é conferido um valor tal que justifique esforços, individuais e coletivos, no sentido de sua manutenção no tempo.

Para CHAUI (1996, p.117), **consciência** é a capacidade humana de conhecer as coisas e a si mesmo, bem como saber da capacidade desse conhecimento. Do ponto de vista psicológico, consciência “*é o sentimento de nossa própria identidade: é o eu, um fluxo temporal de estados corporais e mentais, que retém o passado na memória, percebe o presente pela atenção e espera o futuro pela imaginação e pelo pensamento*”. Do ponto de vista ético e moral “*é a pessoa, dotada de vontade livre e de responsabilidade. É a capacidade para compreender e interpretar sua situação e sua condição (física, mental, social, cultural e histórica)*”. Do ponto de vista político, a consciência “*é o cidadão, isto é, tanto o indivíduo situado no tecido das relações sociais, como portador de direitos e deveres, relacionando-se com a esfera pública do poder e das leis, quanto o membro de uma classe social*”. É na condição de pessoa e cidadão que se dá a atuação como agente, moral e político na sociedade.

Memória é definida por CHAUI (1996, p.125–128) como a evocação do passado, a sua atualização, conservando na lembrança o que se foi. Para além da memória individual, inserida na dimensão pessoal, há a memória coletiva ou social, registrada nos documentos, relatos e produtos de uma sociedade.

Segundo HALBWACHS (apud ABREU, 1996, p.6–7), a memória coletiva, compartilhada, envolve as memórias individuais. “*É uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo*”. A memória coletiva está sempre se transformando e o seu esquecimento significa que “*os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram*”. Quando há a perda da memória social, a memória coletiva torna-se memória histórica. “*Então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem*”. A noção de escrita pode ser ampliada para a produção materializada, artefatos, objetos, edifícios.

O filósofo francês BERGSON (apud CHAUI, 1996, p.128) define como memória aquela que guarda algo pelo seu especial significado, único e não sujeito a repetição, acontecendo espontaneamente pela força ou pelo impacto do vivenciado. Assim a memória, ou seja, as lembranças do indivíduo são selecionadas, tendo em seu bojo aspectos subjetivos de percepção, afetividade e valoração.

A conjugação da capacidade de memória (que é retenção) com a imaginação (que é protensão) é que possibilita avançar no conhecimento e alcançar novos saberes e práticas. Assim, detalhando as funções da memória, é possível fazer a *retenção* de um dado da percepção; o seu *reconhecimento*, permitindo o estabelecimento de uma conexão entre o já conhecido e o novo; a *recordação*³² de algo como pertencente ao tempo passado e, portanto, diferente de algo presente, e por último a capacidade para evocar o passado a partir do tempo presente ou de lembrar o que já não é, através do que é atualmente (CHAUI, 1996, p.130).

A essencialidade da memória reside no fato de que é através dela que se dá a relação com a variável temporal, fundamentalmente necessária para o desenvolvimento e a continuidade da nossa existência.

1.2.2 Transformações decorrentes da nova dinâmica econômica mundial

O processo de globalização traz consigo a desvalorização da memória, havendo um movimento contrário à preservação, frequentemente entendida como “destituída de sentido”.

Para os antigos gregos, a memória era considerada uma identidade sobrenatural ou divina e tinha a função de imortalizar os mortais. Havia a valorização do passado e, em especial, do “já construído”. LE GOFF (1996, p.14), entende que, a partir do final do século XVII, na Europa, coincidindo com o advento do capitalismo, “a polêmica sobre a oposição antigo/moderno, surgida a propósito da ciência, da literatura e da arte, manifestou uma tendência à reviravolta da valorização do passado: o antigo tornou-se sinônimo de superado, e moderno de progressista. A idéia de progresso triunfou com o Iluminismo e desenvolveu-se no século XIX e início do século XX, considerando sobretudo os progressos científicos e tecnológicos”.

A partir desse momento olhar para o passado passou a ser visto como atitude reacionária, consolidando a necessidade capitalista pelas constantes substituições que alimentam a produção e o comércio. As inovações, diárias, são necessidade e alimento do capital, num processo contínuo. A produção precisa ser consumida para ter novos insumos, que sustentam a continuidade da produção. É irrelevante se o produto do consumo é necessário,

porém deve se constituir em lucro, permitindo novos investimentos. Neste contexto prevalece a idéia da renovação e da mudança, em contraposição ao existente, antigo e velho, considerados retrógrados, sem valor e passíveis de substituição.

|| Produção e consumo estão vinculados. Segundo MARX (1857, p.109), *“o próprio ato de produção é, pois, em todos os seus momentos, também um ato de consumo”*. Porém, o acabamento final do produto só acontece no consumo (*finishing stroke*), sem o qual não há produção. Cita especificamente o exemplo de uma casa que, enquanto desabitada, *“não é, de fato, uma casa efetiva”*.

Ainda MARX (1857, p.110-111), analisando a produção, considera que esta fornece o objeto do consumo e determina também seu caráter, produzindo assim o modo do consumo, não só objetivamente, mas também subjetivamente. A produção gera no consumidor a necessidade dos produtos, citando como exemplo o objeto de arte, que cria um público capaz de compreender a arte e de apreciar a beleza. Assim, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. A *“produção não é apenas um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção (...) Cada um, ao realizar-se, cria o outro”*.

A preservação cultural tem que ser compreendida no âmbito deste processo econômico. Ou seja, o ato de proteção necessariamente tem que ser consequência da ampla conscientização da importância dos objetos preservados. Um objeto protegido através dos mecanismos legais existentes, a exemplo de uma praça, um conjunto de edificações ou um objeto artístico, segundo esta contextualização só incorpora valor e, portanto, adquire sentido de ser, quando assim reconhecido pelos cidadãos. E, ao mesmo tempo, o próprio ato de proteção é que cria as condições de sua valorização. Pois os objetos assim evidenciados vão gradativamente sendo incorporados no imaginário popular. A conscientização da importância da preservação se amplia e os objetos protegidos passam a ser compreendidos de forma diferenciada.

A preservação se insere na dinâmica do consumo de criar a necessidade de uma nova produção. Os objetos protegidos, valorizados, fazem parte do movimento econômico, seja como locais de visitas turísticas, seja como espaços comerciais ou de serviços, podendo ou não ter cunho cultural. Porém, é fundamental não perder como mote orientador das intervenções a razão original que lhes conferiu valor de preservação. Porque o sentido de preservar, muito mais profundo e relacionado com nosso sentido de existência, transcende a questão econômica. V.

³² A recordação se diferencia da lembrança, na medida em que para a primeira é preciso fazer um esforço para lembrar, e na segunda as memórias são espontâneas.

A desvalorização da memória é confirmada pelo descaso aos idosos, considerados um peso para nossa sociedade ocidental, e que, no entanto, em outras culturas são valorizados como portadores do saber acumulado da coletividade.

BENJAMIN (1980, p.1-28) traz a reflexão das transformações dos valores relativas ao objeto da obra de arte, que podem ser transportadas ao conceito de cidade. A partir do valor de culto, o objeto agrega este culto à beleza, incorporando a noção de unicidade dada pelo artista. De objeto sagrado, se transformou em recordação, através dos retratos. As cenas, antes divinas, com o capitalismo perdem sua transcendência e tornam-se cenário da operosidade. O valor artístico se transforma em mercadoria. É a trajetória da variação do valor do objeto, até o momento presente, onde se dá uma ruptura globalizante. Os valores são adaptados às novas demandas: por exemplo, a imagem da cidade se torna mercadoria, podendo resultar em lucro através do turismo.

A unicidade da presença do objeto no local em que se encontra é denominada de “aura” por BENJAMIN (1980, p.7-8). É a esta presença, única, que se acha vinculada toda a sua história. Esta é também a sua autenticidade, ou seja, é aquilo que a obra contém e é originalmente transmissível desde sua duração material até seu testemunho histórico. É a ponte de ligação com a identidade de quem a produziu, significando a materialização de algo que parte do âmago do nosso ser.

A globalização tem ocorrido ao longo do tempo, em levas, sempre quando interesses dominantes determinam a anulação dos valores existentes, em vista da instalação de outros valores, que consolidam a permanência das novas estruturas de poder. Com a chegada dos europeus, o continente americano se tornou um laboratório de ensaio das teorias européias, plasmando nos projetos das cidades coloniais as propostas ideais das cidades renascentistas, totalmente desvinculadas da realidade encontrada. Entretanto, estes núcleos urbanos, carentes originalmente de identidade própria do lugar, tornam-se palco de relações sociais e culturais, caracterizadas pela mescla de aportes da diversidade de identidades, que para aí convergiram de forma mais ou menos voluntária. Hoje, além de manter a proporção da escala humana, esses núcleos expressam a história do lugar, ou seja, sua identidade construída.

|| As mudanças nas relações de produção da sociedade tiveram reflexos diretos na organização das cidades e muitos centros históricos tradicionais não conseguiram sobreviver às drásticas transformações. As novas possibilidades tecnológicas e de comunicação imediata tendem a uniformizar os produtos e a paisagem. Essa massificação despersonalizante despojou as cidades de suas características originais e sua identidade própria. ||

|| A perda da qualidade do ambiente físico é acompanhada do desaparecimento de valores culturais essenciais. O cidadão vai aos poucos deixando de identificar-se com sua cidade. Torna-se fundamental o resgate da “memória urbana”, que ABREU (1996, p.10) define como o “estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos documentos de um determinado lugar”. Lembranças essas que têm sido gradativamente reapropriadas por parte da sociedade. ||

1.2.3 Preservação como alternativa de continuidade cultural e reafirmação de identidade

Ressaltando a importância e a necessidade da continuidade cultural, MAGALHÃES considera:

“uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas sobretudo pela sua continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível de constante realimentação, que garante a uma cultura sua sobrevivência. Para seu desenvolvimento harmonioso, pressupõe a consciência de um largo segmento do passado histórico” (MAGALHÃES, 1985, p.44).

△ A tendência da revalorização do passado foi acentuada não só pela busca pela identidade e qualidade de vida, mas também em vista dos horrores vividos no século XX³³ que, segundo LE GOFF (1996, p.14), conduziram a uma crítica da idéia do progresso. Pois nos períodos de crise e transição as sociedades tendem a viver mais o presente, desconfiando do futuro e revalorizando o que já construíram (ABREU, 1996, p.2).

△ Diante das transformações em curso, no âmbito de uma escala de relações sociais e culturais, o processo sistemático de preservação desponta naturalmente como alternativa de resgate da identidade de cidades, povos, nações. Há a necessidade de garantir um registro para o futuro, ou seja, um testemunho:

“A noção de testemunho para o futuro está implícita na política de preservação dentro de uma perspectiva dinâmica, que supera a mera conservação de objetos baseada em feitos anedóticos ou nostálgicos, para projetar-se numa valorização cultural que assegura a continuidade dos elementos vitais para a sociedade” (GUTIÉRREZ, 1989, p.127).

△ Assim, a preservação transcende a recuperação dos edifícios isolados e dos monumentos, para estender-se à paisagem urbana de qualidade cultural. Os objetos valorizam-se não só pelo aspecto artístico, como pela

³³ Le Goff refere-se, entre outros, às guerras, à bomba atômica, ao nazismo...

projeção sociocultural, integrando-os à vida cotidiana dos cidadãos. A procura por uma identidade requer, portanto, muito mais do que a manutenção de formas congeladas no tempo e a valorização plena das coisas autênticas, a sua reutilização com um sentido social.

A preservação consciente e sistemática de bens culturais foi acontecendo aos poucos e seguiu um complexo processo de compreensão dos objetivos orientadores das ações. O Estado, como o poder instituído responsável pela materialização das propostas sociais e políticas, foi um dos seus importantes agentes. Assim, a constituição e o gerenciamento desse acervo cultural estão relacionados com a sua atuação, através do estabelecimento dos instrumentos jurídicos específicos. Imerso na dinâmica econômica, o Estado responde a uma demanda da sociedade, inicialmente representada por segmentos intelectuais e que só aos poucos vai se ampliando e abrangendo outros setores.

São estabelecidas políticas de preservação resultantes da base legal existente e a partir de valores previamente definidos, cuja compreensão vai sofrendo variações ao longo do tempo. Estas políticas têm como consequência a proteção de bens culturais que passam a integrar os acervos federal, estadual e municipal, sendo objeto de cuidados que visam sua preservação.

△ A existência desse acervo protegido reforça a identidade coletiva, desde que seja resultado da participação do cidadão, como ente sociopolítico, conferindo legitimidade àquilo que identifica como fundamental. Pois, tendo em vista que a história jamais é neutra, freqüentemente a memória tem sido eternizada por registros que representam só fragmentos da sociedade à qual se referem. E estas recordações são quase sempre identificadas com as estruturas de poder dominante que as eternizou e as mantém. Esta prática tem sido por muito tempo a base exclusiva das ações de preservação.

Trabalhar com o legado do passado é um desafio para muitas cidades, pois representa uma atuação integrada em vários planos da realidade local. Só a partir da década de 70 um número mais significativo de áreas históricas dos centros urbanos teve a sua importância reconhecida, com a conseqüente revalorização de seus espaços.

Há formas diferentes de intervenção na dinâmica da preservação do acervo cultural. No entanto, alguns processos contêm uma tal força e dinâmica interna, que conseguem se reintegrar ao novo momento. Outros, que estão no fim de um ciclo, esgotados, não tem condições de, sozinhos, efetuar esta transformação.

Ambas as situações se diferenciam pela atenção e pelo suporte necessários, sobretudo por parte do poder regulador, público. Para os processos “vivos”, o cuidado é evitar que a excessiva dinâmica venha a causar

prejuízo ao substrato histórico. No afã de realização, pode haver o risco de perda daquilo que é essencial. E desaparecendo o que representa a identidade inexistirá um trabalho de preservação. O produto pode vir a ser um cenário agradável, revitalizador para a cidade, mas perde seu conteúdo histórico cultural, representativo da trajetória daquela comunidade.

Outros processos estão em decadência, sem força para sobreviver. Pois, relacionados a um momento histórico diferente, perderam a condição de sobreviver na conjuntura atual. Porém, são necessários para dar o suporte à compreensão do processo histórico, ou até de viabilizar na prática sua manutenção física, a exemplo dos trabalhos manuais, ou seja, o “saber fazer” renda, baleeiras, os “modos de construir” edificações na tecnologia tradicional... São estes processos que, em especial, necessitam do apoio institucional ou do mecenato privado, para se manterem como legado de um momento histórico, sobrevivendo no futuro.

Todos os processos de preservação referem-se a momentos anteriores. São conteúdos que lidam com a transitoriedade do espaço no tempo. E possibilitam dar suporte através da compreensão do amanhã, trabalhando no presente, com radicação no passado.

1.2.4 Aspectos da história da preservação

Foi a preocupação do ser humano com o abrigo, sempre correlacionado ao meio ambiente, que o motivou a regular seu entorno, em conformidade com as necessidades e demandas de seu tempo. Este aspecto influenciará a materialização do acervo edificado, determinando a escolha do seu partido arquitetônico, forma e implantação.

Desde tempos imemoriais a humanidade tem tomado iniciativas isoladas para a preservação dos bens que lhe eram importantes e que perpetuavam um legado para a posteridade. ERDER (1986, p.15-21) considera que nem sempre é possível estabelecer se a causa que resultou na manutenção e preservação de edificações, assentamentos e áreas está em uma tendência, em uma necessidade prática, em um impulso ou em uma reflexão lógica e consciente. Pode ter havido razões simbólicas, políticas, religiosas, econômicas ou estéticas. (Porém, quaisquer que sejam as motivações, o acervo construído estabelece, ao longo do tempo, um elo e uma continuidade entre gerações.)

Um dos importantes fatores da manutenção do acervo edificado foi o alto custo do processo construtivo, sobretudo no período anterior à industrialização, que desestimulava demolições, incentivando acréscimos, que

integravam sucessivamente o elemento novo ao já existente. Conseqüentemente, se mantinha um mesmo padrão estético, que abrangia um extenso período de tempo. Havia inclusive a concepção de grandes projetos, que chegavam a levar séculos para serem construídos, obrigando os construtores a ser um elo de uma corrente maior, dependentes de um plano de construção anteriormente definido. Como o próprio sistema de formação dos artesãos implicava estágios dos aprendizes com vários mestres, era natural o respeito ao existente. A inserção de idéias individuais era sempre subordinada a um plano maior.

As perdas do acervo edificado podem ser creditadas sobretudo a catástrofes, guerras ou acidentes, tais como terremotos, tempestades ou incêndios, estes últimos provocados, freqüentemente, pelo fato de a iluminação ser feita com velas. Um outro importante aspecto de ruptura ocorria com a perda ou transformação de bens culturais devido à dominação política ou religiosa.

No Império Romano, há preocupações econômicas e de configuração urbana explicitadas em regulamentações, a exemplo da punição no caso da venda de uma residência com o objetivo de sua demolição ou da obrigatoriedade de reconstrução de edifícios arruinados, havendo para tal a previsão de ajudas financeiras por parte do império (DÖLLING, 1974, p.9).

As recomendações quanto à estética das cidades abrangiam também punições tanto aos infratores como para a autoridade que não defendesse a cidade de tal vandalismo. As determinações abaixo exemplificadas, do século IV, poderiam ser extratos de uma legislação contemporânea de preservação:

“É inadmissível a deturpação da ornamentação externa dos edifícios privados através de acréscimos modernos, desfigurando as edificações históricas de uma cidade importante, por cobiça, visando a obtenção de dinheiro. Portanto, onde Vossa Excelência verificar que algo foi alterado através de astúcia e perfídia, causando prejuízo à ornamentação do exterior da edificação, deverá ordenar sua remoção. Deixamos ao critério de vosso julgamento, quando se abster e quando se exigirá a remoção”. (Édito dos imperadores Valentianus, Theodosius e Arcadius de 17.07.389) (DÖLLING, 1974, p.9).³⁴

△ A valorização dos testemunhos históricos, sobretudo dos remanescentes da Antigüidade clássica, se inicia na Renascença italiana. Assim, no século XVI havia não só a preocupação com as escavações romanas, como, por exemplo, também foi instalada uma comissão central, em Roma, que tinha como objetivo a preservação de monumentos antigos.

³⁴ Texto traduzido pela autora.

A arquitetura produzida recebe forte influência derivada dos novos conhecimentos obtidos através dessa redescoberta do passado clássico, aliada às conseqüências da expansão europeia, em curso desde o século XV, que possibilitou o contato com outras culturas.³⁵

O período barroco valorizava as obras artísticas existentes, desenvolvendo a preocupação com a história. Há casos onde é possível identificar uma postura de restauração de monumentos danificados, ao invés das usuais adaptações desvinculadas do estilo original.³⁶ No entanto, só no século XVIII, com o Iluminismo e a secularização, inicia-se um esforço sistemático pela manutenção e preservação das realizações dos antecessores.

A partir da segunda metade do século XIX, o intenso desenvolvimento econômico causa grandes transformações no espaço urbano das cidades europeias. O adensamento populacional, incrementado pela migração do campo para as cidades, provocou não só a expansão das cidades, como seu adensamento horizontal e vertical. Há uma ruptura na escala volumétrica tradicional, acrescida das adequações necessárias em vista do crescente fluxo de veículos.³⁷

A pressão imobiliária e o aumento crescente do valor da terra provocaram a indiscriminada substituição das construções e o adensamento com acréscimo de pavimentos ou ocupação do interior das quadras. Houve também alterações nos térreos para atendimento da atividade comercial. Nem sempre os centros históricos mantiveram sua força econômica, havendo a criação de novos centros, com o deslocamento de algumas das atividades para outras áreas da cidade. Porém, a conseqüente degradação é um dos importantes fatores para a preservação dos substratos históricos.

As reações a este processo são intensas. Em 1899, Paul Weber lamenta as perdas dos substratos históricos, por ele denominados de *“crônica de pedra de um lugar”*, comentando que não se faz mais a leitura nessa monumental história da cultura, representada pela arquitetura. Como contraponto, avalia: *“esta contemporaneidade é para ser tão grande, tão incomparável, que coloca o até então existente em segundo plano. Assim, não é de se surpreender o menosprezo ao antigo”*. Finaliza sua crítica considerando que *“um povo*

³⁵ FITCH (1998, p.13) comenta que o Ospedale degl'Innocenti, iniciado por Brunelleschi em 1421, é considerado como a primeira expressão desse interesse pelo passado. As influências asiáticas são notadas, por exemplo, nas *“chinoiscies”* do rococó. O historicismo, que abrange a arquitetura europeia no período aproximado entre 1820 e 1920, tem sua principal característica justamente na utilização de vários estilos, às vezes de forma mesclada.

³⁶ Segundo KIESOW (1989, p.5), em 1755, a Catedral em Speyer, após ser danificada pelos franceses, foi reconstruída segundo o estilo original, e não no estilo barroco, então em voga.

³⁷ Em Paris, através do projeto urbano do prefeito Haussmann, entre 1851 e 1870, ocorre a primeira intervenção de dimensões significativas no espaço urbano, com abertura de grandes vias e demolição de quarteirões inteiros, cuja estrutura era do período medieval.

sem consciência histórica – e em um desses estamos nos tornando mais a cada dia – (...) está fadado ao declínio”³⁸ (apud. KIESOW, 1989, p.16).

Paralelamente às transformações causadas pela industrialização, há o desenvolvimento do processo de preservação em vários países, a exemplo da Itália, da França, da Grã-Bretanha, da Alemanha e, mais recentemente, dos Estados Unidos.

O pensamento romântico criou diretrizes intelectuais que resultaram em bases legais e organizacionais da preservação patrimonial. Este período teve como consequência uma amplitude da consciência da importância dos monumentos históricos. Porém, teve como efeito negativo a perda de importante parcela da substância histórica original.

Diferentemente dos conceitos de restauração atuais, na época vigorava a corrente dos racionalistas românticos, liderados pelo arquiteto e escritor Eugène VIOLLET-LE-DUC (p.192), que definiu restauração como o esforço de “*estabelecer a edificação em uma situação de completitude que talvez nunca tenha existido em nenhum período específico*” e, notadamente, esclarecia que isto era diferente de preservação, reparo ou reconstrução. Tratava-se da “reconstrução estilística”, ou seja, compreendia-se que restaurar significava a continuidade, complementação, através de recriação ou reconstrução, de uma situação antes existente.

Tratava-se de uma preocupação em agregar ao substrato histórico original, seja sob a forma de recuperação de elementos antes existentes ou acréscimos recriados dentro do estilo original, visando obter um produto final homogêneo, que expressasse, em sua integralidade, a estética do período de sua criação.

Em radical oposição a esta postura, o crítico John Ruskin, apoiado pelo designer William Morris, definia restauração como “*a total destruição que uma edificação pode sofrer*”, ou seja, a restauração seria um processo intelectual de destruição do tecido original e sua substituição por materiais novos, destruindo, neste processo, a pátina do tempo (MURTAGH, 1997, p.17). Morris chamava a atenção para a “desonestidade” das restaurações em curso, às quais faltava autenticidade. Considerava que a preservação era alcançada através da constante manutenção dos edifícios através de intervenções de conservação e entendia que, em caso de avançado estado de delapidação, deveriam ser demolidos, dando lugar a novas construções (ERDER, 1986, p.173).

Delineiam-se duas correntes de pensamento, acerca das intervenções no acervo patrimonial, que vão caracterizar a prática da preservação. Porém, ao longo do tempo as recomendações internacionais aos poucos vão colaborando para a formação de parâmetros conceituais mais homogêneos.³⁹

Essas cartas internacionais também recomendavam a ação e o controle do Estado, a exemplo de congresso de arquitetos ocorrido no início do século XX, onde há a recomendação de que a preservação e a restauração dos monumentos deveriam ser realizadas por arquitetos *“diplomados pelo governo ou especialmente autorizados e agindo sob o controle artístico, arqueológico e técnico do Estado”*, sugerindo a instalação de sociedades para a preservação de monumentos históricos e artísticos em cada país.⁴⁰

△ A compreensão do que seria o objeto passível de preservação sofreu profundas mudanças ao longo dos tempos, refletindo o contexto socioeconômico das sociedades em que estava inserido. As cartas internacionais são um balizador importante no acompanhamento do pensamento acerca da preservação. As primeiras trouxeram a preocupação pela definição do bem e seu entorno, observando-se que posteriormente a proteção é estendida aos conjuntos. Há a condenação veemente de estilos do passado.⁴¹ O conceito do objeto a preservar se amplia incluindo paisagens, sítios urbanos ou rurais, estendendo-se *“não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”* (Carta de Veneza, 1964. In: IPHAN, 1995, p.109).

O interesse nas áreas urbanas históricas datava do século XIX, porém foram as destruições provocadas pelas guerras que contribuíram para a instalação de políticas específicas para a proteção dos centros históricos. Aos poucos é dada ênfase aos aspectos ligados à integração da preservação com outras áreas, sua inserção no planejamento urbano e revitalização através de uso do bem preservado. Este, que até então era predominantemente materializado, passa também a ter valor como “imaterial”, incluindo-se não só os mitos, como todo o “saber fazer”. Recentemente, acompanhando as tendências mundiais, as preocupações atingem questões de qualidade de vida, identidade e proteção do meio ambiente. Existem, também, recomendações contemplando aspectos específicos como proteção de bens culturais em conflitos armados, arqueologia, jardins e sítios históricos, autenticidade, patrimônio cultural submerso e educação.⁴²

³⁸ Texto traduzido pela autora.

³⁹ Por exemplo, em outubro de 1931 a Carta de Atenas – Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações considera que *“a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época”*. (A – Conclusões Gerais/I. Doutrinas – Princípios Gerais. In: IPHAN, 1995, p.15).

⁴⁰ Trata-se do Congresso Internacional de Arquitetos de Madri, de 1904 (In: Erder, 1986, p.209).

⁴¹ Artigo 70 da Carta de Atenas (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna–CIAM), novembro de 1933 (In: IPHAN, 1995, p.61).

⁴² As cartas serão abordadas nos capítulos referentes aos períodos em que terão repercussão em Florianópolis.

1.2.5 Preservação dos bens culturais: princípios básicos e terminologias⁴³

Bem é o acervo material, ou seja, objetos móveis, edificações, assentamentos e paisagens, e o acervo imaterial, que contempla tradições, folclore e expressões artísticas em geral. Compreende tanto o conteúdo como o entorno a que pertence.

Significação cultural⁴⁴ designa o valor estético, histórico, científico, social ou antropológico de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.

Preservação é a ação incidente sobre o bem objetivando garantir sua forma existente, integridade e material.

Salvaguarda é qualquer medida que não implique a intervenção direta sobre a obra, tais como legislação de proteção e incentivos fiscais.

BENS CULTURAIS: acervo material imóvel⁴⁵

Monumentos são todas as estruturas (juntamente com respectivo entorno, instalações e ornamentos pertinentes) de valor dos pontos de vista histórico, artístico, arquitetônico, científico ou etnológico. Esta definição inclui obras de escultura e pintura monumentais, elementos e estruturas de natureza arqueológica, inscrições, habitações em cavernas e todas as combinações dessas modalidades.

Grupos de edificações são todos os grupos de edificações conectados ou individualizados e seu entorno, urbano ou rural, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade e implantação na paisagem, são de valor do ponto de vista histórico, artístico, científico, social ou etnológico.

Sítios são todas as áreas topográficas e paisagens, as obras humanas ou as obras combinadas naturais e humanas, incluindo parques e jardins históricos, que possuam valor do ponto de vista arqueológico, histórico, estético, etnológico ou antropológico.

⁴³ Os conceitos foram extraídos das seguintes fontes: “significação cultural” (Carta de Burra, art. 1º. – In: IPHAN, 1995, p.283); “preservação” (MURTAGH, 1997, p.19) e “salvaguarda” (Carta de Restauo, art. 4 – In: IPHAN, 1995, p.194).

⁴⁴ Cultura vem do verbo latino *colere*, significando cultivar, criar, tomar conta e cuidar. Era o cuidado dos homens com a natureza (agricultura), com os deuses (culto), com a alma e educação (puericultura). A partir do século XVIII passa a significar civilização (CHAUL, 1996, p.292).

⁴⁵ As definições de “monumento”, “grupo de edificações” e “sítio” foram extraídas do artigo 3º. do estatuto do International Council on Monuments and Sites–ICOMOS, adotado a partir de 22/05/1978. São similares às definições utilizadas na Convenção sobre a salvaguarda do Patrimônio mundial, cultural e natural, adotado em 1972, e aprovado pelo Congresso Nacional do Brasil em 1977.

A definição de “centro histórico” foi extraída do anexo D da Carta do Restauo (IPHAN, 1995, p.212).

ICOMOS é uma organização internacional envolvida com a promoção da conservação, proteção, reabilitação e melhoria de bens culturais, em âmbito internacional. Desde 1970 é associado e consultor da United Nations Educational Scientific and Cultural Organization–UNESCO. Tem atuação na Convenção Mundial do Patrimônio para aconselhar o Comitê Mundial do Patrimônio e a UNESCO na indicação de novos sítios para a Lista de Patrimônio da Humanidade.

Centros Históricos são os antigos centros urbanos, bem como todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, tenham se constituído no passado ou tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico, pelas características urbanísticas ou arquitetônicas particulares.

NÍVEIS DE INTERVENÇÕES NOS BENS CULTURAIS⁴⁶

Conservação é o conjunto de medidas destinadas a preservar as características que apresentam uma significação cultural de um bem. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará, ou não, a preservação ou a restauração, além da manutenção. Poderá compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e às exigências práticas.

Manutenção é a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem. (Não deve ser confundido com *reparação*, que implica restauração e reconstrução).

Consolidação é o acréscimo ou aplicação de materiais ao substrato existente de modo a garantir sua durabilidade ou integridade estrutural.

Restauração é o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido.

Reconstrução é o restabelecimento, com máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido, distinguindo-se pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. (A reconstrução não deve ser confundida, nem com *recriação*, nem com a *reconstituição hipotética*).

Anastilose é a recomposição de partes existentes originais, mas desmembradas, quando em pedra ou madeira.

Reintegração é o o assentamento de pequenas partes parcialmente perdidas, reconstruindo as lacunas de pouca identidade com técnica claramente distinguível ao olhar ou com zonas neutras aplicadas em nível diferente do das partes originais ou deixando à vista o suporte original, particularmente nos pontos de enlace com as partes antigas com marcas e datas onde for possível e, especialmente, jamais reintegrando *ex novo* zonas figurativas ou inserindo elementos determinantes da figuração da obra. É admitida, mediante documentação e verificação histórica.

Substituição é a ação sobre uma parte do todo danificado ou inadequado, através do novo, com função parecida ou idêntica e vista dos aspectos estéticos, funcionais e técnicos.

⁴⁶ Os conceitos relativos aos "bens culturais" foram extraídos da "Carta de Burra: Carta para a conservação de bens de significação cultural", elaborada pelo ICOMOS/Austrália, 1980 (In: IPHAN, 1995, p.283).

CONCEITOS COMPLEMENTARES⁴⁷

Proteção é a ação necessária, em termos legais, para garantir a existência do bem, sendo baseada em legislação e normas de planejamento. Pode também considerar a proteção física de um objeto em risco de dano, sob a forma de abrigos, coberturas ou até remoção.

Adaptação é o agenciamento de um bem a uma nova destinação, sem a destruição de sua significação cultural.

Princípio do uso compatível é uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo.

Réplica é a duplicação de um artefato objetivando a substituição do original com vistas à sua salvaguarda de desgaste em vista do uso irregular ou excessivo.

Reedificação é a nova construção de monumentos, geralmente após catástrofes recentes, causando destruição de ação rápida, tais como guerras, incêndios, terremotos. Trata-se de opções excepcionais e geralmente ocorrem para atender a uma forte vontade popular. São realizadas com auxílio da pesquisa científica e das fontes documentais, podendo ou não acontecer na forma exata do elemento que desapareceu. No primeiro caso trata-se de cópias.

ASPECTOS URBANOS⁴⁸

Reabilitação urbana é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

Revitalização urbana engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.

Requalificação urbana aplica-se sobretudo a locais funcionais diferentes da “habitação”; trata-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual.

⁴⁷ Os conceitos de “proteção” e “consolidação” foram extraídos de FEILDEN e JOKILEHTO (1992, p.10-11); “anastilose” e “reintegração” de Carta do Restauero, art 7º. (IPHAN, 1995, p.197); “substituição” e “reedificação” de MÖRSCH (1989, p.13) e o de “réplica” de MURTAGH (1997, p.22).

⁴⁸ Os princípios referentes às questões urbanas foram extraídos da “Carta de Lisboa: Carta de Reabilitação urbana integrada”, elaborada em Lisboa, outubro de 1995, no âmbito do “I Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana”.

2 PRIMÓRDIOS DO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS¹

O processo de conscientização da necessidade de preservação dos testemunhos culturais foi acontecendo gradativamente, ampliando-se da ação individual, liderada inicialmente, sobretudo, de intelectuais, para um espectro mais amplo de pessoas envolvidas. Contribuíram para a formação dessa conscientização as diferentes ações culturais que ocorreram no campo das artes plásticas, do teatro, da literatura, da pesquisa e da educação. E foram iniciativas dessa ordem que, no Estado de Santa Catarina, antecederam a instalação de um sistemático processo de preservação, que vinha acontecendo na esfera federal, mas só ocorreu a partir de 1974 no âmbito do município de Florianópolis e, de forma menos intensa, também esfera na administração estadual. Este capítulo aborda o período que antecedeu à implantação desse processo executivo da política de preservação em âmbito municipal.

2.1 O processo de preservação no Brasil

No Brasil a controvérsia advinda do entendimento acerca da preservação de remanescentes da nossa cultura vem de longa data. Refere-se sistematicamente à questão básica de decidir entre a sobrevivência de signos e objetos do nosso passado diante da premente necessidade de solucionar os problemas do cotidiano.

Assim, já em 1742 o Conde das Galveias, Vice-Rei do Estado do Brasil, contestava a decisão do Governador de Pernambuco de transferir os Quartéis para o Palácio das Duas Torres. Indignava-se que, por uma reduzida poupança, não se pudessem construir acomodações mais adequadas aos soldados, preservando a história da Nação. Entendia que o uso, pouco cuidadoso, dos soldados instalados no monumento poderia causar o arruinamento de *“uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania, de que se seguiu livrar-se do jugo forasteiro todo o mais restante da América*

¹ Os mapas, que são referência para todos os próximos capítulos, bem como a tabela 2, que apresenta a síntese do processo de preservação, estão inseridos no final do capítulo 6 – A inserção do Patrimônio preservado no cotidiano urbano: Projeto Renovar. Trata-se dos mapas relativos aos Tombamentos e às Áreas de Preservação Cultural, tendo sido também elaborados mapas analíticos que apresentam a efetivação das ações de proteção pelos períodos cronológicos adotados neste estudo. O mapa das Unidades de Conservação, relativo à proteção do patrimônio natural, sintetiza tanto as ações realizadas, como o seu período de ocorrência.

Portuguesa". Referia-se às edificações como "livros que falam, sem que seja necessário lê-los" (MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1980, p.61-62).

Os protagonistas da preservação da memória do País foram intelectuais, preocupados com a valorização do estudo científico ou da adequada prática profissional, muitas vezes congregados em organizações profissionais, não-governamentais.²

O século XX teve seu início marcado pelo Modernismo. São novamente intelectuais que, agora rompendo com o passado, buscam uma nova linguagem estética. Neste processo entendem, também, a necessidade de buscar neste mesmo passado a construção de uma tradição. Justifica-se, assim, o profundo envolvimento dos modernistas com a temática do nacionalismo, tradicionalmente conservador, e seu engajamento na vida política e institucional da nação (FONSECA, 1997, p.96-98).

Foram justamente arquitetos modernistas que, contestando o ecletismo, foram os primeiros profissionais preocupados com o registro sistemático do patrimônio arquitetônico colonial, na busca das raízes culturais brasileiras.³

Também em outros países a preocupação com a inventariação do acervo cultural não partiu de políticos ou de historiadores, mas sim de arquitetos que, então comprometidos com o historicismo do século XIX, produziram uma exaustiva documentação das edificações antigas. Tal prática resultou em ações de preservação e de defesa, que obtiveram a adesão de outros segmentos na busca da permanência de edificações ameaçadas de destruição. Esta atuação acabou contribuindo para iniciativas mais sistemáticas de políticas institucionais de preservação do acervo edificado. No Brasil o movimento preservacionista apresentou um caráter elitista que, por muito tempo, ficou restrito a grupos liderados por artistas e intelectuais.⁴

Mas, em âmbito nacional, a prática da política de preservação acontecia em museus, que acumulavam, aleatoriamente, signos da política local e nacional, instalados em diversos pontos do território nacional.⁵ Contemplava-se, então, predominantemente, os fatos históricos e também aspectos genealógicos representativos tanto da história política,

² A exemplo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro-IHGB, fundado em 1838, que contribuiu para a consolidação e difusão do conhecimento científico acerca do território nacional e dos fatos relativos à formação da sua memória histórica, auxiliando, inclusive, na definição de políticas públicas brasileiras.

³ A dinâmica dessa categoria levou à criação do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB, ainda em 1921.

⁴ Na Europa, o pensamento historicista, então vigente e de grande abrangência, resultou no engajamento de setores não-governamentais com características populares. Recebeu o amplo apoio da sociedade civil, organizada em associações, que chegaram a atuar na salvaguarda física de monumentos em arruinamento. Algumas destas sociedades adquiriram bens culturais, objetivando sua preservação.

E nos Estados Unidos da América, MURTAGH (1997, p.28) cita o conhecido exemplo ocorrido em meados do século XIX, de um grupo de mulheres, lideradas por Ann Pamela Cunningham, que se organizou para comprar Mount Vernon, uma edificação associada à figura histórica de George Washington, já que o governo havia se omitido em fazê-lo. Movimentos populares de tal abrangência não tiveram paralelo no Brasil.

⁵ Entre os primeiros museus criados no século XX, são do início da década de 20 o Museu Histórico Nacional (1922), bem como o Museu Casa de Ruy Barbosa (1927), ambos no Rio de Janeiro. E são de 1940 o Museu das Missões, São Miguel/RS e o Museu Imperial, Petrópolis/RJ, aos quais seguem-se outras iniciativas.

como da história das famílias que contribuíram para o processo histórico dominante. Estes bens, móveis, eram de pequeno vulto quanto às suas dimensões físicas e, sob a guarda dos museus, estavam resguardados da depredação.⁶

O conceito do objeto a preservar, aos poucos, alcançou contextos mais amplos. Os artefatos deixavam de ser exclusivamente símbolos históricos e eram reconhecidos também por seu valor estético. Estas medidas, quando aplicadas a bens imóveis, na Europa atingiam inicialmente só os bens públicos e eram acompanhadas da necessidade de inventariação dos bens.⁷

No Brasil, a preservação dos bens culturais foi regulada ainda na década de 30, através do Decreto-Lei 25/37, vigente até hoje. Tendo sido concebido por intelectuais modernistas, assumiu posturas inovadoras, ao invés da tradicional identificação com concepções historicistas e conservadoras.⁸

Naquele momento já havia sido criado um novo instituto de preservação, sob a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–SPHAN⁹, que englobava a proteção do universo cultural, incluindo o gerenciamento da preservação dos bens culturais, como também os museus. Tinha como finalidade promover, segundo o artigo 46 da Lei Federal 378/37, *“em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”*. Implementava-se uma das mais antigas entidades oficiais de preservação de bens culturais na América Latina.¹⁰

Com relação à sua atuação, este período atingiu duas fases distintas da instituição. A fase do movimento fundador do patrimônio, que foi chamada de fase heróica do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico

⁶ Tal processo é análogo em outros países. Por exemplo, na Alemanha o início do processo de preservação já ocorre em 1780, porém refere-se exclusivamente a objetos de valor histórico, ou seja, à manutenção de brasões, lápides, epitáfios e inscrições, obrigando também a entrega de moedas e outras relíquias encontradas por ocasião de obras em edificações antigas.

⁷ Com relação ao desenvolvimento do conceito de valor histórico, abrangendo também o aspecto artístico, segundo KIESOW (1989, p.9), na Alemanha a medida atinge inicialmente os edifícios públicos e monumentos, pois em 1815, no Estado da Prússia, havia uma determinação que todas as alterações nestes bens deveriam ser previamente analisadas por uma comissão superior de obras públicas. A inventariação é estimulada pois, em 1818, no Estado de Hessen, há a exigência da realização de inventários dos bens construídos dignos de manutenção, havendo também a necessidade de inclusão dos achados arqueológicos. Visando aspectos práticos, era elaborado o relatório do estado de conservação do bem, com sugestões de como proceder quanto a obras de manutenção e melhoria. É interessante ressaltar que, a exemplo do Brasil, as instituições inventariantes passariam a ser responsáveis pela preservação dos bens relacionados no inventário.

⁸ Mário de Andrade, em 1936, por encomenda do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, elaborou o anteprojeto de um instituto de proteção ao patrimônio, que veio servir de base para a formulação do Decreto-Lei 25 de 30/11/1937. Segundo VIEIRA (s/d), a proposta inicial difere consideravelmente do texto legal final, pois neste último foi inserido o sentido de “exaltação nacional” do conceito de patrimônio, que veio contribuir para o projeto político de afirmação da brasilidade. Mario de Andrade propunha a criação do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, sem mencionar a palavra “histórico” e parece que pretendia valorizar a totalidade da produção cultural, englobando tanto a arte acadêmica, como a popular e o folclore.

⁹ Em 1936, o SPHAN começa a funcionar em caráter provisório, sendo criado pela Lei 378 de 13/01/1937.

¹⁰ A Lei Federal 378 de 13/01/1937 vinculou o SPHAN ao Ministério da Educação e Saúde Pública e só em 1953 há a criação do Ministério de Educação e Cultura, desmembrado da Saúde Pública. O SPHAN teve como primeiro diretor Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que dirigiu a instituição de 1936 (quando ainda era experimental) até 1967, cuja atuação foi decisiva na implementação do processo de preservação no País, a exemplo de manifestação, em documento interno, acerca de recursos disponíveis para intensificação dos serviços necessários, onde comenta que *“(…) Tenho, todavia, esperança de que o novo governo do país se compenetre de que não são supérfluas as despesas em proveito do patrimônio histórico e arqueológico do Brasil”*. (Ofício a Piazza de 27/04/1964 – Arquivo 11ª. SR IPHAN).

Nacional-DPHAN¹¹, e que terminou em 1967, quando da aposentadoria de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. A seguir iniciou-se o movimento renovador, sua **fase moderna**, sob a direção de Renato Soeiro.

A análise que pode ser feita é que, nesse período inicial, tão fundamental para a estruturação de um conceito de preservação no País, o IPHAN¹² limitou-se a estudos e ações que objetivavam identificação, registro, avaliação, proteção, através do tombamento, e manuseio ou recuperação do acervo patrimonial voltado, principalmente, para os monumentos representativos dos primórdios da história nacional. Não assumiu, no entanto, a tarefa educacional que pudesse vir a consolidar e multiplicar, junto com outras parcerias e nas demais esferas, a conscientização da importância da preservação. AZEVEDO (1989, p.32) avalia que neste período a restauração no Brasil se fazia nos canteiros de obras, na maioria das vezes sem projeto e sem outro critério, senão o bom senso.

Porém, a ação de preservação foi efetiva. Ao longo de décadas, em muitos Estados o IPHAN se manteve como a única instituição governamental atuante na preservação do patrimônio cultural da nação. Foi assim, também, em Santa Catarina, onde a atuação do IPHAN iniciou-se ainda em 1938, sendo que a estrutura cultural do Estado só foi criada 18 anos depois, na década de 50. Assim, a política de preservação ocorrida em Florianópolis durante muito tempo se deveu à intervenção institucional federal, às vezes viabilizada através de convênios com as outras instâncias administrativas. Ao longo deste tempo houve, também, o aporte de intelectuais e organizações não-governamentais.

2.2 Aspectos formadores do panorama cultural de Florianópolis

A preocupação com a preservação do rico acervo arqueológico localizado ao longo de uma extensa faixa litorânea, incluindo a ilha de Santa Catarina, data do século XIX, quando a União já chamava a atenção para a importância do patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina. Tanto é que POYARES DOS REIS (Obra inédita, p.37) informa que o Governo Federal, por ocasião da construção da estrada de ferro Dona Thereza Cristina¹³, recomendou cuidados especiais com os fósseis e artefatos indígenas, solicitando a sua não destruição e seu envio para os Museus do Estado e da Capital Federal, no caso, para o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

¹¹ Em 1946 o SPHAN passa a denominar-se DPHAN.

¹² A partir de 1970, o instituto federal de preservação passa à denominação de Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional-IPHAN, com autonomia administrativa e financeira.

¹³ A Estrada de Ferro Dona Thereza Cristina foi construída para o escoamento do carvão das jazidas de carvão de Lauro Müller (então Minas) para os portos de Laguna e Imbituba.

Na época, seu valor também foi reconhecido por alguns segmentos da população, pois o Jornal Democracia de Laguna acusava a construção da ferrovia pela destruição de sítios pré-históricos, levantando a argumentação de que a estrada poderia contornar o sambaqui evitando, assim, seu arruinamento (POYARES DOS REIS, obra inédita, p.37). Esta disputa mantém-se ainda hoje, cem anos depois, com as obras de ampliação na BR-101, quando houve a necessidade de salvaguarda emergencial de estruturas arqueológicas.

△ Pode-se considerar que o marco inicial de um movimento concreto no sentido da pesquisa e documentação é a criação do Museu Provincial. Iniciativa surpreendente, pois ocorre em 1879. Talvez seja o primeiro museu em Florianópolis, ou até no Estado. Coerentes com o espírito vigente, neste museu foram previstas seções diferenciadas, incluindo os reinos mineral, vegetal e animal, a paleontologia e a numismática. Havia, também, uma seção de raridades, que englobava “*instrumentos indígenas, objectos de heraldica, industria doméstica, curiosidades artisticas, pelles de animaes, pennas de aves, retratos de homens celebres, adornos, livros e jornaes antigos, manuscriptos preciosos, telas, etc*”.¹⁴

Instalado na Praça Pereira Oliveira, seu acervo possivelmente foi vendido ou cedido aos padres jesuítas do Colégio Catarinense, em 1924, por autorização do governador Hercílio Luz. Os desdobramentos relativos a esse acervo serão analisados posteriormente (PEREIRA, 2000).¹⁵

△ No entanto, a primeira realização cultural da então Província de Santa Catarina havia ocorrido anteriormente, com a instalação, em 1832, de um Gabinete de Leitura. CORRÊA (1997, p.19-20; 43) considera tal fato memorável, em vista da cidade recém-saída de sua condição de vila contar com somente 7.000 habitantes.¹⁶ E entre as manifestações culturais da época, foi expressiva a atividade teatral, tendo-se notícia de eventos ocorridos ainda no início desse mesmo

¹⁴ O Museu Provincial foi fundado através de ato provincial em 30/10/1879, com a determinação que os objetos que iriam compor o acervo deveriam ser depositados no salão do Atheneu Provincial, até que houvesse *specimens* em número suficiente para a sua inauguração, que ocorreu em 1885 (Cópia do ato cedida por PEREIRA).

¹⁵ Em 1923, no prédio do Museu Provincial foi instalado o Liceu de Artes e Ofícios, hoje Escola Técnica Federal de Santa Catarina, e, após, o Tribunal de Justiça (Informações cedidas por PEREIRA e coletadas no arquivo do Tribunal de Justiça, ano de 1929). O Liceu, segundo PIAZZA (1996, p.66), posteriormente foi instalado na Rua Blumenau (hoje Rua Victor Konder, 321 antigo 53), prédio de propriedade da Fundação Vidal Ramos, que também abrigou o IHGSC. Em 1929, o Liceu foi transferido para as novas instalações na Rua Almirante Alvim, onde também funcionou a Prefeitura Municipal, imóvel hoje tombado em âmbito municipal. No contexto da construção da ferrovia Dona Thereza Cristina, há também a notícia de um Museu do Liceu de Artes e Ofícios existente na Capital do Estado. POYARES DOS REIS (b, p.39) cita correspondência do Eng. Messeder ao Governo do Estado, datada de outubro de 1890, informando o envio de objetos arqueológicos para aquele local, recolhidos dos sambaquis sobre os quais fôra construída. Segundo PEREIRA, é provável ter se tratado desse Museu Provincial.

¹⁶ O Gabinete de Leitura estava vinculado às atividades da Sociedade Patriótica Catarinense, criada em 1831 por Jerônimo Francisco Coelho, fundador da imprensa catarinense. Funcionou apenas até 1835, e cerca de vinte anos depois é criada a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (Lei 373 de 31/05/1854), inaugurada em 09/01/1855 e funcionando inicialmente na Assembléia Legislativa Provincial.

É de se ressaltar que em 1836, através da Lei 35 de 14/05/1836, o Estado de Santa Catarina assume a questão educacional, na época vinculada diretamente ao Presidente da Província (SOUZA, 1975).

século XIX.¹⁷ Essas atividades certamente contribuíram para a criação das bases que possibilitaram a conscientização e o desenvolvimento de um processo de preservação cultural na cidade.

Algumas ações da organização civil antecederam as políticas governamentais, dando-lhes o necessário suporte para a realização. Destaca-se a atuação de José Boiteux¹⁸ que, no final do século XIX, idealiza a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina–IHGSC, cuja atuação constituiu-se num aporte para o desenvolvimento da pesquisa no Estado, muitas vezes instrumentando decisões governamentais.¹⁹ É interessante ressaltar que entre os objetivos do IHGSC também se incluía a organização de um museu, com propósito semelhante ao do Museu Provincial.²⁰ Assim, desde a criação da instituição ficavam evidenciados seus objetivos científicos; porém, só posteriormente, na década de 80 do século findo, os estatutos de 1984 explicitaram, entre suas finalidades, a preocupação com a defesa do patrimônio histórico de Santa Catarina.

2.2.1 O “Congresso de História” e a instalação do ensino superior

Complementando a atuação cultural vigente desde o século XIX, o grande evento que deflagrou um movimento mais sério e efetivo em direção ao aprofundamento dos estudos científicos no Estado foi o 1º. Congresso de História Catarinense, ocorrido em 1948.²¹ Realizado pelo IHGSC, tinha como objetivo destacar a colonização açoriana na ilha de Santa Catarina. Assim, para as festividades foi lançada a pedra fundamental para o Monumento Comemorativo ao 2º.

¹⁷ Após diversas iniciativas, em 1875 era inaugurado o Teatro Santa Isabel que, em 1894, passou à denominação atual. Por dificuldades, em vista da falta de recursos da sociedade empreendedora, a obra acabou sendo assumida pelo Governo do Estado. Segundo CABRAL (p.149;153), a primeira apresentação teatral na cidade deve ter ocorrido em 1817, idealizada pelo Juiz de Fora, Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva, no Teatro Lealdade ao Soberano. Houve ainda outras iniciativas posteriores, tais como o Teatro Nôvo e o Teatro São Pedro de Alcântara.

¹⁸ José Arthur Boiteux (Tijucas/SC, 1865 – Florianópolis/SC, 1934) foi magistrado, jornalista, político e dinamizador da ação cultural do Estado. Através da sua ação político-cultural fundou importantes instituições (a exemplo do IHGSC, do primeiro Arquivo Público do Estado e da Academia Catarinense de Letras), bem como foi o organizador do ensino superior no Estado (fundador do Instituto Polytechnico e da Faculdade de Direito de Santa Catarina) que contribuíram para a estruturação da cultura catarinense. Em âmbito nacional participou ativamente para a realização dos primeiros Congressos Brasileiros de Geografia. Destaca-se seu empenho na instalação de diversos monumentos a vultos da história catarinense, bem como placas em edificações relacionadas a pessoas ilustres (BAHIA, 1994).

¹⁹ O IHGSC é a mais antiga instituição científica atuante no Estado, tendo sido criada em 07/09/1896, seguindo a matriz do IHGB. Hoje tem por objetivo “*pesquisar, investigar, interpretar e divulgar fatos históricos, geográficos, etnográficos e arqueológicos, relacionados com o Estado de Santa Catarina*”. (PIAZZA, 1996, p.5; 115). Teve como primeiro presidente o Desembargador Francisco de Cunha Machado Beltrão.

Quando da disputa dos limites com o Estado do Paraná, o Governo do Estado de Santa Catarina indicou José Boiteux, então 1º. Secretário do IHGSC, para procurar nos arquivos em Lisboa a documentação necessária para fundamentação do pleito (PIAZZA, 1996, p.13).

²⁰ Com relação a este Museu, assim como no Museu Provincial, poderiam fazer parte do acervo, conforme o artigo 1º. do primeiro estatuto de 1896 do IHGSC, “*objectos de arte, uso e costumes indígenas, instrumentos e armas, e bem assim de objectos que tenham pertencido aos homens notáveis do paiz*”. Atendendo à finalidade de pesquisa geográfica, uma seção do museu deveria “*fornecer os dados precisos para qualquer trabalho sobre a fauna e flora genuinamente catharinense*”. Porém, não se tem notícia da organização e exposição dos elementos recebidos para este museu.

²¹ O Congresso de História Catarinense foi realizado entre 5 e 12 de outubro de 1948 pelo IHGSC, sob a presidência do desembargador Henrique da Silva Fontes, tendo nomes como Oswaldo Rodrigues Cabral na sua organização. Houve a apresentação do impressionante número de 85 trabalhos, subdivididos em 10 seções temáticas (PIAZZA, 1996, p.37–43). Segundo CORRÊA (2000),

Centenário da Colonização Açoriana (CORRÊA, 1998, p.26). Localizada defronte do prédio da Câmara Municipal na Praça XV de Novembro, a execução do monumento caberia às instituições públicas, mas, como tantos outros exemplos, advindos do problema de descontinuidade de ações iniciadas, o monumento não foi erguido e as pedras vindas dos Açores foram desviadas do almoxarifado da Prefeitura Municipal (PIAZZA, 2001). Apesar da inexistência de uma vinculação histórica direta, esta proposta veio a ser retomada e concretizada quase 50 anos depois, em outro local.²²

△ O Congresso representou uma significativa mudança do enfoque dado à História em Santa Catarina, resultando, de imediato, na criação da Comissão Catarinense de Folclore²³ (PIAZZA, 2001). E entre suas conseqüências mais importantes ocorreu a implantação da Faculdade de Filosofia²⁴, com os cursos de História e Geografia, elementos indispensáveis para a criação, em 1960, da Universidade Federal de Santa Catarina–UFSC (CORRÊA, 1998, p.17;18;25;36).

Contribuindo também para com a pesquisa científica, ainda neste período inicial, foi criado, junto à Faculdade de Filosofia, o Núcleo de Estudos Portugueses–NEP que, em parceria com profissionais portugueses, desenvolveu pesquisa histórica.²⁵

△ A reviravolta nas concepções estéticas e literárias, ocorridas em âmbito nacional na década de 20, aconteceram mais tardiamente no Estado de Santa Catarina. A partir da década de 50, além da criação de organizações associativas em prol da arte e da cultura, houve a instalação de museus e a institucionalização da cultura, conforme analisado a seguir. Na área da educação e da pesquisa ocorreram importantes iniciativas, com a criação de duas universidades, do Instituto de Antropologia e do ressurgimento do Arquivo Público do Estado que marcaram a década de 60. A instalação

sua abrangência foi nacional e internacional, recebendo a contribuição de acadêmicos portugueses e brasileiros, sobretudo da recém-fundada Universidade de São Paulo–USP. PIAZZA (2001) destaca a vinda do português Manoel de Paiva Boléo.

²² Este fato será abordado posteriormente.

²³ A **Comissão Catarinense de Folclore** foi criada em 7/10/1948, então Subcomissão da Comissão Nacional de Folclore, cuja estruturação havia sido estimulada pelo Ministro Renato Almeida, seu criador. O 1º. Secretário Geral dessa Subcomissão foi Oswaldo R. Cabral, que com Almiro Caldeira de Andrade (secretário) e Walter Fernando Piazza (tesoureiro) compuseram a primeira diretoria. Henrique Fontes, os irmãos Lucas e José Boiteux, Oswaldo Ferreira de Melo, entre outros, foram importantes colaboradores, com artigos e pesquisas publicadas no Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. Este Boletim era trimestral, tendo inicialmente como diretor Oswaldo Cabral e redator Walter Piazza (1949–53) e depois Piazza como diretor (1953–60). Desde 1970 a presidência é exercida por Doralécio Soares (SOARES, 1998, p.9 e PIAZZA, 2001).

²⁴ A **Faculdade Catarinense de Filosofia** foi criada em 1950 e começou a funcionar em 1955. Localizava-se na Rua Esteves Júnior, próxima à Praça do mesmo nome, onde depois funcionou a Casa do Estudante Universitário–CEU, hoje tombado em âmbito municipal. Havia também anexos da Faculdade de Filosofia, na mesma Praça, junto ao mar, hoje demolidos.

O início do ensino superior no Estado havia ocorrido em 1917, com a criação do Instituto Polytechnico, instalado na Rua João Pinto, 41 (esquina com Travessa Ratchiff) e posteriormente transferido para o prédio onde hoje localiza-se a Academia de Comércio. Na década de 30 há a criação da Faculdade de Direito (1/02/1932), organizada inicialmente como instituto livre, só sendo oficializada por Decreto Estadual em 1935. No início, foi instalada provisoriamente na Rua Felipe Schmidt, 2 (esquina com Praça XV de Novembro).

²⁵ O NEP foi criado por George Agostinho da Silva (PIAZZA, 2001).

do “campus universitário” da UFSC foi também indutora de um vetor da expansão urbana da cidade que, em meados da década, veio a ser reforçado com a criação da UDESC.²⁶

Entre as organizações associativas destacavam-se as atividades do Grupo Sul²⁷ e da Comissão Catarinense de Folclore. Continuavam também as atividades do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras, fundada na década de 20.²⁸

2.2.2 Institucionalização da cultura no Estado de Santa Catarina²⁹

A institucionalização da área cultural do Estado, ocorrida na década de 50, foi estruturada através da criação da Diretoria de Cultura, que ficou vinculada à Secretaria de Educação e Cultura. Seu primeiro diretor, George Agostinho da Silva³⁰, deu continuidade à política de implantação de museus preconizada em âmbito federal.³¹ Assim, entre suas atividades estava a formação de uma Comissão Estadual de Museus, para a qual o DPHAN, órgão federal de preservação, colaborou com indicações.³² Na época foi também instituída a Casa de Santa Catarina, objetivando dar suporte para as entidades culturais e artísticas, tais como o Museu de Arte Moderna de Florianópolis, bem como as organizações civis, acima referidas.³³

²⁶ O “campus universitário” da UFSC, localizado em terras da antiga Fazenda Modelo Assis Brasil, foi uma doação do Estado à União, ocorrida em 1961. A UFSC, criada pela Lei 3.849/1960, é oficialmente instalada em 1962 e a UDESC, pelo Decreto Estadual 2.820/1965.

O Arquivo Público do Estado foi criado pela Lei Estadual 2.378/1960. A dificuldade de instalação dessa instituição exemplifica o esforço necessário para a concretização da estruturação cultural no Estado. Por idealização de Boiteux, o Arquivo Público já havia sido criado pela Lei Estadual 1.196 de 26/09/1918, porém esta ação não teve prosseguimento. Assim, é novamente instituído em 1931 (Lei Estadual 186 de 28/12/1931), para ser extinto em seguida, em 1933 e só viabilizado definitivamente na década de 60 (BAHIA, 1994, p.60).

²⁷ A atuação do Grupo Sul será referenciada quando da apresentação do item sobre Museus.

²⁸ Em 1920, a existência da revista Terra possibilitou a reunião de intelectuais de várias tendências, o que acabou resultando na fundação da Sociedade Catharinense de Letras, sob a iniciativa de José Boiteux, seu primeiro presidente. Em 15/11/1921, passou à denominação de Academia Catarinense de Letras (CORRÊA, 1997, p.149; 152).

²⁹ Ver Tabela 4 – Composição da Estrutura Administrativa Estadual – Departamento de Cultura, inscrita no Anexo.

³⁰ George Agostinho da Silva, português, professor de filosofia de grande capacidade intelectual, auxiliou também na estruturação da Faculdade de Filosofia (CORRÊA, 2000). Em 1959 foi substituído pelo historiador, pesquisador, professor e escritor Walter Piazza (Nova Trento/SC, 1925).

³¹ O primeiro levantamento dos museus particulares em Santa Catarina já havia sido realizado por Walter Piazza junto com o museólogo Alfredo Theodoro Rusins, do IPHAN, por solicitação pela organização internacional de museus - o International Council of Museums-ICOM (criado em 1946) (PIAZZA, 2001).

³² A Diretoria de Cultura foi criada pela Lei Estadual 1.463/1956. Estava vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado, que substituiu a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social. Entre suas preocupações estavam os museus, como consta em ofício 459 de 30/07/1958 de George Agostinho Silva a Cabral, a Comissão Estadual de Museus era composta por Oswaldo R. Cabral, Walter Piazza, João Evangelista Andrade Filho, Dr. Aujôr Luz e Dr. Aderbal Ramos da Silva (POYARES DOS REIS, a). É possível que as atividades dessa Comissão tenham resultado na criação, em 1959, do Museu Histórico e Arqueológico de Santa Catarina, hoje substituído pelo Museu Histórico de Santa Catarina.

³³ A Casa de Santa Catarina havia sido fundada por José Boiteux. Através da Resolução 636 de 23/11/1929, o prefeito Heitor Blum cedeu um terreno localizado na Av. Hercílio Luz, esquina da Rua General Bittencourt. No entanto, apesar de contar com um projeto para sua execução, a obra não foi realizada devido à revolução de 1930, sendo que ali foi instalado um Albergue Noturno (BAHIA, 1994, p.89-92). A Casa de Santa Catarina foi oficializada no Governo Nereu Ramos (1935-1945) e aí se localizavam: o IHGSC, a Comissão Catarinense de Folclore, a Academia Catarinense de Letras e, também, a Associação dos Ex-Combatentes. No ano da criação da Diretoria de Cultura, recebeu sede própria, no antigo edifício do Clube Germânia, na Rua Tenente Silveira, esquina com Álvaro Carvalho. A edificação desmoronou e cedeu lugar ao Palácio da Cultura, sede atual da Biblioteca Pública do Estado.

A partir da década de 60, houve um esforço em prol do desenvolvimento econômico. O novo Governo elaborou um “Plano de Metas para o Governo do Estado no quinquênio 1961–1965”, com objetivos na valorização do homem, seu meio e sua expansão econômica. O turismo, desde então, veio a ser considerado elemento integrante deste processo, tanto que, ainda em 1965, foi criado, na administração pública estadual, o Serviço Estadual de Turismo que, ao longo do tempo, acabou sofrendo modificações em sua estrutura.³⁴ A estrutura turística foi também uma preocupação municipal, pois em 1973 foi criada a Diretur de Turismo–DIRETUR, localizada na Praça XV de Novembro, que acabou sendo o primeiro posto de informações turísticas de Florianópolis.³⁵

Parte da concretização das premissas postuladas no Plano de Metas, acima referido, foi buscada na difusão cultural, da pesquisa e da educação (LINS, 1999, p.21). Como consequência, ainda em 1961 foi promulgada uma legislação específica, segundo a qual, em substituição à Diretoria de Cultura até então existente, iniciam-se as atividades do Departamento de Cultura, também vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura.³⁶

A este Departamento de Cultura, subordinado diretamente ao Secretário, competia promover atividades culturais relativas a Ciências, Letras e Artes, incentivando e patrocinando iniciativas nestes campos; orientar e fiscalizar o emprego de subvenções, auxílios e prêmios e proteger obras e documentos de valor artístico, literário e histórico. Porém, essa lei não chegou a definir critérios orientadores para seleção dos bens a serem preservados, só mencionando a atribuição da proteção de obras e documentos de valor artístico, literário e histórico.

A estrutura do Departamento de Cultura era composta por três diretorias: Ciências, Letras e Artes, com respectivas Seções Técnicas. A partir do final da década de 60, iniciou-se, com grande esforço, um importante trabalho de interiorização da cultura. O distanciamento social, cultural e econômico da Capital do Oeste catarinense era agravado pela dificuldade de comunicação, pois os contatos eram feitos através do rádio da Polícia, em vista da ausência de infraestrutura de telefonia. A notícia de que em São Bento do Sul haveria uma professora que ensinava o hino de Estado do Paraná e hasteava a bandeira daquele Estado para os alunos, por desconhecer os do próprio Estado, acabou sendo o elemento desencadeador deste projeto de conscientização cultural. Com o apoio do Secretário de Educação e Cultura, foi organizado o “Curso de Fundamentos da Cultura Catarinense” que, iniciando por Florianópolis, foi realizado em mais

Posteriormente, em 1983, foi construído o Centro Integrado de Cultura–CIC, junto à Av. Governador Irineu Bornhausen (Agrônoma), que continuou congregando diversas instituições de âmbito estadual: a Fundação Catarinense de Cultura e o Conselho Estadual de Cultura, o MASC, um teatro, cinemas e diversas oficinas de arte.

³⁴ O Serviço Estadual de Turismo foi criado pela Lei Estadual 3.684/1965 e substituído pelo Departamento Autônomo de Turismo–DeATur (Lei Estadual 4.240/1968); depois, pela Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina–TURESC (Lei Estadual 5.101/1975) e pela Cia. de Turismo de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina–CITUR (Lei Estadual 5.516/1979), depois SANTUR.

³⁵ A DIRETUR inicialmente funcionava como um departamento da Prefeitura, depois como Diretoria de Turismo, que depois deu origem à Secretaria Municipal de Turismo–SETUR. (Funcionou por algum tempo no posto da Praça XV de Novembro, antigo Bar do Gato, e depois Padaria Pão Quente).

de 40 municípios, com aproximadamente 20.000 alunos, que no final do curso recebiam um livro com a publicação das conferências. O evento foi levado aos municípios independentemente de coloração político-partidária e era invariavelmente acontecimento de destaque local. Frequentemente acontecia em Igrejas, por falta de espaço mais adequado. Interiorizava-se a preocupação com a cultura, através de um rico trabalho de conscientização popular³⁷ (CORRÊA, 2000).

A mesma legislação de 1961 também criou o Conselho Estadual de Cultura, cujas funções ainda eram muito vagas, pois, segundo o seu artigo 9, § 2, teria a função de *“colaborar com o Secretário de Estado na direção e organização dos serviços culturais, apresentando sugestões no sentido de desenvolvê-los e aperfeiçoá-los”*. Porém, o Conselho Estadual de Cultura só inicia seu funcionamento sete anos depois, em 1968, em consequência de uma nova legislação específica, onde recebeu a função de ser o órgão de planejamento, orientação e coordenação das atividades culturais de Santa Catarina, ficando constituído em câmaras ou comissões para deliberar sobre as artes, letras, ciências e patrimônio arqueológico, histórico e artístico estadual. Além da atribuição de cooperar para a defesa e conservação deste acervo patrimonial do Estado, deveria também elaborar o Plano Estadual de Cultura, para aplicação dos recursos estaduais destinados à difusão cultural e, especificamente, colaborar com o Conselho Federal de Cultura, com vistas ao Plano Nacional de Cultura.³⁸

Assim, a estruturação institucional estadual e municipal dos aspectos da defesa do patrimônio construído não foi objeto da mesma dinâmica que acompanhou a estruturação das outras esferas da cultura, demorando em ser efetivado diante da ausência de órgãos institucionais específicos. Os esforços objetivando a instalação dessa política de preservação serão analisados na fase subsequente.

³⁶ O Departamento de Cultura é criado no âmbito da Lei Estadual 2.975 de 18/12/1961 que dispõe sobre Educação e Cultura.

³⁷ Os professores deslocavam-se de carro, em dias sequenciais, formando um itinerário entre várias cidades. Faziam parte da equipe o próprio Secretário Jaldyr Bhering Faustino da Silva, professor universitário e general de brigada, o diretor do Departamento, Carlos Humberto Corrêa, e ainda Victor A. Peluso Júnior, Celestino Sachet, Paulo Lago e Walter Piazza.

³⁸ Trata-se da Lei Estadual 4.086/67, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura. Sua posse só ocorreu em 17/04/68, na gestão de Galileu Craveiro Amorim, e era formado por 10 membros, escolhidos pelo Governador, representantes das artes, letras e ciências, a saber: Almiro Andrade (escritor); Armando Kahlil Bulos (advogado); Artur Pereira e Oliveira (professor); Celestino Sachet (professor); Gustavo Neves (professor e jornalista); Pe. João Rohr (ciências antropológicas); Marcilio Medeiros Filho (jornalista); Martinho de Haro (artes plásticas); Nereu Corrêa (professor e escritor) e Ricardo Hoffmann (escritor).

Na década de 80 recebe nova legislação, que, no entanto, basicamente ratifica a anterior, ampliando o número para 14 conselheiros (Lei Estadual 5.719 de 24/06/1980, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura).

Posteriormente, na década de 90, sofrerá novas alterações. Ao longo de sua atuação, o Conselho tem uma dinâmica variável quanto à sua atuação, em vista da representatividade conferida pelo Executivo Estadual.

2.2.3 Museus e demais iniciativas em prol da pesquisa, cultura e preservação

Seguindo o exemplo nacional, iniciou-se uma nova dinâmica de criação de vários museus, a maioria dos quais ainda em funcionamento. Repetiu-se a experiência, vivenciada pelo Brasil e em outros países, onde houve a guarda de produtos, artefatos e símbolos, acondicionados em locais especialmente criados para tal. O processo cultural, embora valorizado, foi compreendido desvinculado do cotidiano e “guardado” em museus.

No final da década de 40 foram instalados o Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina e o Museu de Armas Major Lara Ribas. Esse último teve seu acervo composto a partir do resultado do desarmamento realizado no Estado, notadamente na 2ª. Grande Guerra. Inicialmente instalado no Quartel General da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na década de 70 foi transferido para o Forte Santana, então recém-restaurado.³⁹

No campo das artes, neste mesmo período o Círculo de Arte Moderna foi responsável pela Revista Sul e chegou a transformar os ideais estéticos da sociedade (CORRÊA, 1997, p.147).⁴⁰ Esse grupo introduziu o movimento modernista em Santa Catarina e foi elemento fundamental na concretização, em 1949, do Museu de Arte Moderna de Florianópolis, atual Museu de Arte de Santa Catarina–MASC.⁴¹ Santa Catarina inseria-se numa dinâmica mais ampla, que também propiciou a fundação, em São Paulo, do Museu de Arte de São Paulo–MASP (1947) e do Museu de Arte Moderna de São Paulo (1948), bem como, no Rio de Janeiro, do Museu de Arte Moderna–MAM (1948). Porém, criado pelo Governo do Estado, tratava-se da primeira iniciativa de museu oficial de arte moderna no Brasil, remetendo o mérito dessa ação não só ao poder político, mas aos intelectuais envolvidos no processo. A iniciativa deste grupo possibilitou a valorização da produção artística contemporânea, que, embora não atuando diretamente em favor da

³⁹ O Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina foi criado pela Lei Estadual 196 de 1948 e, como será visto a seguir, foi substituído pelo Museu Histórico de Santa Catarina.

O Museu de Armas da Polícia Militar – Museu Major Lara Ribas foi inaugurado em 18/07/1949, sendo seu primeiro diretor o Capitão Rui Stockler de Souza que, juntamente com o Major Américo Silveira D’Avila realizaram sua organização, cujo acervo foi coletado pelo Major Antônio de Lara Ribas, quando desempenhava função de Delegado da Ordem Política e Social do Estado.

Após sua nova instalação no Forte Santana, é reaberto ao público em 14/03/1975. E, em 1985, esse Museu foi removido das dependências da edificação tombada para uma edificação construída no entorno.

Havia um impasse resultante daquele ser um local tecnicamente importante para a instalação da Sub-estação Ilha Centro, da CELESC, responsável pela distribuição da rede de energia elétrica para toda a ilha de Santa Catarina. A sua instalação naquele local traria prejuízos para a apreensão visual do bem tombado. Essa problemática acabou sendo contornada em 1987, havendo a adequação no projeto original, com realização de maiores recuos e utilização de recobrimento por vegetação decorativa.

⁴⁰ A revista cultural Sul, existiu entre janeiro de 1948 a dezembro de 1957. O Círculo de Arte Moderna–CAM, também conhecido por Grupo Sul em 1947 foi fundado por Anibal Nunes Pires, Ody Fraga e Silva, Eglê Malheiros, Salim Miguel e Antônio Paladino (MUSEU DE ARTE DE SANTA CATARINA, 1987).

⁴¹ O Museu de Arte Moderna de Florianópolis–MAMF foi criado pelo Decreto Estadual 433 de 18/03/1949 e posteriormente transformado no Museu de Arte de Santa Catarina–MASC, através do Decreto Estadual 9.150 de 04/06/1970. Sua criação é resultado da grande exposição trazida a Florianópolis pelo escritor carioca Marques Rebelo, que foi montada no pátio da atual Escola Básica Antonieta de Barros (antigo Grupo Escolar Modelo Dias Velho). É nomeada uma Comissão Especial para elaboração do regulamento constituída por Marques Rebelo, Henrique Stodieck, Wilmar Dias, Rubens de Arruda Ramos, Hamilton Valente Ferreira e Martinho de Haro (MUSEU DE ARTE DE SANTA CATARINA, 1987).

Segundo CORRÊA (2000), durante a década de 60 congregou a primeira reunião da Associação dos Museus de Arte do Brasil–AMAB. O primeiro diretor do MAMF foi o professor Sálvio de Oliveira.

estabilização de um processo de preservação do patrimônio cultural construído, contribuiu, certamente, com a ampliação desta consciência.

Inserindo-se nesta dinâmica cultural realizada pelo Estado, foi instalado, em 1952, em âmbito federal, o Museu Victor Meirelles, cuja “saga” de realização é referida em item específico.⁴²

No âmbito da pesquisa arqueológica houve uma intensa atividade, expressa através da instalação, tanto de um museu como do Instituto de Antropologia da UFSC.

Atuando no sentido de um trabalho sistemático de pesquisa, mantido pelos jesuítas também em outros Estados, o Pe. Rohr⁴³ foi o organizador e diretor do Museu do Colégio Catarinense, abrindo a frente de pesquisa arqueológica em Santa Catarina. O Museu, criado em 1963, institucionalizava uma atividade desenvolvida a partir de 1907, iniciada pelo Pe. Frederico Maute, especialista em borboletas. O Colégio Catarinense, localizado em Florianópolis, guarda este acervo museológico, que se encontra tombado em âmbito federal e estadual.⁴⁴

É de se ressaltar que o requerimento do Pe. Rohr, quanto à autorização de pesquisas arqueológicas, originou a primeira portaria ministerial expedida no País de acordo com a recém-criada legislação federal de proteção aos monumentos arqueológicos, constituindo-se documento modelar.⁴⁵

O Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado junto ao Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade.⁴⁶ Seu primeiro diretor foi o professor e historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, que desde 1956 lecionava a cadeira de Antropologia Cultural, vinculada então à Faculdade de

⁴² O museu é instalado em 15/11/1952.

⁴³ Padre João Alfredo Rohr, S.J (Lajeado/RS, 1908 – Florianópolis/SC, 1984), botânico por formação, especializou-se em Arqueologia. Desenvolveu importantes estudos arqueológicos a partir de 1948, na ponta da Caiacanga Mirim, no sul da ilha de Santa Catarina.

⁴⁴ Em 29/08/1998, quando de sua restauração, a denominação foi alterada para **Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr, S.J.** O acervo arqueológico reúne mais de 5.000 peças, com datações que chegam a 8.460 anos. Inclui também elementos de zoologia, arte sacra, numismática, fósseis e rochas.

O Colégio Catarinense iniciou suas atividades letivas em 1906, tendo sido criado pela Lei Estadual 669 de 30/08/1905. A Companhia de Jesus, através de uma equipe de religiosos cientistas, desenvolveu um trabalho de pesquisa no Sul, sendo que o Instituto Anchieta de Pesquisa, hoje localizado em São Leopoldo/RS, iniciou sua atuação na década de 20 em Porto Alegre. Em parceria com o Pe. Pedro Ignácio Schmitz, daquele Instituto, o Pe. Rohr mantinha também contato com os pesquisadores catarinenses Oswaldo Cabral, Walter Piazza, Nereu do Vale Pereira e Sílvio Coelho dos Santos. A coleção arqueológica deste Museu está tombada em âmbito estadual desde 1984 e em âmbito federal, desde 1986.

Não foi possível confirmar a já referida notícia de que teria havido cessão (ou compra) aos jesuítas do acervo do Museu Provincial.

⁴⁵ Trata-se da Lei Federal 3.924/61, que será também abordada no item seguinte.

Esta informação está contida no ofício de 06/04/1962, de Renato Soeiro, diretor substituto do DPHAN a Piazza (Arquivo 11ª. SR IPHAN).

⁴⁶ Era reitor Ferreira Lima, quando a sede própria do Instituto de Antropologia foi inaugurada em 29/05/1968, transformando as “bairras” da antiga Fazenda Modelo Assis Brasil em um instituto cultural (POYARES DOS REIS, 2000). O Museu de Antropologia, desde 1993, mudou sua denominação para **Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral**.

Filosofia, Ciências e Letras.⁴⁷ Esta iniciativa teve o aporte de Walter Piazza e Silvio Coelho dos Santos⁴⁸, recebendo também a contribuição de cientistas vindos do Brasil e do exterior.⁴⁹

No discurso inaugural do Instituto, CABRAL (1968) definiu o patrimônio arqueológico de Santa Catarina:

“uma das regiões mais ricas em jazidas arqueológicas prehistóricas da América do Sul. Seus sambaquis, que se estendem por toda a faixa litorânea, de São Francisco ao Mampituba – e já tombados estão mais de cento e cinquenta – sempre foram olhados pelos cientistas e pesquisadores, naturalistas e antropólogos (...) porque lhes apresenta as mais surpreendentes condições para os estudos mais acurados e mais profundos sobre as ocupações humanas pre-colombianas do território meridional da América”.

Menciona que uma parte desse material foi recolhido ao Museu Nacional e também aos museus europeus. Na oportunidade denunciou que as jazidas arqueológicas estavam sendo sistematicamente arrasadas pelos exploradores da indústria do cal e do adubo, apesar de a legislação o proibir.

A importância desse acervo arqueológico pode ser traduzida pelo fato de que, nesse período, houve notícia da existência do Musée de l'Homme Americain, criado em parceria com a UFSC, o Colégio Catarinense, o Centro Franco-Brasileiro de Arqueologia e, possivelmente, com a UNESCO.⁵⁰

Dando continuidade à política adotada, foi criado na década de 70 o Museu Histórico de Santa Catarina, instalado em prédios de significativo valor histórico, o que conferiu valor adicional às peças ali exibidas. Inicialmente foi localizado no prédio da Alfândega, que, conforme será visto no capítulo seguinte, fora objeto de tombamento federal, acompanhado de obras de recuperação realizadas pelo Estado. Em 1986, o Museu foi transferido para o Palácio Cruz e

⁴⁷ Oswaldo Rodrigues Cabral (Laguna/SC, 1903 – Florianópolis/SC, 1978) foi médico, historiador, antropólogo, folclorista, escritor, professor e político.

⁴⁸ Piazza era professor assistente em Antropologia Física e Etnografia do Brasil e Coelho dos Santos em Antropologia Social. Piazza realizou diversos estágios de laboratório e de campo na Universidade Federal do Paraná com os Prof. Drs. Clifford Evans e Betty Meggers, do Smithsonian Institution, e foi escolhido para realizar em Sta. Catarina o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas sob o patrocínio daquele instituto norte-americano e do CNPq (1964-70) (PIAZZA, 2001).

⁴⁹ Vieram contribuir com cursos intensivos profissionais como Conceição Becker, Luís de Castro Faria (Museu Nacional), Oldemar Blasi (Paraná), Egon Schaden (USP), Roque de Barros Laraya (Museu Nacional) e Paulo Duarte (USP). Além do Smithsonian Institute também recebeu o apoio das Univesidades de Indiana e Arizona (CABRAL, 1968).

⁵⁰ O Musée de l'homme americain possuía papel timbrado próprio, tendo a seguinte composição, segundo cópia para Oswaldo Cabral de ofício de Dr. Vassal ao Diretor Pe. Rohr, de Paris, 12/10/1961, encaminhando uma proposta de regulamento do Museu (POYARES DOS REIS, a):

Patrono fundador – Dr. Celso Ramos (governador);

Presidente de honra – Marcel Homet (diretor geral do Centro Franco-Brasileiro de Arqueologia – Centro Louis Marin);

Presidente do museu – Dr. Oswaldo Cabral (diretor da Faculdade de Filosofia);

Diretor técnico – R.P. Dr Alfredo Rohr S.J. (prof. no Colégio Catarinense);

Delegado para a França e UNESCO – Dr. Pierre Vassal (prof. na escola de Antropologia de Paris e secretário geral do Centro Franco-Brasileiro de Arqueologia).

Sousa, antigo local de trabalho e residência oficial dos governantes, posterior Palácio dos Despachos do Estado e, conseqüentemente, seu mais importante símbolo político.⁵¹

Já na década de 90, finalizando as iniciativas museológicas realizadas no século XX, houve uma referência à contemporânea produção artística baseada em novas tecnologias, com a criação do Museu da Imagem e do Som-MIS/SC, instalado no Centro Integrado de Cultura-CIC.⁵²

Estimulando uma maior conscientização, é de ressaltar uma incipiente iniciativa comunitária que ocorreu, ainda na década de 70, através da parceria com a UFSC, com a criação do Museu do Ribeirão da Ilha. O Museu foi assumido pela Sociedade Amigos Pró-Desenvolvimento do Ribeirão da Ilha-SAPDRI, encarregada de mantê-lo sob a orientação técnica do professor Nereu do Valle Pereira. Seu funcionamento era, contudo, problemático (PEREIRA, 2000).⁵³

Segundo texto jornalístico elaborado por Mallet (1975), abordando esse Museu, foi ele instituído com o objetivo de “coletar, proteger e divulgar tudo o que se refira ou identifique à colonização açoriana na ilha de Santa Catarina”. A falta de apoio das instituições oficiais, aliada à resistência da comunidade para a preservação de sua cultura material, provocou seu fechamento três anos depois, após um penoso processo de viabilização das suas condições físicas.⁵⁴

Esse pequeno episódio exemplifica, como, apesar dos avanços, a importância da preservação das raízes culturais ainda não estava assimilada. Referenciando um acervo mais popular, não lhe era conferido o devido valor por parte das autoridades governamentais e eclesiásticas, nem pela própria população, herdeira desse processo cultural. Registra, também, o isolamento das ações dos estudiosos e pesquisadores, lutando pelo reconhecimento daquilo em que

⁵¹ O Museu Histórico de Santa Catarina é criado pela Lei Estadual 5.476 de 04/10/1978, pelo governador Antônio Carlos Konder Reis, advogado e museólogo. Inaugurado em 09/03/1979, a sua instituição é resultado do estudo de um Grupo de Trabalho especialmente estabelecido para determinação das condições de sua implantação, que definiu que a ênfase de suas atividades seria a História Política de Santa Catarina. No mesmo ato são revogadas as leis de criação dos já citados Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina e Museu Histórico e Arqueológico de Santa Catarina.

⁵² O Museu da Imagem e do Som-MIS/SC é criado através do Decreto Estadual 3.198 de 24/09/1998.

⁵³ Durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, a ser analisado no capítulo seguinte, a Faculdade de Serviço Social oferecia assessoria para o Programa de Desenvolvimento e Organização de Comunidades-DOC. A partir das reuniões com as comunidades, foram sendo, conjuntamente, identificadas potencialidades de seu desenvolvimento objetivando sua autosustentabilidade. No Ribeirão da Ilha, em conjunto com a SAPDRI, surgiu um projeto de turismo cultural que incluía itens como história, folclore, patrimônio arquitetônico, beleza natural, identificando, entre outras, a necessidade de um Museu, que vem a ser fundado em 15/07/1971, sob a proteção do Departamento de Sociologia da UFSC, e do Programa de Desenvolvimento de Comunidade-DOC, da Faculdade de Serviço Social. Era chefe do Departamento de Sociologia/UFSC, o professor Nereu do Valle Pereira (Florianópolis/SC, 1928). O Museu é fechado em 19/03/1975. Por esforços de Pereira, foi reaberto em 1987 e instalado em outra edificação, também de tipologia colonial luso-brasileira. Denominado Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, está inserido em um complexo turístico, de cunho ecocultural, representado pela Pousada e pelo Restaurante do Museu.

⁵⁴ O Museu Sociológico do Ribeirão necessitava de espaço para ampliação do acervo, que poderia ser viabilizado através da utilização da casa vizinha, pertencente à Paróquia. Prometida num primeiro momento através de aluguel, que depois se transformou em exigência de compra por parte do proprietário, inicialmente não se obteve acordo no valor da compra entre vendedor e comprador, no caso, a Prefeitura. Quando se chegou a um acordo e o projeto de lei foi remetido à Câmara Municipal, a casa já fora alugada a uma família do Ribeirão.

acreditavam, objeto dos seus esforços, e depositários de precioso tempo com investigações, coleta, análises e preocupações.

No entanto, os empreendimentos, no campo das letras e das artes cênicas, além de oferecerem suporte ao seu desenvolvimento, foram, também, o início de um processo de conscientização cultural, pontuado por várias iniciativas, às vezes aleatórias, mas que aos poucos foram somando e contribuindo para a estruturação de uma política de preservação do patrimônio edificado em Florianópolis. Estas iniciativas estavam freqüentemente relacionadas a sociedades idealizadoras de atividades culturais, que lhes deram o fôlego e mesmo razão de existência.

2.3 Aspectos legais e os princípios definidores da política de preservação

2.3.1 Instrumentos legais de preservação em âmbito federal

— O Decreto-Lei 25/37, em vigor ainda hoje, objetiva a proteção dos bens patrimoniais. Apresenta como instrumento jurídico o tombamento, que, através da inscrição do bem no competente Livro de Tombo, limita administrativamente o uso da propriedade, porém sem retirar o seu domínio por parte de seu proprietário. O Decreto traz uma conceituação abrangente do que seja patrimônio. Assim, segundo o artigo 1º desse Decreto-Lei, constitui *“patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”*. O parágrafo 2º. menciona ainda *“os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”*.

Os bens culturais são classificados segundo sua natureza, nos quatro livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes e Artes Aplicadas. E as ações são voltadas à identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão.⁵⁵

A legislação vai refletindo a evolução do conceito de preservação. A Constituição Federal de 1934, em seu artigo 148, introduz a prerrogativa do poder público de proteção aos bens culturais, contemplando os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico. Na Constituição de 1937, em seu artigo 134, este conceito é ampliado,

⁵⁵ Hoje, as ações do IPHAN contemplam a preservação de bens imóveis (núcleos urbanos; sítios arqueológicos e paisagísticos; bens individuais), bens móveis (coleções arqueológicas; acervos museológicos; documentais; arquivísticos; bibliográficos; videográficos; fotográficos e cinematográficos) e o patrimônio imaterial.

englobando a noção de patrimônio natural e paisagens. Na ocasião são também especificadas penalidades em caso de danos⁵⁶, que a partir de 1940 foram incluídos no Código Penal.⁵⁷

Em 1946 o conceito de preservação constitucional englobou a preservação de documentos e, em 1961, como consequência de uma recomendação internacional, é criada uma legislação própria para a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, que são considerados bens patrimoniais da União.⁵⁸

2.3.2 Fundamentos iniciais da teoria moderna de restauração e sua repercussão em âmbito nacional e local

Atuando na virada do século XIX, Camilo Boito⁵⁹ havia estabelecido princípios básicos de restauração, ainda hoje atuais. Boito compreendia os edifícios históricos como testemunhos documentais das realizações dos homens, sobre os quais deveriam ser evitadas alterações, apregoando a diferenciação de estilo entre o novo e o velho, bem como dos materiais usados na recuperação. Sugeria, também, a exposição dos materiais originais dos monumentos em museus, situados em sua proximidade, bem como a documentação dos trabalhos realizados.

A teoria da preservação recebe também a fundamental contribuição crítica do historiador de arte Alois Riegl, que pela primeira vez trata o monumento como objeto social e filosófico. Sua análise é estruturada em categorias de valores denominadas “valores de rememoração” (*Errinerungswerte*), ou seja, valores de memória, e de “contemporaneidade” (*Gegenwartswerte*), que pertencem ao presente.⁶⁰

Os princípios de Boito são complementados por Gustavo Giovannoni⁶¹, cujo mérito foi a incorporação da dimensão ambiental no conceito de preservação. Giovannoni preocupa-se especificamente com a mudança de escala nos centros históricos em caso de inserção de novas construções. As recomendações por ele aprofundadas serão determinantes na doutrina preservacionista explicitada tanto na Carta de Atenas como na Carta de Restauo Italiana, ambas de 1931. E, posteriormente, já na década de 60 do século XX os princípios italianos de restauro vigentes são sintetizados por Cesare Brandi em um documento básico para a Teoria da restauração.

⁵⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 1934, art. 134: “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”.

⁵⁷ Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2.848 de 07/12/1940): os artigos 165 e 166 concedem penas respectivamente para “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico” e “alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei”.

⁵⁸ Através da Lei Federal 3.924/61 de 26/07/1961, os bens arqueológicos são cadastrados e seu tombamento é feito excepcionalmente, por interesse científico ou ambiental. Trata-se de uma consequência da Carta de Nova Delhi, de dezembro de 1956, recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas.

⁵⁹ Boito (1836–1914).

⁶⁰ Riegl (1858–1905), vienense, foi também jurista, filósofo e atuou como conservador de museu. Seus escritos estão sintetizados na obra *Der moderne Denkmalkultus*, de 1903, onde discrimina as seguintes classificações: *Errinerungswerte*: valor de antiguidade, histórico e de rememoração desejada. E *Gegenwartswerte*: valor de uso e de arte. (Bacher, 11995, p.20–22).

A primeira Carta de Atenas⁶² já constatava a predominância da tendência de abandonar as reconstituições integrais, evitando, assim, seus riscos. Seus princípios recomendavam a adoção de uma manutenção regular e permanente considerada “*apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época*”. A Carta indicava, ainda, a utilização dos monumentos de modo a assegurar a continuidade de sua vida. Já havia a consciência do direito da coletividade sobre a propriedade privada, sugerindo-se a adaptação das legislações às circunstâncias locais, levando “*em conta os sacrifícios que estão sujeitos os proprietários em benefício do interesse geral*” (A – Conclusões gerais: itens I e II. In: IPHAN, 1995, p.15). Os procedimentos a serem adotados estavam definidos na Carta de Restauo Italiana. Enfatizavam os critérios de respeito à historicidade dos bens e do conceito arquitetônico de unidade formal. Ao mesmo tempo acentuavam que esses conceitos eram diferentes e não deveriam ser confundidos com a unidade de estilo de uma edificação.

* Tendo sido criados ainda na mesma década, estes princípios estão incorporados na legislação federal, bem como orientaram a ação do SPHAN, cuja proposta inicial de preservação tinha por objetivo a representatividade histórica mais ampla da nação. Porém, diante da dificuldade de implantação desta política, prevaleceu o critério da apreciação do caráter estético das obras, ou seja, seu valor artístico, e também seu valor testimonial. No entanto, é de se ressaltar que havia variações quanto aos critérios adotados da natureza dos bens a preservar, pois desde o início da sua atuação tratava-se de uma decisão técnico/política das coordenadorias regionais envolvidas.

Em âmbito nacional, o SPHAN, prioritariamente, contemplou bens oriundos do patrimônio arquitetônico conhecido por “pedra e cal”, remanescentes do poder dominante. Materializado na arquitetura colonial luso-brasileira, este acervo era composto de edifícios isolados, sobretudo religiosos.⁶³ Tratava-se predominantemente de bens monumentais, destituídos de área de entorno oficialmente definida. Porém, como prenúncio de novos conceitos, ainda na década de 30 houve o tombamento integral de alguns núcleos urbanos do período colonial, tais como os do ciclo barroco

⁶¹ Giovannoni (1873-1947).

⁶² Trata-se da Carta de Atenas do Escritório Internacional dos Museus, da Sociedade das Nações, de 1931, diferente da Carta de Atenas de 1933 do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna-CIAM, que, propondo um novo conceito de cidade, através da definição das funções urbanas, também enfatizava os monumentos de arte e testemunhos da história.

⁶³ Segundo FONSECA (1997, p.119) “*a prioridade dada aos bens de arquitetura religiosa (...) era justificada pelo lugar e pelo sentido que tinham as igrejas nas colônias luso-espanholas*”. Lúcio Costa explicava seu número desproporcional em relação à função residencial e militar, em vista do sentido social, na aparente contradição de que as igrejas, embora esplendorosas, estavam abertas e pertenciam a todos.

Também em âmbito municipal, o primeiro ato de proteção cultural irá contemplar o acervo religioso colonial, como será visto no capítulo seguinte.

da mineração, incluindo várias cidades mineiras.⁶⁴ É neste contexto, e em especial como resultante do testemunho da expansão portuguesa para o Brasil Meridional, bem como pelo valor artístico da arquitetura, que pode ser entendido o tombamento do sistema defensivo da ilha de Santa Catarina, composto por um conjunto de quatro fortalezas do século XVIII, conforme será visto a seguir.⁶⁵

Porém, a compreensão mais ampla da preservação dos bens enfatizava seu valor decorrente dos fatos históricos que a eles estivessem incorporados. O tombamento em âmbito federal da casa natal de Victor Meirelles contemplou um sobrado representativo da arquitetura luso-brasileira; porém, foi o fato de ali ser o local de nascimento do grande artista plástico que ensejou sua preservação, em oposição, inclusive, à legislação urbana, que previa o alargamento da rua.

Em Santa Catarina, durante um longo período prevaleceu a justificativa de prioritariamente preservar imóveis onde ocorreram fatos históricos, sendo que foram também erigidos diversos monumentos em praças públicas para homenagear catarinenses ilustres.⁶⁶ Esta postura certamente foi consequência da marcante presença de pesquisadores na área da História, aliado ao fato da inexistência de escolas de arquitetura no Estado, que pudessem contribuir para a reflexão sobre a importância do acervo construído produzido. Paralelamente, pode também ser justificado pela tardia transformação ocorrida na paisagem urbana da cidade, onde as lentas modificações permitiam ostentar imagens “já há muito conhecidas”. As alterações na urbe estavam ocorrendo gradativamente. Assim, neste momento inicial, ainda sem se defrontar com uma realidade de radicais transformações e perdas do substrato histórico, o ato de tombamento era compreendido sobretudo como um meio de valorização dos bens e não como um instrumento inibidor de perdas ou mudanças.

Confirma esta postura de preservação da história, sem preocupação com a qualidade arquitetônica ou estética, a deliberação do Conselho Estadual de Cultura quanto à preservação de monumentos fúnebres em cemitérios. Pois, não fazendo menção à beleza das lápides, provavelmente a ênfase voltava-se para o registro histórico do bem e as informações nele contidas.⁶⁷

⁶⁴ A exemplo de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João del Rei, Serro e Tiradentes.

⁶⁵ É oportuno informar que em 1969 o IPHAN já havia solicitado o tombamento federal da Igreja N. Sra. das Necessidades de Santo Antônio (Ofício de 24/10/1969 de Luiz Saia, chefe do 4º. Distrito do DPHAN à Armando Gonzaga – Arquivo 11º. SR IPHAN). No entanto, esta proteção não se efetua na esfera federal, só vindo a ser realizada em âmbito municipal em 1974 e reiterada na esfera estadual no final da década de 90, conforme será abordado nos capítulos seguintes.

⁶⁶ Foram instaladas placas em casas onde nasceram, viveram ou faleceram catarinenses ilustres como o Arcipreste Paiva, o Cel. Fernando Machado, o Conselheiro Manoel da Silva Mafra e outros. (BAHIA, 1994, pg. 77 e 79). Destaca-se o empenho, sobretudo de José Boiteux, na instalação de diversos monumentos a vultos da história catarinense, tais como, Fernando Machado, Anita Garibaldi, Jerônimo Coelho, Fritz Müller, Victor Meirelles de Lima, Cruz e Sousa e Hercílio Luz (BAHIA, 1994, pg. 69-77).

Eram também priorizadas as adequações às necessidades contemporâneas de uso. É o caso do episódio ocorrido em 1955, com relação às obras de reforma do Teatro Álvaro de Carvalho–TAC, na época o mais importante da cidade. A edificação, que só veio a ser tombada recentemente, teve seu projeto de alteração avalizado pelo então arquiteto do DPHAN, Renato Soeiro, cujo critério de intervenção privilegiou a preservação do exterior, com a completa remodelação de seu espaço interno. Tal ação, emblemática, sintetiza o espírito vigente de modernização e necessidade de inserção na dinâmica progressista de substituição. Destituído de seus elementos internos originais, o espaço foi adequado e adquiriu uma feição contemporânea. Coerentes com o espírito vigente, nessas mudanças, se realizadas hoje, talvez seriam aplicados princípios diferenciados de recuperação, que, entre outros, contemplariam sempre que possível a preservação do “já realizado”.⁶⁸

As questões tecnológicas tinham supremacia sobre as estéticas, a exemplo da proposição de Martinho de Haro⁶⁹, no Conselho de Cultura, quanto a “*providências a serem adotadas pelo conselho, ante o projeto de construção de nova ponte, para que seja preservada a beleza da Baía Sul (...) não encontrou unanimidade por ser o projeto decisão de ordem técnica e não de ordem cultural*”.⁷⁰

Este posicionamento também é verificado em um artigo publicado em 1969 sobre o Museu Victor Meirelles, então já tombado. Nem todos compreendiam a importância da proteção dessa edificação. Em artigo publicado, PAULI⁷¹ (1969) considerava que, “*hoje, o alargamento da rua, deixou a casa primitiva adentrada na via pública, de onde séria dificuldade para a nova urbanística*”. Note-se que a casa, hoje possivelmente uma das mais antigas residências existentes na Área Central, há 30 anos foi vista como entrave ao desenvolvimento da cidade.

Sem compreender a historicidade da edificação, e contrariando os princípios preconizados nas cartas internacionais, continuava questionando que “*ainda que isto não caiba na cabeça dos conservadores radicalizados, poder-se-ia demolir a parede que faz frente para a rua Vitor Meireles, para reconstruí-la no mesmo estilo um pouco mais atrás*”. Finalizava a argumentação de que não haveria dificuldades técnicas, pois a nova fachada, “*construída por dentro, antes de demolida a velha, tudo se faria sem maior tumulto (...) não necessitando isto de ser feito com o*

⁶⁷ Deliberação registrada em ata de 18/11/1970.

⁶⁸ Soeiro, depois, foi o diretor do SPHAN. As obras do TAC (1875) ocorreram durante o Governo de Irineu Bornhausen, sendo que o projeto de reforma foi de autoria do engenheiro-arquiteto Tom Wildi. As obras alteraram as dimensões do palco, dos níveis da plateia, havendo a supressão da ornamentação original, perdendo-se o partido original, característico do século XIX.

⁶⁹ Martinho de Haro (São Joaquim/SC, 1907 – Florianópolis/SC, 1985) foi um dos relevantes artistas plásticos catarinenses, contribuindo no movimento renovador da política cultural da década de 40. Eternizando a imagem da cidade, considerou: “*Gosto de pintar Florianópolis, porque fui seduzido pela sua beleza natural, sua magia e sabor colonial, no sentido de sua memória*” (In: Ayala, 1986, p.31).

⁷⁰ A referida proposição está registrada na ata do Conselho Estadual de Cultura em 07/09/1969 (Arquivo CEC).

⁷¹ Evaldo Pauli, professor universitário e autor, entre outros, do livro *A fundação de Florianópolis*.

antigo material, senão com o mesmo estilo". Ou seja, só havia a preocupação com a manutenção do mesmo estilo, de modo a não ferir a estética global, sem avaliar que isto seria uma falsidade histórica.

2.4 Ações de preservação em Florianópolis⁷²

As atribuições do órgão estadual de cultura eram muito amplas e sua estrutura muito incipiente, de modo que, à parte da dinâmica museológica, a iniciativa de preservação do patrimônio construído foi realizada exclusivamente pelo IPHAN, sendo que a totalidade dos tombamentos ocorridos neste período foi efetivada durante a fase heróica da instituição e objetivou a preservação de signos representativos do período colonial brasileiro, tais como as fortalezas e a casa natal de Victor Meirelles.⁷³

Ao longo dos anos 60 e 70 o IPHAN manteve interlocutores no Estado⁷⁴ e desenvolveu atividades em três vertentes de trabalho: a viabilização da recuperação do sistema defensivo, a conservação e dinamização do Museu Victor Meirelles e a inventariação de jazidas arqueológicas.⁷⁵

Porém, a falta da instalação de um posto avançado do IPHAN no Estado resultou que, por muito tempo, a viabilização das ações acabava ocorrendo através de parcerias, tais como o convênio de 09/10/1972 realizado entre o

⁷² Trata-se do período até 1974, quando há a institucionalização da política municipal de preservação.

Ver também *Mapas Florianópolis: ilha de Santa Catarina e Área Central: tombamentos e Áreas de Preservação Cultural (APC)*, bem como os *Mapas: ações de proteção por períodos cronológicos*, inseridos no final do capítulo 6.

⁷³ Além das ações realizadas na ilha de Santa Catarina e detalhadas a seguir, no contexto das ações de preservação é de ser mencionado o tombamento do acervo arquitetônico e paisagístico da Vila de São Miguel, localizado no município vizinho, Biguaçu, compreendendo a Igreja Matriz, o sobrado colonial, o aqueduto e a área verde circundante. Em consequência às obras da BR-101, que destruíram parte do conjunto urbano, a comunidade local solicitou um parecer ao historiador Piazza, que resultou no tombamento federal do conjunto em 1969 (Processo 810-T-69). A área, antes de propriedade do médico Saulo Ramos, foi desapropriada e abriga hoje o Museu Etnográfico e Casa dos Açores e Posto de Informações Turísticas (PIAZZA, 2001).

⁷⁴ O historiador e professor **Walter Piazza** prestou serviços ao IPHAN de administração e de assistência cultural à Casa de Victor Meirelles, representação na Comissão Estadual de Proteção aos Sambaquis e elaboração de cadastro dos monumentos arqueológicos existentes no Estado, no período entre 1957-1964, estendendo-se posteriormente até 1970 (Atestado conferido pelo Diretor do DPHAN em 27/07/1964 – Arquivo 11^a. SR IPHAN).

O convite para realizar a manutenção da Casa Victor Meirelles, sem ônus para o IPHAN, foi efetuado ao então professor de História do Instituto Estadual de Educação (no atual prédio da Faculdade de Educação, à rua Saldanha Marinho) pelo Dr. Rusins. Tal encargo incluía a verificação mensal das condições do imóvel, o pagamento do zelador que morava no imóvel e a realização de pequenas despesas para sua manutenção. Este encargo foi oficializado pelo Diretor do IPHAN Rodrigo Melo Franco, continuando com Renato Socio e foi ainda mantido por Aluisio Magalhães (PIAZZA, 2001).

Posteriormente, com o início dos trabalhos de restauração das fortalezas, realizado pelo IPHAN, o arquiteto **Cyro Illidio Corrêa de Oliveira Lyra** passou a ser um elemento de ligação desta instituição no Estado de Santa Catarina. Em vista de sua formação especializada, sua contribuição foi fundamental por trazer uma nova perspectiva para as questões de preservação, até então enfocadas mais diretamente em pesquisa histórica e arqueológica.

⁷⁵ A incumbência inicial do cadastramento do acervo arqueológico era de responsabilidade de Walter Piazza, que na qualidade de professor de Etnografia e de Antropologia Física estabeleceu "aulas práticas" de Arqueologia entre os anos de 1962-65, no sambaqui de Ponta das Almas (Lagoa da Conceição) e no sítio cerâmico de Rio Tavares, cujo material foi depositado no então Instituto de Antropologia da UFSC. A partir de 1964 os trabalhos ampliaram-se para o restante do Estado, com o apoio financeiro do Smithsonian Institution (PIAZZA, 2001).

Além da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC, a ilha de Santa Catarina foi objeto de investigação por vários pesquisadores, a exemplo das pesquisas desenvolvidas pelo Pe. Rohr, já referenciado. (A partir de 1968, o Instituto de Antropologia

MEC/4º. Distrito do IPHAN e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, destinado “à *colaboração mútua entre as partes convenientes para a proteção, preservação, revalorização dos monumentos de interesses histórico, artístico, arqueológico e paisagístico existentes no Município de Florianópolis*”.⁷⁶

A necessidade de o IPHAN buscar um trabalho conjunto com o município certamente foi fundamental para a estruturação de um organismo municipal de preservação, que antecedeu à implantação de um Escritório Técnico do IPHAN no Estado, conforme será visto no capítulo seguinte.⁷⁷ Essas ações de recuperação também eram objeto de acolhida local, pois havia uma crescente consciência da importância de valorização das raízes culturais. Por exemplo, a partir de 1965, no mesmo ano em que era criado o organismo estadual de turismo, a pavimentação de várias praças, até então em chão batido, foi realizada, em *petit pavé*, com motivos alusivos ao folclore, e executadas pelo artista plástico Hassis. A primeira praça a receber tal intervenção foi a Praça XV de Novembro.⁷⁸

2.4.1 O sistema defensivo da ilha de Santa Catarina

As ações de proteção do SPHAN no Estado de Santa Catarina iniciaram ainda em 1938, ou seja, após seis meses de vigência da recém-criada legislação, e contemplaram o tombamento de quatro fortalezas que integraram o sistema defensivo da ilha de Santa Catarina. Esta proteção inseriu-se em uma ação mais ampla que abrangeu aproximadamente 20 das principais fortalezas brasileiras.

As fortalezas catarinenses estão relacionadas ao momento econômico de defesa e expansão do território nacional. Deve, portanto, ser ressaltado que, incluindo-se entre as sessenta primeiras inscrições no Livro de Tombo Histórico, seu tombamento também registra a importância para a historiografia nacional do processo de expansão territorial ocorrido no Sul.⁷⁹ Tais monumentos, pela grandeza e significado, bem como pelo fato de serem de propriedade pública, localizados em áreas não tão cobiçadas pelo segmento imobiliário, já se incorporavam no imaginário popular

responde pelo desenvolvimento dos trabalhos na UFSC, sob a condução de Cabral, já responsável pela pesquisa como titular da cadeira de Antropologia).

⁷⁶ O Termo de Convênio foi assinado pelo arquiteto Luiz Saia. E, ainda na década de 60 há o registro no ofício de 16/09/1964 de Piazza para Rodrigo de M. F. de Andrade, acerca do empenho da Diretoria de Cultura do Estado no sentido das comemorações da data de aniversário de Victor Meirelles (Arquivo 11º. SR IPHAN).

⁷⁷ O organismo municipal de preservação será criado em 1974 e o Escritório Técnico do IPHAN só viria a ser instalado na década de 80.

⁷⁸ Era então prefeito, eleito pela Câmara, Gal. Paulo Gonçalves Vieira da Rosa (13/10/1964 a 30/01/1966). As demais foram as praças Pereira Oliveira (1966); Olívio Amorim (1966); Benjamin Constant (1967) e Bulcão Viana (1967).

Em 2000, a Praça XV de Novembro foi recuperada, tanto na pavimentação artística, quanto no monumento à Guerra do Paraguai, bem como na manutenção e recuperação dos bancos, em granitina, com o nome das casas comerciais que os financiaram na época.

⁷⁹ Trata-se das fortalezas de Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim, Santo Antônio da ilha de Raton Grande, São José da Ponta Grossa, no norte da ilha de Santa Catarina e Santana, no Centro. A proteção, realizada em 24/05/1938 (Pr. 101-T e 155-T), resultou nas inscrições 53 a 56 do Livro de Tombo Histórico e as 95 a 97 do Livro de Tombo de Belas Artes.

Segundo PIAZZA (2001), as informações que subsidiaram o processo de tombamento das fortalezas catarinenses foram coletadas pelo paranaense Coronel Davi Carneiro.

como obras dignas de preservação e integrantes da memória coletiva. Tratava-se, portanto, de ação de legitimização de um valor que já estava conferido.

Tal como em outras partes do País, a falta de uso dos bens, aliada à inexistência de uma dinâmica turística na região que viesse a valorizar os bens preservados, fez com que as fortalezas ficassem abandonadas. Em ata do Conselho Estadual de Cultura⁸⁰ houve o registro sobre o estado de abandono dos monumentos históricos da ilhas de Anhatomirim, Raton Grande e Naufragados, cujo processo de depredação se iniciou a partir do final da década de 60, quando a Marinha deixou de manter a vigilância sobre os monumentos. Esses, que então já estavam em estado de arruinamento, foram sendo saqueados e depredados, como fonte de material de construção nas cercanias.⁸¹

O Estado de Santa Catarina, através do Departamento Autônomo de Turismo de Santa Catarina–DEATUR e a Prefeitura Municipal de Florianópolis–PMF já eram parceiros no grande esforço desenvolvido desde o final da década de 60, sob condução do IPHAN, visando a restauração das fortalezas tombadas. Esta iniciativa teve a participação dos historiadores Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza, bem como de Armando Gonzaga, então Diretor Geral da DEATUR.⁸²

A primeira fortaleza a ser restaurada foi o Forte de Santana, e em seguida foi dado início a um processo lento e descontínuo das obras da Fortaleza de Santa Cruz, sendo ainda efetuada a consolidação das estruturas em alvenaria da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, bem como a reconstrução da Capela. Tal iniciativa teve suporte no “Projeto Anhatomirim”, idealizado em 1970 pelo arquiteto Luiz Saia, Diretor do 4º. Distrito do IPHAN, com o objetivo de instalação de postos de pesquisa da plataforma marítima em dez fortalezas do litoral brasileiro, escolhendo a ilha de Anhatomirim como sede.⁸³

⁸⁰ Ata de 17/09/70 (Arquivo CEC).

⁸¹ Em 1962, atendendo à solicitação de Luiz Saia, Piazza foi incumbido de realizar a limpeza da fortaleza de Santo Antônio da ilha de Raton Grande, sendo que o transporte foi efetuado por lancha da Capitania dos Portos e os operários foram recrutados na Penitenciária do Estado. Após finalização do serviço verificou-se a dimensão do arruinamento do monumento (PIAZZA, 2001). E em Comunicação Interna ao Diretor do DPHAN, datada de 15/01/1962, Armando Rebollo, em visita ao Estado, relata o estado lastimável do Forte Santana, necessitando de restauração urgente (Arquivo 11º. SR IPHAN).

⁸² Em ofício de 24/10/1969, de Luiz Saia, Chefe do 4º. Distrito do DPHAN, ao Diretor Geral do DEATUR, Armando Gonzaga, é relatada a aprovação da conclusão das obras iniciadas no Forte Santana. São também mencionados os estudos de solução para os remanescentes do Forte São João, situado no continente, a viabilização de realização de obras de restauro em Anhatomirim, o início de obras no Museu Victor Meirelles. Dessas intenções, inicialmente só foi viabilizada a recuperação do Forte Santana. Na oportunidade Saia comunicou que a sugestão, do próprio Armando Gonzaga, no sentido de incluir Santa Catarina no escalão prioritário do Plano Nacional de Turismo havia sido encaminhada ao Diretor do DPHAN.

⁸³ Além das entrevistas efetuadas com funcionários do IPHAN, foram utilizados como fonte de pesquisa sobre o processo de recuperação do sistema defensivo da ilha de Santa Catarina o estudo realizado por MACHADO (1992), que faz uma síntese global das intervenções realizadas ao longo de todo o período abordado, bem como as indicações de Alcídio Mafra de SOUZA (1992). Sob orientação técnica do já referido arquiteto Cyro I. C. O. Lyra e recursos do IPHAN, foram realizadas as obras de restauração do Forte de Santana (1969–1975). O mesmo profissional iniciou os trabalhos de recuperação da Fortaleza de Santa Cruz, em 1974, com a recuperação parcial do Quartel da Tropa, e da fortaleza de São José da Ponta Grossa, em 1977, onde foram realizados trabalhos de restauro da Capela e consolidação da Casa do Comandante e das muralhas.

O abandono das fortalezas, além de sua depredação, permitiu a invasão de duas delas por moradores, sendo necessária a remoção de residências localizadas tanto no perímetro interior dos monumentos, quanto no seu entorno mais imediato. Tal objetivo pôde ser concretizado com bastante sucesso no Forte Santana, sendo que, para assegurar a sua conservação e revitalização, como já relatado, para ali foi transferido o acervo do Museu de Armas Major Lara Ribas. No entanto, no Forte São José, situado na Ponta Grossa, apesar de algumas vitórias, a invasão se mantém problemática.⁸⁴

Os trabalhos de restauração em Anhatomirim foram extremamente penosos, pois a ilha não dispunha de eletricidade e o material, pesadíssimo, era transportado em baleeira. Os critérios adotados na restauração dos bens tombados foi a consolidação das alvenarias e a restituição à feição original das partes deterioradas pela ação do tempo e do vandalismo.⁸⁵

Outro fato interessante ocorreu em São José, por ocasião da recuperação da Capela, por onde o restauro havia sido iniciado, em vista da inexistência de templo católico na comunidade que se localiza junto à Fortaleza. Lyra relata que, durante a paralisação de três meses das obras, a chave havia ficado com um dos moradores, e quando do retorno, havia sido montado um altar na capela, cuja mesa era a placa de obra (LYRA in: MACHADO, 1992, p.43 e 59).

É interessante ressaltar que, diante da inexistência de Faculdade de Arquitetura no Estado, foi realizado um convênio entre a Universidade Federal do Paraná e a Prefeitura Municipal de Florianópolis para elaboração de projeto de preservação dos remanescentes da Fortaleza de São José da Ponta Grossa.⁸⁶

2.4.2 A casa natal de Victor Meirelles⁸⁷

➤ Em 1950 ocorreu o quinto tombamento em âmbito federal, com a preservação da Casa Natal de Victor Meirelles, que abriga o Museu de mesmo nome. Segundo POYARES DOS REIS (2000), talvez esta seja a mais antiga edificação residencial que permaneceu na estrutura urbana da Área Central da cidade. As ações que antecederam este

No entanto, a preocupação com a viabilização das fortalezas já é registrada em ofícios da década de 60. Em ofício de 08/09/1964 de Piazza para Saia, é comentada a hipótese da instalação de uma estação de biologia marinha em Anhatomirim ou Raton Grande. E em ofício de 1960 é referenciada a sugestão de instalação de um Museu Histórico no Forte São José ou no Forte Santana, fato que possivelmente tenha relação com a já mencionada Lei Estadual 1.974/59, promulgada no ano anterior, e relativa à criação do Museu Histórico e Arqueológico de Santa Catarina (Ofícios – Arquivo 11ª. SR IPHAN).

⁸⁴ A invasão ocorreu nas fortalezas situadas na ilha de Santa Catarina, Santana e São José da Ponta Grossa, mais acessíveis. Após o restauro da Fortaleza Santana foi efetuada a remoção dos moradores localizados na área, através de convênio com a Prefeitura, perfazendo um total de 33 casas, sendo que a maioria foi indenizada e removida (Relatório de 23/04/1974 – Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁸⁵ Em contraposição aos critérios adotados na década de 90, onde há a diferenciação dos elementos restaurados daqueles existentes, como será abordado no item 5.5 Incorporação dos novos critérios de intervenção.

⁸⁶ Através do ofício 542 de 14/06/1972, o então Prefeito Municipal Ary Oliveira encaminhou o Convênio realizado com a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, aprovado através do Decreto Legislativo 10/72. Os trabalhos foram desenvolvidos no âmbito do Departamento de Teoria e História da Arquitetura, sob responsabilidade do arquiteto Cyro Illidio Corrêa de Oliveira Lyra (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁸⁷ Informações obtidas de ROSSETTO (2000).

ato, envolvendo a compra do imóvel, merecem ser detalhadas, pois demonstram a dificuldade da viabilização da preservação dos bens culturais e da fundamental importância do envolvimento mais amplo dos diversos segmentos da sociedade em prol da preservação dos bens que lhes são caros.⁸⁸

→ O pequeno Museu Victor Meirelles, instalado em Florianópolis na casa onde nasceu esse mestre ilustre da pintura brasileira, foi idealizado no âmbito de uma política nacional de criação de museus, que estruturou os principais equipamentos em vários pontos do País, tais como o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, das Missões, no Rio Grande do Sul, Imperial, no Rio de Janeiro, e do Ouro, em Sabará. Em correspondência ao Ministro, o SPHAN argumentou da urgência de providências *“no sentido de levar-se avante o plano de preservá-la em definitivo, dando-se-lhe destinação de museu”*. Pois a ameaça de demolição para efeito de alargamento da rua só havia sido sustada ante a possibilidade da restauração do imóvel e sua conversão em museu federal. O documento finalizava explanando as condições de compra da edificação, em concordância com o proprietário.⁸⁹

Entre as argumentações que encaminhavam o projeto de decreto-lei autorizando a aquisição do imóvel e alterando o orçamento especial do Plano de Obras e Equipamentos de 1945, objetivando a compra do imóvel, foi arrolado que *“não parece aconselhável a execução de obras de reparação e restauração no aludido imóvel sem que se aproveite a oportunidade para integrá-lo no patrimônio da União”*.⁹⁰

A preservação realizada pelo SPHAN ocorria em parceria de Estado e município, mas sobretudo pelo envolvimento de setores não-governamentais. Desse processo de compra fez parte um relatório de viagem encaminhado ao Dr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do SPHAN⁹¹, comentando que os *“diversos cidadãos catarinenses ilustres (...) foram unânimes em reconhecer o gesto altamente patriótico de V.S. em desejar adquirir para a União o imóvel onde nasceu Victor Meireles”*. Informava, também, que este assunto teria sido cogitado inclusive pelo IHGSC, por sugestão do jovem escultor Moacir Fernandes de Figueiredo, que propunha o apelo a artistas nacionais para a doação de duas obras para viabilização do projeto. Uma das obras se destinaria a viabilizar a compra e o restauro do

⁸⁸ O processo de compra da Casa de Victor Meirelles está documentado no processo 58.684 – 21/07/45 do SPHAN, *“Museologia – autoriz. p. efet. compra casa de Vitor Meireles”* (Arquivo 11^o. SR IPHAN e cópia POYARES DOS REIS, a). No entanto, o processo de tombamento já havia sido iniciado em 1944 e foi efetivado em 30/01/1950 (Pr. 342–T–44), significando a inscrição 264 do Livro de Tombo Histórico.

⁸⁹ Segundo o ofício 962, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1945 de Rodrigo M. F. de Andrade, diretor do SPHAN ao Sr. Ministro, constante do processo acima referido (Arquivo 11^o. SR IPHAN).

Além dos museus acima referidos, o Diretor do SPHAN menciona, também, o pleito para organizar um museu de arte sacra em Salvador, um de arte aplicada tradicional em Recife e um de moldagens no Rio de Janeiro.

⁹⁰ Documento parcial, de agosto de 1945, constante do processo acima referido (Arquivo 11^o. SR IPHAN).

⁹¹ Cópia de relatório – documento parcial, sem data com timbre do Ministério da Educação e Saúde, constante do processo acima referido (Arquivo 11^o. SR IPHAN). (Segundo notícia de jornal, possivelmente seja de autoria de Alfredo Teodoro Rusins, conservador do Museu Imperial).

imóvel, e a outra para ser exposta no Museu, como homenagem dos seus admiradores póstumos. Verifica-se, novamente, uma mobilização em prol da preservação da edificação.

Registrando a importância do SPHAN, o mesmo relato expunha que o Dr. Ivo de Aquino⁹², informando que a casa estaria condenada pelo projeto de alargamento da rua, chegou a dizer textualmente: *“uma vez que o Governo Federal deseja fazer um museu na casa onde nasceu Victor Meireles, o Estado não se oporá ao mesmo insistindo em demolir a esquina da mesma. Si o alargamento da rua fôr levado a cabo respeitaremos a quadra em que se encontra essa casa”*. O município contribuiu com documentos declarando o valor venal da casa, bem como com a elaboração da sua planta baixa. É de se ressaltar que o Dr. Aquino antevia sua importância para o desenvolvimento do turismo, argumentando ainda *“pelo muito que representaria a instalação dum museu para fins turísticos de futuro”*.

O processo de compra foi extenso, iniciando em julho de 1945, e autorizado por decreto-lei em 1946. No entanto, verificada irregularidade na tramitação do processo de compra, só em setembro de 1947 o registro do contrato de compra foi autorizado pelo Tribunal de Compras da União *“atendendo às condições especialíssimas do caso”*.⁹³ Após a compra, a edificação foi restaurada e nela instalada o Museu Victor Meirelles, para o que concorreu a orientação técnica de Pietro Maria Bardi. E, finalmente, em 15/11/1952, inaugurava-se o Museu com obras do importante artista catarinense.⁹⁴

O pequeno Museu, em funcionamento até hoje, apesar dos períodos de fechamento, foi gradativamente sendo adaptado às premissas museológicas contemporâneas.⁹⁵

⁹² Ivo de Aquino, Secretário de Segurança e Educação no Estado, estava substituindo o Interventor Federal.

⁹³ O Decreto-Lei 9.014 de 22/02/1946 autoriza a aquisição da casa em que nasceu Victor Meirelles por Cr\$ 35.000,00, operação realizada pelo Delegado do Serviço Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina, registrada no Registro de Imóveis em julho de 1946. O processo se finaliza com o ofício 4.058 de 25/09/47 do Diretor da Secretaria do Tribunal de Contas ao Delegado deste mesmo Tribunal no Estado de Santa Catarina (Arquivo 11^o. SR IPHAN).

⁹⁴ Em ofício de 25/05/1951 a Bardi, então Diretor do MASP, o diretor do DPHAN Rodrigo M. F. Andrade *“solicita sua valiosa colaboração (...) para planejar a instalação adequada do pequeno museu”*. Complementa que *“o problema, do ponto de vista museológico, é de bem pouca importância, uma vez que as obras a serem expostas pouco excederão a 20, enquanto parece não haver muita possibilidade de reconstituição de aspectos característicos do interior da casa à feição da época de Vitor Meireles”* (Arquivo 11^o. SR IPHAN).

⁹⁵ O Museu Victor Meirelles, na década de 70, recebeu, também, a colaboração da artista plástica Aracy do Amaral (conforme seu relatório para Luiz Saia, em 1972 – Arquivo 11^o. SR IPHAN). E, após três anos de fechamento, o Museu é reaberto em 1974, em vista dos esforços conjuntos de várias instituições, sob coordenação da COTESPHAN, período em que foi gerenciado pela PMF (este fato será abordado no capítulo seguinte). Em 1985, foi reinaugurado, após novo projeto museográfico.

Em 1991, inicia-se o Projeto Victor Meirelles, que culmina com a reinauguração, em 18/08/1994 (em comemoração ao aniversário de nascimento do patrono), após obras de recuperação com mudanças conceituais e estruturais, englobando tanto a museologia, como museografia, sendo implantada uma sala de exposições temporárias no térreo. Em 1997, a área do Museu foi ampliada para instalação da Reserva Técnica e sala de conservação.

Diante da desfavorável implantação urbana, devido às estreitas calçadas, características da tipologia urbana colonial, foi realizado o fechamento parcial da Rua Victor Meirelles, para sua transformação em espaço cultural.

2.4.3 Os esforços individuais e o processo de transformação da cidade

No entanto, as ações voltadas para a preservação por muito tempo foram realizadas sobretudo pelo empenho individual de pessoas envolvidas com o ideal de “fazer acontecer” a cultura e a preservação no Estado. Este esforço acontecia em oposição à tendência dominante, que entendia modernidade como produção do “novo” sobre o “velho”. Ou seja, era necessário, e, portanto, desejável, a contínua substituição do já existente. Fazia parte desta dinâmica a desvalorização do passado, com a gradativa perda do já produzido.

Sintetizando as dificuldades encontradas por todos os “lutadores” pela cultura do Estado pode ser citada uma declaração de Cabral, que em entrevista refere-se a Rohr como um herói diante dos *“interesses econômicos e fatores políticos, com recursos capazes de opor uma resistência tremenda ao cumprimento da lei”*. Continua considerando sobre sua própria atuação no Instituto de Antropologia onde lutou *“com bravura em defesa dos nossos sambaquis. E perdi a parada...”* (CABRAL, 1975).

Ainda em 1972, CABRAL, em artigo publicado no jornal O Estado, constatava sobre Florianópolis que *“a cidade, mais do que qualquer outra no Brasil, mudou de fisionomia nestes dez ou quinze anos”*.

Uma das perdas foi a capelinha dedicada a Nossa Senhora da Conceição, erigida em 1905, localizada na Praça Getúlio Vargas. Em 1973, foi vendida pela Irmandade do mesmo nome, com plena aprovação da autoridade eclesiástica, sob protesto de cidadãos, gerando inclusive um ofício circular de CASCAES⁹⁶ (1973), onde ele considera: *“a atitude foi ofensiva e acabou em reclamações. O padre Keller da Catedral recebeu tantos telefonemas de gente pedindo satisfações que até teve que sair de casa”*. Cascaes continua avaliando que a situação reflete *“um retrato de nossa época, quando prevalecem o descaso e a omissão sobre o valor das coisas do passado. É um triste retrato, sem dúvida”*.

Na oportunidade, Cascaes faz um relato da situação do patrimônio histórico e artístico de Florianópolis e arredores, alertando para a ameaça a que está exposto, bem como antevendo sua importância para o setor turístico. Do acervo, relaciona os templos, as fortalezas e as casas onde ocorreram fatos históricos. (Sintonizado com os conceitos vigentes em Florianópolis, Cascaes não incluiu nesta listagem o patrimônio ambiental urbano). Citava nove templos religiosos demolidos, sete ameaçados de demolição (dos quais um foi posteriormente demolido), bem como cinco que estavam em trabalho de reforma e não de restauração (dos quais um foi demolido). Mencionava também a situação das fortalezas, em processo de arruinamento, das quais só uma havia sido até então recuperada e as casas onde nasceram

⁹⁶ Além dos demais esforços individuais já mencionados, ressaltam-se também os de Franklin Joaquim Cascaes (São José/SC, 1908 – Florianópolis/SC, 1983) professor e pesquisador, cuja obra está guardada no Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral.

Arcipreste Paiva, Coronel Fernando Machado e Luiz Delfino.⁹⁷ Pedia uma “*tomada de consciência*” da situação, de modo a promover as medidas necessárias à sua preservação e recuperação. Finalizava dizendo que era movido pelo “*profundo amor às coisas herdadas de nossos antepassados, pelo seu notável significado cultural e histórico*”, concluindo que, uma vez recuperadas, poderiam ter um valioso aproveitamento turístico.

Talvez a maior das perdas, lamentada ainda hoje, tenha sido a demolição do Miramar em vista da construção do Aterro da baía Sul. Porém, em vista de desdobramentos ocorridos, esse assunto será tratado posteriormente.

É Cascaes (1973) que ainda lamentava: “*morrem as nossas mais caras tradições, à mingua de atenção e interesse, como se o trabalho e a arte daqueles que nos antecederam ao longo dos anos e séculos, pouco ou nada valessem*”.

⁹⁷ **Edificações demolidas:** Capela de Sta. Cruz (Estreito); Capela do Divino Espírito Santo (Enseada do Brito); Capela de Sta. Catarina (Carianos/Base Aérea); Capela dos Ingleses (forro em abóbada, trabalhado em estuque no interior); Igreja do Senhor Bom Jesus, de Rochadel (Antônio Carlos); Igreja Coração de Jesus (Antônio Carlos); Capela de Sta. Cruz (Coqueiros); Capela de N. Sra. da Boa Viagem (Saco dos Limões); Capela do Divino Espírito Santo (Canasvieiras).

Edificações ameaçadas de demolição: Igreja de S. Fco. de Assis; Igreja N. Sra. Rosário e São Benedito; Capela de S. Pedro (Pântano do Sul. Hoje demolida); Capela Sta. Ana (Pântano do Sul, hoje descaracterizada); Igreja de N. Sra. da Lapa (adro – Ribeirão da Lapa); Capela de S. Pedro (altar – Ponta das Canas); Catedral Metropolitana.

Edificações em reforma: Igreja N. Sra. da Conceição (Lagoa); Igreja de S. João Batista (Rio Vermelho); Capela de S. Sebastião (Campeche); Matriz de S. José; Capela de N. Sra. dos Navegantes (Itaguaçu, funcionava como boate, hoje demolida).

Com relação às casas mencionadas por Cascaes, todas foram demolidas (POYARES DOS REIS, a).

Estruturação da cultura através dos museus



Museu Provincial à esquerda. Criado em 1879, foi provavelmente o primeiro Museu do Estado

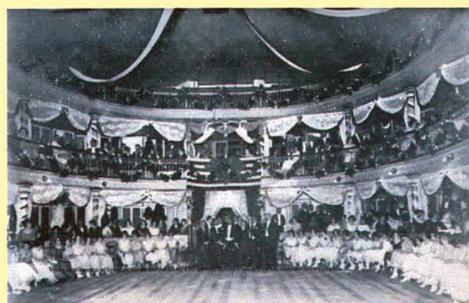
Museu Victor Meirelles - adquirido e tombado pelo IPHAN e instalado em 1952



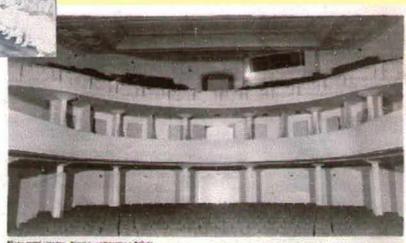
O Colégio Catarinense abriga, desde 1963, um museu, hoje denominado Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J., cujo acervo é tombado



Museu do Ribeirão. Criado em 1971, posteriormente fechado e reaberto, anos depois, em outro local

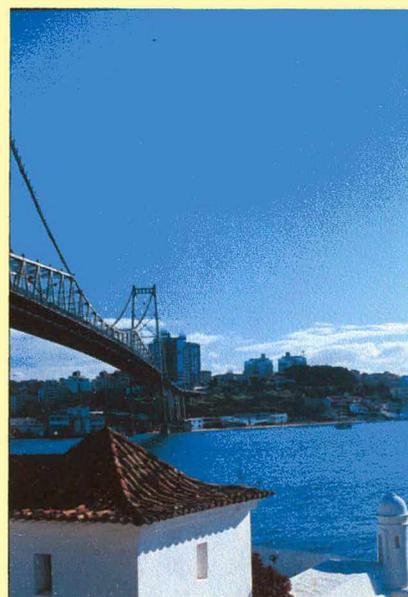


Teatro Álvaro de Carvalho - TAC, Antes e após a reforma de 1955



Inserindo-se no "progresso"...

A proteção do sistema defensivo da ilha de Santa Catarina ocorreu em âmbito nacional (1938)



Forte Santana e Ponte Hercílio Luz

A conexão marítima é substituída pela conexão viária

3 MUNICIPALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO

Em âmbito nacional, as décadas de 50 e 60 geraram um impacto desenvolvimentista, que de maneira direta ou indireta atingiu os bens preservados, especialmente os núcleos históricos. A industrialização do País e a construção da nova capital, Brasília, consolidaram os valores de modernização. O novo momento veio acompanhado de uma pressão demográfica sobre as áreas já aglomeradas, com a abertura de novos acessos viários, a mudança de usos e o adensamento das áreas históricas. Tal situação, transformadora, teve reflexos nas políticas adotadas pelos setores responsáveis pela preservação, até então restritos à atuação federal, sendo incentivada a sua descentralização para as esferas estadual e municipal.

O município de Florianópolis em resposta às novas políticas federais, promulgou sua legislação de preservação. Assim, o ano de 1974 é um marco na política de preservação de Florianópolis, pois além da instrumentalização legal, inicia-se efetivamente uma atuação municipal na área de proteção. Este capítulo trata da fase inicial da atuação municipal, abrangendo o período em que o setor de preservação estava vinculado à Secretaria Municipal de Educação—SESAS, ou seja, até 1979.

3.1 A União como indutora de uma nova ordem de políticas de preservação

O “milagre econômico” da década de 70 modificou radicalmente a escala do meio urbano. O *boom* imobiliário daí decorrente resultou na intensa urbanização das cidades brasileiras. Foi acompanhado da tendência mundial de priorização do transporte individual, que privilegiou o sistema viário das cidades. As transformações em curso induziram o resgate de valores tradicionais, que necessitavam ser conciliados com o desenvolvimento econômico em franca expansão.

Os novos conceitos internacionais de preservação, expressos na Carta de Veneza¹, haviam ampliado, fundamentalmente, a concepção de preservação até então vigente, contribuindo para o início de uma nova política de tombamentos no Brasil, que priorizava a preservação de conjuntos e das paisagens históricas. Diante das mudanças da paisagem, houve a premente necessidade de buscar formas de preservação do patrimônio ambiental urbano, no qual os bens culturais preservados estão inseridos. Tal fato tornou cada vez mais urgente a elaboração de planos urbanos e regionais que contemplassem medidas efetivas em favor da preservação. Em vista da competência de legislar sobre o solo urbano ser municipal, houve a necessidade de buscar parcerias com as outras esferas administrativas. No entanto, extrapolando o controle federal e sujeitos às deficiências e pressões inerentes à realidade brasileira, esses planos, de âmbito municipal, nem sempre lograram êxito quanto à sua implantação ou aplicação.

Seguindo as diretrizes da UNESCO, o IPHAN, em sua nova fase “moderna”, assumiu o papel de *“negociador, que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores, e conciliar interesses”* (FONSECA, 1997, p.160). Tentava-se demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, considerando os bens culturais como mercadorias de potencial turístico ou indicadores culturais a serem desenvolvidos, ou seja, referências que poderiam contribuir ao processo de desenvolvimento brasileiro.

Na busca por parcerias foram realizados encontros de governadores², objetivando a atuação conjunta e supletiva de Estados e municípios, visando medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do País. Essas reuniões resultaram no Compromisso de Brasília (1970) e no Compromisso de Salvador (1971), e incorporavam, em âmbito nacional, os princípios preconizados pela Carta de Veneza. Iniciava-se uma política de descentralização e de estratégia de fortalecimento da política de preservação, objetivando a criação de legislações estaduais específicas e de órgãos locais de patrimônio, tendo por base não só os compromissos internacionais, como o envolvimento de Estados e municípios e de outros setores governamentais e comunitários.

O Compromisso de Brasília propunha a criação de órgãos estaduais e municipais articulados com os Conselhos Estaduais de Cultura e o IPHAN, bem como com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF. O Compromisso de Salvador recomendava a criação do Ministério da Cultura e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual.³

¹ A Carta de Veneza – Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios é considerada um marco internacional, por sintetizar a experiência de várias décadas de prática na área da preservação e restauro. Foi aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ocorrido em Veneza, maio de 1964. Será abordada em maior detalhe no item 3.5 A evolução dos princípios conceituais de preservação ao longo dos anos 60 e início dos 70 e sua repercussão na atuação municipal, deste capítulo.

² Nesses encontros participaram também secretários estaduais, prefeitos e representantes de instituições culturais.

³ Ambos documentos serão abordados no item acerca dos fundamentos conceituais relativo a esse período.

Como consequência dos compromissos assumidos, em 1973, com a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas-PCH, iniciava-se uma política de desenvolvimento e suporte às atividades turísticas. Objetivava-se a concentração de investimentos na preservação e recuperação do acervo patrimonial. Inicialmente voltado para os Estados do Norte e Nordeste, a partir de 1977 foi estendido para o Sudeste, contemplando, também, o Estado de Santa Catarina. É desse mesmo ano a promulgação da legislação de “Áreas especiais e de locais de interesse turístico”, regulando sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural.⁴

As mudanças institucionais federais resultaram na criação do Centro Nacional de Referência Cultural-CNRC⁵, objetivando dar resposta às preocupações referentes ao processo de desenvolvimento econômico em curso no Brasil, aliado à preservação dos valores da formação cultural brasileira. Os trabalhos culminaram na elaboração de conceitos culturais que fundamentaram a política da Secretaria de Cultura do MEC e foram posteriormente incorporados na Constituição Federal de 1988.

Os inovadores programas desenvolvidos pelo CNRC buscavam a identificação da produção cultural nacional, inserindo-a em um modelo de desenvolvimento e no processo produtivo, vinculando cultura a outros setores governamentais. Neste contexto foi valorizado o “fazer popular” considerado por MAGALHÃES (1985, p.171) “*um fazer tecnológico*” em que o “*artesão faz tecnologia de ponta, a melhor que ele sabe fazer*”, a ser viabilizado economicamente.⁶ Segundo FONSECA (1997, p.163) “*tratava-se de uma nova maneira de equacionar a velha questão da identidade nacional, vinculando a questão cultural à questão do desenvolvimento*”. Ou seja, atualizava-se a reflexão sobre a realidade brasileira, objetivando inseri-la na contemporaneidade. Iniciava-se a renovação do olhar sobre a cultura, com valorização de sua diversidade. Em substituição à noção de patrimônio histórico e artístico, aparecia o conceito de bem cultural. Este deixava de ser estático para inserir-se na dinâmica do cotidiano.

Em 1979, no âmbito do Ministério de Educação e Cultura-MEC são criadas a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória-FNPM, que deram seqüência às atividades até então desenvolvidas pelo CNRC.

⁴ Lei Federal 6.513 de 20/12/1977, que em seu artigo 1º. define como bens de valor cultural e natural, entre outros, os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as reservas e estações ecológicas; as manifestações culturais ou etnológicas.

⁵ O CNRC inicialmente surgiu como um grupo de trabalho coordenado por Aluísio Magalhães, *designer*, artista plástico e professor, tendo a participação do Ministro da Indústria e Comércio-MIC, Severo Gomes, e do Embaixador Wladimir Murtinho, Secretário da Educação do Distrito Federal. Embrião de uma nova forma de pensar política de preservação, suas atividades tiveram início em 1975.

⁶ Uma outra preocupação do CNRC era o papel do *design* na definição de uma fisionomia própria dos produtos brasileiros. Este objetivo não conseguiu ser implantado, com exceção de poucas iniciativas locais.

Inserindo-se de forma mais atuante em compromissos internacionais, em 1977, o Brasil oficialmente ratifica o acordo internacional, conduzido pela UNESCO, que havia sido firmado em 1972 e visava salvaguardar os bens patrimoniais por parte dos países signatários. Este acordo, ainda vigente, objetiva a valorização de bens que são referência e identidade para os povos, diante da ameaça de destruição do patrimônio cultural e natural, “*não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pelas mudanças da vida social e econômica*” (Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, preâmbulo. In: IPHAN, 1995, p.177).⁷

O movimento em prol da preservação no Brasil, até então conduzido basicamente pelas instituições governamentais, contando eventualmente com de contribuições isoladas, no final da década de 70 recebeu um reforço de organizações civis, com a criação das duas entidades voltadas mais diretamente para a preservação do patrimônio cultural: o comitê brasileiro do International Council on Monuments and Sites–ICOMOS, preocupado com a defesa do patrimônio cultural brasileiro, e a Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais–ABRACOR, congregando os profissionais especialistas da área.⁸

Em 1980, o comprometimento do Brasil foi reconhecido internacionalmente, quando da inscrição da cidade de Ouro Preto na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO.⁹ Porém, o dinâmico processo preconizado e defendido em âmbito federal levaria um bom tempo para efetivamente implantar-se nas outras esferas governamentais. Em Santa Catarina, ainda na década de 70 houve a instalação de mecanismos legais de preservação. No entanto, a aplicação prática desses novos conceitos de preservação defendidos por Magalhães só seria efetivada no Estado, gradativamente, a partir de meados da década de 80.

⁷ Esta **Convenção Internacional**, aprovada em Paris em 1972, é ratificada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo 74 de 30/06/1977, com ressalva do art. 16, parágrafo 1º., referente à contribuição regular ao Fundo do Patrimônio Mundial. A Convenção entrou em vigor para o Brasil em 02/12/1977 e foi promulgada pelo Presidente através do Decreto Federal 80.978 de 12/12/1977.

Na oportunidade da aprovação internacional é criado o Comitê do Patrimônio Mundial para implementação da Convenção e aprovação dos integrantes da Lista do Patrimônio Mundial, que conta com a colaboração das seguintes organizações internacionais: International Council on Monuments and Sites–ICOMOS; União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos–UICN e Centro Internacional para o Estado de Preservação e Restauração de Propriedade Cultural–ICCROM, que provê consultoria especializada em relação à restauração de monumentos e promove treinamentos para especialistas da área.

⁸ Conforme já referenciado, em consequência à Carta de Veneza havia sido criado, em 1965, o ICOMOS, como organização internacional não-governamental dedicada à preservação dos monumentos, conjuntos e sítios de valor cultural e natural. Atuando através de Comitês Nacionais, há a inclusão do Brasil em 1978.

A ABRACOR foi fundada em 30 de maio de 1980, e tem como objetivo promover os meios adequados ao desenvolvimento das técnicas de conservação e restauração necessárias, através do entrosamento com entidades públicas ou privadas.

⁹ Os demais bens nacionais inscritos na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO abrangem diversas áreas de preservação. Incluem aspectos históricos, remanescentes de etnia indígena e atividade missioneira, conjuntos urbanos históricos e contemporâneos, bem como patrimônio ambiental, a saber: Olinda/PE (1982); Ruínas jesuíticas dos guaranis/São Miguel das Missões/RS (1983); Centro Histórico de Salvador/BA e Santuário de Bom Jesus do Matosinhos em Congonhas do Campo/MG (1985); Parque Nacional de Iguçu/PR (1986); Plano-Piloto de Brasília/DF (1987); Parque Nacional da Serra da Capivara/PI (1991); Centro Histórico de São Luís/MA (1997); Diamantina/MG, Costa do Descobrimento/BA e conjunto de parques naturais nos limites entre os Estados de São Paulo e Paraná (1999).

3.2 Os esforços por uma política estadual de preservação

As preocupações do Ministério, expressas no Compromisso de Brasília em 1970, que foi também assinado por representantes da área de cultura indicados pelo Governo do Estado, bem como da UFSC¹⁰, apresentaram repercussões em Santa Catarina. E, se não imediatamente, pelo menos em um futuro próximo tiveram como resultado a implantação das requeridas legislações estadual e local, acompanhadas dos órgãos específicos para seu gerenciamento.

Paralelamente à iniciativa federal, o Governo do Estado já vinha tomando medidas no sentido da estruturação de um organismo voltado mais diretamente para a preservação. Assim, um dos signatários do referido Compromisso foi Oswaldo Cabral, na qualidade de representante da comissão especial de estudo para elaboração do projeto de criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Paisagístico de Santa Catarina.¹¹ Tal proposta, que deveria ser implantada no governo seguinte, não veio a ser executada. E, inconformado, Cabral não aceitou a convocação para participação no Conselho Estadual de Cultura. Em ofício ao já empossado governador, datado de 1971, justificava sua negativa esclarecendo:

*“nos cortaram o prometido Palácio de Cultura (compromisso do Governô Ivo Silveira) e o projeto da organização da Diretoria do Patrimônio Histórico Estadual, que o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, que é o programa do seu esperançoso Governô, não incluiu na sua pauta, não me ficaria bem aceitar justamente o lugar com que me honrou a escôlha do eminente amigo, pois eu daria mostras de uma acomodação que não me ficaria bem, ou teria de conflitar com os seus escalões superiores, o que não desejo”.*¹²

O anteprojeto de lei elaborado por CABRAL (s/d) definiu os objetivos do Conselho e detalhou seu funcionamento, remetendo a forma de atuação sobre os bens tombados à normatização federal vigente, o que confirmava que se mantinha uma forte presença do instituto federal de preservação no Estado. No entanto, essa vinculação com o DPHAN caracterizava-se por um elemento novo representado pela descentralização administrativa, estruturada em institutos municipais, o que ia ao encontro dos objetivos federais. O Conselho propriamente dito seria composto por um colegiado, com representantes de diversos órgãos, cujas deliberações seriam executadas por uma Diretoria.¹³

¹⁰ O Estado de Santa Catarina então se encontrava sob o governo de Ivo Silveira, que indicou os seguintes representantes, que foram signatários desse documento: o Secretário de Estado da Educação e Cultura, professor Jaldir Bhering Faustino da Silva; o Diretor do Departamento de Cultura, Carlos Humberto Pederneiras Correa e o representante da UFSC e da comissão especial de estudo do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado, Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral (IPHAN, 1995, p.166).

¹¹ A Comissão foi nomeada pelo então Governador Ivo Silveira. Em ata do Conselho Estadual de Cultura, de 17/09/1970, foi comunicada a existência de um projeto elaborado por Cabral, relativo à criação do Conselho, cuja execução seria levada a efeito no próximo governo (Arquivo CEC).

¹² Ofício de Oswaldo Cabral ao governador Colombo Machado Salles. Florianópolis, 25/11/1971 (POYARES DOS REIS, a).

¹³ Trata-se do anteprojeto de lei que cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Paisagístico do Estado de Santa Catarina (POYARES DOS REIS, a).

Segundo essa proposta, o primeiro objetivo do Conselho era “cooperar intimamente com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na preservação, restauração e utilização dos bens tombados ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.

A proposta era clara quanto às atribuições do Conselho, quais sejam: a realização de atos de proteção, de gerenciamento e de inventariação. No entanto, a definição dos objetos a preservar não apresentava conceitos definidos, citando “paisagens” e “*formações naturais*”, e também “*medidas que tenham por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e religioso do Estado de Santa Catarina*”.¹⁴

Em 1974 foi finalmente assinada a Lei Estadual que dispunha sobre proteção do patrimônio cultural do Estado.¹⁵ Tendo por base o texto da legislação federal de 1937, essa legislação explicitava que o tombamento será promovido pela Secretaria do Governo, através do Departamento de Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura, condicionando a aprovação dos bens imóveis à homologação do Governador e dos móveis ao Secretário da pasta responsável pelos Negócios da Cultura. Diferenciava-se do Decreto-Lei Federal 25/37 quanto à definição do que seja valor histórico ou artístico, por detalhar que se tratava de obras, monumentos e documentos e incluir também o conceito de bem religioso.¹⁶

Como elemento diferencial, essa legislação ressaltou a importância das atividades de pesquisa arqueológica e histórica desenvolvidas no Estado, tanto que incluía especificamente o cadastramento das jazidas pré-históricas ou arqueológicas e, valorizando as atividades do Arquivo Público, mencionava que lhe cabia a defesa e a conservação dos documentos de interesse histórico.¹⁷

Este instrumento inicialmente não teve grande efetividade, pois CABRAL, em entrevista concedida em 1975, aparentemente não tinha conhecimento de sua existência. E, dois meses depois, outra notícia veiculada na imprensa informou que, com a reforma administrativa estadual, haveria intenções de acoplar uma divisão do Patrimônio Histórico

A preocupação quanto à organização administrativa, estruturada em institutos municipais, ficou bem evidenciada no artigo 13, determinando-se que o Regimento Interno do Conselho deveria incluir entre suas atribuições a de estimular a criação de organismos semelhantes no âmbito municipal e reconhecer os já existentes.

Deveriam fazer parte do colegiado representantes dos seguintes órgãos: Secretaria da Educação e Cultura; DEATUR; 5º. Distrito Naval; Guarnição Federal; Patrimônio da União; Mitra Arquidiocesana; UFSC; UDESC; 4ª. Região do DPHAN; Prefeitura Municipal de Florianópolis; dois membros de livre escolha do Governador do Estado, entre pessoas de reconhecida competência em assuntos históricos ou artísticos. A Diretoria executiva seria composta por Secretaria Geral, Divisão de Tombamento e Divisão de Obras. Esta organização administrativa previa ainda biblioteca e arquivo, com assessorias jurídica; histórica e arqueológica; arquitetônica, artística e paisagística.

¹⁴ A proposta especificava o tombamento “*dos bens naturais ou culturais julgados de interesse relevante de acordo com a lei*”. Entre as demais atividades incluíam-se a coordenação das atividades dos museus e outros de órgãos regionais, bem como a inventariação e preservação dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessassem à história de Santa Catarina e à sua arte.

¹⁵ Trata-se da Lei Estadual 5.056 de 22/08/1974, promulgada quatro meses após a legislação municipal de tombamento.

¹⁶ Esta lei estadual é diferente daquela proposta por Cabral. Repete os conceitos, presentes na Lei Federal, referentes a valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico. É interessante observar que o conceito de bem religioso que, por sua especificidade, não está presente na lei federal e não é indicado na conceituação internacional, também estava incluído no anteprojeto de lei elaborado por Cabral. Cabe aqui lembrar a argumentação, levantada por Lúcio Costa, quanto ao número de bens religiosos existentes no Brasil e sua importância para o imaginário popular.

¹⁷ Tais dispositivos não são encontrados na legislação municipal e, na União, as questões arqueológicas são reguladas por legislação específica.

junto ao Departamento de Cultura, para pôr em prática a legislação específica existente em Santa Catarina (JORNAL DE SANTA CATARINA, 23/05/1975). E só em 1976, houve notícia da existência de uma Assessoria de Patrimônio Artístico, vinculada à coordenação de Assuntos Culturais da Secretaria de Governo, que desenvolvia projetos de restauro no Estado.¹⁸

No entanto, estas ações eram incipientes, pois, apesar da instalação desse órgão executivo, as primeiras ações concretas na área de proteção só são realizadas na década de 80, após a criação da Fundação Catarinense de Cultura e a promulgação de uma nova lei de proteção do patrimônio cultural do Estado.¹⁹

Diferentemente das legislações federal e municipal vigentes, a recém-promulgada legislação de proteção cultural do Estado remeteu a questão da preservação dos monumentos naturais, paisagens e os locais de particular beleza à regulação por lei especial. Assim, a estruturação das questões relativas ao patrimônio ambiental ocorreu a partir da criação de uma instituição com atribuições específicas, no caso, a Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente-FATMA.²⁰

3.3 A política municipal de preservação

A conjuntura política e econômica nacional resultou na valorização crescente de ações de planejamento, consideradas determinantes para o desenvolvimento do País, ao longo das décadas de 60 e 70. Em resposta a esta tendência, a partir de 1967, Florianópolis implementou as bases de um Plano de Desenvolvimento Local Integrado Microrregional-PDLI, objetivando criar as necessárias condições para sua inserção no sistema rodoviário nacional.²¹

É de se ressaltar que foram justamente as substanciais transformações urbanas daí resultantes, aliadas a uma nova forma de compreender a cidade, que propiciaram a instalação de uma política municipal de preservação. Como os estudos realizados foram extensos, mobilizando um significativo número de profissionais, foi criada uma oportunidade de reflexão, que englobou, entre outras, a questão preservacionista. Portanto, o processo de planejamento em Florianópolis acabou provocando uma iniciativa concreta resultando em mecanismos legais, o que, de outra forma talvez só teria ocorrido em um momento posterior, quando as conseqüências da dinâmica urbana alcançassem dimensões de maior

¹⁸ Segundo dados extraídos do Projeto de Restauro da Alfândega (POYARES DOS REIS, a).

Porém, ainda por um longo tempo, a execução das obras de intervenção nos bens de valor cultural era freqüentemente realizada pelo Departamento Autônomo de Edificações-DAE, criado em 1970.

¹⁹ Como já foi visto, o Conselho Estadual de Cultura havia sido criado em 1961, sendo efetivado somente em 1968. A criação da Fundação Catarinense de Cultura e as ações daí decorrentes serão objeto de análise no capítulo subsequente.

²⁰ O artigo 2º. da Lei Estadual 5.056/74, determina a regulação dos aspectos naturais por lei especial. A FATMA foi criada através do Decreto Estadual 662/1975.

magnitude. E conforme será analisado a seguir, diferentemente de outras iniciativas municipais que direcionaram esforços no sentido da compatibilização da preservação com os aspectos urbanos, em Florianópolis neste momento inicial as preocupações se voltaram predominantemente para a valorização do bem patrimonial.

O PDLI foi realizado conjuntamente com a Associação dos Municípios da Microrregião da Grande Florianópolis–GRANFPOLIS²² e para a sua execução foi contratado o Escritório Catarinense de Planejamento–ESPLAN.²³ Na oportunidade, a partir das propostas desenvolvidas pela equipe de Planejamento Sociocultural foram inseridas em suas metas diretrizes para a preservação do patrimônio cultural.²⁴ No entanto, segundo PEREIRA (2000), apesar de seu empenho pessoal no sentido de estimular o Prefeito a efetivar uma legislação municipal sobre a temática, as preocupações inicialmente não produziram soluções objetivas.

Só posteriormente, em 1970, o novo Prefeito instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento, no qual, além de outros órgãos técnicos, a UFSC tinha representação. Instalado esse primeiro fórum de debates acerca de questões relativas à cidade, iniciou-se, então, uma parceria entre a Prefeitura e a Universidade no estabelecimento, em âmbito municipal, de ações de preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, cultural e natural.²⁵

A gênese da legislação municipal, segundo PEREIRA (2000), ocorreu neste Conselho, que aprovou um anteprojeto de lei acerca da política de preservação em Florianópolis, por ele elaborado na condição de conselheiro, e revisada juridicamente pelo então Procurador do Município.²⁶ Ainda no final de 1971, o anteprojeto de lei foi encaminhado à Câmara Municipal de Florianópolis, vindo a ser aprovado tão somente na gestão seguinte, em 1974.

²¹ Segundo SUGAI (1994, p.96–97), o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis é justificado pelas transformações urbanas, pressões por investimentos viários e resposta às determinações federais de exigência de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, sem os quais não seriam concedidos recursos federais ou estaduais.

²² Essa Associação, ainda hoje existente, é composta por 21 municípios.

²³ Era prefeito o professor universitário Acácio Garibaldi de São Thiago (31/01/1966 a 21/03/1970), cujo substituto foi Nagib Jabôr (22/03/1970 a 05/05/1970). O ESPLAN foi coordenado pelo arquiteto e coronel de reserva Luís Felipe Gama Lobo d’Eça, um dos quatro participantes do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo da PMF–CEAU. O CEAU havia sido criado pela Câmara com a atribuição específica de assessoramento sobre alterações do Plano Diretor. Porém, diante da solicitação da administração municipal para elaboração de um novo Plano Diretor, foi iniciada a montagem da equipe de trabalho que resultou no ESPLAN.

²⁴ A equipe de Planejamento Sociocultural era de responsabilidade do Professor Nereu do Vale Pereira.

²⁵ Era prefeito nomeado o Cel. Ary Oliveira (05/05/1970 a 20/11/1973). O Conselho Municipal de Desenvolvimento foi criado pela Lei Municipal 1.110/72, tendo como finalidade “opinar sobre matéria relacionada com os problemas do desenvolvimento físico, social e econômico do Município; sugerir a realização de obras e a implantação de atividades que possam determinar o desenvolvimento sócio-econômico do Município e colaborar no desenvolvimento de uma consciência, visando a prevalência dos interesses coletivos sobre os interesses individuais ou grupais”. Era composto respectivamente por um representante das seguintes instituições: Câmara Municipal, Secretaria de Transporte e Obras do Estado (engenheiro ou arquiteto); Secretaria de Desenvolvimento do Estado (economista); Conselho Metropolitano; UFSC (sociólogo); CREA (arquiteto ou engenheiro); Secretário de Obras do Município; Procurador Geral do Município. A juízo do chefe do Executivo poderiam ser convidados ex-prefeitos. Segundo PEREIRA (2000), sob a presidência de Acácio Garibaldi Ferreira São Thiago, tinha como representantes da UFSC a prof. Zuleika Lenzi, como titular, e o prof. Nereu do Vale Pereira, como suplente.

²⁶ Era Procurador Henrique Berenhauer Júnior.

Antecedendo a aprovação legal, o Município já vinha desenvolvendo esforços no sentido da estruturação de um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal. Esta iniciativa traria maior respaldo às ações desenvolvidas pela Prefeitura objetivando a realização das propostas expressas no Convênio de 1972 efetuado com o IPHAN. Este acordo resultava na execução obras de restauração e a dinamização dos bens culturais e estavam em desenvolvimento na Secretaria de Obras do Município de Florianópolis, sob responsabilidade do arquiteto Otávio Franco Fortes.²⁷

Objetivando contatos relacionados às atividades a serem programadas no futuro SPHAN, foi realizada uma entrevista com o prof. Oswaldo Rodrigues Cabral.²⁸ E este, posteriormente, em depoimento sobre a situação do patrimônio histórico, avaliava:

“O nosso Estado não dispõe de grandes recursos monetários para que possa manter um organismo de porte, capaz de tomar a defesa de seu patrimônio histórico, artístico e paisagístico. E lhe falta, principalmente, estruturar um órgão com esta finalidade – com assessores de todas as especialidades, arquivos, restauradores, consultores jurídicos. Uma repartição que, para ser eficiente e agir com eficácia desejada, dispusesse de todos os recursos humanos, os quais não faltariam, e de muitos recursos financeiros, que não serão poucos, para evitar que se torne uma repartição decorativa (...) Mas, já há, por aqui, um organismo municipal que se esforça, na medida do possível, para conseguir o máximo... Já é alguma coisa...” (CABRAL, 1975).

↳ Cabral referia-se à efetivação da política de preservação em âmbito municipal, através da criação da Lei Municipal nº. 1.202, de abril de 1974, que preconizava a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município de Florianópolis e também criava o órgão competente, Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município–SPHAM.²⁹ O poder legislativo municipal outorgava a competência pela execução da proteção ao Executivo, ao qual, desde então, cabe a decisão final do que deve ser preservado. Como já mencionado, era a resposta municipal, conforme preconizada no Compromisso de Brasília, à política de descentralização da preservação, até então de responsabilidade predominantemente federal.

²⁷ Na época, os Municípios também eram obrigados à utilização de cinco por cento de seu Fundo de Participação na preservação e valorização de monumentos históricos. Em relatório elaborado pelo arquiteto Fortes, em 25/09/1973, acerca de viagem para a 4.ª Distrito do IPHAN em São Paulo, são mencionados os trabalhos conjuntos envolvendo a recuperação e a dinamização das fortalezas bem como o Museu Victor Meirelles. Na ocasião deste encontro, o Dr. Luiz Saia teceu elogios quanto à iniciativa municipal de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal–SPHAM (Arquivo SEPHAN/IPUF).

²⁸ Esta entrevista foi realizada por Fortes em outubro de 1973. Cabral sugeria a adoção de algumas normas tais como: a divisão da cidade em setores com respectiva listagem das obras a serem preservadas e a composição de um Conselho Municipal de Cultura, nomeado pelo Prefeito, com participação de um arquiteto, um paisagista, um historiador e um artista plástico para assessoria, sem ônus, ao SPHAM. Cabral indicou, ainda, um contato com o Sr. Waldir Fausto Gil, por possuir material importante sobre a história da ilha (Arquivo SEPHAN/IPUF).

²⁹ A sigla SPHAM foi objeto de várias alterações. Com a reforma administrativa da Prefeitura Municipal, a sigla SPHAM, embora frequentemente usada como SPHAN, passa para SEPHAN, de modo a evitar equívocos, em vista da superposição com a denominação do órgão federal de preservação. Posteriormente ela se torna oficialmente SPHAN, depois volta a ser SPHAM, retornando a SPHAN, e finalmente, a partir da resolução do Conselho Deliberativo do IPUF–CONDEL – 02/84, que altera a estrutura organizacional do IPUF, a sigla passa a ser definitivamente SEPHAN. Para efeito desse trabalho, será utilizada a sigla em vigência.

É de ser enfatizada a abrangência dessa medida, pois, além de ser a primeira iniciativa municipal no âmbito do Estado de Santa Catarina, antecedeu, tanto em promulgação, quanto em efetivação, a própria atuação do Governo do Estado. Dinâmico também nas ações desenvolvidas, já no segundo ano de atuação, o município realizou as primeiras ações de proteção.³⁰ Tal fato situou a ação municipal de Florianópolis entre as primeiras iniciativas de tombamento municipal no Brasil, pois até então a ação de proteção ficava restrita à ação da União e de alguns Estados. No entanto, no âmbito da atuação de planejamento urbano, as primeiras experiências de preservação no Brasil ocorreram ainda no início da década de 70.³¹ (Ver nota de rodapé, para detalhamento desse aspecto).

Com esse arcabouço legal e administrativo iniciou-se uma política sistemática de preservação, pois só então foram implantados os primeiros instrumentos, a partir dos quais foi possível a efetivação de ações concretas para a proteção dos bens de valor cultural em âmbito municipal, sendo também definidas formas para a estruturação de um apoio executivo para dar seqüência à realização dessa política. Posteriormente, essa legislação seria complementada com outras legislações de incentivos e regulamentação.

Apesar da ausência efetiva do órgão técnico executivo, SEPHAN, houve a criação de uma estrutura embrionária de preservação, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social—SESAS. Organizada através de uma comissão composta por representantes de outras instituições, foi denominada Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município—COTESPHAN. Tal como outras experiências, também estruturadas em conselhos de preservação, funcionava de forma ativa, com reuniões semanais.³²

A legislação federal, ou seja, os postulados do Decreto Lei-Federal 25/37 foram definidores dos constituintes do patrimônio histórico e artístico do município, ou seja, *“os bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor cultural*

³⁰ Ver Mapas da ilha de Santa Catarina e Área Central: tombamentos e Áreas de Preservação Cultural, bem como ações de proteção por períodos cronológicos, no final do capítulo 6.

³¹ A título de comparação, apresentamos as datas de promulgação de outras legislações municipais de tombamento, bem como de legislações estaduais. Outras iniciativas municipais relativas à legislação urbana voltada para a preservação, ocorrentes no Brasil desde o início da década de 70, serão analisadas no capítulo seguinte, haja vista que em Florianópolis esta postura só ocorre a partir da década de 80.

Em âmbito estadual, a lei de tombamento de Timbó data de 1984, ou seja 10 anos após a legislação de Florianópolis.

Outras LEIS DE TOMBAMENTO MUNICIPAL: como iniciativa municipal ao longo da década de 70, só temos conhecimento da legislação de tombamento de Porto Alegre (1979), portanto posterior à legislação de Florianópolis.

Outras LEIS DE TOMBAMENTO ESTADUAL: em alguns Estados a preocupação com a preservação vem de longa data, a exemplo de Minas Gerais, que instituiu uma Inspeção Estadual de Monumentos Históricos em 1926, e Pernambuco criou um Serviço de Defesa ao Patrimônio Artístico e Histórico em 1928, ou seja, antes do Decreto-Lei 25/37 (de abrangência federal).

Em 1953 o Paraná dispõe sobre seu patrimônio histórico artístico e natural, e em 1961 a Bahia estabelece normas de proteção do patrimônio histórico e artístico. E são de 1968 tanto a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia quanto o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico, e Turístico do Estado de São Paulo—CONDEPHAAT. O Instituto do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro—IPAC é do final da década de 70.

³² A exemplo do conselho de preservação do Estado de São Paulo, CONDEPHAAT.

a qualquer título”, contemplando também “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza”³³ (Lei Municipal 1.202/74).

Quanto à dinâmica de funcionamento desses mecanismos legais, quando realizada através do tombamento, a proteção do acervo pode ser de livre iniciativa. Após sua abertura, o processo inicialmente é instruído pelo SEPHAN, recebe parecer da COTESPHAN e é remetido ao Prefeito Municipal. Após decisão favorável, consolidada por Decreto Municipal e conseqüente notificação dos proprietários, os bens são inscritos nos respectivos Livros de Tombo.

3.3.1 O decisivo papel da COTESPHAN

A gestão da preservação municipal inicialmente foi conduzida pela COTESPHAN. Suas atividades começaram em 24 de junho de 1974, ou seja, dois meses após a promulgação da Lei Municipal 1.202/74. Embora sem ato constitutivo oficial, havendo apenas como registro a Ata de Instalação contendo o nome dos membros, sua atuação foi fundamental. Inicialmente foi composta por cinco notáveis, em sua maioria acadêmicos, sendo a presidência exercida pelo Secretário da SESAS.³⁴

Diante da inexistência do SEPHAN, neste período inicial a COTESPHAN também assumiu o papel de executor da política de preservação. No entanto, desde sua instalação foi enfatizada a função de assessoramento da comissão, atribuição que só veio a exercer na década de 80, quando da instalação efetiva do órgão executivo, SEPHAN e regulamentação das atividades de ambos organismos.³⁵

Iniciou-se a atuação na defesa da preservação de patrimônio cultural de Florianópolis, que, sem o apoio de uma estrutura executiva, era liderada pelos conselheiros. Essa assessoria externa para assuntos de preservação, representada pela COTESPHAN, acompanhou o desenvolvimento das atividades desde então e foi fundamental para a realização da política de preservação, conferindo-lhe a necessária reflexão e respaldo complementar.

Entre as atribuições da COTESPHAN definidas nas diretrizes de trabalho acima referidas se incluíam: proposição de tombamentos, sistemática de aproveitamento desses bens tombados, convênios relativos à preservação e

³³ A legislação municipal difere da federal, por resumir sob a denominação “cultural” as especificações apresentadas naquela, e já descritas quando da análise da legislação estadual.

³⁴ A COTESPHAN é formada por um arquiteto e quatro professores da UFSC, dos quais dois professores do curso de História, sendo os demais respectivamente do curso de Ciências Sociais e da Sub-Reitoria de Assistência e Orientação ao Estudante. Na área da administração pública contava com um representante da Procuradoria Geral do Município. (Ver Tabela 3 Composição da Estrutura Administrativa Municipal – IPUF: SEPHAN/COTESPHAN, onde constam os integrantes do SEPHAN/COTESPHAN desde sua instalação).

³⁵ O documento Prefeitura Municipal de Florianópolis – COTESPHAN: esquema de trabalho propõe diretrizes de trabalho para o SEPHAN e, além da sugestão da denominação COTESPHAN, também destaca que “a Comissão não pode descer a tarefas executivas, aliás, o que seria absurdo dela se esperar”. Elaborado pela UFSC, através do Centro de Estudos Básicos/Departamento de Sociologia, por Nereu do Vale Pereira em 28/06/1974, o estudo detalha suas atribuições, funcionamento e composição, definindo ainda ações prioritárias (Arquivo SEPHAN/IPUF).

Os decretos que regulamentam as atividades do SEPHAN/IPUF serão analisados no capítulo seguinte.

projetos de pesquisa. E o documento propunha, já sintonizado com o novo momento, que a Comissão devia “*opinar sobre projetos de urbanização de áreas, quando estes envolverem tarefas e obras alteradoras do panorama paisagístico*”.

É de se lembrar que, como consequência do Plano de Desenvolvimento Integrado, a cidade tinha acabado de sofrer uma radical modificação na sua paisagem, em vista da execução do Aterro da baía Sul, elemento necessário para viabilização da segunda ponte, ligação da ilha de Santa Catarina ao continente. Assim, esta diretriz se constituiu como uma das primeiras manifestações a favor de uma integração maior do pensar o desenvolvimento da cidade juntamente com aspectos de sua preservação.

Diferentemente da esfera federal, até então fortemente calcada na atuação de arquitetos, a comissão municipal contou também com a participação de historiadores, sociólogos e antropólogos. Esta composição refletia a característica do Estado nesse período, onde havia uma significativa atuação de historiadores e arqueólogos ao mesmo tempo em que havia uma reduzida atuação de profissionais arquitetos, em vista da ausência de uma escola de arquitetura em Santa Catarina. Esta composição certamente contribuiu para que as primeiras ações da Comissão contemplassem, além de expoentes do acervo monumental religioso, também o patrimônio ambiental.³⁶

PEREIRA (2000) analisa que a agilidade da COTESPHAN à época se deveu à participação de professores da UFSC, uma intelectualidade atuante que lutava pela preservação dos bens e que tinha acesso aos meios de comunicação. Segue argumentando que tal disponibilidade levou a UFSC, mais tarde, a assumir a guarda das fortalezas tombadas pela União.

3.4 O planejamento urbano de Florianópolis e o processo de preservação

As legislações de zoneamento e uso do solo são indutoras da dinâmica construtiva das cidades e podem desempenhar um papel determinante para a preservação ou perda dos acervos patrimoniais existentes.

Os estudos referentes ao novo Plano Urbano de Florianópolis, desenvolvidos em 1969, só foram aprovados sete anos depois, através da Lei Municipal 1.440 de 31/05/1976, ficando, portanto, alterado o primeiro Plano Diretor, aprovado em 1955, com a consequente substituição das premissas econômicas que haviam orientado o desenvolvimento

³⁶ A ação de preservação, que inclui os tombamentos municipais, será analisada no item 3.6 **Ações de preservação em Florianópolis**. Tanto este capítulo, como o seguinte abordam aspectos da proteção ambiental natural nos itens 3.4 e 4.4, respectivamente.

espacial até então.³⁷ O primeiro plano não contemplava aspectos da questão histórica propriamente dita, mas já abordava questões estéticas e aspectos panorâmicos.³⁸

A nova legislação de planejamento urbano, aprovada em 1976, introduziu importantes regras de preservação ambiental. Foram determinadas áreas *non aedificandi*³⁹, bem como criadas Áreas Verdes e equipamentos, especificados em planta, que, quando já consagrados como de uso público, também eram *non aedificandi*. E dando continuidade às determinações do Plano Urbano anterior que objetivavam a preservação de aspectos panorâmicos, ficavam proibidas atividades que “*resultassem em mutilação ou deformação de paisagem natural, incluindo especificamente a destruição de pedras na orla marítima, exploração de pedreiras, saibreiras, dunas, sambaquis, etc., em pontos destacados da área urbanizada e dos pontos de interesse turístico em toda orla marítima ou não*”⁴⁰ (Lei Municipal 1.440/76).

Esta legislação foi complementada por outra, do ano seguinte, que disciplinava o uso do solo e dispunha sobre áreas verdes e equipamentos urbanos.⁴¹ Estas áreas foram classificadas como “áreas como equipamentos”⁴² e “áreas verdes de uso limitado”⁴³. Foram também ampliados os parâmetros de áreas *non aedificandi*⁴⁴ e criados mecanismos de estímulo e regulamentação das áreas verdes.⁴⁵ Esta legislação objetivava reduzir a ocupação nas “áreas verdes de uso limitado”, através da proibição do parcelamento do solo e da abertura de vias de tráfego, admitindo só obras de melhoria de acessos existentes, sendo que a construção de edificações estava limitada àquelas necessárias à utilização segundo sua destinação natural (Lei Municipal 1.516/77).

³⁷ Este Plano Urbano de 1955 previa a manutenção da atividade portuária e propunha a instalação da universidade na Área Central da cidade. É interessante notar que o Plano considerava o desenvolvimento turístico da região como “função assessória”, que não se sobressairia em relação à função portuária (SUGAI, 1994, p.64).

³⁸ Trata-se da Lei Municipal 246 de 15/11/1955 que institui o Código Municipal de Florianópolis. Porém, considera em seu artigo 332 que “*desde que interesse o aspecto externo dos edifícios, serão submetidos à aprovação da Prefeitura a fim de serem examinados sob o ponto de vista estético, considerando isoladamente e em conjuntos, com as construções existentes no logradouro e com os aspectos panorâmicos que possam ser interessados*”.

³⁹ Foram determinados como *non aedificandi* os terrenos de marinha em toda a orla marítima e os terrenos situados além da cota 100, proibindo o uso de áreas baixas sujeitas a inundações ou sob efeito de marés, dependendo de saneamento e de obras de drenagem.

⁴⁰ Trata-se da Lei Municipal 1.440/76 de 31/05/1976, em seus artigos 8, 9, 10, 11 e 13.

⁴¹ Trata-se da Lei Municipal 1.516/77 de 29/06/1977. Esta legislação cria zonas urbanas, de urbanização prioritária e de urbanização diferida, definindo as especificações de ocupação.

O artigo 4º. dessa legislação determina que as áreas verdes se “*destinam à criação ou preservação da vegetação ornamental, arbustiva, arbórea ou florestal, à preservação da paisagem, ao desenvolvimento de atividades culturais de recreação ou lazer que exijam espaço de uso público ao ar livre*”.

⁴² As “áreas verdes como equipamentos” “*correspondem às áreas destinadas ao uso público para atividades da recreação e lazer, localizadas segundo critérios de função e raios de influência*” (item “a” do artigo 5º. da Lei Municipal 1.516/77).

⁴³ As “áreas verdes de uso limitado” podiam ser “*florestadas ou não, de valor paisagístico e/ou ecológico, cujo uso deva ser limitado, a fim de que se objetive a manutenção ou recuperação de paisagem natural ou ecossistema*”, incluindo as áreas situadas acima da cota de 100 metros, os promontórios virgens e os tómbulos (item “b” do artigo 5º. da Lei Municipal 1.516/77).

⁴⁴ Eram considerados *non aedificandi* manguezais, dunas e sambaquis (artigo 8º da Lei Municipal 1.516/77).

⁴⁵ Objetivando o estímulo e regulamentação das áreas verdes, ficavam também proibidos o plantio em zonas especificadas do *pinus elliottis* e *eucaliptos* e era concedido incentivo fiscal à preservação e criação de áreas verdes em propriedades particulares (artigos 9 e 10 da Lei Municipal 1.516/77).

Havia, portanto, um importante arcabouço legal quanto à preservação do patrimônio natural, criando-se as bases sobre as quais na década seguinte foram realizadas normatizações complementares. No entanto, pouco foi proposto com relação à questão da preservação do patrimônio cultural edificado. Havia aspectos inseridos no Código de Obras e Edificações, também parte integrante dessa nova proposta de legislação, que já havia sido aprovado anteriormente, ainda em 1974. Este Código preocupava-se exclusivamente com a questão da interferência da comunicação visual nos monumentos históricos e mantinha também os aspectos presentes no Plano Diretor da década de 50 relativos à arquitetura dos edifícios e paisagem urbana.⁴⁶

Porém, diferentemente da recomendação conceitual internacional e das experiências de outras cidades, tanto européias quanto americanas, a abordagem desse planejamento urbano privilegiava alguns monumentos, não considerando, no entanto, o casco histórico existente. Sobre a Área Central, especificamente sobre o antigo Centro Histórico ficaram aprovados índices de ocupação extremamente elevados, induzindo não só a substituição das edificações de valor histórico, como provocando um adensamento edilício sobre uma estrutura urbana colonial, o que, certamente, em um futuro próximo traria graves problemas para o funcionamento da cidade. Com relação ao acervo edificado propriamente dito, a exigência da construção de marquises nas áreas comerciais atingiu diretamente a qualidade arquitetônica dos estabelecimentos de valor cultural existentes na área comercial de Florianópolis, através da descaracterização de suas fachadas, que sofreram uma ruptura na sua composição.⁴⁷

Como uma das ações decorrentes dos planos integrados de desenvolvimento acima mencionados, destaca-se a criação do IPUF–Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, em 1977. Este fato, sintonizado com os princípios da Declaração de Estocolmo⁴⁸, – que, entre outras, privilegiava ações de planejamento –, veio efetivar as modificações em curso. O modo de pensar a cidade e sua estrutura, agora, passaram a ser compreendidos como elementos inseridos em um contexto ambiental integrado em termos físicos, econômicos e socioculturais. Instalou-se um processo de planejamento urbano no município, que até então se caracterizava por leis pontuais e estáticas. Buscava-se uma avaliação contínua e integrada, que possibilitasse a realimentação do processo à medida que fossem ocorrendo alterações na realidade.

⁴⁶ O Código de Obras e Edificações (Lei Municipal 1.246 de 19/09/1974), na secção referente aos anúncios e letreiros, determina que, além de sua colocação só poder ser feita mediante prévia licença da Prefeitura, não poderá interferir “com a visão de monumentos históricos e de locais de interesses paisagístico”.

O mesmo Código de Obras traz um conceito claro com relação à arquitetura dos edifícios, determinando que é fator importante na configuração dos espaços urbanos e que a paisagem urbana deve resultar de uma perfeita integração plástica entre as edificações e o ambiente natural, devendo a composição plástica integrar-se na composição do conjunto formado pelas edificações vizinhas, ampliando esta unidade de composição também às calçadas, tanto na sua textura como na forma. Infelizmente a mesma legislação não regulamenta essas recomendações, o que torna sua aplicação, pela subjetividade, difícil.

⁴⁷ Trata-se da Lei Municipal 1.440/76 e do Código de Obras e Edificações.

⁴⁸ A Declaração de Estocolmo (1972) será abordada no item seguinte, relativo aos fundamentos conceituais de preservação.

3.5 A evolução dos princípios conceituais da preservação vigentes ao longo dos anos 60 e início dos 70 e sua repercussão na atuação municipal⁴⁹

A Carta de Veneza (1964) definia o bem cultural como patrimônio comum de toda humanidade, responsável pela sua preservação na plenitude de sua autenticidade. Conceituava conservação, restauração e documentação. E em vista da destruição dos “tecidos” urbanos antigos, estendia o conceito de edifício histórico e seu entorno para sítio histórico, bem como o de monumento para bem cultural, compreendendo não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tivessem adquirido, com o tempo, uma significação cultural. A salvaguarda abrangia tanto a obra de arte como o testemunho histórico.

Este documento internacional determinava que na restauração deviam ser respeitadas as contribuições das diversas épocas da edificação, uma vez que a unidade de estilo não era uma finalidade na restauração. Era enfatizada a necessidade de permanente conservação, bem como da utilização do bem. O seu deslocamento devia ser evitado tanto na sua totalidade quanto em suas partes. A intervenção nos bens adquiriu caráter de cientificidade e técnica. O restauro deveria respeitar o material original, evitando-se reconstituições conjecturais, sendo que todo o trabalho complementar reconhecido como indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deveria ser destacado na composição arquitetônica e ostentar a marca do nosso tempo, não podendo haver a falsificação do monumento de arte e da história. Enfatizava a necessidade de estudo arqueológico e histórico do monumento. Admitia a consolidação com técnicas modernas e de acréscimos, definindo que o julgamento do valor dos elementos em causa não poderia depender somente do autor do projeto.

A Carta de Veneza é determinante para a compreensão dos compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971), que tiveram repercussão em âmbito municipal. As recomendações desses dois compromissos, de âmbito nacional, objetivavam fazer frente aos problemas que se apresentavam, referentes, sobretudo, a aspectos administrativos.⁵⁰ O Compromisso de Salvador, além de recomendações específicas quanto à viabilização financeira da política e convênios para ações conjuntas entre órgãos, considerava ainda a necessidade de criação de legislação complementar para ampliar o conceito de visibilidade de bem tombado, no sentido do atendimento do conceito de ambiência, da proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos e urbanos de valor cultural e do disciplinamento dos trabalhos arqueológicos. Enfatizava, também, o desenvolvimento de ações voltadas para o turismo.

⁴⁹ Outros documentos internacionais da década de 70 serão analisados no capítulo subsequente.

⁵⁰ Entre as questões administrativas incluíam-se: carência de mão-de-obra especializada; necessidade da realização de inventários; defesa do acervo arquivístico e bibliográfico; descentralização, com a instituição de museus regionais e entrosamento com a hierarquia eclesiástica e militar (em vista da magnitude do acervo patrimonial existente sob estas administrações); uso dos bens com a utilização preferencial de imóveis de valor patrimonial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais.

A preservação e a melhoria do ambiente humano, que na Carta de Veneza ainda assumia um caráter circunstancial em relação ao trabalho de preservação e restauro do patrimônio cultural, recebeu nova dimensão na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, onde foram abordadas questões relativas à igualdade e à qualidade de vida, à necessidade de preservação dos recursos naturais e renováveis e do desenvolvimento econômico e social equilibrado. O planejamento foi considerado como *“instrumento indispensável para conciliar as diferenças entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente”* (Declaração de Estocolmo, In: IPHAN, 1995, p.221).

Ao longo da segunda metade da década de 70, a questão administrativa abordada nessas cartas patrimoniais teve repercussão em Florianópolis através da já citada implantação da legislação de preservação municipal, bem como com a continuidade da ação conjunta com o órgão federal de preservação no sentido do gerenciamento das unidades museológicas ali existentes. As questões ambientais e de planejamento, referentes à Conferência de Estocolmo, tiveram repercussão na legislação urbana e na indução da criação do IPUF. Os fundamentos da Carta de Veneza, no entanto, só seriam incorporados de forma mais ampla ao longo desse período e na década seguinte.

Em continuidade às incipientes medidas presentes na legislação urbana da década de 50 relativas aos aspectos panorâmicos, na área de preservação houve também uma preocupação com as questões do meio ambiente natural, contempladas detalhadamente na nova legislação urbana. Estas disposições foram complementadas através dos primeiros tombamentos municipais realizados na área da preservação do patrimônio natural.⁵¹ No entanto, nem sempre essas regulamentações legais têm sido obedecidas, sendo que, com o incremento populacional, tem havido crescentemente problemas com a ocupação indevida do solo em áreas de preservação na ilha de Santa Catarina.

→ Porém, na área cultural, prevalecia em Florianópolis o conceito ainda tradicional da preservação, relativo à valorização dos monumentos em vista do seu valor histórico e artístico. Assim, ao longo dessa fase a proteção das primeiras unidades contemplou prioritariamente edifícios monumentais, religiosos, ou seja, igrejas, e não havia, por parte da Comissão, um cuidado em resguardar o entorno dos poucos monumentos tombados. No entanto, o órgão federal de preservação já estava sintonizado com esta questão, solicitando providências à municipalidade quanto ao resguardo do entorno de um monumento tombado em âmbito federal, sem garantir essa proteção, de forma efetiva, em sua própria esfera de atuação.⁵² Assim, em que pesem as intenções do documento preliminar propositivo para política municipal de preservação, a paisagem urbana da cidade, em rápido processo de transformação – apesar de ainda apresentar

⁵¹ A questão dos tombamentos municipais será vista no item seguinte.

⁵² Como será visto no item seguinte, quando do tombamento federal da antiga Alfândega, em 1975, o IPHAN solicita a proteção do seu entorno em âmbito municipal.

formalmente coesos uma grande parcela dos segmentos urbanos –, não foi considerada de forma mais ampla nas ações desenvolvidas.

A ênfase na questão histórica remeteu também ao resgate das origens de “colonização açoriana”.⁵³ No entanto, esta dinâmica, indiscriminada, de identificar aleatoriamente as produções locais como “açorianas” tem resultado em problemas, quanto à veracidade dos fatos propriamente dita. Pode, também, vir a causar equívocos científicos, a exemplo da arquitetura tradicional, de características luso-brasileiras, que tem sido erroneamente denominada como “açoriana”. Uma das primeiras manifestações contrárias a esta prática foi de SILVEIRA DE SOUZA (1981, p.9), afirmando em seu estudo sobre a presença portuguesa na ilha de Santa Catarina que *“a arte portuguesa foi uma só, tanto no continente como no Arquipélago, ambas chegando ao Brasil sem que se pudesse desassociar as influências, ligadas sempre pelo fato de serem natas sob uma mesma visão artística, peculiar ao espírito português”*.⁵⁴

3.6 Ações de preservação em Florianópolis

Em meados da década de 70, por ocasião da criação da COTESPHAN, houve registros acerca da desvalorização do acervo patrimonial existente na ilha: *“o desinteresse e a depredação do patrimônio histórico estão latentes em todos os cantos que se possa percorrer, tanto na capital quanto no interior da ilha de Santa Catarina”* (MALLET, 1975). Detalhando esta situação considera que:

“toda a tradição açoriana está, lentamente, desaparecendo. A expansão e o progresso experimentado por Florianópolis está, assim como aconteceu em outros centros, tornado-se inconciliável com as estruturas culturais. E este progresso está expandindo sua negatividade às comunidades menores, ansiosas pela ‘modernização’. (...) Uma média de 2 casas por ano são demolidas, e justamente as mais antigas, do início do século XVIII. (...) A arquitetura tem sido constantemente modificada, com a mudança das fachadas das casas – retirada de telhas de portas e janelas – com a colocação de materiais incompatíveis com a arquitetura da época, quando não sua demolição” (MALLET, 1975).

Ou seja, para alcançar o status da modernidade era necessário destruir o passado e as janelinhas em guilhotina são substituídas pelas de alumínio. MALLET também mencionava, recriminando, a substituição do calçamento da

⁵³ A apropriação desse aspecto histórico cultural é tão ampla, que ainda hoje é freqüentemente utilizado na denominação de empreendimentos turísticos e imobiliários.

⁵⁴ Trata-se do primeiro trabalho que aborda especificamente a questão da arquitetura portuguesa na ilha de Santa Catarina, onde a autora propôs como um dos objetivos a verificação desta questão comparativa entre ambas as arquiteturas.

Freguesia do Ribeirão, como ação mal planejada dos órgãos oficiais e despojada de qualquer vínculo com a preservação da cultura.⁵⁵

Este desabafo expressava a compreensão vigente: a modernidade era vista como incompatível com a preservação, pois teria como pressuposto a substituição. A destruição e a descaracterização estavam atingindo tanto edificações, como o patrimônio ambiental urbano e o patrimônio paisagístico. Havia o lamento de alguns, mas pouca movimentação em prol de ações concretas, conduzidas sempre pelos mesmos agentes, muitas vezes estigmatizados.

Assim, para fazer frente a esta situação no âmbito municipal as ações prioritárias da recém-criada COTESPHAN, segundo as novas diretrizes, constantes no documento já mencionado, propunham tombar os bens que necessitavam de proteção urgente; equacionar o funcionamento dos museus já instalados no município e sugerir convênios, visando a preservação e restauração dos bens.

3.6.1 Ações de proteção⁵⁶

A efetivação de algumas ações é lenta, porém o ano de 1975 representou um novo ciclo de proteção com iniciativas federais e municipais.

→ A União, 25 anos após a última ação de proteção efetuada em Florianópolis, realizou o tombamento do prédio da Antiga Alfândega. Tratava-se de um pleito antigo, pois já no final da década anterior, segundo registro em ata do Conselho Estadual de Cultura, havia o encaminhamento de ofício ao Diretor do IPHAN solicitando o seu tombamento, caracterizando, portanto, se não ação concreta, pelo menos o apoio estadual neste sentido.⁵⁷ É de se lembrar que na oportunidade ainda não havia uma legislação estadual de tombamento. A instrução desse processo foi realizada com a contribuição de informações obtidas do *"historiador Oswaldo Cabral"*, demonstrando, mais uma vez, o quanto era necessário um trabalho conjunto.⁵⁸

O processo de tombamento do prédio da Alfândega recomendava a proteção, por iniciativa municipal, do casario do século XIX, das ruas Conselheiro Mafra e Francisco Tolentino, nos trechos próximos, *"determinando como*

⁵⁵ O calçamento, em pé-de-moleque, do núcleo do Ribeirão da Ilha datava de 1845, quando da viagem de Dom Pedro II à Província de Santa Catarina.

A COTESPHAN havia concordado com a pavimentação em lajotas do núcleo do Ribeirão mediante algumas condições: o não alteamento do nível da rua, a manutenção das calçadas originais e, principalmente, a preservação do calçamento original, ainda existente, que não deveria ser retirado sob hipótese nenhuma. No entanto, a Secretaria de Obras do Município acabou substituindo a pavimentação original em favor das lajotas (SILVEIRA DE SOUZA, 1979, p.53).

⁵⁶ Ver Mapas da ilha de Santa Catarina e Área Central: tombamentos e Áreas de Preservação Cultural (APC), bem como os Mapas: ações de proteção por períodos cronológicos já referenciados e inseridos no final do capítulo 6.

⁵⁷ Ata do Conselho Estadual de Cultura de 07/09/1969.

⁵⁸ Trata-se do processo de tombamento do edifício da antiga Alfândega, informação 68/75 de 04/03/1975, de autoria de Lygia Martins Costa, aprovada pelo Diretor Renato Socero, em 10/03/1975 (cópia em POYARES DOS REIS, a). O prédio da antiga Alfândega foi tombado em 10/03/1975 (Pr. 914-T-74), representado a inscrição 454 do Livro de Tombo Histórico e a inscrição 522 do Livro de Tombo de Belas Artes.

medida preliminar a manutenção do gabarito existente nos quarteirões vizinhos, no sentido de que seja preservado, na cidade que se desenvolve rápida e um tanto desordenadamente, um núcleo expressivo da velha Desterro a ser evocada nas coleções do Museu”. Tal proteção era solicitada como contrapartida ao pleito de cessão de uso do edifício por parte do município para instalação de um Museu da Cidade. Este parecer reiterava alguns princípios vigentes: ratificava o uso cultural do bem e recomendava a preservação do entorno por instrumento legal de preservação, definindo índices urbanísticos. Porém, conforme ressaltado por KANAN (2000), não incorpora uma preocupação ambiental mais ampla, quanto à perda da referência marítima com a qual a edificação estava diretamente vinculada, em vista da função alfandegária.⁵⁹

As ações de proteção municipal passaram a abranger tanto a área cultural quanto o acervo natural. Dando seqüência a uma movimentação em favor da paisagem natural, que já estava presente na primeira legislação do Plano Diretor da década de 50, e que talvez já expressasse a conscientização e a conseqüente prioridade do imaginário ilhéu em vista da magnitude das suas belezas naturais, o primeiro decreto de tombamento no município contemplou o acervo natural. Assim, em 1975 foi efetivado o tombamento das dunas da Lagoa da Conceição. 

A importância desta ação deve ser ressaltada, pois na época o órgão federal de preservação não privilegiava ações de proteção natural, embora tenha realizado no ano de 1973 algumas ações neste sentido, concretizando o tombamento de diversos elementos paisagísticos estruturadores do cenário da cidade do Rio de Janeiro.⁶⁰ (Ver nota de rodapé para detalhamento deste aspecto).

A iniciativa desse tombamento, cuja área de abrangência posteriormente seria ampliada, partiu do Legislativo Municipal. A sua justificativa, além de considerar o valor geográfico, relacionava o tombamento com o atrativo turístico da área e apontava a sua destruição em vista da remoção criminosa das areias e das construções imobiliárias ali realizadas.⁶¹ Esta situação perdura até hoje, tentando ser equacionada, porém sem êxito significativo diante dos problemas de falta de conscientização dos infratores, das dificuldades de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis e da demanda pelos produtos, representados pela ocupação da área e a busca pela matéria-prima – areia. Tentando fazer

⁵⁹ O município realiza o tombamento do casario; no entanto, a proteção efetiva desse casario só veio a ser implementada, na prática, em meados da década de 80, com o tombamento municipal dos conjuntos urbanos situados na Área Central da cidade. Porém o prédio da Alfândega acabou sendo cedido ao Estado para instalação e uso de entidades culturais, após sua restauração realizada pelo DAE (1976). Hoje é também sede regional do IPHAN.

⁶⁰ A ênfase das ações decorrentes do Decreto-Lei 25/37 esteve voltada para a proteção cultural. Porém houve algumas iniciativas voltadas para a proteção do patrimônio natural, a exemplo do tombamento da Serra do Curral Del Rey (1960) e do Pico de Itabirito (1964), em Minas Gerais e do conjunto paisagístico de Cabo Frio (1967), no Rio de Janeiro. No ano de 1973, na cidade do Rio de Janeiro ocorrem alguns tombamentos do acervo natural, a exemplo do Morro do Pão de Açúcar, do Morro da Urca, do Morro da Babilônia, do Penhasco do Corcovado, do Penhasco dos Dois Irmãos e do Penhasco da Pedra da Gávea. Estes tombamentos, realizados 36 anos após a promulgação da lei federal, representam respectivamente as inscrições 52 a 57 do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, ou seja, incluem-se entre as primeiras iniciativas de tombamento federal na área natural e arqueológica.

frente a esta situação, mas sem realizações concretas, já no final da década de 80 foi criado um Parque Municipal das Dunas, com o propósito de permitir atividades educativas, de lazer e recreação, bem como estudos científicos.⁶²

A outra ação de proteção municipal realizada, ainda em 1975, ocorreu na área cultural. Foram contempladas seis igrejas, semelhantes quanto à sua função e ao tempo construtivo, ou seja, templos religiosos da fé católica do período luso-brasileiro, porém isolados e dispersos no espaço.⁶³ Estava sendo conferido um reconhecimento a bens de valor histórico e artístico e de uso comunitário, sobre os quais não incidiriam, por parte das camadas mais amplas da população, questionamentos substanciais quanto à ação de proteção realizada.

Houve também o tombamento municipal, em caráter emergencial, de um importante referencial urbano, ante o perigo de demolição da edificação monumental, de valor afetivo, por ter sediado uma sociedade recreativa. Então propriedade do Santa Catarina Country Club, trata-se de uma casa de chácara, executada por profissionais vindos de Montevideu e um dos poucos exemplos remanescentes dessa tipologia, com características ecléticas e cuja solução de sótão é inusitada no Estado. Também esse tombamento será objeto de desdobramentos futuros, a serem analisados posteriormente.⁶⁴

O acervo natural continuou sendo objeto de ações de proteção. Assim, justificado não só pelo valor ecológico, mas prioritariamente como a principal fonte de suprimento de água potável do sul da ilha, em 1976 há o tombamento da bacia da Lagoa do Peri. Em face da ocupação da área, que em vista de seu isolamento apresentava características tradicionais próprias, há a elaboração de um plano específico de ocupação do solo, onde atuaram em conjunto o órgão de planejamento municipal e a UFSC. Neste Plano foram aliados os aspectos de preservação e de uso e culminaram na criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri.⁶⁵

⁶¹ A sugestão partiu do então vereador Edson Andrino de Oliveira, que alertou para a sistemática destruição das dunas, com a retirada de areia do local.

⁶² Trata-se das seguintes legislações relativas às dunas da Lagoa da Conceição: Decreto Municipal 1.261 de 23/05/1975, de tombamento, instruído pelo conselheiro Nereu do Vale Pereira e ampliado pelo Decreto Municipal 213 de 14/12/1979. Posteriormente, em 1988, através do Decreto Municipal 231 de 06/09/1988 é criado o Parque Municipal das Dunas. O então prefeito Edison Andrino de Oliveira dá continuidade a um processo que havia iniciado como vereador.

⁶³ Trata-se do Decreto Municipal 1.341 de 17/12/1975, relativo ao tombamento de 6 igrejas, a saber: São Francisco de Assis e N. Sra. do Rosário e S. Benedito (Centro); N. Sra. das Necessidades (Sto. Antônio); N. Sra. da Conceição (Lagoa); N. Sra. da Lapa (Ribeirão da Ilha) e São Francisco de Paula (Canasvieiras). O processo foi de iniciativa da conselheira Sara Regina Silveira de Souza (hoje Poyares dos Reis).

⁶⁴ A proposta de tombamento municipal do Santa Catarina Country Club foi encaminhada pelo então prefeito Esperidião Amin, na qualidade de associado, através de ofício, em 14/04/1978. Dirigida à COTESPHAN e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento em julho, e reiterado em dezembro do mesmo ano, obteve posição favorável do IPUF e foi protegido através do Decreto Municipal 45 de 23/03/1979, em comemoração ao aniversário da cidade.

⁶⁵ A bacia da Lagoa do Peri é tombada pelo Decreto Municipal 1.408 de 04/06/1976, a partir de indicação do vereador Dakir Polidoro em 25/06/1975. O processo é instruído pelo conselheiro Nereu do Vale Pereira. Em 1978 o IPUF realiza a assinatura de dois convênios. Um é celebrado com a UFSC, referente à colaboração técnico científica, do qual resultaram ordens de serviço relativo a estudos da bacia da Lagoa do Peri, incluindo, entre outros os aspectos socioeconômicos da população residente e suas atividades e o outro, com a FATMA, visando a elaboração do Plano Diretor da Lagoa do Peri, em 20/12 desse ano.

A paisagem natural urbana ganhou também valorização e foi contemplada com a declaração de imunidade ao corte de 25 árvores.⁶⁶ Paralelamente reforçou-se a preocupação acerca da poluição visual das vistas panorâmicas, com a solicitação da retirada dos cartazes localizados no Morro da Lagoa. Essa preocupação com a paisagem se mantém na atual legislação de planejamento urbano da cidade.

Em âmbito estadual o reconhecimento do patrimônio ambiental antecedeu à valorização dos elementos culturais, havendo a criação de dois parques: o Parque Florestal do Rio Vermelho e o Parque do Tabuleirinho, sendo o primeiro um desdobramento da Estação Florestal, que havia sido criada na década de 60.⁶⁷

O conjunto de ações de proteção, durante esse período, soma oito tombamentos de edificações monumentais, um dos quais de iniciativa federal, os outros de iniciativa municipal. Foram preservados seis exemplares da arquitetura religiosa, um da arquitetura vernacular e um exemplar da arquitetura oficial. O conjunto urbano de iniciativa municipal abrangeu oito quadras, preservando aproximadamente 62 imóveis, entre os quais dois monumentos (o prédio da Antiga Alfândega e o Mercado Público Municipal). Na área natural foram preservados quatro ecossistemas, dois de iniciativa estadual e dois de iniciativa municipal, sendo que todos seriam transformados futuramente em parques.

Apesar de sintonizado com uma compreensão mais ampla de planejamento urbano e da preservação do acervo natural, na questão cultural este entendimento só abrangia a preservação de bens monumentais, fato reforçado pela já mencionada legislação urbana de 1976. Por outro lado, as ações evitavam ingerir na propriedade privada, atuando tão somente nos bens comunitários, de amplo acesso público. Tais circunstâncias provavelmente contribuíram para a não implementação da preservação do casario da Rua Conselheiro Mafra, que havia sido uma ação induzida pela União e, como consequência, não foi assumida em sua integralidade pelo município.

As ações de proteção do patrimônio cultural de iniciativa municipal acabaram tendo um efeito limitado por intervir apenas de forma pontual nos bens, tombados isoladamente, sem considerar sua inserção urbana. A falta da demarcação de um entorno de proteção acarretou severos danos, causados pela ocupação imprópria próxima aos edifícios históricos, contribuindo para a ruptura dos assentamentos históricos.

Em 1952, através do Decreto Federal 30.443 de 25/01/1952, já haviam sido declaradas remanescentes, de acordo com o art. 5º, letras "a" e "b" do Decreto 23.793 – 23/01/1934, as florestas e vegetações na Lagoa do Peri, de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, desde as margens da Lagoa até à extremidade sul da ilha de Santa Catarina.

O Parque e o Plano Diretor de ocupação e uso do solo são instituídos pela Lei Municipal 1.828 de 03/12/1981 e regulamentados pelo Decreto Municipal 91 de 01/06/1982. Este plano objetiva a preservação ambiental, constituída por sua flora e fauna selvagem, atenta, no entanto, a acompanhar as transformações necessárias, oriundas do processo natural de adaptação. Assim, o zoneamento contempla áreas de reserva biológica, de paisagem cultural e área verde de lazer.

⁶⁶ Decretos Municipais 1.407 de 03/06/1976 e 1.458 de 17/09/1976, ambos de iniciativa do Executivo.

⁶⁷ Trata-se do Decreto Estadual 994 de 19/08/1974 e do Decreto Estadual 2.335 de 17/03/1977, respectivamente. A Estação Florestal é criada pelo Decreto Estadual 2.006 de 21/09/1962.

3.6.2 Restauração de monumentos e dinamização de museus

Havia a preocupação não só de proteger os bens, mas também de integrá-los ao uso cotidiano. Assim, as ações de preservação abrangeram não só a recuperação dos bens tombados como sua utilização e foram realizadas em parceria com a União, o Estado e o município. Nesse período, a partir de sua instalação, a intermediação municipal foi desenvolvida pela COTESPHAN.

Inicialmente foram realizadas intervenções nas estruturas físicas dos bens, através de restauros arquitetônicos, abrangendo, sobretudo, os bens tombados pela União. Como estratégia inicial foram recuperados os bens localizados na Área Central da cidade, ou seja, o Forte Santana, e o Museu Victor Meirelles. Complementando as ações de recuperação, ali também foram instalados museus.⁶⁸

Dando reforço ao processo de recuperação das fortalezas, em Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim, foi dado início aos trabalhos, que ocorrem em etapas, durante um longo período, estendendo-se até a década de 90. Os trabalhos foram desenvolvidos inicialmente com recursos do IPHAN e, depois, sob o gerenciamento da UFSC. Foi desenvolvida, também, a consolidação das ruínas do Forte São José da Ponta Grossa, que contou com a participação da Universidade Federal do Paraná, em vista da inexistência de curso de Arquitetura no Estado.⁶⁹

Em uma ação que demonstra que a preservação e a recuperação podem independer do instrumento jurídico de proteção, o Estado realizou a recuperação do Palácio de Governo – o Palácio Cruz e Sousa, testemunho do patrimônio monumental e de significativo valor simbólico, e que só veio a ser tombado na década de 80.⁷⁰

Outra importante iniciativa no âmbito do suporte para a recuperação dos bens tombados foi a criação do Laboratório de Restauro Artístico. Marcou o início de uma parceria concreta da UFSC com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado, visando a preservação dos bens culturais. Tinha como objetivo o início de uma sistemática de

⁶⁸ Trata-se do Museu de Armas Major Lara Ribas, no Forte Sant'Ana, e o Museu Victor Meirelles, também restaurado e reaberto. O gerenciamento de ambos foi temporariamente assumido pela Prefeitura Municipal. Para viabilizar a instalação do Museu Victor Meirelles, parte do acervo museológico foi trazido do Rio de Janeiro, graças ao esforço pessoal dos envolvidos. A reabertura do Museu Victor Meirelles ocorreu em 22/11/1974, três anos após seu fechamento e após sua restauração por parte do IPHAN. Tal resultado foi possível em face dos esforços de várias entidades, tais como a Prefeitura Municipal, a UFSC, o Museu de Belas Artes, a Polícia Militar e o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação. A placa comemorativa, de bronze, então colocada, registrando o fato, foi retirada posteriormente. O gerenciamento do Museu, inicialmente sob a coordenação da conselheira Sara Regina, ficou a cargo da Prefeitura Municipal até a instalação do Escritório Técnico. As peças museológicas foram trazidas pessoalmente pelos envolvidos. Inicialmente de camionete por Carlos Humberto Corrêa (Diretor do Departamento de Cultura do Estado) e posteriormente, para as comemorações do Sesquicentenário de Victor Meirelles (1982), por Sara Regina Poyares dos Reis.

⁶⁹ A primeira etapa da recuperação da Fortaleza da Santa Cruz de Anhatomirim ocorreu entre 1970 e 1978, e a segunda etapa entre 1979 e 1984, quando a guarda foi passada para a UFSC.

Os recursos para a recuperação da Fortaleza São José da Ponta Grossa foram encaminhados pelo diretor do IPHAN, Renato Soeiro, havendo também aporte da Prefeitura Municipal, que executou as obras, junto com a COTESPHAN, sob orientação de Cyro L. C. de Oliveira Lyra. Os trabalhos iniciaram-se pela consolidação do Quartel da Tropa, bem como restauro da Capela (SILVEIRA DE SOUZA, 1981, p.30). Também houve o despejo das famílias instaladas nas dependências da Fortaleza, com trabalho de assistência social e limpeza física da área, ao longo de 1974 (Arquivo SEPHAN/IPUF).

recuperação do acervo móvel, que se iniciou com o restauro do altar lateral esquerdo do arco cruzeiro da Igreja Nossa Senhora da Conceição, da Lagoa. Sem técnicos residentes no Estado de Santa Catarina, o laboratório contratou um especialista vindo do Paraná. O trabalho realizado, de decapagem das pinturas sobrepostas, não foi compreendido pela população local, e o altar foi posteriormente repintado de branco, de modo a “combinar” com os outros altares, que ainda não haviam sido restaurados. Com o fechamento do Laboratório, interrompeu-se, prematuramente, uma atividade que só veio a ser retomada em 1988, por iniciativa municipal.⁷¹

Na oportunidade da assinatura do convênio relativo à criação do Laboratório de Restauro Artístico do Patrimônio Municipal, o prefeito Waldemar da Silva Filho comentou que *“a gula e a especulação vêm profanando a antiga Desterro, destruindo o artístico e o cultural que a alma dos açorianos nos legaram. Com o convênio o pouco que nos resta poderá ser preservado”* (A Gazeta, 24/05/1975 – POYARES DOS REIS, a).

3.7 Perdas significativas e movimentação em favor da permanência

As transformações ocorridas na paisagem de Florianópolis são sentidas por sua população.

Uma das perdas ainda hoje lamentada foi a demolição do Miramar, ocorrida em 1974, com a construção do grande Aterro da baía Sul, entre 1972 e 1974. Esta iniciativa governamental, inserida no conceito de desenvolvimento ocorrente no País, baseada no transporte rodoviário, visava incrementar a inserção da economia da cidade em âmbito nacional. Alterou profundamente a relação da cidade em sua estrutura urbana, até então voltada para o mar, afetando inclusive sua compreensão emocional para com o lugar. A nostalgia desse distanciamento até hoje é sentida. E esse fato se manteve com tal força no imaginário popular, que na década de 90 foi realizado um concurso de recriação do Miramar na nova borda d’água, cuja proposta vencedora, no entanto, acabou não sendo concretizada.⁷²

⁷⁰ A edificação, conhecida como Palácio Rosado, foi residência oficial e local de trabalho dos governantes até 1957, quando se tornou o Palácio dos Despachos. Em 1977 foi realizado o primeiro restauro, cuja execução foi de responsabilidade do DAE. Hoje o Palácio Cruz e Sousa abriga, entre outros, o Museu Histórico de Santa Catarina.

⁷¹ O Laboratório de Restauro Artístico na UFSC foi viabilizado através de convênios firmados inicialmente entre a UFSC e a Prefeitura Municipal de Florianópolis (em 22/05/1975, assinado por Waldemar Joaquim da Silva Filho), que não teve significativa continuidade e, posteriormente, com o Governo do Estado de Santa Catarina (em 04/03/1976). Para a sua execução foi designada a professora Sara Regina Silveira de Souza (hoje Poyares dos Reis) (Portaria 172 de 31/03/1976). Posteriormente, o Laboratório foi assumido pelo professor Carlos Humberto Corrêa, quando acabou sendo fechado.

Para a realização dos trabalhos foi contratada a restauradora Maria Esther Teixeira da Cruz, que posteriormente voltou a dar consultoria para o SEPHAN/IPUF. Sua existência é de conhecimento do órgão federal de preservação, DPHAN, pois é mencionado pelo Diretor, Renato Soeiro, em ofício de 15/10/1975 à Silveira de Souza.

É de ser ressaltado que o Projeto para a criação do Laboratório, junto ao Departamento de História da UFSC, data de 1972, ou seja, antecede a promulgação da legislação de preservação (POYARES DOS REIS, a).

⁷² Trata-se do Decreto Municipal 131 de 01/06/1988 referente ao concurso público para elaboração de um projeto arquitetônico de recriação do Miramar.

Entre muitas outras perdas sofridas, cabe registrar a demolição da edificação situada na Rua Fernando Machado, de propriedade da Mitra Metropolitana. Tratava-se de um magnífico sobrado colonial, que poderia ter sido, muito apropriadamente, utilizado como Museu de Arte Sacra da Cúria Metropolitana, visto que houve muitos roubos de imagens das Igrejas, sobretudo nesse período. Sob argumentação da necessidade dos recursos da venda para a construção de uma nova Catedral, e que não ocorreu até a presente data, o imóvel foi vendido e demolido⁷³ (POYARES DOS REIS, 2000).

A possibilidade da demolição, na década de 70, do Forte de Santa Bárbara ensejou o envolvimento de representantes de diversos segmentos da sociedade em prol de sua preservação. A edificação, além de remanescente setecentista do sistema defensivo da ilha, mais recentemente havia servido de sede para a Capitania dos Portos. Justificava-se a demolição pela necessidade de construção de uma via coletora, projetada no local, para acesso ao novo terminal de ônibus, o Terminal Cidade de Florianópolis. O resultado dessa luta foi o seu tombamento, em âmbito federal ocorrido em 1984, sendo mantido o Forte, bem como a ponte de acesso à antiga ilhota onde se situava. Posteriormente o debate prosseguiu, com a argumentação de que a ponte não seria mais original e, portanto, passível de demolição para alargamento da via de acesso dos ônibus ao Terminal. No entanto, os esforços preservacionistas obtiveram êxito na manutenção da integridade do monumento, mesmo diante da argumentação em prol do uso social do sistema de transporte coletivo e do desenvolvimento urbano. Para sua preservação foi decisivo que, além do apoio de intelectuais, houvesse a disponibilidade de trabalho interdisciplinar com outros organismos governamentais, fomentada em âmbito federal, e que permitiu que experiências conjuntas objetivassem a solução de problemas complexos. No caso, tratava-se da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos–EBTU, responsável pela política nacional de transportes urbanos, segmento privilegiado no âmbito das políticas governamentais e que, na época, também fazia esforços no sentido de buscar soluções compatíveis com o acervo preservado.⁷⁴

La crescendo a clareza de que, antecedendo as ações de proteção, era necessária a conscientização das populações quanto ao valor que representavam os monumentos ali existentes. JAMUNDÁ, em entrevista aos meios de comunicação, caracterizava o patrimônio histórico da região da Grande Florianópolis como “*o mais devastado*” e argumentava que, diante das perdas, “*o que se pode fazer agora é conservar aquilo que ainda existe*”, e continuava

⁷³ A Mitra recebeu a casa em doação através do espólio da família Camarieri. Era arcebispo Dom Afonso Niehues e foi interlocutor também o Padre Pedro Koehler. A demolição do casarão ocorreu em setembro de 1985 (JORNAL O ESTADO, 10/09/1985). Entre os roubos de imagens, ressaltam-se aqueles ocorridos na Igreja N. Sra. das Necessidades (imagens e castiçais – fevereiro de 1974) e na Igreja N. Sra. da Conceição (imagens – fevereiro e julho de 1978) (POYARES DOS REIS, 2000).

⁷⁴ Entre os manifestantes a favor de sua preservação ressaltam-se o prof. Oswaldo R. Cabral, o arquiteto Cyro Lyra, a historiadora Sara Regina Poyares dos Reis e Armando Gonzaga.

considerando que “*resta apenas conscientizar a população, mas para isto é necessário e urgente que haja o apoio e colaboração da comunidade, (e) dos órgãos culturais que trabalham na conservação do patrimônio*”.⁷⁵

E PEREIRA (2000) considera que “*a preservação de bens que mostram as sociedades do passado para o presente, depende do grau de maturidade (...) dessa sociedade*”. Continua considerando que, “*por mais esforço que às vezes os técnicos fazem, não conseguem substituir este pensamento interno das pessoas que integram a comunidade*”, argumentando que leis, mesmo que existentes, se não forem incorporadas, podem vir a ser ignoradas.

⁷⁵ JAMUNDÁ, Theobaldo da Costa, então Diretor de Cultura do Estado. In: *Casa de Victor Meirelles será reaberta sexta-feira* (POYARES DOS REIS, a).

Primeiros tombamentos municipais



Igreja N. Sra. da Conceição e Teatro do Divino
Tombamento municipal



Dunas da Lagoa da Conceição
Tombamento municipal



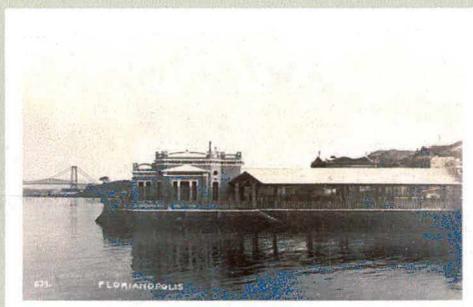
Santa Catarina Country Club
Objeto de ação judicial, a manutenção do tombamento municipal recebeu o apoio de abaixo-assinado encabeçado pelo presidente nacional do SPHAN



Prédio da antiga Alfândega
protegido em âmbito nacional



Edificação da Cúria Metropolitana que poderia ter abrigado um Museu de Arte Sacra
Rua Fernando Machado (demolida em 1985)



Miramar,
demolido em 1974

Perdas... Transformações...

A imagem da cidade é registrada pelos artistas

Florianópolis sob o olhar de

Aldo Nunes

Martinho de Haro



4 POLÍTICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL URBANA

Com a transferência do setor de preservação da Secretaria de Educação–SESAS para o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis–IPUF, em 1980, houve uma mudança na concepção da política de preservação do acervo patrimonial da cidade. Os novos princípios internacionais foram gradativamente incorporados à atuação municipal e o bem cultural foi compreendido como elemento partícipe do cotidiano da cidade. Neste período houve uma intensa movimentação no sentido da preservação e as ações efetivadas representam uma parte significativa do acervo patrimonial hoje protegido. Este capítulo finaliza em 1988, quando se instala um novo período marcado pela preocupação municipal em iniciar um processo de diálogo com os proprietários dos bens protegidos, bem como oferecer contrapartidas públicas.

4.1 Novos fundamentos conceituais¹

O bem cultural, compreendido inicialmente a partir do seu caráter histórico e estético e, depois incorporando os sítios urbanos e obras modestas, que foram equiparados à categoria de monumento, teve ampliado seu conceito, com a inclusão de novas e importantes abordagens acerca da proteção cultural e natural e da intervenção em bens culturais.

A restauração ganha um novo sentido com a introdução do conceito da “salvaguarda”, como medida de conservação, acompanhado do entendimento de que a intervenção sobre a obra deve, sempre que possível, ser evitada. Segundo a Carta de Restauo, de 1972 (In: IPHAN, 1995, p.195), a restauração é compreendida como intervenção “*destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro*” os bens culturais, especificando e detalhando esses critérios de intervenção, que foram recebendo complementações, mas em sua essência continuam vigentes até a atualidade.

Avançando na conceituação, já referente à questão urbana e ambiental, a conservação do patrimônio vem a ser considerada o objetivo maior do planejamento das áreas urbanas, sendo que os poderes locais são particularmente

¹ Os conceitos internacionais da década de 70 só são adotados em Florianópolis nesse período. A Carta de Veneza e a Declaração de Estocolmo foram analisadas no capítulo anterior.

responsáveis por essa proteção, visto que lhes compete a maioria das decisões relativas ao espaço físico das cidades.² A atuação sobre os conjuntos históricos é compreendida como elemento integrante da vida contemporânea, diante do perigo da uniformização e da despersonalização, que a prática da transformação das cidades vinha demonstrando, sob impulso homogeneizado do processo industrial. É ressaltado que a destruição do substrato histórico pode provocar perturbações sociais, independentemente de não resultar em perdas econômicas. Há a recomendação específica de buscar a colaboração dos indivíduos e das associações privadas para a aplicação da política de preservação, pois a questão da integração de ações, indivíduos, políticas e instituições revigora a dinâmica da preservação.³

Inserido em um movimento econômico mais amplo, o turismo vem figurando como fato irreversível, que poderá vir a contribuir na manutenção e proteção dos bens culturais, desde que utilizados mecanismos de controle e enfatizada a necessidade de respeito e proteção à autenticidade e à diversidade dos valores culturais.⁴ No final da década de 80, os profissionais de preservação complementam esta compreensão sendo dada notoriedade ao conceito de identidade de cidades em vista de suas características sociológicas, enfatizando a defesa de valores importantes para afirmar a personalidade comunal, recomendando sua integração ao processo vivo do desenvolvimento urbano. Fica especificado, ainda, que no processo de reciclagem dessas zonas deve ser considerada a possibilidade de construção de edifícios de arquitetura contemporânea da melhor qualidade.⁵

Estes movimentos ajudam a delinear cada vez melhor a atuação sobre o acervo patrimonial, a partir de sua intervenção material, até sua integração ao cotidiano funcional e econômico da cidade. E como MENESES (1989, p.15) bem define, o patrimônio cultural, inserido no complexo fenômeno social urbano, lhe confere sentido e valor, onde produção, circulação e consumo adquirem evidente historicidade.

4.2 Contextualização da política nacional

Em âmbito nacional, a década de 80 se caracteriza pela proposta de democratização da política cultural, a exemplo das demais instâncias sociais no Brasil. O documento “Diretrizes para operacionalização da política cultural do

² Declaração de Amsterdã, de 1975, em suas alíneas “d” e “e”, aprovada no âmbito do Congresso do Patrimônio Europeu e do Conselho da Europa, no Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico. Promulgação da Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico (In: IPHAN, 1995, p.231).

³ A Carta de Nairóbi, de 1976, com recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, aprovada pela UNESCO (In: IPHAN, 1995, p.253 e 257).

⁴ Carta de Turismo Cultural, aprovada em Assembléia Geral do ICOMOS, em Bruxelas.

⁵ A Carta de Machu Picchu é uma revisão da Carta de Atenas e foi aprovada no âmbito do Encontro Internacional de Arquitetos, em 1977 (In: IPHAN, 1995, p.253 e 275).

MEC”⁶ reivindica, segundo FONSECA (1997, p.189), “a ampliação da imagem de cultura forjada pelos órgãos oficiais, não só pelo reconhecimento do que se denominava ‘patrimônio cultural não consagrado’, como também e sobretudo, pela participação de outros atores no processo de ‘gerenciamento da produção e da preservação dos bens culturais’”.

Em 1979, já havia ocorrido em Ouro Preto um primeiro seminário, dando início à prática do diálogo com as populações dos centros históricos protegidos. Esta postura tornou-se uma importante dinâmica na condução dos problemas de preservação nos sítios tombados, pois a política de preservação, que até então vinha sendo executada pelos agentes da administração pública, teve a mobilização de outros atores, com valores culturais próprios e diferenciados.⁷

→ A partir de meados dessa década, a questão central da preservação passa a incorporar aspectos de cidadania e identidade e vai se reduzindo a ênfase conferida, desde meados da década de 70, em sua inserção em prol da política de desenvolvimento do País. Ainda segundo FONSECA (1997, p.198, 172 e 173), o CNRC e, posteriormente, a Fundação Nacional Pró-Memória-FNPM, seguia uma perspectiva antropológica e objetivava a valorização da cultura brasileira, sobretudo a cultura viva das camadas populares, de modo a evitar a sua descaracterização diante das influências externas. Havia a preocupação de solução das diferenças entre o erudito e o popular, estimulando-se a valorização das etnias. Para a etnia negra, por exemplo, na esfera federal foi criada a Fundação Palmares, em 1988.

→ A nova Constituição de 1988 dedicou também atenção ao patrimônio cultural⁸, dispondo sobre as repartições de competências entre a União, os Estados, os municípios e o Distrito Federal quanto à sua proteção e indicando os instrumentos de atuação do Poder Público na defesa e proteção desses bens.⁹

Já desde 1985 estava em vigor a Lei da Ação Civil Pública, cujo objeto é a defesa dos interesses difusos, entre os quais se incluem os bens e os direitos de valor histórico e artístico. A Constituição reforça esse instrumento, referindo-

⁶ O documento data de 1981.

⁷ Esse novo momento é acompanhado de seminários técnicos de abrangência nacional, destacando-se o Arquiemória I e II, promovidos pelo IAB (1981 e 1987) e o “I Seminário Brasileiro de Preservação e Revitalização dos Centros Históricos”, promoção do ICOMOS-Brasil (Petrópolis, 1987). Todos tiveram o apoio do SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória.

O ensino da restauração é institucionalizado em âmbito de pós-graduação. Com o apoio do SPHAN, o primeiro Curso de Restauração para Arquitetos foi realizado em 1974, na USP. Outros cursos ocorreram na Universidade Federal de Pernambuco-UFPe, na Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG e Universidade Federal da Bahia-UFBa. Para a área de bens móveis, foi instalado o Centro de Restauração-CECOR, na UFMG.

⁸ O artigo 216 da Constituição Federal determina que constituem patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileiras”, incluindo “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais”; bem como “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

⁹ A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 23, 24 e 30, refere-se à proteção de “documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. Determina, também, que compete legislar concorrentemente sobre a “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”; bem como que sobre a “responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

se à ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público, meio ambiente e patrimônio histórico-cultural.¹⁰ Esta lei avança na conceituação de bem cultural, que apresenta valor independentemente de seu reconhecimento por um instrumento legal específico. Assim, não é mais considerado necessário o prévio tombamento para a realização das referidas ações civis públicas visando a proteção do acervo patrimonial. A titularidade da ação pertence ao Ministério Público, porém qualquer pessoa poderá provocar a sua iniciativa, relativa a danos causados a bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.¹¹ Vigorosa dinâmica institucional e legal se produziu, então, no âmbito nacional e estadual de suporte às ações e iniciativas de preservação cultural.

4.3 Santa Catarina: estruturação administrativa da União, do Estado e da organização civil

Em Santa Catarina, o início da década de 80 foi marcado pela consolidação das estruturas administrativas da União e do Governo do Estado na área da preservação do acervo patrimonial cultural. O Governo do Estado iniciou uma ação mais sistemática, através da criação da Fundação Catarinense de Cultura–FCC.¹² E, em 1982, contribuindo para a descentralização preconizada desde a década de 70, a atuação do SPHAN/FNPM ficou mais efetiva com a instalação do Escritório Técnico, possibilitando concretizar, mais diretamente, o novo ideário que estava em construção em âmbito nacional.¹³

A estruturação administrativa estadual foi sucedida pela promulgação de uma nova legislação de proteção do patrimônio cultural do Estado, ainda vigente. Este instrumento difere da normatização anterior basicamente quanto à redação, mantendo-se, portanto, similar à legislação federal de 1937.¹⁴

¹⁰ A Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXXIII.

¹¹ Trata-se da Lei Federal 7.347 de 24/07/1985.

¹² A **Fundação Catarinense de Cultura** foi criada pelo Decreto Estadual 7.439 de 24/04/1979, substituindo o Departamento de Cultura e, a exemplo desse, ficou estruturada através das unidades de Patrimônio Cultural, Museus e Ciências.

¹³ Em 1979, na estrutura do MEC havia sido criado a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória–FNPM, responsáveis, respectivamente, pela normatização e pela operacionalização da preservação do acervo cultural e natural do País.

Os esforços para a estruturação de um **Escritório Técnico do SPHAN/FNPM** datam provavelmente do final da década de 70 do século XX, pois em uma minuta de exposição de motivos para o Dr. Renato Soeiro, a ser assinada pelo então governador Konder Reis e prefeito municipal Esperidião Amin, em papel timbrado da SESAS/PMF, há uma solicitação por estudos que visem a criação de um novo distrito do IPHAN (Arquivo SEPHAN/IPUF).

Esta iniciativa contou também com o apoio de Armando Gonzaga, que obteve autorização do então governador do Estado para contratação de um funcionário vinculado à FCC para ser colocado à disposição do IPHAN. Sob a coordenação do arquiteto Dalmo Vieira Filho, este escritório funcionou informalmente no período inicial. Só mais tarde, sob a presidência de Marcos Villaça e por volta de 1983, ocorre sua vinculação à estrutura do IPHAN, através da 10ª. Diretoria Regional com sede em Porto Alegre (VIEIRA FILHO, 2001). Em maio de 1989, por iniciativa do então presidente do IPHAN, o arquiteto Silva Telles, foi criada a 12ª. Diretoria Regional, posterior 11ª. Coordenadoria Regional. As Coordenadorias Regionais foram depois renomeadas como Superintendências Regionais.

¹⁴ Trata-se da **Lei Estadual 5.846** de 22/12/1980, posteriormente alterada pela Lei Estadual 9.342 de 14/12/1993, quando foi incluída a proteção dos monumentos naturais, sítios e paisagens.

As políticas adotadas seguiam a tendência antropológica defendida por Magalhães, de valorização da diversidade cultural de formação do povo brasileiro, contrapondo-se à tradicional preservação que privilegiava o *patrimônio de pedra e cal*, contemplando predominantemente a cultura colonial portuguesa no Brasil.

A FCC, através da Unidade de Patrimônio Cultural, voltou sua atenção para a preservação do patrimônio edificado, com ênfase no interior do Estado, que até então estava destituído de estruturas que pudessem responder mais diretamente a essa preocupação. Foi dado início a uma proposta pioneira, através do “Projeto do Inventário das Correntes Migratórias”, resgatando, além da luso-brasileira, também as culturas alemã e italiana, que se estruturaram respectivamente no norte e no sul do Estado.¹⁵ A partir da elaboração dos inventários foram tombados, em âmbito federal, os centros históricos da Laguna e de São Francisco, inserindo-se, portanto, entre as primeiras iniciativas do gênero no Estado.¹⁶ Paralelamente, o Escritório Técnico do SPHAN desenvolveu o projeto “Roteiros Nacionais de Imigração”, que deu forte impulso à proposta de turismo cultural visando a valorização do acervo e, desta forma, viabilizar o retorno financeiro para seus proprietários (SIMON, 1994, p.24).

A política institucional de preservação de Florianópolis, que já vinha se consolidando desde meados da década de 70, continuou sendo conduzida exclusivamente pela Prefeitura Municipal, com aportes e contribuições das outras esferas governamentais, como será visto a seguir.

No final da década de 80, em âmbito estadual se constituiu um novo agente das questões de preservação do patrimônio cultural arquitetônico e artístico com a fundação da Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais-ACCR. Assim, os catarinenses endossaram o movimento de organizações civis, criadas em âmbito nacional da década passada, devendo ser ressaltado que, junto com a entidade paulista, a ACCR está entre as únicas entidades estaduais de classe no gênero no País. A organização, além de congregar os profissionais especializados, serve de fórum para a troca de experiências. Trata-se também de um importante instrumento de reivindicação de ações objetivando a defesa do acervo patrimonial ameaçado. Destacam-se a iniciativa de ação civil pública que chegou a bom termo, com vistas às obras irregulares em curso na Igreja N. Sra. do Rosário e, ainda, a importante atuação na busca de

¹⁵ Os trabalhos se iniciaram em 1983, sendo que a *inventariação no Estado*, elaborada em conjunto pela FCC e SPHAN, abrangeu as cidades da Laguna e São Francisco do Sul, de colonização luso-brasileira; Joinville e São Bento do Sul, de imigração alemã; Urussanga e Nova Veneza, de imigração italiana.

Em âmbito estadual, estes trabalhos, a partir de 1991, se sistematizaram em três vertentes, os projetos “Identidade de cidades catarinenses”, “Roteiros Culturais de Imigração” e “Arquitetura religiosa no litoral catarinense”, sendo que nesse último houve a inclusão de Florianópolis. Tem como resultado que, em 1993, foi iniciado o processo de tombamento de São Bento do Sul, iniciando, também nesta esfera, a prática da proteção de conjuntos históricos.

A área de restauração de bens integrados, a partir de 1983 foi estruturada em âmbito estadual através do *Atelier de Conservação e Restauração de Bens Culturais*, criado pelo restaurador e artista plástico Aldo Nunes que, por ter sido diretor do Museu de Arte de Santa Catarina-MASC, havia identificado esta lacuna nas atividades de preservação patrimonial.

¹⁶ Simultaneamente, como será visto a seguir, também foram desenvolvidas iniciativas de inventariação e de proteção de conjuntos urbanos em Florianópolis.

peças sacras roubadas no Estado, que, através da intermediação com os organismos de segurança, resultaram na sua recuperação.¹⁷

E, no início da década de 90, emerge outro agente, voltado mais especificamente para auxiliar o IPHAN em ações referentes à Casa Natal e ao Museu Victor Meirelles: a Associação Victor Meirelles–AVM.¹⁸ Porém, no âmbito municipal surgem outras associações voltadas à defesa do patrimônio ambiental.¹⁹

4.4. Florianópolis: transferência da estrutura municipal de preservação para o IPUF e nova abordagem conceitual

A estrutura de preservação estava vinculada ao sistema municipal de educação, saúde e assistência social, SESAS. Em 1979 a reforma da estrutura administrativa municipal promoveu uma substancial transformação na abordagem da preservação, com a integração SEPHAN/COTESPHAN ao IPUF.

Com o IPUF desafiando as distintas racionalidades que tentavam se impor umas às outras, o espaço local foi pensado sob a ótica do planejamento da cidade. Tal situação privilegiada permitiu uma atuação integrada entre diversos setores técnicos responsáveis pelo “pensar” a cidade, vindo a tornar possíveis as ações que marcariam esse período como determinante para a proteção de um grande número de bens, realizadas através da iniciativa municipal.²⁰

Em âmbito municipal a política cultural adota nova postura, priorizando a incorporação dos novos princípios de integração na urbe, ao invés da seleção rigorosa de bens de valor excepcional. O conceito de valorização do pontual se ampliou, contemplando a estrutura urbana, grupos de edifícios e os espaços vazios de integração. Foi conferido valor em outros campos da vida, sobretudo àqueles referentes ao cotidiano e dos fazeres, bem como aos aspectos simbólicos. Despertou lentamente o sentido de singularidade regional e local, presente no contexto de identidade nacional. Cresceu o sentido de responsabilidade com vistas ao próprio processo de desenvolvimento que vem se descortinando. No âmbito de

¹⁷ A ACCR, sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos, foi fundada em 1987. As ações acima referidas ocorreram na segunda metade da década de 90.

São da década de 90 a criação do Fórum Permanente de Planejamento Turístico da Grande Florianópolis (1994) e da Fundação Pró-Floripa (1995), sem fins lucrativos, que apoiou algumas iniciativas de preservação, a exemplo do tombamento e luta pela recuperação da Ponte Hercílio Luz. Os esforços para essa recuperação ensejaram uma importante campanha, porém, até o momento, as obras ainda não foram viabilizadas.

¹⁸ A Associação Victor Meirelles foi criada em 18/12/1991, como sociedade civil de fins culturais e não lucrativos.

¹⁹ Em junho de 1983 foi criado o Movimento Ecológico Livre–MEL, com o objetivo de “combater a poluição e a degradação ambiental”. São da década de 90 a Fundação Água Viva (1990) e a Rede ECOFÓRUM/SC (1992) (SCHERER-WARREN, 1996, p.61).

²⁰ O IPUF foi criado através da Lei Municipal 1.494 de 24/03/1977. A primeira diretoria foi empossada em 24/05/1977. Tem na presidência Francisco de Assis Cordeiro e na diretoria de planejamento Otávio Franco Fortes.

Em 1979, o artigo 26, inciso III, da nova estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Lei Municipal 1.674 de 23/11/1979), integrou ao IPUF a COTESPHAN e SEPHAN, vinculando a presidência da COTESPHAN ao Presidente do IPUF. Então, a presidência era exercida por Fernando Ferreira de Mello e a diretoria de planejamento por Etienne Luiz Silva.

um processo de democratização do País, esse sentido de identidade foi valorizado, também, através do crescente movimento do setor turístico, pois as imagens relevantes dos lugares visitados se impregnam na memória dos visitantes.

Esse atualizado conceito de preservação veio acompanhado da reação à ruptura social, cultural e física que vinha sendo causada pelas políticas desenvolvimentistas. Estas, baseadas nos novos esquemas viários que privilegiaram o transporte individual, atuaram sobre as estruturas urbanas existentes, “modernizando-as”, transformando a imagem e o sistema de funcionamento da cidade.

→ A cidade incorpora novos usos, há a refuncionalização dos usos tradicionais e muda a relação das edificações com o espaço urbano. E, em processo gradual, vai ocorrendo a substituição da dinâmica da vida nas estruturas físicas, estáticas dos bens culturais.

Os fortes, signos do estabelecimento militar de ocupação e defesa do território, passam a ter também função educativa e de lazer. A igreja católica, que materializava a importância social e política da qual usufruía em períodos anteriores, num privilégio locacional e dominância de escala volumétrica, no espaço físico da cidade, tem esta preponderância revertida na nova configuração urbana. Em alguns casos ocorreram eventuais mudanças de usos, que de religiosos passaram a ser culturais.²¹

Os sobrados tradicionais, com lojas ou armazéns no térreo e uso residencial no andar superior se transformaram em estabelecimentos comerciais exclusivos. O uso residencial se deslocou do Centro Histórico, estabelecendo-se nos bairros, e hoje se expande para fora do perímetro urbano do Distrito Sede. Os imóveis localizados na Área Central, de uso unifamiliar, passaram a abrigar os edifícios multirresidenciais, competindo em termos de escala com os remanescentes históricos no local.

4.4.1 Início do processo de interação institucional

Após sua transferência para o IPUF, as atividades do SEPHAN/COTESPHAN tem regulamentação específica, sofrendo alterações contínuas. Segundo estas normas, o SEPHAN executa a política municipal em assuntos do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural, cabendo à COTESPHAN a função de assessoramento ao Presidente do IPUF sobre tombamentos, forma de aproveitamento dos bens, convênios, elaboração de projetos e levantamentos de acervo patrimonial. Embora o SEPHAN só tenha sido instalado formalmente em 1984, o IPUF já realizava estudos relativos à preservação de seu patrimônio.²²

²¹ É o caso da antiga Igreja da Santíssima Trindade e o anexo Império do Divino, situadas na Praça Santos Dumont, que funcionam atualmente como auditório e outras dependências do Departamento de Artes Culturais–DAC da UFSC.

²² As atividades do SEPHAN (então SPHAN) iniciam-se em abril de 1984, sob a coordenação da arquiteta Betina Adams.

Os três decretos, muito similares, regulamentam a composição da COTESPHAN, cuja formação inicial é basicamente integrada por profissionais convidados vindos do meio acadêmico. A presidência da COTESPHAN, desde a transferência do órgão de preservação para o IPUF, passa a ser exercida pelo seu Diretor Presidente. Posteriormente, em 1981, quando da primeira regulamentação das atividades, a COTESPHAN teve sua composição alterada para a representação por áreas de interesse, formada por instituições convidadas. Mantêm-se representações do meio acadêmico, mas há a inserção de outras da estrutura organizacional, bem como membros do Secretariado Municipal.²³

Delineia-se a inter-relação institucional, apesar disso, de forma indireta. E vigorando ainda o mesmo critério, a COTESPHAN sofre ampliações, com a inclusão da representação cultural.²⁴ Porém, a partir do final da década de 80 houve a valorização das instituições convidadas, que deixaram de representar áreas de interesses e se consolidaram como membros efetivos da COTESPHAN. Hoje, a Comissão é composta pela instituição federal de preservação, as duas entidades estaduais, representando a cultura e o acervo natural, bem como universidades e ainda entidades de classe. Fazem parte, também, setores da administração municipal responsáveis pelos aspectos jurídicos, de fiscalização e de dinamização cultural.²⁵

O fato de a COTESPHAN ter passado a se constituir em um grêmio de instituições vinculadas a aspectos de preservação e não de pessoas físicas isoladas confere um maior respaldo às atividades e também um apoio significativo ao Governo Municipal nas questões que lhe assessoram. Construiu-se uma inter-relação institucional que, a partir dos desafios encontrados em Florianópolis, contribuiu com o embasamento conceitual necessário para o desenvolvimento dessas primeiras ações de preservação, inclusive em âmbito estadual.

Diferentemente do que ocorre em outros Estados, no âmbito das três esferas governamentais responsáveis pela preservação inicia-se um trabalho de profícua parceria e cooperação entre IPHAN, FCC e SEPHAN/IPUF, visando o objetivo comum de efetivação de ações de preservação. Essa harmônica atuação conjunta entre as três esferas

²³ Em 1981, a **composição da COTESPHAN** dispunha de sete membros, escolhidos entre profissionais renomados, nas seguintes áreas de interesses: artística; arquitetônica; histórica; arqueológica e natural e de ciências humanas. Participavam também a Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes (Decreto Municipal 68 de 17/06/1981).

²⁴ Trata-se do Decreto Municipal 143 de 02/08/1983, reiterado pelo Decreto Municipal 46 de 27/03/1984, quando a Comissão é ampliada para nove membros, em vista da inclusão de um representante para a área cultural e a representação do IPUF, através de seu presidente. Ambos os decretos são idênticos, variando somente a sigla SPHAM para SPHAN.

²⁵ A partir do Decreto Municipal 174 de 26/07/1988, alterado pelo Decreto Municipal 521-A de 21/12/1989, a composição da COTESPHAN passa a ser formada pelas entidades até então representantes de áreas de interesse através de decretos de regulamentação específicos. Atualmente fazem parte da COTESPHAN as seguintes entidades: Procuradoria Geral do Município; Fundação Franklin Cascaes-FFC e Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos-SUSP (representando setores da Prefeitura Municipal); UFSC e UDESC (representando o setor acadêmico); IPHAN; Fundação Catarinense de Cultura; FATMA (representando as instituições governamentais de preservação) e IAB e Ordem dos Advogados do Brasil-OAB (representando entidades de classe).

Em 1988, houve duas substituições: a recém-criada FCC substituiu a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, e a OAB, que vinha atuando na área de ciências humanas, foi excluída em favor da inclusão do IPHAN.

Porém, no ano seguinte, em 1989, a Comissão foi novamente ampliada com a representação da OAB e da SUSP.

administrativas foi decisiva para a concretização das ações propostas nas respectivas áreas de competência, conferindo densidade ao trabalho realizado, como será possível ser visto ao longo dessa exposição.²⁶

4.4.2 Estratégias iniciais de atuação do SEPHAN: consultoria internacional e interação legal e administrativa

A efetivação da política de preservação municipal só se firmou através da condução de um complexo processo de parcerias e inter-relações. Baseada até então na ação da COTESPHAN, órgão assessor externo à estrutura administrativa, faziam-se necessárias ações complementares que pudessem levar adiante essa difícil tarefa, que até aquele momento se mantinha bastante incipiente.

Inicialmente, o processo se baseou, sobretudo, no desenvolvimento do trabalho técnico que, aos poucos, e com muito esforço, foi sendo inserido na administração municipal. Segundo LENZI (2000), o mérito dessa atuação foi criar e consolidar um processo, pois, em face da ausência de estruturas específicas objetivando a preservação do rico acervo patrimonial existente no município o IPUF abrigou a responsabilidade dessa defesa.

Pela abrangência das ações envolvidas, tal atuação representou um grande desafio para a instituição, que criou um espaço onde pudessem acontecer essas inter-relações, abrangendo não só as instituições externas à Prefeitura, mas também a inter-relação com a área de planejamento urbano e demais setores da administração municipal, pois era fundamental que os projetos de ambientação urbana e de sistema viário, as proposições de legislação urbana de uso e ocupação do solo e a aplicação dos mecanismos legais vigentes estivessem compatibilizados com os conceitos da política de preservação, não só no sentido de sua viabilização, mas também objetivando a sua valorização. Assim, era também necessária a compatibilização da legislação de preservação com os outros mecanismos legais vigentes, sobretudo os de compensação tributária e urbanística, bem como atender as questões técnicas contidas nos princípios nacionais e internacionais. E foram essas interações que acabaram viabilizando as ações de preservação, hoje amplamente reconhecidas.

Porém, paralelamente ao processo de interações houve elementos dificultadores à implementação de ações concretas, pois havia a necessidade de superação de antigos conceitos e estruturas vigentes. Como já visto, o IPUF foi herdeiro de uma concepção de preservação que privilegiava as edificações monumentais, postura reiterada pelo Plano

²⁶ Como será visto no decorrer do trabalho as ações conjuntas ocorriam não só no desenvolvimento das atividades da COTESPHAN, mas também nos canteiros de obras de restauro, ou em seminários técnicos, resultando no amadurecimento de conceitos e estratégias de atuação.

Diretor, então vigente, que permitia índices de ocupação extremamente elevados, concentrados especialmente sobre a área histórica da cidade.²⁷

Portanto, o processo de destruição do casco histórico de Florianópolis se mantinha intenso, consubstanciado no amparo da legislação urbana recém-promulgada. Para fazer frente à desenfreada especulação imobiliária eram necessários novos instrumentos legais. Assim, no mesmo ano da transferência para o IPUF, ainda em 1980, foi dado início a um processo de estudos objetivando a adequação da estrutura legal vigente, aprovada em 1976, mas que datava conceitualmente do final da década de 60.

Como elemento auxiliar neste processo, no início da década de 80 houve uma consultoria alemã, que assessorou o IPUF em questões de planejamento urbano, turismo e preservação do patrimônio histórico. Esses estudos foram desenvolvidos em vista da parceria técnica que estava sendo realizada com a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica—GTZ, prestando serviço para o IPUF por meio do Acordo sobre a Cooperação Técnica Brasil—Alemanha (Convênio CNDU/IPUF). Esta consultoria conferiu o necessário suporte técnico e qualidade aos estudos em andamento com a equipe técnica, resultando no embrião de uma proposta de trabalho na área de preservação do patrimônio histórico, diretriz das ações subseqüentes, que objetivava a guarda de monumentos e conjuntos históricos.²⁸

Entre as recomendações realizadas em conjunto com essa consultoria alemã, ressaltava-se a necessidade de definição de zonas com obrigatoriedade de preservação do substrato histórico, onde a ocupação seria estabelecida através de Planos de Massa, com parâmetros rigorosos de configuração formal, para os quais propunha sugestões.²⁹ Aos poucos foi sendo consolidada a diretriz técnica que apregoava a prioridade de proteção de conjuntos históricos, sobre edificações isoladas.³⁰

²⁷ Trata-se da Lei Municipal 1.440 de 31/05/1976, cujos índices urbanísticos extremamente elevados impossibilitavam garantir funcionalidade e salubridade à área abrangida por essa legislação. Pois, apesar da previsão de uma densidade máxima de 500 hab/ha. para o Distrito Sede, quando da aplicação dos parâmetros permitidos pela Lei, na Área Central foram verificadas densidades acima de 2.000 hab/ha, às quais ainda se acresciam os usuários do Centro. O Plano permitia a construção de edifícios com 12 (doze) pavimentos e taxa de ocupação de quase 100%, e afastamentos laterais com cerca de 2,00 (dois) metros.

²⁸ Para a área de preservação dos bens culturais construídos, em 1982, no âmbito do trabalho de cooperação técnica Brasil—Alemanha, através da consultoria do arquiteto alemão Hermann Stärk, juntamente com técnicos do SEPHAN/IPUF, foi elaborado o documento “Plano de Preservação e Valorização do Acervo Histórico/Arquitetônico de Florianópolis”, que se constituiu uma diretriz técnica inicial referida (Arquivo SEPHAN/IPUF). Os trabalhos de cooperação técnica Brasil—Alemanha, no IPUF, se desenvolveram ao longo do período de 1980—84, com ênfase nos estudos acerca do planejamento urbano da cidade e seu planejamento turístico.

²⁹ Estas diretrizes iniciais do já referido trabalho de cooperação Brasil—Alemanha, recomendavam algumas ações de alcance imediato, preconizando a valorização das fachadas através de composição com cores. Porém, a preocupação que então se afigurava era a adequação das áreas históricas com o planejamento viário, que guardava, ainda, uma concepção rodoviarista.

³⁰ Ainda antes da promulgação legal de 1985, a política legal das Áreas de Preservação Cultural—APC já estava definitivamente delineada e a preservação era priorizada a partir dos “núcleos, conjuntos, caminhos e monumentos isolados de real importância para a memória cultural da comunidade, do desenvolvimento turístico da região e que venham proporcionar melhoria nas condições de vida da população local” (Documento Política de preservação urbano/arquitetônica de Florianópolis, s/d – ca. 1984).

Perdas ocorridas entre 1981 e 1985



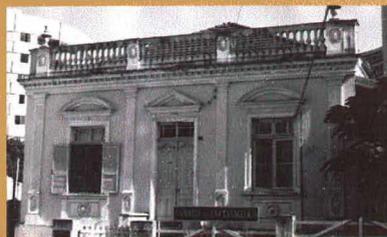
Ruas Cons. Mafra esquina Pedro Ivo



Rua Esteves Jr. esquina Av. Rio Branco



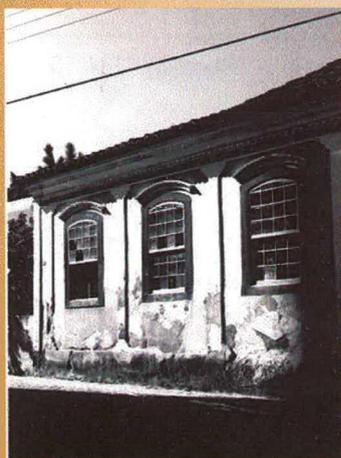
Rua Esteves Jr. esquina Av. Rio Branco



Rua Nereu Ramos



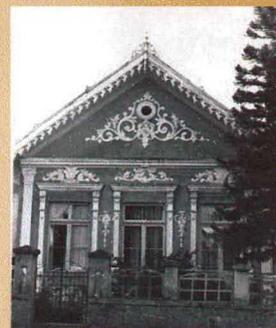
Av. Beira - Mar Norte



Rua Gal. Bittencourt



Rua Esteves Jr.



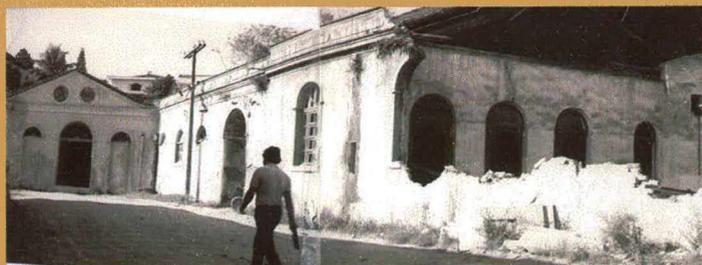
Rua Amirante. Lamego

Rua Almirante Alvim



R. dos Ilhéus esquina Anita Garibaldi

Rita Maria



Como medida preventiva, foi promulgada uma lei que objetivava evitar a destruição de acervo patrimonial valioso, antes de ser possível a efetivação de ações de inventariação e as conseqüentes medidas de proteção. Para tal, foi definida uma poligonal, coincidente com o Centro Histórico de Florianópolis, onde ficou determinado que *“as edificações (...) com mais de 30 (trinta) anos de construção, somente poderão ser demolidas ou objeto de modificações exteriores, após prévia anuência da COTESPHAN”*.³¹

Os estudos realizados pelo IPUF para o planejamento da Área Central da cidade, em função do acervo patrimonial cultural ali existente, ensejaram o cuidado nas ações. De modo a evitar que ocorressem obras fora dos requisitos técnicos específicos em prédios de valor histórico, e visando o aprimoramento das rotinas administrativas, são estabelecidas condutas processuais na aprovação de obras em prédios de valor histórico/arquitetônico, solicitando o envio ao SEPHAN/IPUF: *“de toda a consulta de viabilidade de edificação com mais de 30 anos, situada em qualquer ponto da cidade, com vistas ao fornecimento de orientação adequada ao requerente desde o início do processo”* e *“de todo o projeto de reforma, ampliação, demolição ou construção de edificação abrangida pelo item anterior, com vistas à adequação do projeto da obra às diretrizes do SEPHAN e ao fornecimento de instruções adequadas à fiscalização e aprovação de projetos”*. Posteriormente, essa solicitação é reiterada, com o pedido de que, quando do início das obras, seja solicitada a presença de um técnico do referido SEPHAN/IPUF para acompanhamento e eventual orientação das atividades. Tal prática nem sempre foi efetivada, mas representou o início de um processo, vinculando as ações de preservação ao planejamento urbano da cidade.³²

4.4.3 Instrumentos legais: uso e ocupação do solo, tributação e mecanismos compensatórios

A promulgação da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo dos Balneários, em meados da década de 80, representou um marco para o planejamento da cidade, pois inseriu aspectos da preservação do patrimônio edificado e do patrimônio natural e ambiental no arcabouço do Plano Diretor. Assim, a consolidação desses mecanismos municipais de gerenciamento do uso e ocupação do solo se tornaram importantes modalidades de viabilização da preservação quanto aos aspectos legais e em relação à sua operacionalização. Pela primeira vez apareceram justapostos na legislação municipal de Florianópolis conceitos de preservação e de planejamento.

O Plano Diretor dos Balneários, além de contemplar todo o espaço municipal, excluindo o Distrito Sede, declarou os balneários uma área especial de interesse turístico. Incorporou, de forma mais rigorosa, os conceitos de

³¹ Trata-se do inciso 3º. do art. 2º., da Lei Municipal 1.715 de 14/04/1980, que altera dispositivos da Lei Municipal 1.440/76.

³² Conforme o ofício do IPUF nº. 174 de 08/11/1983 à SUSP, reiterado pelo ofício IPUF nº. 198 de 25/11/1983 (Arquivo SEPHAN/IPUF).

preservação ambiental existentes na legislação federal³³, ampliando-se as exigências de preservação ambiental que constavam do Plano Urbano da cidade vigente desde 1976.³⁴

Na área de preservação do patrimônio cultural edificado, o Plano dos Balneários introduziu um conceito novo, através da definição de Áreas de Preservação Cultural-APC, destinadas à preservação de sítios de interesse histórico, antropológico e arqueológico, subdivididas em três áreas específicas, respectivamente APC-1, APC-2 e APC-3. Estas áreas de preservação foram demarcadas sobre o zoneamento de uso e ocupação, complementando e, quando necessário, se sobrepondo às normas gerais estabelecidas.³⁵

Implantava-se uma legislação de uso e ocupação do solo, a exemplo das que vinham acontecendo em outros municípios desde a década de 70 e que, diferentemente de Florianópolis, frequentemente antecederam a legislação de tombamento.³⁶ (Ver detalhamento relativo a essa questão na nota do rodapé).

Neste Plano Diretor, as Áreas Históricas (APC-1) destinavam-se à conservação do patrimônio histórico e etnológico, abrangendo monumentos, edificações, espaços e povoações.³⁷ Os conceitos e normas dessa legislação apresentavam um detalhamento tal, que se transformaram, desde então, nos critérios reguladores da ação sobre os bens culturais preservados. Nesta legislação foram definidos três tipos de categorias de preservação, que diferenciam o bem monumental, a arquitetura vernacular, de composição urbana, e as unidades de acompanhamento, sem valor patrimonial, mas fundamentais para a ambientação do conjunto preservado. As normas contemplavam, além das regulações para a

³³ Trata-se da Lei Municipal 2.193 de 03/01/1985 – Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo dos balneários da ilha de Santa Catarina. Em 1997 os critérios desse zoneamento, até então vigentes só para o interior da ilha, passam a vigorar em todo o território municipal.

³⁴ As determinações da Lei Municipal 1.440 de 31/05/1976 já foram explicitadas na fase anterior.

³⁵ A Lei Municipal 2.193/85 define as APC no artigo 27, estabelecendo os demais parâmetros nos artigos 103 a 119.

³⁶ Outras LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL/URBANA, integrando planejamento urbano e preservação: CURITIBA tem seus primeiros estudos para o Setor Histórico realizados em 1966 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba-IPPUC, sob a coordenação de Jaime Lerner. O referido setor é criado em 1971 (Decreto Municipal 1.160 de 05/08/1971). OLINDA tem seu primeiro Plano de Desenvolvimento Local Integrado aprovado em 1973. A Lei de tombamento e criação do Conselho de Preservação dos Sítios Históricos, bem como do Fundo de Preservação dos Bens Culturais, é de 1979.

SÃO PAULO – O Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo-DPH data de 1975, ano de promulgação da legislação urbana de preservação, antecedendo à legislação de tombamento (1985).

PORTO ALEGRE – Em 1977 é criada uma lei identificando prédios de interesse cultural para fins de preservação, que também concede isenção do IPTU para essas edificações.

PERNAMBUCO – São estabelecidas normas gerais de proteção dos bens de valor cultural disciplinando a sua preservação, com declaração de áreas especiais de interesse da preservação cultural, em São Lourenço da Mata (1977) e Recife (1979).

RIO DE JANEIRO – Em 1979 são estabelecidas condições de preservação ambiental, com vistas à revitalização da função cultural, sendo que a legislação de tombamento é de 1980.

³⁷ Os conceitos de preservação relativos às áreas do patrimônio histórico foram trabalhados a partir da experiência alemã já referida, sendo também utilizados alguns parâmetros contidos no anteprojeto de lei elaborado por Benedito Lima de TOLEDO e Modesto CARVALHOSA, de 1982, dispondo sobre a preservação do patrimônio cultural e ambiental do município de São Paulo, bem como do Decreto Municipal 1.160 de 05/08/1971, relativo ao setor histórico de Curitiba. Ambas leis determinavam três categorias de preservação, que na de Curitiba eram denominadas “unidades-monumentos”, “unidades de acompanhamento” e “unidades destituídas de importância arquitetônica”. Posteriormente, esses critérios foram adotados na legislação urbana de outros municípios catarinenses.

comunicação visual, a altura e composição das novas edificações, não inibindo uma composição contemporânea, porém exigindo sua adequação ao entorno protegido.³⁸

Esta legislação estabeleceu alguns critérios, ressaltando-se a proibição de imitações de arquitetura arcaica, estranha à região, bem como a imitação de materiais de construção, como falsos tijolos, pedras ou madeira. Admitia, no entanto, a autorização de réplicas em locais que comprovadamente existiram.³⁹

Foram também criadas Áreas de Preservação Cultural (APC-2), que se destinavam à proteção das paisagens e aspectos culturais resultantes das tradições agrícolas, pastoris e pesqueiras. Era também objetivo o desenvolvimento social da população residente e a conservação dos aspectos pitorescos resultantes das atividades tradicionais da áreas. A inexistência de um estudo para definição dos elementos a preservar impossibilitou a adequada aplicação deste mecanismo legal.

As Áreas Arqueológicas (APC-3) se destinavam à conservação dos sítios pré-históricos e dos vestígios deixados pela ocupação humana tais como fósseis, utensílios, sambaquis, oficinas líticas e inscrições rupestres. Trata-se de áreas *non aedificandi* e de preservação permanente, ressalvadas as edificações necessárias aos serviços de guarda e conservação. Apesar da previsão de mecanismo legais de preservação deste patrimônio, a Prefeitura Municipal nunca dispôs de um arqueólogo para dar seqüência a estas determinações. Assim, foi necessária a realização de um convênio com a instância federal de preservação para dar continuidade à inventariação de alguns dos sítios mais relevantes.⁴⁰

A proteção do acervo patrimonial natural foi contemplada pela legislação através da criação das Áreas de Preservação Permanente (APP) para a preservação dos recursos e das paisagens naturais, a salvaguarda do equilíbrio ecológico, seguindo os critérios do Código Florestal Brasileiro. No entanto, alguns dos parâmetros foram utilizados de forma mais restritiva na legislação municipal, a exemplo da proteção de encostas acima de 25°. ⁴¹ No Plano Diretor ficavam protegidos os topos de morro e encostas acima de incluindo a vegetação; mangues, dunas, praias, costões, promontórios, tômbulos, restingas, ilhas, mananciais e corpos d'água, bem como as faixas sanitárias que foram, posteriormente, protegidas.

³⁸ Segundo o artigo 27, trata-se das seguintes categorias de preservação previstas para a APC-1:

P1 – são aqueles imóveis que, pela sua monumentalidade e valor excepcional, são totalmente preservados, ou seja, tanto no seu interior como no seu exterior;

P2 – são aqueles que não podem ser demolidos, devendo ter preservada sua volumetria externa, ou seja, fachadas e cobertura. São admitidas reformas internas desde que não interfiram no exterior da edificação. São imóveis que fazem parte da imagem urbana da cidade;

P3 – poderão ser demolidos, pois se constituem em unidades de acompanhamento dentro das áreas tombadas.

³⁹ As APC-2 são reguladas no artigo 108 da referida lei.

⁴⁰ Em face da inexistência de profissionais na Prefeitura, a inventariação dos sítios arqueológicos foi realizada entre 1986-89, através de Convênio entre o SPHAN, o IPUF e a UFSC, com recursos do IPHAN, sob a coordenação dos arqueólogos Rossano Bastos, da instituição federal, e Teresa Fossari, do Museu de Antropologia-UFSC (atual Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral).

Como elemento de transição, é também criada uma zona intermediária, chamada de Áreas de Preservação de Uso Limitado (APL), cujas características em função da declividade do solo, vegetação ou da vulnerabilidade aos fenômenos naturais foram objetos de recomendações especiais. A partir dessas normas o município passou a dispor de 42% de sua área preservada como APP e 21% como APL. Conseqüentemente, 63% de seu território encontra-se protegido por mecanismo legal.⁴² (Ver **Mapa da ilha de Santa Catarina: Unidades de Conservação**)

A legislação do Plano Diretor dos Balneários contribui para a inter-relação com setores econômicos imobiliários, através da instituição do mecanismo de transferência de índice, que permitia negociar, sem prejuízo para o proprietário, a área passível de construir no terreno, acrescentando-a em outro imóvel, desde que limitados certos parâmetros. Este mecanismo, no entanto, só viria a ser utilizado a partir da década seguinte, como será analisado posteriormente.

Ainda no início da década de 80, através da inter-relação com as políticas tributárias, objetivando dar contrapartida aos proprietários, a legislação autorizava o Poder Executivo a conceder a redução de até 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente sobre imóveis que possuíssem valor histórico, artístico e/ou cultural, desde que assim reconhecidos em ato do Prefeito Municipal. Até a sua regulamentação, já na década seguinte, só houve um caso, em que, através de Decreto, o Prefeito concede a redução no Imposto Predial e Territorial Urbano—IPTU.⁴³

Com a aprovação do Plano dos Balneários, a partir de 1985 houve um esforço no sentido de atualização do Plano Diretor do Distrito Sede, que só veio a ser concretizada doze anos depois, em 1997, após várias reavaliações e atualizações, aprovando-se, neste ínterim, mais de trinta leis de alteração do Plano em vigência, que se tornou um emaranhado legal de difícil compreensão e aplicação.

No Diagnóstico da Revisão do Plano Diretor (IPUF, 1986), no capítulo referente aos principais condicionantes do uso e ocupação do solo foi ressaltada a importância da manutenção da *“sua fisionomia, com a qual todos os seus moradores se identificam”*. Complementa, argumentando que *“deste ponto de vista cultural e até mesmo psicológico, a principal condicionante de uso e ocupação do solo da Área Central de Florianópolis é seu passado histórico”*.

A justificativa daquele Diagnóstico retomava o mote do lamento da perda do Miramar, considerando-se que *“a tristeza proveniente da perda de algum bem cultural é carregada de sentimentos de saudades não apenas daquele*

⁴¹ O Código Florestal Brasileiro, Lei Federal 4.771/65, determina a proteção de encostas somente acima de 45°.

⁴² Para detalhamento das questões do patrimônio natural do município de Florianópolis, ver trabalho de **Unidades de Conservação do Município**, elaborado por Otacílio da Rosa Filho. Fpolis, IPUF/PMF, 36 p.:il. no prelo (Arquivo IPUF).

⁴³ Trata-se de uma determinação do artigo 2º. da **Lei Municipal 1.835** de 10/02/1982.

O Decreto Municipal 31 de 12/03/1984 concede redução parcial do IPTU para dois imóveis localizados na Rua Conselheiro Mafra, de mesmo proprietário.

monumento em si, como também de vários outros aspectos que envolviam a vida daquela estrutura... O Miramar significa, pois, outros tempos da cidade. Mais tranqüila, mais bela, mais próxima do mar. A verdade é que a Florianópolis dos tempos do Miramar não existe mais". E, continuando o raciocínio, era ressaltado que é necessário que "compreendamos que a consideração da história ou da evolução histórica como fator condicionante da fisionomia da cidade não significa que seu passado deva ser preservado a qualquer custo". E remete para a decisão dos cidadãos, ou seja da comunidade, enfatizando que "manter Florianópolis com suas características fisionômicas é uma decisão comunitária e não técnica". Finalizava concluindo que o reconhecimento da importância da preservação desses elementos orientou a decisão técnica de propor a preservação dos traços característicos do Centro da cidade. Esta postura terá desdobramentos importantes, que serão analisados na fase subsequente.

4.5 Ações de inventariação e proteção em Florianópolis

A Prefeitura Municipal assumiu, pois, a condução do processo, através de ações de inventariação que objetivavam o fundamental pressuposto do conhecimento para proteger seu acervo patrimonial. Os inventários fotográficos, que contemplaram a globalidade do território municipal, foram as ações iniciais. A base cartográfica indicativa da localização das unidades levantadas era satisfatória para a Área Central e o continente, porém era muito rudimentar para a parte remanescente da ilha de Santa Catarina, em face da sua baixa qualidade.⁴⁴

O fundamento básico consistiu no mapeamento e inventariação do universo dos conjuntos urbanos mais significativos. Esse levantamento ensejou a realização de uma seleção, sendo trabalhada a Área Central da cidade, onde cada unidade cadastrada recebeu uma análise individual, segundo parâmetros preestabelecidos, resultando numa pontuação, com pesos diferenciados, com vistas à seleção. Os critérios utilizados para a seleção privilegiaram a formação de agrupamentos de edificações no espaço urbano⁴⁵ (IPUF/SEPHAN, 1995, p.5).

⁴⁴ Entre 1980 e 1983 foi realizada uma sistemática inventariação através de levantamento fotográfico e mapeamento de mais de 1.000 edificações na ilha, contemplando, naquele momento, unidades de valor arquitetônico anteriores a 1940. Para o interior da ilha só se dispunha da base cartográfica de 1: 10.000, porém na Área Central se contava com a base na escala de 1: 2.000.

Florianópolis se inseria no grande esforço de identificação do acervo, que desde 1983, como já referenciado, também estava sendo realizada para Estado. A partir de então tem sido elaborado o sistemático registro das edificações de valor cultural, através do levantamento gráfico das edificações.

⁴⁵ Os parâmetros utilizados para a análise foram: antigüidade, valor arquitetônico, composição e qualidade das fachadas; elemento integrante de conjunto urbano e/ou marcante para o referencial urbano; tipicidade ou raridade regional; valor histórico ou evocativo; acessibilidade; estado de conservação; grau de descaracterização e potencial de revitalização.

A parte remanescente do acervo, de características predominantemente rurais, localizava-se pelos caminhos de ligação que, a partir do núcleo central urbano, se expandiam, conectando o território. Esse acervo, apesar de fotografado e mapeado, não foi objeto de estudo sistemático até a atualidade, exceção feita para a o Caminho da Costa, cujo inventário do Caminho da Costa da Lagoa foi realizado pelo IPUF em 1985.

Complementarmente à inventariação dos conjuntos urbanos e unidades isoladas, em face da inexistência de equipe profissional especializada em âmbito municipal, o já referido Inventário dos Sítios Arqueológicos foi realizado através de Convênio interinstitucional. Essas ações de inventariação deram a base para outras ações e parcerias, de modo a garantir o processo emergente de preservação do patrimônio municipal.

4.5.1 Ações municipais de proteção ambiental urbana: Áreas de Preservação Cultural no interior da ilha e tombamento de conjuntos urbanos da Área Central

Inaugurando a prática de tombamentos objetivando a preservação ambiental urbana, ainda em 1980, foi preservado o pequeno conjunto oitocentista localizado na Praça XV de Novembro, composto por seis tradicionais sobrados, com uso comercial no térreo e residencial no pavimento superior.⁴⁶ No entanto, foi a incorporação das APC no Plano Diretor dos Balneários que contribuiu para a consolidação da estratégia adotada de criação de zonas de proteção para o conjunto do território municipal, objetivando a compatibilização de diretrizes urbanas para os setores históricos da Área Central da cidade.

Esta estratégia resultou que, ao longo de um período de um ano, fosse efetivada a proteção da principal parcela do acervo patrimonial hoje preservado, tendo como consequência um acréscimo, sem precedentes, dos bens protegidos. Este fato tornou-se relevante, em face do acelerado crescimento demográfico da cidade e a enorme pressão pela substituição que reinava nos setores imobiliários. O impacto dessa ação foi tão radical que suas consequências se fizeram sentir por um longo tempo e serão abordadas ao longo dessa exposição.

As ações de proteção se embasaram em mecanismos legais de uso do solo aprovados pelo Legislativo e de tombamento, realizado pelo Executivo. Inicialmente a proteção de áreas urbanas foi efetuada nos núcleos do interior da ilha, através das APC, criadas no já referido Plano dos Balneários.⁴⁷ E no ano seguinte, na Área Central, através do mecanismo do tombamento, com a proteção de dez conjuntos urbanos.⁴⁸ (**Mapas: Florianópolis: ilha de Santa Catarina e Área Central: tombamentos e Áreas de Preservação Cultural**).

O Inventário do Ribeirão da Ilha contempla somente o núcleo histórico e foi realizado a partir de levantamento, de caráter acadêmico, elaborado para o Curso de Arquitetura da UFSC em 1983. Foi revisto pelo SEPHAN, entre 1985–86, para encaminhamento de processo de tombamento federal, iniciado em 1985, e até hoje sem definição, diante da exigência de estudos mais aprofundados.

⁴⁶ O conjunto oitocentista da Praça XV de Novembro foi tombado pelo Decreto Municipal 22 de 29/02/1980.

⁴⁷ Trata-se da já referida Lei Municipal 2.193 de 03/01/1985. Foram preservados como APC-1 (áreas de patrimônio histórico e etnológico) os núcleos de Santo Antônio de Lisboa, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, Canasvieiras, Costa da Lagoa e o forte São José da Ponta Grossa e seu entorno. Como APC-2 (paisagens e aspectos culturais resultantes das tradições agrícolas, pastoris e pesqueiras) os núcleos de Ingleses, Barra da Lagoa e Pântano do Sul. Além dos sítios pré-históricos, enquadrados na categoria APC-3.

⁴⁸ O Decreto Municipal 270 de 30/12/1986 protegeu, através de tombamento, dez conjuntos urbanos na Área Central da cidade denominados de Áreas de Preservação Cultural—APC. Posteriormente esse decreto foi objeto de reavaliação, o que será analisado na fase subsequente.

A preservação dos núcleos do interior da ilha representava a legitimização de um valor que já lhes era conferido pela população. Os pequenos núcleos rurais guardam ainda edificações térreas, singelas e características da tradicional arquitetura luso-brasileira. Como nestes locais havia baixa densidade de ocupação, a preservação não provocou resistência significativa ao processo. Ainda sem sofrer a pressão imobiliária, já presente nas áreas centrais, as descaracterizações ocorridas refletiam o esforço de modernização reinante na sociedade em geral, aliadas ao desconhecimento da importância desse acervo.

Na Área Central foram priorizados preliminarmente os conjuntos arquitetônicos que ainda podiam testemunhar a evolução urbana. O objetivo voltava-se à proteção do expressivo conjunto formado pelo Centro Histórico e os pequenos conjuntos remanescentes de sua expansão formadores dos bairros residenciais, que foi ocorrendo a partir dos primeiros caminhos de acesso aos fortes, testemunhos do assentamento do século XVIII.⁴⁹

Apesar de estar em curso a revisão do Plano Diretor do Distrito Sede, em face da incerteza de quando ocorreria sua aprovação, optou-se pela proteção da área através do mecanismo de tombamento. Esta empreitada mereceu o respaldo não só da COTESPHAN, como, por unanimidade, do Secretariado Municipal.⁵⁰ Assim, através de um decreto municipal, de uma só vez houve o acréscimo de 340 edificações tombadas, formando como que pequenas ilhas incrustadas em um tecido urbano extremamente denso.⁵¹ Inserida sobre um traçado urbano original, de conformação predominantemente ortogonal, agora afastada do mar, a arquitetura predominantemente apresenta características da virada do século XIX-XX, com profusa ornamentação de estuque freqüentemente sobreposta à arquitetura do período colonial, com elementos neobarrocos, neoclássicos e adaptações ou inserções das décadas de 30 e 40.

O relatório do processo de tombamento dos dez conjuntos históricos existentes na Área Urbana Central de Florianópolis enfatiza que o objetivo da preservação é:

“guardar os diferentes momentos históricos, conservando não só os imóveis, como o traçado de determinadas vias públicas mais importantes, sem afetar, no entanto, o desenvolvimento da cidade, e aliando-se à política municipal de Desenvolvimento Turístico da ilha de Santa Catarina. A preservação de ambientes com características arquitetônicas evitaria a perda de identidade da cidade com sua gente e com o seu passado. Daí a opção ter sido a de conservar conjuntos arquitetônicos e não apenas imóveis isolados” (IPUF/SEPHAN, 1991, a, p.1).

⁴⁹ A compreensão do processo de ocupação foi apresentada no capítulo 1, item 1.1 **Florianópolis: o espaço local e sua história.**

⁵⁰ Conduzindo este amplo processo de tombamento, estavam na diretoria do IPUF a arquiteta Silvia Ribeiro Lenzi, como Presidente e a assistente social Maria Helena Garcia, como Diretora de Planejamento.

⁵¹ O **Decreto Municipal 270/86** tombou conjuntos urbanos, que com o decreto classificatório (promulgado em 1989, razão pela qual será analisado no capítulo seguinte), representou a preservação de 661 edificações. Desse total, 321 unidades eram de acompanhamento, podendo ser adequadas ou demolidas, desde que a reconstrução seguisse parâmetros de valorização do acervo preservado.

A iniciativa de Florianópolis ocorreu concomitantemente com a ação federal no Estado, através da proteção do centro histórico da Laguna.⁵² E é interessante verificar que as ações de preservação confirmam e enfatizam legalmente o processo de ocupação e evolução urbano ocorrido em Florianópolis. **(Mapa: Florianópolis: Área Central: sobreposição do processo de ocupação histórica às ações de proteção efetivadas).**

Mas o impulso a esta ação, de grandes dimensões, tinha por base a inauguração de um novo procedimento de negociação entre agentes com interesses diferenciados, representados pelo Poder Público e os proprietários. A primeira iniciativa nesse sentido se deu entorno de um bem-sucedido acordo de preservação referente ao empreendimento Centro Executivo da Casa do Barão.

Esta edificação, conhecida como Casa do Barão, fazia parte de uma quadra, para a qual fora proposta proteção através do tombamento, por ser representativa do ciclo de ocupação das chácaras e palacetes da antiga Desterro. Era consenso do SEPHAN/IPUF e da COTESPHAN que a proteção de edificações isoladas não era eficaz. O tombamento, então, deixou de ser prioridade, porém reforçou-se a negociação travada com os proprietários que resultaram na preservação da edificação, acompanhada da aprovação de um projeto de edifício na parte remanescente do terreno, conferindo o respaldo necessário para que a administração municipal realizasse o tombamento dos conjuntos na Área Central.⁵³

O tombamento dos conjuntos foi impactante junto à população, já que até então as ações de proteção se resumiam a atos isolados, valorizando o caráter monumental, histórico ou evocativo dos bens. O impacto teve dimensões maiores porque a cidade estava sendo objeto de um processo demolitório avassalador causado pela substituição do tecido construído, resposta do setor imobiliário em franca expansão. Além da perda dos referenciais históricos e arquitetônicos propriamente ditos, estava se destruindo a configuração urbana como ambiência integrada, formal e funcionalmente, como também sua apreensão como silhueta histórica e *skyline*.

⁵² As iniciativas de proteção realizadas pelo município de Florianópolis ocorrem paralelamente à iniciativa federal de preservação de centros históricos. A primeira ação de proteção urbana é de iniciativa municipal e acontece através da promulgação do Plano Diretor dos Balneários, em 03/01/1985. É seguida pelo tombamento do centro histórico da cidade da Laguna, ocorrida em abril do mesmo ano (Processo 1.122-T-84). No ano seguinte é realizado o tombamento dos dez conjuntos da Área Central de Florianópolis, em 30/12/1986, sucedido pela proteção do Centro Histórico de São Francisco, em 16/10/1987 (Processo 1.163-T-85).

⁵³ A proposta de tombamento da quadra, hoje tombada, situada na Rua Bocaiúva, iniciou-se na COTESPHAN, em 1984. Contribuiu para a elaboração da justificativa de preservação do processo a conselheira Sara Regina Silveira de Souza (hoje Sara Regina Poyares dos Reis). O entendimento entre o SEPHAN/IPUF e os proprietários ocorreu ao longo do ano de 1985. Teve como consequência que o primeiro projeto, aprovado em março de 1987, e o projeto definitivo, em outubro de 1989, foram frutos de um consenso entre o SEPHAN/IPUF, a Planel Eng. e Construções, com especial empenho de seu sócio-gerente, Olavo Fontana Arantes, e Koerich Administração e Participações. O empreendimento apresenta duas torres de 17 pavimentos. O restauro, aprovado em 1990, só foi concluído em 1995, após percalços, que por pouco colocaram em risco sua estrutura.

FLORIANÓPOLIS: ÁREA CENTRAL

PROCESSO DE OCUPAÇÃO E AÇÕES DE PROTEÇÃO EFETIVADAS



- PRAÇAS
- ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL
- FORTES
- IGREJAS
- ESCOLAS
- INDÚSTRIAS
- EQUIPAMENTOS / INFRA-ESTRUTURA

- ANTIGA BORDA D'ÁGUA
- NÚCLEO DA FUNDAÇÃO (séc. XVIII)
- LIMITE CENTRO HISTÓRICO
- VETORES DE OCUPAÇÃO
- SÉCULO XVIII
- SÉCULO XIX

CONJUNTOS TOMBADOS e APC (ÁREA de PRESERVAÇÃO CULTURAL)

ELABORAÇÃO: **BETINA ADAMS**
 DESENHO: **RAFAEL H. BERNAL**
 DATA: **JULHO 2000**

Proteção municipal de conjuntos urbanos

Conjuntos da Área Central



Casa do Barão
Um marco na política de preservação



Centro Histórico é o núcleo da fundação e o conjunto de maiores dimensões



Ribeirão da Ilha
Teatro do Divino Espírito Santo, descaracterizado

Ribeirão da Ilha



Interior da ilha
Gradativa transformação
Incorporação do lazer e turismo
Restaurantes se inserem junto aos ranchos de pesca

Costa da Lagoa



As igrejas perdem sua dominância volumétrica

Conjuntos do interior da ilha

O antigo se justapõe ao contemporâneo

Igreja N. Sra. das Necessidades
Sto. Antônio



Igreja S. Sebastião
Campeche



Igreja S. Francisco de Paula
Canasvieiras



Igreja N. Sra. da Conceição
Lagoa



Mercado Público Municipal



Recuperação de monumentos tombados em âmbito municipal

Restauros realizados em parceria técnica entre as instituições

4.5.2 Ações isoladas de proteção: ampliação dos conceitos adotados e dos agentes indutores da proteção

Em âmbito municipal, as ações de proteção não se restringiram só às importantes iniciativas, representadas pelas Áreas de Preservação Cultural no interior da ilha e conjuntos urbanos da Área Central. Esta ação foi complementada por outros tombamentos de edifícios individuais, alguns incorporados posteriormente ao tombamento dos conjuntos da Área Central e outros realizados após 1986, com justificativas de preservação próprias e singulares.

Do ponto de vista da inserção espacial, algumas dessas edificações apresentam caráter monumental, sendo simultaneamente expressão da vida política e comercial, tais como a Casa de Câmara e Cadeia e o Mercado Público.⁵⁴ Outras são importantes referenciais urbanos, que se destacam na paisagem pela dimensão ou localização, a exemplo da Estação Rádio-Telegráfica da Lagoa, posteriormente transformada em Centro Cultural, e a residência de Nereu Ramos.⁵⁵ Havia ainda as pequenas unidades, de uso tanto residencial como comercial.⁵⁶

As edificações incorporam diferentes valores. Trata-se de elementos representativos do ciclo econômico de apoio à navegação da ilha, marcos da imigração à ilha ou da organização popular, da expressão artística, da história política do Estado ou da tecnologia de comunicação.⁵⁷

Havia também representações de diferentes sistemas religiosos, como católico e evangélico, e de uma gruta devocional, preservada pelo seu valor evocativo, em face da inexpressividade de valor artístico.⁵⁸

O processo de preservação ampliou o conceito de proteção, que havia sido inaugurado com o tombamento da Lagoa do Peri e foi transferido, depois, para o tombamento da Região da Costa da Lagoa. À semelhança daquele, o decreto também teve como elemento diferencial a previsão da manutenção da ocupação no local, objetivando a integração da natureza, caminho rural e edificações de valor histórico. É de se ressaltar que este tombamento se

⁵⁴ Mercado Público (Decreto Municipal 35 de 20/03/1984, ocorrido a partir da indicação do vereador Demosthenes José Machado, aprovada em plenária da Câmara em 25/10/1983); Casa de Câmara e Cadeia (Decreto Municipal 42 de 22/03/1984).

⁵⁵ Estação Rádio-Telegráfica da Lagoa da Conceição (Decreto Municipal 208 de 06/09/1985); Residência do Governador Nereu Ramos (Decreto Municipal 138 de 15/06/1988).

⁵⁶ A exemplo do Armazém Vieira (Decreto Municipal 63 de 26/04/1984); edificação residencial na Rua Almirante Alvim (Decreto Municipal 182-A de 31/07/1986).

⁵⁷ Alfândega de Sambaqui (Decreto Municipal 69 de 24/02/1987); Igreja Luterana e Escola Alemã (Decreto Municipal 105 de 24/05/1985); Teatro da UBRO—União Beneficente Recreativa Operária (Decreto Municipal 69 de 31/03/1986), bem como as já referidas residência de Nereu Ramos e Estação Rádio-Telegráfica.

A UBRO, que estava instalada em um sobrado adaptado para a função de teatro, confere valor não só a essa expressão da arte, mas também à organização para fins beneficentes e recreativos de uma classe social, operária.

⁵⁸ Igreja do Puríssimo Coração de Maria, no Córrego Grande (Decreto Municipal 126 de 20/06/1986); Igreja S. Sebastião do Campeche (Decreto Municipal 125 de 23/05/1988); Igreja Luterana e Gruta N. Sra. de Lourdes (Decreto Municipal 302 de 01/12/1987).

configurou na única solicitação individual, referente a uma ampla área tombada, realizada por um munícipe, que estava desvinculado das estruturas administrativas ou políticas vigentes.⁵⁹

→ Além dos tombamentos de áreas naturais, a partir de 1986 estabelece-se a obrigatoriedade de licença prévia da Prefeitura Municipal para o corte de árvores, com a declaração da imunidade ao corte de mais alguns espécimes.⁶⁰ Em 1985 o processo se amplia para o tombamento de dunas e restingas⁶¹ e, posteriormente, lagoas.⁶² E, além dos tombamentos formais ocorridos na área natural, a preocupação com a preservação do que então se denominava, nos diagnósticos, de “Sistema de Sustentação Natural” também teve papel fundamental nos planos de desenvolvimento urbano, refletindo-se na legislação proposta a partir de então.⁶³

As ações de proteção foram iniciativas da administração pública. Os tombamentos iniciais foram propostos pela União, seguidos, posteriormente, pela administração municipal de Florianópolis. Nesta esfera, as indicações haviam sido de autoria da comissão consultiva, COTESPHAN, ocorrendo, também, iniciativas do Poder Legislativo, bem como do Executivo. Posteriormente, após sua instalação, a equipe técnica do SEPHAN/IPUF encaminhou várias iniciativas de proteção.⁶⁴

→ A década de 80 inaugura um novo ciclo de iniciativas de tombamentos, de caráter voluntário, por parte dos proprietários, confirmando a crescente conscientização da importância da preservação. É uma resposta muito concreta aos esforços públicos pelo estabelecimento de uma política que conciliasse interesses públicos e privados. Estes vinham se materializando na forma das já mencionadas contrapartidas fiscais e construtivas. Corroboram a disponibilidade do poder público adotar as negociações que viessem não só trazer benefícios à sociedade como um todo, através da preservação de sua memória, em sua correta aceção conceitual, mas, se possível, sem causar significativos prejuízos ao proprietário.⁶⁵

⁵⁹ A Região da Costa da Lagoa da Conceição foi tombada pelo Decreto Municipal 247 de 06/11/1986, e deveria ser regulamentada por decreto específico. O impedimento desse procedimento deveu-se à falta de cartografia em escala adequada, o que tem contribuído para a ocupação desordenada da área. A iniciativa desse tombado foi realizada por Cesário Simões Júnior, em 29/09/1981, acompanhada também por extensa justificativa técnica, por ele elaborada.

⁶⁰ A obrigatoriedade de licença prévia foi determinada pelo Decreto Municipal 269 de 30/12/1986 e a imunidade ao corte pelo Decreto Municipal 152 de 05/06/1987.

⁶¹ O Decreto Municipal 112 de 31/05/1985 tombou as dunas de Ingleses, Santinho, Campeche, Armação do Pântano do Sul e o Decreto Municipal 216 de 13/09/1985 tombou as restingas de Ponta das Canas e Ponta do Sambaqui.

⁶² Trata-se da bacia hidrográfica da Lagoinha do Leste (Decreto Municipal 153 de 05/06/1987), posteriormente transformada em Parque Municipal (Lei Municipal 3.701 de 07/01/1992), ampliado pela Lei Municipal 500 de 12/07/1999.

Foram também tombadas as lagoinhas da Chica e Pequena (Decreto Municipal 135 de 05/06/1988).

⁶³ O Diagnóstico do Plano Diretor dos Balneários, editado em junho de 1984, esclarece na Metodologia que a escolha do modelo de análise utilizado, de Brian Thompson, se deveu à sua valorização do Sistema de Sustentação Natural, elemento fundamental para os objetivos específicos do trabalho.

⁶⁴ A exemplo dos já referidos tombamentos, realizados na fase anterior, referente às dunas da Lagoa da Conceição, por parte do Legislativo, e ao Santa Catarina Country Club, pelo Executivo.

⁶⁵ Ao todo, Florianópolis conta com seis iniciativas voluntárias, representando nove unidades arquitetônicas, que estão ilustradas numa prancha específica, no final do capítulo.

O primeiro pedido voluntário de tombamento ocorreu com os proprietários do Armazém Vieira que, desde sua proteção, mantém a função de bar.⁶⁶ Sua preservação condicionou o Governo Municipal a rever o desenho do sistema viário projetado naquele espaço, de forma a priorizar a arquitetura histórica. A segunda solicitação foi do Laboratório Santa Luzia e teve como contrapartida municipal o estudo de adequação da área remanescente da edificação.

O processo de tombamento voluntário desencadeado alcançou também a iniciativa comunitária, através de dois abaixo-assinados de teor contrário, referentes à Casa Paroquial da Igreja Evangélica Luterana, cujo alvará de demolição havia sido concedido pela administração municipal. A celeuma se solucionou com a manutenção do alvará emitido e tombamento da Igreja e da antiga Escola Alemã.⁶⁷

Na esfera federal, acrescentando aos demais bens tombados do sistema defensivo da ilha, efetivou-se o tombamento do Forte de N. Sra. da Conceição, na ilha de Araçatuba, no sul da ilha de Santa Catarina e na entrada da sua baía meridional, e o já citado Forte Sta. Bárbara, no Centro Histórico, junto à então Vila, resultado de uma mobilização em prol de sua preservação.⁶⁸

O IPHAN, com papel muito significativo na indução do processo de preservação em curso, em meados da década de 80 encaminha, ainda, propostas de proteção de bens em âmbito federal para Florianópolis, dos quais só foi concluído o tombamento da Ponte Hercílio Luz, na década de 90. No entanto, à parte da edificação situada na Costeira do Ribeirão da Ilha, todos os demais bens culturais que haviam sido encaminhados para tombamento federal estão protegidos em âmbito municipal. Neste período é realizado, também, o tombamento de uma tela de Victor Meirelles, bem como da Coleção Arqueológica Pe. João Alfredo Rohr caracterizando-se como os únicos tombamentos de bens

⁶⁶ São proprietários Wolfgang Schrader e Renato Bollo.

⁶⁷ O primeiro abaixo-assinado solicitava a suspensão dessa autorização (datado de 15/04/1985, constando de 526 assinaturas). Foi contraposto por outro, a favor da manutenção do ato administrativo e conseqüentemente, sua demolição, com 2.655 assinaturas, datado de 02/05/1985.

As demais iniciativas comunitárias contemplaram a proteção da UBRO (realizada através do ofício de 18/02/1986, de iniciativa de associações teatrais: Associação dos Grupos de Teatro da Grande Florianópolis-AGT, Associação Profissional de Artistas e Técnicos em Diversões do Estado de Santa Catarina-APATEESC e Federação Catarinense do Teatro Amador-FECATA); da Capela do Puríssimo Coração de Maria, do Córrego Grande (ameaçada de demolição, em vista da aprovação do loteamento do Jardim Anchieta, que ali previa quatro lotes); da Gruta N. Sra. de Lourdes (abaixo-assinado de caráter local, acompanhado da indicação da Câmara de Vereadores, solicitando a proteção, em vista da preocupação da destruição do local, em face da necessidade de ampliação do sistema viário) e da antiga Alfândega de Sambaqui e da Capela São Sebastião, ambos movimentos de iniciativa das respectivas associações dos Moradores do Bairro.

⁶⁸ A fortaleza de N. Sra. da Conceição foi tombada em 08/04/1980, porém o processo já tinha sido iniciado em 1976 (Pr.943-T-76), representando a inscrição 77 do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e a inscrição 470 no Livro de Tombo Histórico. O tombamento da fortaleza de Sta. Bárbara ocorreu em 29/05/1984 (Pr. 1.053-T-84).

Tombamentos voluntários em âmbito municipal



Armazém Vieira, funciona hoje como bar (1984)



Laboratório Sta. Luzia (1986)



Residência do historiador Oswaldo R. Cabral (1989)



Conjunto urbano na Lagoa da Conceição (1995)



Residência e engenho, Caminho dos Açores (1995)



Engenho na Caieira da Barra do Sul (2000)

móveis ocorridos em Florianópolis.⁶⁹

O tombamento da Ponte Hercílio Luz se insere nas ações do IPHAN que assinalam a importância do Centro Histórico de Florianópolis e que, através dos atos de proteção, assinalam as funções e momentos significativos dos monumentos para a história da cidade e para o País. Desta forma, há dois exemplares do momento defensivo da ilha (os fortes Santana e Santa Bárbara); um sobrado do período colonial representativo da função residencial (a Casa Natal Victor Meirelles); a Alfândega, que é um marco para o desenvolvimento da atividade portuária e a Ponte Hercílio Luz que simboliza o novo tipo de conexão viária que vem substituir a via marítima.

No âmbito estadual dá-se a política de proteção, caracterizada por elementos isolados. Houve o tombamento de três edificações monumentais, uma unidade representativa do acervo tecnológico e o acervo o do Pe. Rohr. Os elementos protegidos são de propriedade do Estado, de uma irmandade religiosa e de um colégio particular religioso, não atingindo, portanto, a propriedade privada em sua acepção mais específica.⁷⁰

Assim, é nesse período que ocorreu a proteção mais significativa do acervo patrimonial municipal. Ao longo dos quarenta anos anteriores haviam sido protegidas treze unidades isoladas, dois bens do acervo paisagístico e um conjunto urbano.⁷¹ A este total, num período de nove anos, foram acrescentadas aproximadamente 440 edificações protegidas representando 340 imóveis tombados pelo Decreto da Área Central, mais de 80 no âmbito das APC, 20 unidades isoladas e 11 unidades paisagísticas na área natural (Ver Tabela 1).⁷²

⁶⁹ Em 1984 e no ano seguinte foram iniciados todos os processos de tombamentos em âmbito federal, ainda em caráter provisório, dos quais a maioria obteve proteção em outras esferas, a saber: conjuntos arquitetônicos dos distritos de Santo Antônio de Lisboa (Pr.1.135-T-84) e Ribeirão da Ilha (1.215-T-85), ambos preservados através de legislação urbana municipal em 1986; a edificação rural na Costeira do Ribeirão, um exemplar significativo da arquitetura rural hoje em situação precária (Pr.1.136-T-85); Palácio Cruz e Sousa, protegido em âmbito estadual, 1984 e municipal, 1986, (Pr.1.138-T-85); Mercado Público, tombado em âmbito municipal, em 1984 (Pr.1.139-T-85).

A Ponte Hercílio Luz foi tombada em 1998, porém o processo iniciou-se em 1985, por iniciativa do então prefeito municipal (Pr.1.137-T-85). Anteriormente, ainda em 1974, logo após a criação da COTESPHAN, este monumento já estava incluído entre as proposições de proteção, não efetivadas (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1974, e Arquivo SEPHAN/IPUF).

Trata-se da tela de autoria de Victor Meirelles Nossa Senhora do Desterro: vista do adro da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1847, 1 óleo sobre tela: cor. Museu Casa Natal Victor Meirelles). O bem foi tombado em 16/04/1986 em âmbito federal, após o que foi restaurado e entregue ao Museu Victor Meirelles.

O Acervo Museológico Padre João Alfredo Rohr foi tombado em âmbito federal, em 18/04/1986 (Pr.1.129-T-84), e estadual (Portaria 56 de 14/11/1984 da Secretaria do Estado de Cultura Esporte e Turismo).

⁷⁰ O primeiro tombamento em âmbito estadual ocorreu em 1983, ainda é provisório e contempla a Igreja N. Sra. da Piedade, em Armação da Piedade, um pequeno núcleo próximo a Florianópolis.

Porém, os tombamentos estaduais realizados no município de Florianópolis iniciaram-se no ano seguinte: o Palácio Cruz e Sousa (Decreto Estadual 21.326 de 26/01/1984) e a Estação Elevatória Mecânica da Rede de Esgoto (Decreto Estadual 31.255 de 31/12/1986), a Igreja N. Sra. do Rosário e S. Benedito e o Teatro Álvaro de Carvalho-TAC (decretos estaduais 1.303 e 1.304 de 29/01/1988, respectivamente). Desses, o Palácio, a Estação Elevatória e o TAC são propriedade do Estado.

⁷¹ Em âmbito federal haviam sido protegidos seis bens, e os demais foram protegidos pela esfera municipal.

⁷² A Tabela 1 – Quadro Geral do número de bens protegidos por esfera administrativa e período estudado quantifica e relaciona as ações de proteção nas três esferas administrativas. Segundo esse estudo, sintetizando, hoje o município apresenta 387 imóveis preservados, o Estado, 15 (dos quais, 12 são ratificações de tombamentos realizados anteriormente em âmbito municipal), e a União, nove (dos quais três também são ratificações de proteções realizadas em outras esferas governamentais). Ver também os Mapas já referenciados e inseridos no final do capítulo 5.

Tabela 1
QUADRO GERAL DO NÚMERO DE BENS PROTEGIDOS
POR ESFERA ADMINISTRATIVA E PERÍODO ESTUDADO

		38-73	74-79	80-88	89-92	93-00	Provisório	Definitivo
FEDERAL	Bem isolado	5	1	2+(3**)	--	1*	3**	9***
	Conjunto urbano	--	--	(2)**	--	--	2**	--
	Patrim. paisagístico	--	--	--	--	1	--	1
	Acervo museológico	--	--	1	--	--	--	1
	Bem móvel	--	--	1	--	--	--	1
ESTADUAL	Bem isolado	--	--	4*	--	11(a)+(1)	1	15 (b)
	Conjunto urbano	--	--	--	--	--	--	--
	Acervo museológico	--	--	1*	--	--	--	1*
MUNICIPAL	Bem isolado	--	7	14 (2v.)	3 (1v)	12 (5v.)	--	36 (8v.)
	Conjunto urbano	--	1(c)*	1(d)*+10 (e)	1 (f)	--	--	11
		--	--	6 APC (g)	--	--	--	6 APC
	Patrim. paisagístico	--	2	11 (h)	1	1	--	15
TOTAL	Bem isolado	5	8	19 (1)	3	13 (1)	2	48
	Conjunto urbano	--	1(c)*	10	--	(i)	--	10
		--	--	6 APC	--	--	--	6APC
	Acervo museológico	--	--	1	--	--	--	1
	Patrim. paisagístico	--	2	11	1	2	--	16
	Bem móvel	--	--	1	--	--	--	1

	Monumentos (Município - P1)	P2	P1+P2	P3	TOTAL
FEDERAL	9*** (1) = total 6	---	9 (1)	---	9 (1)
ESTADUAL	15(j) (1) = total 3	----	15 (1)	-----	15 (1)
MUNICIPAL	47 (k)	340	387	106	493
TOTAL (m)	56	340	396	106	502 (2) (n)

Elaboração: Betina Adams / Data: março 2001

(n°) - provisório

* - tombamento também em outra(s) esfera(s).

(n° v) - do total, 8 tombamentos foram voluntários, realizados por 5 proprietários.

(a) (b) - respectivamente 10 e 11 ratificações de tombamentos já realizados em esfera municipal.

(c) - 62 edificações, posteriormente englobado num conjunto maior.

(d) - Posteriormente englobado num conjunto maior.

(e) - Representando 661 edificações tombadas (20 na categoria P1; 320 como P2 e 321 como P3) (IPUF 1991).

(f) - Representando a reavaliação do tombamento dos conjuntos da Área Central, com inclusão do tombamento da malha viária. Agora com 386 imóveis tombados (20 na categoria P1, 260 na P2 e 106 na P3) (IPUF 1991).

(g) - Com mais de 60 unidades abrangidas pela proteção. A APC da Costa da Lagoa está em (h) (IPUF).

(h) - Está incluída a Região da Costa da Lagoa, com 16 edificações, 2 engenhos, 12 ruínas, o caminho e a vegetação circundante. (IPUF).

(i) - Há a ampliação dos conjuntos tombados.

(j) - Desses, 12 unidades apresentam tombamento municipal e 1 apresenta tombamento federal.

(k) - Desses, 3 unidades apresentam tombamento federal (Casa Victor Meirelles, antiga Alfândega e Ponte Hercílio Luz) e 12, estadual.

(m) - Trata-se do número de bens efetivamente protegidos, pois foi considerado que alguns imóveis estão protegidos concomitantemente em duas ou nas três esferas administrativas.

(n) - A estes dados devem ser acrescidas a ampliação das APC, em fase de detalhamento.

As ações de proteção ganharam reforço de projetos de divulgação do acervo, com a elaboração de cartilha, documento, vídeos e audiovisuais.⁷³

4.6 A gestão das ações integradas de preservação

A responsabilidade concomitante pela proteção de seus acervos fez com que houvesse uma fundamental interação entre as esferas governamentais, o que permitiu avançar na viabilização de ações concretas de preservação. Essa atuação era acompanhada, também, pelo aprofundamento de conceitos técnicos, objetivando a sintonia com as recentes recomendações internacionais.

O trabalho de parceria das três esferas iniciou-se com o Plano de Conservação e Restauração de Bens Culturais, consequência do Programa de Cidades Históricas-PCH, desenvolvido pela União, que então havia sido estendido para o Sul do País. Este trabalho conjunto contou com a participação da Fundação Catarinense de Cultura e do SEPHAN/IPUF, ao qual posteriormente se acresceu o recém-implantado Escritório Técnico do IPHAN. Os projetos idealizados no âmbito desse Plano contemplaram o reforço à estruturação municipal, através da continuidade dos trabalhos em curso relativos ao cadastro e proteção do sítio histórico de Florianópolis. Foram também definidas ações de valorização, com a ambientação de um bem tombado na esfera federal e o restauro de uma igreja protegida em âmbito municipal. Porém, diante da dificuldade de obtenção de recursos a execução desses projetos foi muito lenta.⁷⁴

Foi um período marcado por iniciativas de encontros e seminários, possibilitando que a reflexão conjunta antecederesse à ação. O desenvolvimento foi visto essencialmente como preservação do meio, sendo que a tônica dos encontros foi a ação conjunta no âmbito das diversas áreas do Poder Público e da comunidade. Em São Francisco, Cyro Lyra (1984, p.7) enfatiza que *“somente com uma ação conjunta do governo municipal, estadual e nacional se vai conseguir chegar a uma linha de desenvolvimento em que a preservação seja um dado essencial”*.⁷⁵

⁷³ Entre os projetos de divulgação se incluem: Vídeo Costa da Lagoa: Caminhos turísticos (1985) / Cartilha (1986) / Audiovisual “Ilha de Santa Catarina: Aspectos da colonização lusa” / Vídeo “Trajeto Memória” (1987) / Vídeo “Morro da Boa Vista” (1987) / Documento “Patrimônio Cultural: divulgação dos tombamentos da Área Central” (1987). Todos realizados pelo IPUF.

⁷⁴ Esse Plano de Conservação e Restauração de Bens Culturais foi elaborado em 1981.

O restauro da Igreja N. Sra. das Necessidades, então só tombado em âmbito municipal, é um exemplo de intervenção múltipla em um só bem. Foi iniciado em 1981, com projeto de restauro da arquitetura da FCC, inicialmente com recursos do Estado e execução da PMF (reparos na cobertura). Nos anos seguintes a execução passou a ser da FCC (1982-83, com recursos SPHAN/FNPM e Estado - reparos na cobertura, rebocos e esquadrias e substituição do piso) (1984-85, com recursos SPHAN/FNPM, reparos no madeiramento, reentelhameto, pintura e caiação interna com instalação de lavabo). A partir de 1986, a execução volta a ser da SPHAN, PMF e comunidade, quando fica concluído o restauro arquitetônico (1986-88).

O Projeto de ambientação do Forte São José da Ponta Grossa, elaborado pelo IPUF em 1981, foi reformulado e implantado muito posteriormente, pela UFSC.

⁷⁵ Os encontros e seminários contribuem para firmar uma política estadual de preservação no Estado de Santa Catarina. Em Florianópolis, em 1981, ocorre o primeiro “Encontro sobre Arquitetura nas Áreas de Colonização Alemã”, por iniciativa da Fundação

Este período se caracterizou pela intervenção em edificações monumentais. As parcerias eram várias, abrangendo recursos, cooperação técnica ou execução propriamente dita, contemplando, entre outros, a recuperação de algumas Igrejas, de propriedade comunitária. Dentre elas, destaca-se a recuperação do conjunto arquitetônico da Igreja Nossa Senhora da Conceição, na Lagoa da Conceição, que, pela importância do monumento e complexidade das ações, é outro exemplo de intervenções variadas, onde a recuperação foi sendo realizada, em etapas, com várias paralisações, em vista dos poucos recursos disponíveis.⁷⁶

Foram também realizadas obras em monumentos civis de propriedade pública, cujos usos hoje são voltados para os setores cultural e turístico, em vista da instalação de museus, teatro e da recepção turística municipal. Entre as recuperações executadas incluiu-se também o Mercado Público, ícone da cidade, aliando a atividade de lazer à comercial.

77

Entre os trabalhos desenvolvidos destaca-se a recuperação dos elementos integrados das igrejas, iniciada em 1988 na Igreja Nossa Sra. das Necessidades. Foi um trabalho executado em parceria pelo IPUF e comunidades envolvidas.⁷⁸ O trabalho conjunto com a comunidade foi uma importante oportunidade de contato e conscientização, pois, realizado *in loco*, possibilitou à comunidade observar o cuidado e o esmero empregados na execução do restauro das peças, ensejando a continuidade de esforços para sua posterior manutenção. Por outro lado, representou, também, o marco inicial de um trabalho sistemático de recuperação que, além de preservar, contribui para resgatar as obras de arte que, em suas diferentes apreensões, registram a sensibilidade dos autores diante do cotidiano da vida.

Catarinense de Cultura e da Fundação Nacional Pró-Memória, ao qual se seguiu o Encontro “Subsídios para uma política de preservação do patrimônio catarinense” (1984, São Francisco do Sul) e o “Encontro Ação cultural integrada: preservação da migração” (1985, Pomerode e Timbó). Ambos promoções da FCC.

Paralelamente, a Prefeitura de Florianópolis em 1986 realiza o “I Seminário sobre Desenvolvimento Turístico no Aglomerado de Florianópolis” e a Universidade Federal de Santa Catarina, a partir de 1984, regularmente realiza Semanas de Estudos Açorianos em promoção alternada com a Universidade dos Açores.

⁷⁶ A recuperação do conjunto arquitetônico da Lagoa da Conceição teve seu projeto inicial elaborado pelo IPUF. A obra de recuperação arquitetônica foi realizada pelo Estado – DAE, em conjunto com a comunidade, com contribuição financeira da PMF. Acompanhamento das obras SPHAN / FCC / IPUF (1986–89: recuperação da cobertura, esquadrias, reboco, piso, iluminação, demolição de altares e anexos posteriores).

Os demais monumentos religiosos restaurados foram: a Igreja S. Francisco de Paula de Canasvieiras, recuperada com recursos do Estado e execução da comunidade e da PMF. Com o acompanhamento de obras das três esferas (1985–86, condições estruturais, cobertura, reboco, assoalho, esquadrias, forro, sistema elétrico, pintura, altares e outros elementos integrados), e a Igreja São Sebastião do Campeche, projeto do Estado e acompanhamento da obra pelos FCC / IPUF (1987).

⁷⁷ Trata-se dos seguintes monumentos restaurados:

Museu Victor Meirelles, restaurado em âmbito federal (1984), já referenciado.

Na esfera estadual, o Palácio Cruz e Sousa, com projeto e execução do DAE (1984–86), objetivando a instalação de museu e o Teatro Álvaro de Carvalho–TAC, com projeto e execução da FCC (1984–85).

Na esfera municipal com projeto e acompanhamento da obra do IPUF, o Mercado Público (1984–88) e a Hospedaria do Imigrante (1984–85: execução COMCAP, recuperação cobertura, substituição do forro, pisos, aberturas, pintura, mudança da escada e eliminação, irregular, das clarabóias. Uso posterior pela SETUR e FFC).

⁷⁸ Na Igreja N. Sra. das Necessidades, entre 1988 até 1994 se realiza o restauro parcial dos elementos artísticos integrados, cuja execução é em parceria da comunidade com o IPUF, com apoio financeiro parcial do SPHAN/FNPM (1988–90). Foram recuperados: forro da capela-mor (1988), nicho do altar-mor (1989–90) / castiçais (1990–91) / cancelo da nave (1991–92) / batistério (1993–94) –

Algumas das propostas elaboradas não tiveram continuidade e não foram concretizadas da forma em que se apresentavam. Dentre elas se destaca um importante e ambicioso projeto, de caráter interinstitucional, realizado para o Hospital de Caridade e coordenado pelo IPUF, abrangendo as áreas histórica, museológica, arquitetônica e botânica. O desenvolvimento desse projeto resultou em aprofundados estudos e só ocorreu em face do empenho direto da presidência do IPUF. Tal fato exemplifica que a continuidade das ações não depende só dos esforços técnicos mas, sobretudo, da articulação política, viabilizando recursos financeiros, administrativos e relações interinstitucionais para sua concretização.⁷⁹

Em diversas ocasiões a intervenção nos bens culturais ocorreu independentemente da sua proteção legal. Assim, nem todos os bens recuperados estavam tombados através de mecanismo jurídico específico. E havia situações em que bens culturais, apesar de tombados só na esfera municipal, receberam aporte de recursos da União ou do Estado, instâncias em que não estavam protegidos.⁸⁰

Essas ações de recuperação buscavam, fundamentalmente, a divulgação positiva do acervo através da intervenção nos prédios históricos públicos, tentando, a partir do tratamento exemplar, alcançar resultados de abrangência pública no campo da conscientização (IPUF/SEPHAN, 1982).

Foram necessários significativos esforços na busca pela compatibilização e pelo planejamento integrado de aspectos eventualmente divergentes. Nesse contexto pode ser citado o processo de preservação da antiga Hospedaria do Imigrante, pois, apesar de considerada uma importante unidade em vista dos aspectos históricos, arquitetônicos e de referencial urbano, a sua parcial demolição era prevista pelo projeto de modificação da rodovia BR-282, principal acesso à cidade. O próprio IPUF defendia duas posições contraditórias. O SEPHAN defendia não só o tombamento integral do

(com consultoria Maria Ester Teixeira Cruz entre 1988-93). Restauro da pintura mural (1993: restaurador Fernando Paes). Concluído parcialmente.

⁷⁹ O Hospital de Caridade, equipamento histórico pioneiro na área hospitalar, foi objeto de um Projeto de Recuperação Histórica visando a identificação do seu potencial cultural para elaboração de projetos específicos de valorização. O projeto foi realizado sob coordenação do IPUF (responsabilidade de Wilson Francisco de Farias 1986-90), tendo a participação da UFSC / FCC / DAE / PMF. É de ressaltar que os estudos decorrentes desse projeto só foram viabilizados em vista do empenho pessoal da presidente do IPUF Silvia Lenzi.

Os estudos resultaram em diagnósticos de cada uma das áreas contempladas, representando sete volumes datilografados (IPUF, 1987). Entre as propostas preliminares estava o resgate do seu precioso arquivo documental; a instalação de um museu sacro e da saúde (em vistas das raras peças ali remanescentes); o restauro e tombamento da capela do Menino Deus, casarão e hospital propriamente dito, bem como a preservação e aproveitamento da mata atlântica circundante e de sua propriedade.

Entre outras iniciativas, pode ser citado o projeto de recuperação do Forno Incinerador de Lixo, edificação construída entre 1910-14 e um importante marco na memória do saneamento da cidade. O projeto de recuperação, de autoria do IPUF, visava sua recuperação e nunca foi executado. Pois a edificação foi cedida para uma organização filantrópica GIOS (Grupo Integrado de Obras Sociais), que foi realizando obras não aprovadas, em desconformidade com o idealizado, sendo que o Forno, razão primeira de sua preservação, está desvalorizado e escondido, sem possibilidade de acesso e visitação pública.

⁸⁰ A Igreja N. Sra. das Necessidades e a Igreja N. Sra. da Conceição só tinham consolidado seu tombamento em âmbito municipal quando da obtenção dos recursos federais e estaduais. Tanto a Igreja São Sebastião do Campeche como o Teatro Álvaro de Carvalho

bem, como também um uso que viesse a contribuir para sua valorização, e a Coordenadoria do Sistema Viário pleiteava sua demolição parcial, diante do que tecnicamente era compreendido como necessário para o traçado da via e o impedimento de qualquer uso que viria a ser pólo gerador de tráfego e que viria prejudicar o fluxo de acesso à cidade. Também nesse caso foi fundamental o apoio de representantes da área cultural, que endossaram a justificativa de tombamento. Com o envolvimento de técnicos da EBTU nas discussões, ao final foi definida a preservação do bem que, no entanto, só veio a ocorrer em âmbito municipal no final da década de 90.⁸¹

4.6.1 Esforços municipais objetivando a viabilização da preservação dos bens culturais

A viabilização da política de preservação sempre contou fundamentalmente com o subsídio do estado.⁸² Dispondo de poucos recursos financeiros, a Prefeitura já vinha concedendo orientação e assistência técnica aos proprietários e locatários, objetivando a recuperação física das edificações protegidas. Paralelamente, tentava, também, conjuntamente com os interessados, identificar possíveis potencialidades de uso dos imóveis. Porém, apesar do desenvolvimento desse trabalho técnico não foi possível viabilizar incentivos financeiros para efetivar a recuperação dos bens culturais particulares, pois se situavam fora da alçada municipal.⁸³ Entre os benefícios idealizados, foram propostas linhas especiais de financiamentos, inseridos em âmbito federal.⁸⁴

Desde então, o mote da equipe técnica do SEPHAN tem sido sensibilizar os proprietários, através da argumentação de que o valor cultural e ambiental do acervo patrimonial preservado tem como consequência sua gradativa valorização, em face do seu potencial de inserção na dinâmica turística e cultural da cidade. E, assim

(esse último, embora de propriedade do Estado) não eram protegidos quando de sua recuperação. O Hospital de Caridade só veio a ser protegido após a elaboração do referido projeto interinstitucional.

⁸¹ A preservação da antiga Hospedaria do Imigrante:

É de se ressaltar que o envolvimento do EBTU se deve a um Protocolo de Cooperação Técnica entre o Ministério de Transporte (através do EBTU) e o Ministério de Educação e Cultura (através do SPHAN). (EBTU 01/81 – cópia arquivo SEPHAN/IPUF).

Os primeiros documentos que pleiteavam a importância da manutenção da antiga Hospedaria do Imigrante datam de 1982. Em 1983 foi definido o conceito do projeto do sistema de acesso às pontes pelo lado do Continente no Programa AGLURB–Aglomerado Urbano de Florianópolis, fruto de convênio entre a União, o Estado e o município. Em 1984, a modificação da pista da BR–282 ainda era defendida pela Gerência do Programa AGLURB, e o SEPHAN buscava sua preservação integral, então sugerindo o uso museológico (como Museu do Mar, Parque da Marinha do Brasil, Museu de Máquinas Industriais) ou a instalação de organizações culturais (tais como o IHGSC, a Academia de Letras ou o Arquivo Público). O apoio à posição do SEPHAN/IPUF foi dado através de uma justificativa de tombamento, encaminhada em 1985, assinada por Dalmo Vieira Filho (Escritório Técnico do SPHAN); Isabel Kanan, Fátima Althoff, Edson Mendonça e Carlos Sandrini (técnicos da FCC); Sara Regina Silveira de Souza (hoje Poyares dos Reis) e Etienne Silva (UFSC); Selma Matos Diniz (FATMA) e André Schmitt (ex-presidente do IAB). Em 1987 foi definida a preservação integral da edificação. O tombamento do bem, no entanto, acontece somente dez anos depois, através do Decreto Municipal 242 de 28/05/1997 (Documentos constantes no Arquivo do SEPHAN/IPUF).

⁸² Conforme será visto posteriormente, esta postura terá outros desdobramentos.

⁸³ O incentivo fiscal de isenção de IPTU, como já visto, ainda não fora regulamentado e o mecanismo de transferência de índice de construção, que se configurava como um incentivo urbanístico, nesse período só vigorava para o interior da ilha.

⁸⁴ Em 1986, o IPUF desenvolveu o projeto “Solicitação de linhas especiais de financiamento”, encaminhado ao MDU/MimC, objetivando a recuperação das edificações protegidas através da concessão de financiamentos a serem concedidos pela Caixa Econômica Federal a juros mais vantajosos. Esta proposta veio a ser retomada em diversas oportunidades, sem alcançar êxito.

destacados, vem acoplada a valorização econômica desses bens, únicos pela sua raridade, infelizmente crescente, no espaço urbano.

4.7 Reação aos atos de proteção realizados

O processo de preservação vinha garantindo a integração entre as esferas governamentais, ampliando conceitos, promovendo ações públicas, muitas das quais voluntárias e comunitárias, mas não deixaram de ocorrer dificuldades. Entre estas se afiguravam os interesses concorrentes entre os diversos setores, representativos de crescimento e desenvolvimento econômico, e aqueles da preservação. Entre os setores contrários destacava-se o segmento imobiliário e, freqüentemente, também o do capital turístico. Este conflito gerou tensão que foi se fechando e consolidando em blocos, tornando difícil, por um longo tempo, quaisquer aproximação e acordos.

O processo de conscientização foi acompanhado por um movimento paralelo, no qual, freqüentemente, a destruição foi provocada pelo medo de hipotéticas perdas futuras, advindas da permanência das edificações, que os próprios proprietários já identificavam como potencialmente históricas. Esta crença resultou que, repetidamente, o passo inicial para qualquer negociação sobre o imóvel tivesse sido sua demolição sumária, ou radical descaracterização, às vezes lamentada posteriormente (ver, no início deste capítulo, uma prancha com algumas das inúmeras perdas ocorridas neste período, equivalente a uma média de vinte edificações de significativo valor histórico por ano na Área Central).

Até hoje, muitas edificações, no processo de adaptação para novos usos, estão sendo substancialmente descaracterizadas, outras são propositalmente abandonadas visando sua deterioração, e as novas edificações geralmente representam um comprometedor rompimento com a escala volumétrica da cidade. E em face da legislação vigente, o tombamento representava uma perda considerável para os proprietários, em termos de área possível a construir. Acresce-se, também, o incômodo representado pela submissão a um “controle” técnico, até então inexistente, e cuja necessidade e reais benefícios decorrentes por muito tempo se mantiveram incompreendidos. Assim, no decorrer do período em que a Prefeitura realizava o processo que resultou no consenso quanto à preservação da Casa do Barão, ocorriam reveses na política de preservação.⁸⁵

⁸⁵ Como exemplo pode ser citado o caso do **Império do Divino Espírito Santo, da Igreja Nossa Sra. da Lapa, no Ribeirão da Ilha**. Considerado um dos mais importantes impérios da ilha, a descaracterização foi realizada pela comunidade, com acréscimo de um segundo piso e construção de churrasqueira; apesar de acordos firmados, até hoje não foi recuperado.

A incompreensão e a inconformidade quanto ao ato de tombamento ocorriam não só nos setores econômicos imobiliários, como também na área jurídica, a exemplo de uma ação impetrada contra a Prefeitura Municipal, solicitando a anulação do tombamento.⁸⁶

Durante a sua tramitação um abaixo-assinado solidário propunha manutenção do tombamento, evidenciando a preocupação com o precedente, que uma decisão favorável poderia representar para a preservação da memória nacional. O abaixo-assinado foi encabeçado pelo então Secretário do SPHAN, com participação do diretor da 10ª. Diretoria Regional do SPHAN em Porto Alegre, do representante do Conselho Estadual de Cultura, do coordenador da área de conservação SPHAN/FNPM, prefeitos, funcionários de museus, de departamentos de cultura e de planejamento, professores de universidades, numa congregação de instituições e pessoas. E certamente foi um dos fatores decisivos para chamar a atenção para a importância do trabalho de proteção dos bens culturais e contribuir para o indeferimento desse processo particular e valorização do processo geral da preservação.⁸⁷

Posteriormente as negociações quanto àquele imóvel chegaram a bom termo, sendo efetivado um acordo da Prefeitura Municipal com a sociedade recreativa, que resultou em um decreto de regulamentação do uso e ocupação do solo, possibilitando a venda do imóvel e um empreendimento residencial, que preservou e restaurou a edificação tombada e os verdes adjacentes.⁸⁸

Apesar dos esforços da administração municipal, as ações legais não tinham incorporado a força de efetividade, pois em 1988 ainda ficou registrada, em matéria do Jornal O Estado, a preocupação e o apelo de que *“o IPUF, a Prefeitura, a imprensa, todos temos que tomar providências e tentar salvar aquilo que é um vestígio ainda vivo – apesar de agonizante – d’uma época que a ignorância insiste em arrasar”*.

⁸⁶ Trata-se da Ação 145/84, de Anulação de ato jurídico cumulada com perdas e danos do Sta Catarina Country Club contra a PMF, solicitando a anulação do ato de tombamento ou indenização, com perda da causa, que foi negada em março de 1986. Entre os argumentos arrolados na petição contra o tombamento foi considerado que o ato mereceu repulsa, *“já que os prédios vinham sendo conservados, bem como a área verde adjacente”*. Eram citados como problemas o poder de polícia do município na sua conservação, a burocracia envolvida, o decréscimo do valor de preço da propriedade, bem como a obrigatoriedade de o Poder Público preservar o bem. Foi também declarado que a edificação não apresentava condições para tombamento com vistas a sua historicidade (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁸⁷ O abaixo-assinado ocorreu durante o “Encontro Ação Cultural Integrada: preservação na área de migração”, realizado em 10/1985 em Pomerode/SC. Era Secretário do SPHAN Angelo Osvaldo Araújo Santos; diretor da 10ª. DR SPHAN, Júlio N.B. De Curtis; representante do Conselho Estadual de Cultura, Theobaldo da Costa Jamundá; coordenador da área de conservação SPHAN/Pro-Memória, Cyro I. C. O. Lyra. O abaixo-assinado foi complementado por pareceres da UFSC, da Delegacia Regional do SPHAN e da FCC. Manifestaram apoio à manutenção do tombamento órgãos de classe, tais como IAB e os Departamentos de Ciências Sociais e de Jornalismo da UFSC.

⁸⁸ Trata-se do Decreto Municipal 41 de 30/01/1990, que define o uso e ocupação do solo em imóvel tombado pelo Decreto Municipal 45/79, localizado à Rua Bocaiúva, 49 (Edifício Residencial Sta. Catarina Country Club). O decreto desmembrou o terreno em duas áreas, uma preservada e outra onde poderia haver qualquer dos usos previstos pelo Plano Diretor da cidade, condicionando a restauração e preservação integral do prédio tombado e verdes adjacentes, cujo projeto deveria ter aprovação do SEPHAN/COTESPHAN. O projeto das torres residenciais foi aprovado (1996) e tanto a edificação quanto a área verde, preservadas, foram objeto de Projeto de restauro (1997), sendo que as obras se encontram concluídas (1999–2000).

No entanto, de uma forma incipiente, outros atores, que não os da esfera governamental, vinham se movimentando e incorporando no panorama da preservação da cultura. Houve a ampliação dos sentidos de identidade e de valorização cultural, reforçada pelo incremento do turismo na ilha de Santa Catarina, que estão expressos nos tombamentos voluntários ou nas iniciativas de campanha em prol da preservação. Porém, a ação de proteção e de preservação ainda era assumida, em sua quase integralidade, pela ação “paternalista” do estado, sendo que as ações de recuperação ocorriam quase exclusivamente em prédios públicos, neste período.

4.8 A vertente da produção cultural

A cultura é marcada por duas grandes vertentes, estruturalmente diferenciadas entre si quanto aos objetivos: a área de preservação, tratando da história da arte e da arquitetura, bem como da arqueologia, e a produção cultural tradicional⁸⁹ e contemporânea, incluindo cinema, teatro, artes plásticas, música...

As abordagens desses segmentos partem de pressupostos diversos, pois na área de produção cultural deve ser garantida a liberdade de expressão e, quando necessário, o apoio financeiro. E na área de preservação a interferência no bem é limitada às opções possíveis, em face dos critérios técnicos, internacionalmente reconhecidos, para sua realização. Neste segmento há como elemento diferenciador a necessidade de viabilizar a conservação do bem protegido ao longo do tempo.

Em Santa Catarina, com a construção do Centro Integrado de Cultura–CIC, foi criado um espaço físico que propiciou condições de dinamização da produção cultural.⁹⁰ A contribuição municipal para esse segmento ocorreu com a criação da Fundação Franklin Cascaes–FFC, já no final do período, determinando o início de um novo período para o desenvolvimento dessas atividades, que até então vinham sendo realizadas pelo Departamento de Cultura e Esportes do Município. As manifestações culturais ativas, tais como o folclore, festas tradicionais e manufaturas puderam ser tratadas de forma mais sistemática. Viabilizava-se também sua operacionalização e dinamização, através do gerenciamento dos museus, realização de eventos e criação de oficinas, permitindo o contato direto com os produtores culturais.⁹¹

⁸⁹ Trata-se do patrimônio cultural de natureza imaterial que inclui os “saberes”, “celebrações” e “formas de expressão,” regulamentado em 2000.

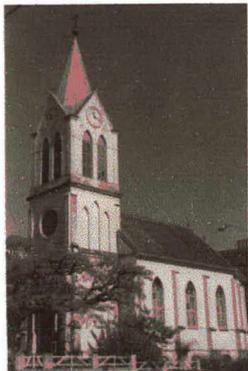
⁹⁰ O CIC, de iniciativa estadual, foi inaugurado em 1983.

⁹¹ A **Fundação Franklin Cascaes**, criada através da Lei Municipal 2.647 de 29/07/1987, é uma entidade cultural do município, com o objetivo de zelar pela conservação do patrimônio cultural, e, especificamente, quanto à manutenção de unidades culturais (tais como arquivo, bibliotecas e museus) e do desenvolvimento da pesquisa cultural e das atividades contemporâneas culturais.

Tombamentos



Forte Santa Bárbara - tombamento federal
A proteção recebeu apoio de simpatizantes



Igreja Luterana e antiga Escola Alemã
A proteção municipal foi resultado de um acordo em vista de dois abaixo-assinados: um, a favor, e outro, contra, a manutenção da Casa Pastoral, que acabou sendo demolida

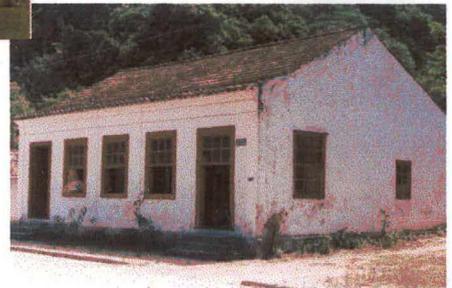
A proteção também foi alcançada como consequência de negociações e de mobilização popular



Portal Turístico de Florianópolis
Recuperação da antiga Hospedaria do Imigrante
Sua preservação resultou em necessidade de adequações no eixo viário de acesso à cidade



Capela do Córrego Grande e Antiga Alfândega de Sambaqui
Tombamentos municipais realizados por solicitação de associações de bairro

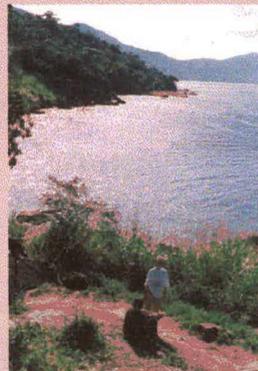


Casa rural
Costeira do Ribeirão
tombamento federal

Estação Elevatória Mecânica de Esgoto, tombamento estadual



Tombamento municipal do Caminho da Costa da Lagoa incluindo o caminho, casario e vegetação



Costa da Lagoa
Casa da Dona Loquinha

5 CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO

As reações decorrentes da magnitude do acervo preservado ensejaram que em 1989 fosse iniciado um processo de reavaliação, que teve a participação dos proprietários envolvidos e resultou na consolidação do processo de preservação até então efetivado. Como forma de contrapartida pública, este processo foi consubstanciado em mecanismos legais compensatórios, de ordem urbanística e tributária e de valorização do espaço urbano histórico. Este capítulo finaliza em 1992, quando se inicia a campanha do Projeto Renovar, que inaugura um período de maior conscientização e parceria quanto às questões da recuperação do acervo protegido.

5.1 Incentivos fiscais e urbanísticos para recuperação do acervo protegido

Por um longo tempo, o Estado assumiu o mecenato e a viabilização da cultura no Brasil. Porém, as transformações econômico-sociais e políticas alteraram este quadro, resultando no gradativo envolvimento da sociedade civil nas questões culturais. Esta tem sido uma tendência mundial reforçada pela ampliação da consciência de responsabilidade pelo destino comum e conseqüente independência do aparato do Estado.

Ainda na década de 40, inicia-se de uma forma bastante restrita o envolvimento da sociedade civil através da possibilidade de aceitação e aplicação de donativos particulares por parte do SPHAN.¹ Na época surgiram, também, empresários que incentivavam a formação de museus, cuja criação vinha ao encontro dos esforços desenvolvidos pela administração pública daquele período.² Tratava-se, no entanto, de iniciativas isoladas. Só em meados da década de 80 foi aprovada a chamada Lei Sarney, objetivando a ampliação de recursos para a cultura nacional que, no entanto, inicialmente teve pouca abrangência.³

Em meados da década de 90 há uma significativa mudança no panorama da cultura nacional, com as adequações realizadas na nova Lei Federal de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, que havia instituído o Programa

¹ Trata-se do Decreto-Lei 2.809 de 23/11/1940.

² A exemplo do Museu de Arte de São Paulo–MASP e do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro–MAM.

³ A Lei de incentivos fiscais para a Cultura (Lei Federal 7.505 de 02/07/1986) já tramitava no Congresso Nacional desde a década de 70. Vigorou até 1990.

Nacional de Apoio à Cultura–PRONAC e o Conselho Nacional de Incentivo à Cultura–CNIC.⁴ A partir daí há o crescente envolvimento da sociedade civil, contribuindo com atividades e recursos até então realizados exclusivamente pelo Estado. Analisando esse processo, MOISÉS (1998, p. 427) considera que, apesar da legislação poder ser vista como intervencionista, diante da postura ultraliberal e antiestatista do governo que a patrocinou, “*o papel atribuído por ela ao Estado, na aprovação de projetos, prevaleceu como política de parceria*” adotada pelo atual governo.

Paralelamente, neste período também ocorreram significativas mudanças administrativas em âmbito nacional, que tiveram repercussões regionais no Estado, a exemplo do fechamento do Escritório Técnico de Laguna do IPHAN, que não foi mais reaberto, e substituição na condução da Coordenadoria Regional do IPHAN.⁵

A organização administrativa municipal não passou isenta às alterações ocorridas na esfera federal. Em 1991, o SEPHAN deixou de estar vinculado diretamente à Presidência do IPUF, para tornar-se uma coordenadoria vinculada à Diretoria de Planejamento.⁶ E, seguindo o exemplo nacional, no âmbito da dinamização cultural foi promulgada uma lei municipal para realização de projetos culturais, que, no entanto, não conseguiu aplicação efetiva diante da dificuldade de obtenção de patrocinadores. Em âmbito estadual, só no final da década de 90 é instituída uma legislação de incentivo à cultura.⁷

A extensa ação de proteção efetivada na década de 80 e as decorrentes reações contrárias ensejaram a necessidade de uma concreta contrapartida da administração municipal. Essa dinâmica obrigou estudar formas da valorização e viabilização econômica do acervo cultural protegido. Entre as estratégias adotadas, foram aplicados investimentos nos espaços públicos que, além de trazerem benefícios coletivos para a população, passou a ser uma demonstração concreta da importância das áreas históricas.

⁴ Trata-se da Lei Federal 8.313 de 23/12/1991 (Lei Rouanet), que permite deduzir do Imposto de Renda doações e patrocínios de pessoas físicas ou jurídicas, para fim de incentivo cultural. Foi regulamentada pelo Decreto Federal 1.494 de 17/05/1995, alterado pela Medida Provisória 1.589 de 24/09/1997.

⁵ Em 1990, houve a extinção de diversas entidades da Administração Pública Federal, entre elas o MinC, o SPHAN/FNPM, o Conselho Federal de Cultura e o Conselho Consultivo do SPHAN. Em substituição, são criadas a Secretaria de Cultura da Presidência da República–SEC/PR, o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural–IBPC e o Conselho Nacional de Política Cultural. Em 1992, houve a transformação do SEC/PR em Ministério da Cultura–MinC, com a recondução Conselho Consultivo do IBPC.

⁶ Em 1991, a estrutura organizacional e as atribuições do IPUF são alteradas, através da Resolução CONDEL (Conselho Deliberativo do IPUF) 09/91–30/08/1991. A Coordenação do SEPHAN/IPUF, exercida pela arquiteta Betina Adams, entre novembro de 1991 e fevereiro de 1992 é conduzida pela arquiteta Suzane Albers Araujo.

⁷ A Lei Municipal 3.659 de 25/11/1991 institui incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no âmbito do município de Florianópolis, conhecida como Lei Rosalino. A Lei abrange sete áreas, a saber: música e dança; teatro e circo; cinema, fotografia e vídeo; literatura; artes plásticas, artes gráficas e filatelia; folclore e artesanato; acervo e patrimônio histórico e cultural, museus e centros culturais. Os projetos culturais apresentados são avaliados por uma Comissão, vinculada à Fundação Franklin Cascaes. Não há notícia de sucesso na captação de recursos para viabilização dos projetos até hoje aprovados.

Em âmbito estadual a Lei Estadual 10.929 de 23/09/98, que institui o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, regulamentado pelo Decreto Estadual 3.604 de 23/12/1998.

Paralelamente, foram instituídos benefícios individuais aos proprietários, através da regulamentação do incentivo fiscal e da ampliação do incentivo urbanístico. Ambos representavam benefícios financeiros aos proprietários.

Na área fiscal, objetivando estimular a conservação dos bens tombados, há a redução de até 100% do IPTU sobre imóveis que possuíssem valor histórico, artístico e/ou cultural. Ainda em vigor, este benefício é requerido anualmente, momento em que é feita a avaliação do estado de conservação dos imóveis. Apesar da burocracia que anualmente representa a sua concessão, tanto para o requerente, quanto para a administração pública, este mecanismo oportuniza, de forma constante, o contato com os responsáveis pelos imóveis e tem sido utilizado em ritmo crescente, com efeitos positivos para o processo de preservação.⁸

Em 1989 o mecanismo da transferência do índice de construção, já existente na legislação municipal, foi ampliado para todo o território do município, viabilizando, de forma mais concreta, a permanência das edificações históricas. A grande questão arrolada não contemplava tanto a substituição do casario, mas sim a perda que esta permanência causaria na expectativa de ganho dos proprietários. Transferindo para outro terreno a área passível de construir, inviabilizada no terreno original em face da preservação do bem cultural, significava uma alternativa viável e compensadora.⁹

5.2 Ações de proteção em Florianópolis

5.2.1 Necessidade de reavaliação da ação de proteção realizada

Os instrumentos legais criados são o resultado de uma trajetória de lutas entre os diferentes agentes, porém tornam-se ineficazes se não forem acompanhados da respectiva vontade política. A autoridade competente necessita manter claros os objetivos, previamente definidos, e materializá-los com os meios criados, de ordem profissional, legal, econômica ou tecnológica. Por outro lado, a decisão política se torna também inócua sem a conscientização e o envolvimento popular. AB'SABER sintetiza o significado do processo de tombamento afirmando:

“deve ser precedido de estudo e cotejo dos instrumentos de preservação aplicáveis, que dependerão do consenso obtido pelo aconselhamento responsável das comunidades científicas, técnicas e culturais. Nada se conseguirá, entretanto, antes de ultimada a decisão política e jurídica do tombamento, se não houver força suficiente para sensibilizar publicamente as populações interessadas”. (AB'SABER, 1989, p.22)

⁸ Trata-se do Decreto Municipal 40 de 29/01/1990.

⁹ A Lei Municipal 3.338/89 de 28/12/1989 trata da atualização e alteração da legislação urbana do município, sendo que em seu artigo 2º. permite a transferência do direito de construir para fim de preservação do patrimônio histórico, artístico e natural.

A partir de 1989, a Prefeitura Municipal deu seqüência às ações necessárias para conclusão do processo de tombamento dos conjuntos urbanos da Área Central. O impacto daquele ato junto à população obrigou a uma nova postura administrativa, que ia além da já citada concessão de contrapartidas financeiras. A ação de proteção, quando encaminhada em âmbito técnico em 1986, estava respaldada politicamente não só pela COTESPHAN, composta por entidades da estrutura administrativa e cultural da comunidade florianopolitana, mas também pelo Secretariado Municipal. Para consolidar essa ação era necessário, agora, o aval da população.

O Decreto de Tombamento 270/86 havia delimitado poligonais para os conjuntos, onde todos os imóveis deveriam ser enquadrados em uma das três categorias ali definidas, o que foi realizado em 1989. Nesta ocasião, houve a notificação individual de todos os proprietários, informando, também, acerca da política municipal de preservação em curso. Essa era a oportunidade de, num prazo de 15 dias, atendendo os dispositivos legais da legislação de tombamento, os proprietários anuírem ou impugnarem o tombamento.¹⁰

Assim, instalava-se a reavaliação de todo o processo de proteção dos conjuntos, que acabou sendo ratificado democraticamente. Foi conduzido pelo SEPHAN/IPUF, com apoio da Comissão COTESPHAN.¹¹ A participação pública oportunizou o contato direto com os proprietários, resultando em ajustes de ambos os lados do que, até aí, eram verdadeiras trincheiras de batalha. Provavelmente foi este processo de diálogo e análise que induziu à maior conscientização da necessidade de preservação e veio a ser o fator determinante para a preservação do casario.

Em consequência às notificações surgiram impugnações que, ao longo de vários meses foram analisadas em reuniões públicas, nas quais, com base nas justificativas fundamentadas pelo SEPHAN e nos pleitos dos requerentes, expressos tanto nos processos, quanto pessoalmente nas reuniões, a COTESPHAN realizou uma exaustiva reavaliação, que contou com consultoria externa, que conferiu não só respaldo às decisões técnicas em elaboração, mas de forma indireta equiparou seu ajustamento à política que estava sendo desenvolvida no Centro do Rio de Janeiro.¹²

¹⁰ O Decreto de Tombamento dos conjuntos da Área Central, de 1986, remetia todos imóveis inseridos na poligonal de tombamento para uma **classificação posterior**, com critérios preestabelecidos, iguais aos definidos no Plano Diretor dos Balneários. (Trata-se das categorias P1, P2 e P3, já mencionadas). A classificação foi realizada através do Decreto Municipal 521 de 21/12/1989. A informação da classificação foi entregue pessoalmente, ou por "Aviso de Recebimento" dos Correios, havendo, também, a publicação de um termo aditivo ao Edital de Notificação, anteriormente publicado, que esclarecia o teor do decreto e os benefícios instituídos aos imóveis tombados. Como presidente do IPUF, conduzia este complexo processo de reavaliação o prof. Rodolfo Pinto da Luz.

¹¹ Participaram das discussões os seguintes integrantes da COTESPHAN: arquiteta Maria Isabel Kanan, arquiteta Fátima Althoff, arquiteta Lilian Simon, historiadora Roselys Correa dos Santos, professora Sandra Makowiecky Salles, arquiteto Luiz Henrique Boabaid, professor João Carlos Silveira de Souza e arquiteto Rodolfo Matte Filho. Algumas reuniões tiveram a colaboração do arquiteto Dalmo Vieira Filho, da historiadora Maria das Graças Prudêncio e do arquiteto Roberto Simon. Continuava na gerência do SEPHAN/IPUF a arquiteta Betina Adams, compartilhando o desenvolvimento dos trabalhos com a arquiteta Suzane Albers Araujo. A assessoria jurídica foi realizada pelo advogado José Eduardo Carvalho e posteriormente pelo Procurador Geral do Município, advogado Walter Ziguelli.

¹² No processo de reavaliação, o IPUF contratou como consultor o arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, então coordenador do Escritório Técnico do "Projeto Corredor Cultural" localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro (hoje, Pinheiro exerce o segundo mandato como subprefeito para a região administrativa do Centro daquela cidade). A sua avaliação foi no sentido de que as medidas propostas estavam "sintonizadas com o pensamento mais contemporâneo sobre a questão da preservação".

Os estudos resultaram na definição das unidades que se manteriam incorporadas ao acervo municipal de bens protegidos. Além de abrangentes, os critérios mantiveram o princípio de coerência das deliberações propostas, evocado para propor também a exclusão do tombamento mesmo dos imóveis que não foram objeto de impugnação.¹³

Em vista do grande número de exclusões de edificações propostas para proteção em 1986, perdeu-se a vinculação da arquitetura com a estrutura urbana original, que ficou parcialmente comprometida com a severidade dos resultados da reavaliação. Assim, o mesmo decreto que efetuou a exclusão das edificações formalizou também a proteção daquela estrutura viária, como elemento próprio independente do tecido urbano que já tinha sido substancialmente descaracterizado. O decreto determinou os parâmetros necessários para a preservação desta estrutura e a ocupação do solo daí decorrente, sendo que o parecer fundamentava:

“a necessidade do tombamento de parte da malha viária central, identificada como elemento estruturador de todo o conjunto, garantindo a compatibilização de exigências urbanísticas com diretrizes que permitem a observância da relação de volumetria e composição de fachadas das edificações, existentes ou novas, com a antiga estrutura urbana que mantém as dimensões originais muito mais estreitas que as que foram surgindo posteriormente, bem como com as galerias, que são consequência do Plano Diretor vigente nas décadas de 50/60” (IPUF/SEPHAN, 1996, p.2).

Como resultado do processo de reavaliação houve um ajuste considerável aos propósitos iniciais de tombamento, com uma redução significativa das edificações anteriormente protegidas, pois foram excluídas 60 edificações na categoria P2, bem como um grande número de unidades de acompanhamento na categoria P3.¹⁴

Portanto, o processo de reavaliação em uma análise precipitada poderia se caracterizar como uma perda significativa das metas inicialmente estabelecidas.

Porém, naquele momento, diante da reação ao tombamento efetuado em 1986 e após o longo e detalhado processo de análise, a reavaliação do tombamento constituiu-se no compromisso necessário ao que foi considerado viável preservar naquele momento. Representou um avanço definitivo na credibilidade de que diálogos são possíveis, demonstrando a importância na condução e articulação política aliada às considerações técnicas e conferindo, também,

¹³ A reavaliação acabou acontecendo em duas etapas. Iniciada e viabilizada em grande parte durante o Governo Esperidião Amin, a 1ª etapa teve como resultado o Decreto Municipal 190 de 29/05/1990, que excluiu 278 imóveis e alterou a classificação de outras oito edificações.

A 2ª etapa, referente a um setor urbano, cuja análise conclusiva por parte da COTESPHAN havia sido adiada por solicitação de um dos proprietários, em vista da complexidade da área, representou a conclusão de todos os estudos, obtendo deliberação final em março de 1991. Todos os processos receberam parecer individual da Procuradoria Geral do Município e foram respondidos aos impugnantes. Em 1994, o Executivo Municipal, acatando as deliberações da COTESPHAN, decidiu pela manutenção do tombamento. Para maior aprofundamento ver os seguintes documentos: *Reavaliação do tombamento de 10 conjuntos históricos existentes na Área Urbana Central de Florianópolis – 1990–91; Documento conclusivo da 2ª etapa de reavaliação dos conjuntos da Área Central/Florianópolis/SC – abril 1991; Relatório Conclusivo: Impugnações ao Tombamento*. Trata-se de documentos datilografados, elaborados pela Gerência do SEPHAN/IPUF (Arquivo SEPHAN/IPUF).

um importante papel ao desempenho da COTESPHAN, como fórum interinstitucional de discussão de questões fundamentais para o processo municipal. E à parte de algumas exclusões de edificações que apresentavam valor cultural e da deficiência representada pela inexistência de normas que garantissem a ambientação urbana mais rigorosa no entorno dos bens culturais, desde então não ocorrem perdas significativas do acervo que, a partir dessa reavaliação, se manteve preservado.

Concluía-se a etapa de proteção de conjuntos urbanos, de grandes dimensões, que em Florianópolis foi viabilizada por estar inserida no processo de pensar a cidade de forma integrada. O apoio de uma assessoria externa, representada pela COTESPHAN e demais consultorias, conferiu o suporte político e técnico a essa empreitada. Assim, foi fundamental que a ação de proteção, proposta inicialmente em âmbito técnico, fosse reavaliada e parcialmente ratificada em um fórum mais amplo, com representação de outras instituições e cujas reuniões eram públicas e permitiram a participação dos proprietários, interessados e diretamente envolvidos com a questão. E estes, embora muitas vezes não concordando com as decisões, puderam ter a certeza de que seu pleito foi ouvido e considerado ao longo do processo de análise.

Toda essa mobilização acabou trazendo maior conscientização do processo em curso, porém a preservação só foi efetivada gradativamente, à medida que foi sendo compreendida no contexto da sua apropriação econômica inserida na dinâmica comercial e, sobretudo, turística.

5.2.2 Ações isoladas de proteção e respectivas interveniências de outros agentes indutores

Ao longo do ano de 1990 as atenções da estrutura administrativa do SEPHAN estavam voltadas para o processo de reavaliação dos conjuntos da Área Central, porém nesse período entre 1989 e 1992 foram ainda efetivadas propostas legais de valorização da paisagem e de resguardo dos bens culturais, bem como alguns tombamentos municipais de unidades isoladas, que aconteceram por força de setores externos à administração.

Uma das propostas legais promulgadas foi uma lei de criação de vias panorâmicas na Área Central, exigindo estudo de volumetria dos projetos na área, com vistas a preservar o acervo patrimonial histórico e as relações visuais existentes, com especial ênfase à Ponte Hercílio Luz. Incorporava-se o conceito de ambientação urbana e paisagística à legislação.¹⁴ A outra, de caráter preventivo, objetivava o resguardo e a preservação das edificações históricas que circundassem os logradouros públicos onde seriam implantadas as garagens subterrâneas, impedindo a realização de

¹⁴ Das 340 edificações protegidas nas categorias de preservação P1 e P2 em 1986, remanesceram tombadas as 20 edificações classificadas como P1 e foram excluídas 60 edificações na categoria P2, totalizando 280 edificações protegidas. Entre as unidades de acompanhamento – P3, houve uma redução de 215 edificações, restando classificadas como P3 somente 106 imóveis.

¹⁵ Trata-se da Lei Municipal 3.344 de 12/01/1990.

escavações para implantação das garagens em caso de haver qualquer possibilidade de dano a edificações históricas que circundassem o local.¹⁶

Os tombamentos deixavam gradativamente de ser impositivos e ocorreu o terceiro pedido de tombamento voluntário em âmbito municipal, referente à residência do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral. A iniciativa de sua sobrinha, a historiadora Sara Regina Poyares dos Reis, além do fato em si, tem incorporado, também, o alto valor imobiliário do imóvel, de grandes dimensões e em localização privilegiada. Esta atitude materializou na prática do cotidiano sua postura de luta pela preservação dos valores. Posteriormente, em 1999, o Executivo Municipal propõe o recuo do muro frontal, priorizando o planejamento do sistema viário, em detrimento do acervo patrimonial.¹⁷

Já não mais por atos de solicitações voluntárias, foram protegidas a Inspetoria de Rios e Portos e a Ponte Hercílio Luz, sendo que ambas ações teriam desdobramentos.

No caso da Inspetoria, houve a interveniência do Ministério Público Estadual que, através de uma Ação Civil Pública, luta pela preservação e pelo restauro do imóvel, cujo tombamento fora emergencial, por sua demolição estar em andamento, respaldada por um alvará emitido pela administração pública. A sua localização é de interesse imobiliário evidente e as ações sobre o imóvel apresentaram repercussões em vista da grande visibilidade da edificação, situada na Av. Rubens de Arruda Ramos (Av. Beira-Mar Norte). Este fato contribuiu para a transparência dessa ação e hoje o imóvel, conhecido como Café Cancun, está recuperado e inserido no circuito de lazer e entretenimento da cidade, constituindo-se em um referencial para a preservação.¹⁸

A preservação da Ponte Hercílio Luz ocorreu em âmbito municipal, ainda em 1992. Cinco anos antes, a sua preservação já havia sido um pleito da administração municipal à União, argumentando que o monumento se constitui num símbolo do município, de abrangência estadual, por sua tecnologia construtiva de características singulares, aliadas ao seu valor estético. A concretização dessa solicitação em âmbito federal, no entanto, só ocorreu em 1998, onze anos após o pleito municipal. A demora pelo tombamento foi ocasionada pelas avaliações técnicas relativas a problemas estruturais e de estabilidade, que poderiam representar a necessidade de recursos vultuosos a sua manutenção, pois,

¹⁶ Trata-se da Lei Municipal 3.462 de 28/09/1990, que altera dispositivos da Lei Municipal 3.211/89.

¹⁷ A residência de Oswaldo Cabral foi tombada pelo Decreto Municipal 144 de 02/05/1989. Contempla uma edificação típica da década 40/50, do chamado neocolonial estilizado, amplo jardim adjacente e muro fronteiro, bem como a preservação do valioso acervo documental, resultado de mais de 50 anos de atividades do eminente pesquisador.

Posteriormente, através do Decreto Municipal 61 de 06/04/1999, é alterada a redação do caput desse decreto de tombamento, excluindo o muro frontal, de valor ornamental e do período da construção e integrado à edificação. Tal fato se dá em função do alargamento do sistema viário, objetivando ceder espaço para estacionamento junto à calçada. Este ato é contestado na justiça pelos proprietários.

¹⁸ A Inspetoria de Rios e Portos foi tombada pelo Decreto Municipal 223 de 19/05/1992. Em vista da continuidade do processo de demolição (1993), foi realizada uma Ação Civil Pública, a ser abordada no capítulo seguinte, objetivando a recuperação do bem tombado, com a adequação da área de entorno. A recuperação arquitetônica iniciou com o levantamento (IPUF, 1994–95); realização de obras emergenciais (1996); orientação técnica do projeto restauro e acompanhamento obra (IPUF, 1996–98); adequação do entorno (1999). No local estão instaladas predominantemente atividades de lazer e gastronomia.

desde o aviso dos potenciais perigos quanto à sua estabilidade, têm havido estudos no sentido de viabilizar sua preservação física.¹⁹

No enredo do processo, nem sempre a percepção dos profissionais do órgão técnico municipal teve acolhida em suas propostas quanto à preservação de unidades de valor cultural. O antigo Tiro Alemão, por exemplo, situado à Av. Mauro Ramos, resultou na perda de uma oportunidade que viabilizaria a preservação de um importante marco referencial da cidade, sem prejuízo econômico para os proprietários. O terreno, de grandes dimensões, localizado na base e encosta do morro da Cruz, permitiria tanto a preservação da edificação histórica, como a construção segundo os parâmetros previstos na lei, sem diminuição do índice de ocupação da nova edificação, a exemplo do que já havia ocorrido na Casa do Barão. Segundo o posicionamento do SEPHAN, a preservação desse exemplar de “clube de caça e tiro” (“Schuetzenhaus”) significaria a valorização de um dos poucos elementos da colonização germânica presentes na Capital. Sob a alegação de que tal fato dificultaria a venda daquele bem, construído em 1921 e pertencente à Sociedade de Caça e Tiro, a edificação foi sumariamente demolida, para dar lugar a um estacionamento e sem que se tenha viabilizada sua ocupação posterior, evidenciando a preocupação com a preservação subentendida como ação negativa ao “progresso da cidade”.²⁰

5.3 Acervo patrimonial: ações de preservação, valorização e outros desdobramentos

A comunidade florianopolitana já descortinava a questão da preservação em variadas dimensões.

Além das já citadas ações de proteção, através do tombamento e da criação de áreas de valor paisagístico, da criação de mecanismos de contrapartida financeira, das discussões públicas e referendação social, o município realizava ações de valorização e ambientação das áreas históricas. Foram executadas obras de intervenção no espaço urbano, bem como ações de recuperação de bens tombados. Para garantir a recuperação, foram elaborados diversos projetos que, no entanto, por muito tempo permaneceram infrutíferos.²¹

¹⁹ Através do ofício 1.345, de 27/07/1987, o então prefeito municipal encaminhou a solicitação ao então Ministro da Cultura, Celso Furtado, solicitando a proteção da Ponte Hercílio Luz, que foi tombada em âmbito municipal pelo Decreto Municipal 637 de 04/08/1992. O seu tombamento pela esfera estadual ocorreu cinco anos depois, através do Decreto Estadual 1.830 de 13/05/1997 (Arquivo SEPHAN/IPUF).

Em 07/01/1969, o então Governador Ivo Silveira havia recebido um cabograma do então Ministro das Relações Exteriores Magalhães Pinto, advertindo sobre a situação em que se encontravam as duas outras pontes semelhantes à Hercílio Luz, inaugurada em 13/05/1926. A Silver Bridge, sobre o rio Ohio, havia desabado recentemente, motivo pelo qual a St. Mary Bridge, na West Virginia, fora interditada ao tráfego, por precaução, haja vista que a causa atribuída ao desabamento havia sido fadiga do material (O Estado, 1976, p.16 – POYARES DOS REIS, a).

²⁰ Trata-se de um parecer técnico datado de julho de 1992, elaborado pelo SEPHAN/IPUF, pouco antes da demolição do referido Tiro Alemão (Arquivo SEPHAN/IPUF).

²¹ Trata-se dos seguintes projetos:
Elaborados pelo SEPHAN/IPUF:

No município este período é marcado pelo envolvimento técnico e negociação com os proprietários e entidades interessadas, caracterizando a legitimação do processo. E foi essa interação com empresários e profissionais liberais que possibilitou não só ações de recuperação de bens culturais, como resultou em propostas que contribuíram para a solução dos problemas que se apresentavam. Este aporte da organização civil também se estendeu para as ações em âmbito federal.

Assim, a Prefeitura Municipal não se fixou só no processo burocrático e legal ou de conscientização de preservação, mas também iniciou obras de ambientação urbana e reestruturação da Área Central, visando a valorização das áreas tombadas. Um dos objetivos prioritários do projeto foi marcar a importância do Centro Histórico, sendo definidos como condicionantes resguardar a silhueta urbana garantindo-se a visibilidade do substrato histórico e incentivar a acessibilidade e o livre fluxo de pedestres. Entre os trabalhos executados destacam-se a conversão de parte da Rua Conselheiro Mafra em via exclusiva de pedestres e a reestruturação urbana do Largo da Alfândega.²²

Em vista da importância histórica daquele espaço urbano, as obras de infra-estrutura no Largo da Alfândega foram objeto de acompanhamento técnico-arqueológico, identificando estruturas que compunham o conjunto alfandegário, como os cais, piso, armazém e trapiche. Fato isolado é a decisão pela postergação da evidenciação dos achados em vista das dificuldades de compatibilização com o desenho de urbanização proposto.²³

O projeto de reestruturação do Largo visava também a solução da atividade dos camelôs, que proliferavam ao redor do prédio da Antiga Alfândega e do Mercado Público, contribuindo para a degradação daquele espaço. Paralelamente havia também uma grande preocupação com a implantação definitiva de uma atividade econômica de uso comercial, instalada sobre o espaço público, que não podia, nem devia, ser privatizado. Tal justificativa resultou em uma proposta cuja característica essencial era a temporariedade em vista dos materiais propostos, postergando, para um

Projeto de financiamento, encaminhado ao BID: Programa de desenvolvimento do pólo turístico de Florianópolis: Subprograma de preservação do patrimônio histórico e cultural (1989);

Projetos para solicitação de recursos, encaminhados ao IBPC e às Diretorias das Igrejas: Projeto restauro de elementos artísticos das igrejas Nossa Sra. das Necessidades (Sto. Antônio de Lisboa) e Nossa Sra. da Conceição (Lagoa); Projeto de recuperação da Igreja Nossa Sra. da Lapa (Ribeirão da Ilha) (1990).

Elaborados em parceria com a FCC: Recuperação e ampliação do Hospital de Caridade e Capela do Menino Deus (Hospital de Caridade), encaminhados à Irmandade Sr. dos Passos.

²² O Projeto de Reestruturação da Área Central é de autoria do IPUF e execução da PMF. Os estudos iniciaram em 1988, a partir dos condicionantes de delimitação e regulamentação do entorno do edifício da Antiga Alfândega determinada pelo IPHAN.

Executada em 1990, a proposta de pavimentação da Rua Conselheiro Mafra definiu como condicionantes de preservação da memória urbana a manutenção da demarcação do antigo meio-fio, em granito, delimitador do espaço de calçada e antiga pista de rolamento, e a preservação da pavimentação existente, agora nivelada à calçada, uniformizada, através de ladrilho hidráulico branco. Esta antiga pavimentação, em paralelepípedo, foi retrabalhada com elementos em ladrilho hidráulico, com o intuito de conferir comodidade aos transeuntes, e sua execução, em bordadura, lembra os tapetes de Corpus Cristi.

²³ A reestruturação do entorno da Antiga Alfândega foi realizada em 1992. Segundo relatório de acompanhamento técnico-arqueológico, os trabalhos evidenciaram dois momentos de ocupação da área: um primeiro cais datado do entorno de 1876 e um

futuro próximo, a solução daquela atividade informal no espaço público. No entanto, hoje esta situação não foi equacionada, pois o equipamento, de caráter temporário, foi consolidado no espaço local, interferindo na apreensão visual do casario histórico preservado, especialmente do Mercado Público.²⁴

Em um contexto de menores dimensões, mas não menos comprometedor com a ambiência dos bens tombados, tem havido a crescente mobilização de diversas diretorias de igrejas. Constituindo-se num novo segmento social no cenário preservacionista, apresenta entre as reivindicações o desejo da construção de seus salões de festas, justificados pela necessidade de sobrevivência econômica das entidades. A dificuldade quanto à solução da sua implantação, junto aos monumentos tombados, bem como as contínuas adequações realizadas por grupos, em constante substituição e, portanto, nem sempre comprometidos e conscientes com as questões patrimoniais, acabou se tornando um problema sempre presente. Apesar do envolvimento de arquitetos, colaborando através da doação de soluções projetuais, estas geralmente não foram aceitas, caracterizando soluções comprometedoras para os conjuntos tombados.²⁵

Em âmbito municipal, além do restauro dos elementos integrados em andamento da Igreja N. Sra. das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa, o único restauro viabilizado foi o da Estação Rádio-Telegráfica (atual Centro Cultural Bento Silvério), realizado em parceria com a iniciativa privada. Idealizado para abrigar um amplo espaço para

segundo, que sofreu reformas para o embelezamento e saneamento em 1930. Estes registros foram devidamente documentados e cobertos, segundo as recomendações técnicas pertinentes (1992) (Arquivo SEPHAN/IPUF).

²⁴ O **Camelódromo**, executado em 1989, foi projeto do IPUF. A lona, idealizada sobre o conjunto representado pelos módulos metálicos de cada comerciante, removíveis, tinha por base o critério arquitetônico de utilização do contraste, através da inserção de um elemento novo no antigo cenário, de modo a ressaltar sua importância histórica, marcando a paisagem urbana com uma intervenção contemporânea, de plástica simples, de material leve, removível e de caráter claramente temporário e que não permitia ampliação. Posteriormente, apesar do indeferimento do SEPHAN e de outras gerências do IPUF, o Camelódromo Municipal de Florianópolis teve sua cobertura definitiva instalada em 1994 e paredes de alvenaria executadas em 1998. Esse último fato é questionado pelo Ministério Público através de solicitação de informações (Of. 127/98/CPC/CME ao IPUF).

²⁵ O **salão de festas** da Igreja de São Francisco de Paula de Canasvieiras já havia sido anteriormente objeto de uma intervenção problemática. E tanto em Santo Antônio, como na Lagoa da Conceição ocorreram situações conflitantes.

Para **Santo Antônio** o SEPHAN/IPUF elaborou um projeto para um salão de festas (1991), em atendimento à solicitação da Diretoria da Igreja, cuja proposta havia sido indeferida por não se adequar ao entorno histórico (1989). Para chegar a um acordo final, objetivando compatibilizar os interesses da comunidade, escola e questões do patrimônio histórico, foram necessárias três propostas arquitetônicas. O salão acabou sendo executado em desconformidade com o projeto elaborado e acordado (1992) (Arquivo SEPHAN/IPUF).

Na **Lagoa da Conceição**, foi aprovado um projeto para a ampliação do salão paroquial, novamente oferecido pelo autor do projeto do salão já existente, o vizinho e arquiteto André Schmidt/Desenho Alternativo Ltda. (1991). Porém sua execução ocorreu irregularmente e em desconformidade com o projeto aprovado (1992). Posteriormente, a comunidade executou outro galpão de festas, também irregular (1995) (Arquivo SEPHAN/IPUF).

No **Ribeirão da Ilha**, por intermediação do IPUF, a PLANEL ofereceu um projeto para a construção do salão de festas (1990), que posteriormente foi objeto de alterações por parte da comunidade. O compromisso na época era de que, em troca deste projeto, haveria a recomposição da volumetria original e o restauro do Império do Divino, com a demolição das obras anexas, incluindo churrasqueira e cobertura de fibrocimento, construídos irregularmente entre a Igreja e o Império do Divino. Tal promessa não foi cumprida e, apesar de outros incidentes relatados a seguir, a situação permanece irregular. É de se lembrar o inestimável valor dos **Teatros do Divino**, quase todos demolidos, dos quais só restam três exemplares na ilha de Santa Catarina, localizados na Lagoa da Conceição, Campeche e Ribeirão da Ilha.

atividades culturais múltiplas, o espaço acabou sendo cedido para a Delegacia da Polícia Militar em 1993. A mudança de uso, privilegiando a segurança em detrimento da cultura, causou desagrado em setores da população.²⁶

Outra medida incorporada no processo de preservação foi o compromisso de contrapartida a exemplo da recuperação do Teatro do Divino, localizado junto à Igreja Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, que foi executada em vista da demolição de um engenho histórico situado na Lagoa da Conceição.²⁷

Em âmbito federal, há um maior dinamismo na viabilização dos projetos executivos, alcançando-se a concretização de ações há longo tempo iniciadas. O IPHAN, através de uma inter-relação institucional, em conjunto com a UFSC e o Banco do Brasil, alcançou efetivamente a recuperação de grande parte do sistema defensivo da ilha, que veio a ser um marco na política de preservação, tanto pelos objetivos alcançados, como pelas reflexões técnicas que contém. As fortalezas, recuperadas, vêm a ser um dos pontos turísticos obrigatórios a partir de então.

A preocupação do IPHAN na viabilização dessa recuperação fora uma constante, desde o início dos trabalhos, no final da década de 60. Pois, em vista dos poucos recursos disponíveis, era necessário identificar usos que viabilizassem a sua manutenção. A solução encontrada foi convênios firmados que viabilizaram esses objetivos, valorizando os bens culturais, conferindo-lhes projeção também na área do turismo.²⁸

Para a preservação das fortalezas foi fundamental o apoio da sociedade civil. No caso específico da viabilização da Fortaleza de Santo Antônio, entre 1982 e 1983 foram realizadas campanhas, lideradas pela ACIF, realizando mutirões de limpeza, executadas por voluntários nos finais de semana. VIEIRA FILHO relata que *“naquela época, a ilha foi quase totalmente limpa, graças a esses trabalhos de voluntários, no qual se sobressairam várias pessoas que, daquela data em diante, se tornaram amigas inseparáveis de Raton e até hoje nos cobram providências”* (In: MACHADO, 1992, p.81).²⁹

Depois, em 1986 e 1988 a ACIF realizou nova campanha, agora de arrecadação de recursos financeiros, com base na lei nacional de incentivos fiscais em vigência, utilizados para dar continuidade às ações de sua recuperação da

²⁶ Antiga Estação Rádio-Telegráfica, localizada na Lagoa da Conceição, teve acompanhamento de obra (IPUF, 1989-90), sendo que a recuperação foi concluída parcialmente.

²⁷ As obras de recuperação do Teatro do Divino foram realizadas entre 1991-92, sob orientação técnica do SEPHAN/IPUF. Em troca da suspensão das restrições aplicadas sobre o terreno, determinadas pelo artigo 146 da Lei Municipal 2.193/85, onde havia ocorrido a demolição clandestina de conjunto arquitetônico de valor histórico, composto por residência e engenho, houve a deliberação da COTESPHAN (Ata - 14/05/1991), através do “Protocolo de Intenções” para realização o restauro do Teatro do Divino da Lagoa (Arquivo SEPHAN/IPUF).

²⁸ Desde 1979 havia um convênio entre Ministério da Marinha e IPHAN objetivando a guarda da fortaleza de Santa Cruz por parte da UFSC, que tem como resultado a reabertura ao público, em 1984, prosseguindo, também, pesquisas biológicas relacionadas à plataforma marítima. Em 1988, a UFSC assume também a tutela da Fortaleza de Santo Antônio de Raton Grande e, em 1992 São José da Ponta Grossa. O Exército deixa de fazer guarda na área em 31/10/1998.

fortaleza. Estas ações culminaram em um grupo de trabalho interinstitucional que possibilitou a criação do Projeto de Recuperação das Fortalezas, respaldado por um Protocolo de Intenções visando a obtenção dos recursos financeiros para a restauração das quatro fortalezas.³⁰

A data comemorativa, alusiva aos 250 anos de existência do sistema defensivo da ilha, em 1989, foi utilizada como vetor dinamizador de ações no sentido do reforço na parceria entre o IPHAN e a UFSC com vistas à preservação do patrimônio monumental tombado em âmbito federal. O “Projeto Fortalezas da ilha de Santa Catarina–250 anos na História Brasileira” é realizado com recursos a fundo perdido da Fundação Banco do Brasil. Além das obras de restauração dos bens culturais, houve a preocupação da dinamização cultural, com a elaboração de folders, vídeos e livros, montagem de exposições e apresentações musicais e folclóricas. Na Fortaleza de São José foi instalada uma oficina de rendas de bilros, estimulando uma prática tradicional em declínio e, no Forte Santo Antônio, de Raton Grande, uma trilha ecológica demonstra a importância da integração com o ambiente natural. Este projeto teve repercussão nacional, com veiculação na imprensa.³¹

As obras de recuperação das fortalezas foram fundamentadas na pesquisa arqueológica histórica, representando o primeiro trabalho no gênero no Estado, que a partir de então tem sido adotado como um instrumento de investigação para a realização de restauros arquitetônicos, bem como em pesquisas de antigas estruturas urbanas. Nas obras de restauro das fortalezas foram também aprofundados critérios de recuperação e intervenção, cuja experiência foi determinante para a continuidade da reflexão técnica sobre as questões trabalhadas.³²

5.4 Após os avanços, os retrocessos

No decorrer do processo há avanços e retrocessos, ganhos e perdas, mudanças e desaparecimentos...

Após os avanços obtidos, representados pela incorporação da questão urbana à preservação e do diálogo entre os agentes envolvidos, houve um retrocesso administrativo quanto ao conceito de preservação até então perseguido,

²⁹ Na Associação Comercial e Industrial da Grande Florianópolis–ACIF havia o especial apoio de Armando Gonzaga. Por ocasião do mutirão, o transporte era fornecido pela Marinha e pela UFSC.

³⁰ O grupo de trabalho incluiu a UFSC, o IPHAN, o IPUF/PMF e a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente–SEDUMA. Assinaram o Protocolo de Intenções a UFSC, os Ministérios da Marinha e do Exército, o IPHAN, a SEDUMA, a Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado de Santa Catarina, as Prefeituras Municipais de Florianópolis, de Governador Celso Ramos e de Palhoça e a ACIF.

³¹ O convênio, que vigorou entre 1988-92, incluía a restauração e consolidação das Fortalezas de Santa Cruz, Santo Antônio, São José e Nossa Senhora da Conceição. Os projetos foram desenvolvidos pelo IPHAN e UFSC sob coordenação da UFSC. Os trabalhos de restauração da fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, iniciados em 1970 com recursos do SPHAN e assumidos desde 1979 pela UFSC, agora são complementados. Há a realização do restauro integral dos fortes de Santo Antônio de Raton Grande (1989–92) e de São José da Ponta Grossa (1989–92) e a consolidação das estruturas e o escoramento emergencial da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (1991). Estes trabalhos contaram com a assessoria técnica do IPHAN.

diante da incompreensão de alguns objetivos técnicos defendidos, orientados no sentido de inserir-se nos princípios contemporâneos delineados nas cartas patrimoniais.

No aspecto da ambientação urbana, por exemplo, a equipe do SEPHAN e a COTESPHAN defendiam a manutenção das pavimentações originais dos trechos tombados da malha urbana viária.³³ Como argumento de defesa, além da originalidade histórica e do registro documental das diferentes tecnologias de intervenção urbana utilizadas ao longo do tempo, há a questão de que a manutenção dos pavimentos originais confere a devida ambiência, ou seja, a adequação dos materiais e técnicas, ao entorno preservado. A defesa pela manutenção desse substrato original era complementada, também, com argumentos de ordem ambiental e de segurança. Os leitos de paralelepípedos aumentam a infiltração de águas pluviais, reduzindo os problemas de drenagem, ao passo que o asfalto contribui para a impermeabilização do solo e elevação dos índices de temperatura. E, funcionando como um redutor de velocidade, o paralelepípedo também diminui o risco de acidentes.

A administração municipal, contrária à essa posição e diante da dificuldade de encontrar um comum acordo, solicitou outros pareceres, que apresentaram teor divergente entre si. Um argumentava pela preservação de alguns trechos “*como amostragem*”, e o outro defendia a tese da pouca importância do paralelepípedo, por sua desvinculação com o traçado original da cidade, originalmente em terra batida.³⁴ Esta última justificativa desconsiderava a preservação como um processo histórico dinâmico, reduzindo os bens a serem preservados à sua primeira configuração no tempo, conceito já superado desde a Carta de Veneza, datada de 1964.³⁵ Como resultado das divergências, na oportunidade os

³² Os novos critérios de intervenção serão aprofundados em item específico. Os trabalhos de arqueologia histórica foram desenvolvidos sob coordenação do IPHAN, em um trabalho conjunto com a UFSC com a participação da arqueóloga Teresa Fossari.

³³ A Prefeitura Municipal havia expedido uma licitação para pavimentação asfáltica de 33 ruas no Centro da cidade, das quais seis eram históricas (12/04/1991). O SEPHAN/IPUF elaborou um relatório técnico defendendo a importância da manutenção dos paralelepípedos naquelas ruas (21/08/1991), incluindo as recomendações da COTESPHAN. Membros da COTESPHAN também elaboraram um documento em resposta a um artigo publicado no jornal O Estado (02/07/1990), de autoria de Paulo da Costa Ramos, que criticava veementemente a postura técnica (Arquivo SEPHAN/IPUF).

Paralelamente, o IBPC também encaminhou ofício ao Prefeito Municipal solicitando a suspensão do Edital de Concorrência Pública 0001/SADM/91 em três das ruas, visto que tal medida altera a ambiência de edifícios tombados em âmbito nacional (Of. 118/91 de 10/06/91 – Arquivo 11 SR IPHAN e notícia no jornal Diário Catarinense 30/07/1991).

E a vereadora Jalila El Achkar endossou uma Ação Civil Pública do Ministério Público do Estado, para suspensão do asfaltamento projetado, sob argumento do tombamento das vias e seu conseqüente valor cultural, com autuação da PMF e decisão favorável (Ação Civil Pública s/n, concluída em 14/10/1991).

³⁴ O IHGSC, solicitado a opinar em vista da Ação Civil Pública em andamento, entendeu que em alguns trechos “*deveriam ser mantidas, a título de amostragem do calçamento a paralelepípedos*”, considerando, ainda que “*o tráfego intenso atua sobre os paralelepípedos com pressão que repercute em círculos*”, recomendando sua completa retirada (Arquivo SEPHAN/IPUF).

O outro parecer, elaborado por MELIM (1991, p.47), considera que o decreto de tombamento se referia “*a conjuntos históricos ainda remanescentes da colonização, representados por exemplares do casario do século XIX*”, quando o ambiente urbano “*não se referencia com pavimentação de paralelepípedos, mas com a terra batida, com o macadame ou com o pé-de-moleque*”. Assim, conclui que a pavimentação com paralelepípedos regulares “*não contém a referência histórica que tentam lhe imputar, quer do ponto de vista histórico-iconegráfico, quer do ponto de vista jurídico*”.

³⁵ Em âmbito internacional a discussão pela manutenção dos pavimentos originais está superada, a exemplo da Alemanha, que desde a década de 80 tem promovido a retirada do asfaltamento de suas pavimentações, recuperando as estruturas originais. No entanto, ignorando todo o processo ocorrido, em 2000 a Prefeitura Municipal executa o asfaltamento de uma significativa parcela da pavimentação existente nos conjuntos históricos tombados, até então em paralelepípedo.

paralelepípedos localizados nas malha viária tombada foram mantidos, porém, anos depois, foram parcialmente recobertos pela camada asfáltica.

Mas enquanto se firmavam posições em torno da preservação dos bens, da reavaliação dos atos realizados e se avançava no trato da sua ambiência, armava-se outra contenda tendo como centro da questão da preservação em si, através da campanha, financiada por empresários e veiculada na mídia, divulgando o slogan “*Preservar sim, estagnar não*”, evidenciando, claramente, as contradições, incompreensão e inconformidade com o processo de preservação.

No interior da própria instituição, a presidência do IPUF demonstra incompreensão para as questões técnicas da preservação, argumentando para os integrantes da COTESPHAN que “*o tombamento é altamente injusto, pois é quase uma desapropriação*” (COTEPHAN, ata de 20/12/1991). Este enfoque enfraquecia o caráter até então dado à política de preservação, pois retomava, assim, fundamentos que haviam sido superados, ainda na década passada, em ação judicial contra a Prefeitura, na qual ela havia sido vitoriosa, caracterizando o retrocesso em concepções já aceitas e implantadas.

A COTEPHAN, preocupada com a situação, havia convocado uma reunião onde foi apresentada uma moção aprovada no Congresso Latino-Americano realizado em Porto Alegre, que considerava os últimos atos do Executivo municipal “*um desrespeito à luta comunitária pela preservação, aos cidadãos que acataram a política já implantada através de administrações anteriores e desrespeito à Constituição Federal, cumprida através dos trabalhos técnicos*”. Este texto mencionava, entre outras, a questão das licitações para o asfaltamento das ruas então calçadas com paralelepípedos. A COTEPHAN, após esta autoconvocada reunião, não foi mais evocada, só retomando as atividades quatro anos depois.³⁶

5.5 Incorporação dos novos critérios de intervenção

Apesar dos posicionamentos contrários e contraditórios ocorridos, no âmbito das esferas municipal e federal, a experiência deste período permitiu aportes que enriqueceram a política de preservação até então adotada, tanto no âmbito da estratégia de ação, quanto nos critérios de intervenção física dos imóveis.

³⁶ Em ofício endereçado ao presidente do IPUF, datado de 16/12/1991, a COTEPHAN solicita uma reunião para “*discussão sobre a forma de encaminhamento dos últimos trabalhos*”, que resulta na última reunião, ocorrida a 20/12/1991. Na oportunidade é realizada a leitura de uma moção aprovada no “I Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística” e referendada em reunião do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil, realizado em Porto Alegre. O texto da moção “*vem repudiar o retrocesso de uma política, que vinha sendo desenvolvida com dedicação e continuidade e que ora se vê ameaçada por determinações indevidas por parte do executivo municipal*”. Na ocasião, o presidente do IPUF, após apresentar suas justificativas, considera que o assunto é divergente e puramente estético, ponderando que não havia necessidade de ouvir a COTEPHAN, em face de seu papel de órgão assessor da Prefeitura Municipal. As atividades da COTEPHAN só reiniciam quatro anos depois, em outubro de 1995.

A premissa de identificação de usos que garantissem a manutenção dos bens viabilizou a recuperação de mais uma parcela do sistema defensivo da ilha. Além da valorização destes testemunhos históricos, houve o resgate de práticas culturais tradicionais das comunidades locais e sua inserção no segmento turístico. Desta forma, ampliou-se a mesma estratégia, já adotada na década de 70, quando da recuperação do Forte Santana e sua utilização museológica, sob responsabilidade da Polícia Militar.

Segundo KANAN (2000), a prática da restauração das fortalezas possibilitou importantes reflexões quanto aos critérios adotados, que nem sempre representaram um consenso institucional no órgão federal de preservação.

Na década de 70, as obras de recuperação da Fortaleza de São José da Ponta Grossa objetivaram a consolidação estrutural, em concreto, das ruínas e a recuperação da Capela, o que possibilitou seu uso para as atividades religiosas da comunidade. A nova etapa de trabalhos, realizados a partir do final da década de 80, suscitou discussões quanto aos critérios a serem adotados, que divergiam entre a consolidação das estruturas parietais em arruinamento e sua reconstituição volumétrica.

A definição pela segunda alternativa possibilitou que a diretoria regional do IPHAN fosse desenvolvendo novos critérios de intervenção nas obras de restauração. Assim, na segunda fase de intervenção da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, após a realização da prospecção arqueológico-histórica, foi realizada a recomposição volumétrica das alvenarias, então em avançado estado de arruinamento. O critério adotado foi evidenciar as novas intervenções, integradas aos elementos originais existentes, de modo que hoje é possível identificar as partes originais e aquelas que foram reconstruídas.³⁷

Foi também ocorrendo a gradativa valorização do material histórico, efetivamente pertencente ao monumento. Assim, na recuperação da Fortaleza de Santo Antônio idealizou-se uma técnica denominada *entaipamento de pedras*, desenvolvida a partir do reaproveitamento dos materiais arruinados do monumento, utilizando-se a pedra argamassada no meio de formas de madeira, à semelhança da taipa de pilão. Aproveitando a substância histórica, incorporada de forma diferenciada à edificação, os trabalhos resultaram em uma textura diferenciada, das paredes antigas e originais ainda existentes. No entanto, devido ao resultado estético, posteriormente as partes reconstruídas foram rebocadas (KANAN, 2000).

Neste período foram iniciadas práticas que terão desdobramentos, consolidando-se na fase seguinte. Assim, a atuação do SPHAN se caracterizou como disseminadora dos novos fundamentos de restauração e de técnicas específicas de intervenção na recuperação dos bens patrimoniais. E, em âmbito municipal, o processo de reavaliação do patrimônio

cultural oportunizou uma prática de contato pessoal com os requerentes, que possibilitou, de ambas as partes, uma compreensão maior do processo, com a conseqüente possibilidade de adequações e correções da trajetória adotada.

A crescente importância da atividade turística, inserida na dinâmica econômica da cidade, contribuiu para uma maior aceitação da necessidade da preservação do acervo cultural. E, paralelamente, o uso intensificado deste acervo, resultado não só da atividade turística, mas também da divulgação das ações em curso, veio contribuir para a sua gradativa incorporação no imaginário da população, trazendo resultados concretos, que vieram a ser materializados ao longo da década de 90.

³⁷ Tal critério, embora elogiado quanto ao resultado educativo e estético, recebeu críticas em vista da fragilidade das estruturas parietais, que estariam mais resguardadas se rebocadas.

Ambientação urbana

Reestruturação urbana do Largo da Alfândega

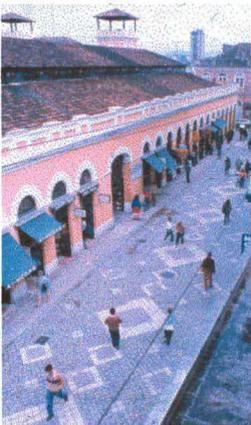


Antigo cais
escavações arqueológicas

Vista aérea do Largo da Alfândega



Vista do Camelódromo
com cobertura em lona



Transformação da
Rua Conselheiro Mafra
em via de pedestres



Proposta de
padronização de
calçadas em áreas históricas



Antigo Tiro Alemão demolido em 1992

Recuperação do sistema defensivo através de parceria interinstitucional

Forte Sta. Cruz, Anhatomirim



Forte São José após o restauro
Detalhe da diferenciação entre
as estruturas parietais originais e
aquelas reconstituídas



Forte Sta. Cruz, Anhatomirim



6 A INSERÇÃO DO PATRIMÔNIO PRESERVADO NO COTIDIANO URBANO: PROJETO RENOVAR

Em Florianópolis dois amplos movimentos vão se consolidando: o processo sistemático de “modernização” e substituição, calcado nos setores imobiliário e turístico, e a consciência crescente de identidade, expressa no orgulho de suas origens.¹ As mudanças da dinâmica econômica do período desenvolvimentista brasileiro emergiram também para a visibilidade do espaço urbano de Florianópolis. O impacto das transformações estimulou, contudo, a conscientização e consolidou o vínculo à materialização física do passado. Nesse período é conferido novo valor ao acervo cultural protegido. Esses dois movimentos, apesar de divergentes, são suficientes para acumular ações e resultados consagradores de seus agentes.

As substanciais mudanças notadamente turísticas admitem e valorizam o dinamismo cultural. Assim, a política cultural dos anos 90, realizada com participação social, conectou o atendimento das necessidades culturais às necessidades econômicas e políticas dos grupos. Paralelamente há também a reformulação do conceito de estado e os agentes econômicos gradativamente vão assumindo responsabilidades que até então tinham sido realizadas quase exclusivamente pelas instâncias governamentais.

A compreensão dos objetivos da preservação do patrimônio cultural vem se ampliando e resultando em ações concretas. Concomitantemente houve também uma busca pela especificidade da intervenção no bem cultural pelas estruturas e agentes do processo de preservação. Cada vez mais incorporado à dinâmica do cotidiano, foi conferido valor à sua materialidade, a ser tratada como singular.

¹ Uma importante tradição da cultura ilhoa é o **Senadinho**, um espaço que congrega em um sentido amplo os “defensores das coisas da Terra”, que se encontram tradicionalmente no Café Ponto Chic, localizado na esquina das ruas Felipe Schmidt e Trajano. Segundo NICOLICH DA SILVA (2001), foi fundado em agosto de 1958, sendo frequentadores Luiz Freyesleben, Nestor Dutra, Eulálio Andriani, Francisco Lima, Arnaldo Vichiatti, Ademar Gonzaga, José Fragoso, Guilherme (Willy) Kersten e o Presidente Jorge Humberto Barbato. (Na época o Café pertencia a Gentil Cordioli). Em setembro de 1979 foi revitalizado como *Senatus Populusque Florianopolitanus*, cujas iniciais S.P.Q.R. foram registradas no *petit pavé* do calçadão. Por iniciativa de Edy Leopoldo Tremel, Wolfgang Ludwig Rau, Almir Tirelli Dias, Heitor Sché e mais 75 amigos houve a primeira diplomação de senadores, tornando a instituição semi-oficial. (O Café era então propriedade de Walter José da Luz). Em agosto de 1996 Jorge Barbato, Edy Tremel, Adolfo Nicolich e Luiz Gonzaga Galvão resolveram reerguer as “colunas do Senado”, transformando-o em Fundação Senadinho–S.P.Q.F. Tendo Tremel como presidente, Nicolich, coordenador e Galvão, secretário, foram realizados dois eventos públicos: o primeiro em 29/11/2000, com a diplomação dos antigos e de novos senadores e o segundo em 29/03/2001 homenageando 35 senadoras. Outro exemplo é a expressão “**manezinho da ilha**”, que, segundo CALDAS FILHO (1995, p.19) pode ter-se originado da designação, pejorativa, por parte dos imigrantes europeus ou nordestinos, referindo-se aos descendentes dos açorianos estabelecidos na ilha de

Esse novo período do processo vai consolidar uma nova dimensão da política de preservação com a inserção do patrimônio no contexto socioeconômico da cidade. Foi utilizado como marco balizador para esta fase o ano de 1993, data do início da campanha do Projeto Renovar, que representou um chamamento institucional para o engajamento mais amplo do processo de preservação dos testemunhos culturais edificados. Esta ação pública municipal, identificada através de um projeto específico, conseguiu conferir materialidade a questões muito subjetivas, ou seja, a preservação da memória de uma cidade. Assim, foram concretizados especialmente os objetivos propostos na década de 80 do século XX, referentes à preservação do patrimônio material edificado, trazendo para o cotidiano dos cidadãos o testemunho de sua história.

6.1 Contextos federal e estadual de preservação

Por volta de 1994, o IBPC teve a denominação alterada para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, cresce a expressão do PRONAC e a recuperação do acervo patrimonial apresenta novas formas de viabilização. A partir de meados da década de 90, foi dada ênfase na divulgação de ações exemplares voltadas para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, através do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.²

O processo ganha densidade crescente, pois no final da década as ações lesivas ao meio ambiente puderam ser objeto de sanções penais e administrativas, em vista da promulgação de uma legislação específica.³ Inclusive o Patrimônio Imaterial obtém valor específico, com a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a serem inscritos em um dos seguintes livros: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão, Lugares.⁴

A ação da preservação se desloca da área de inventariação e proteção para preocupações referentes a técnicas adequadas de manutenção do casario. A necessidade de desenvolver estudos aprofundados de conservação e restauração arquitetônica levou à criação, na 11ª. CR do IPHAN, do Centro de Materiais e Tecnologias de Terra e Cal (Projeto TerraCal).⁵

Santa Catarina. A partir dos anos 80 a denominação virou moda e referia-se às pessoas nascidas, criadas ou incorporadas à cidade, tanto que, a partir de 1988, foi criado o troféu "Manezinho da Ilha" pelo jornalista Aldirio Simões.

² Em 1994 há a alteração da denominação para IPHAN. O Prêmio Rodrigo de Mello Franco tem sido conferido pelo IPHAN desde 1994. O IPUF, em 1998, obteve seleção, em âmbito estadual, no processo desta premiação, participando com o trabalho de restauro de elementos artísticos da Igreja Nossa Sra. da Conceição. Em 1999, houve a indicação, também estadual, da exemplar atuação do promotor Antônio Carlos Brasil Pinto pela solução de problemas na área de preservação do patrimônio natural e cultural, através de Ações Cívicas Públicas.

³ Trata-se da Lei Federal 9.605 de 12/02/1998.

⁴ Trata-se do Decreto-Lei 3.551 de 4/08/2000.

⁵ O Projeto TerraCal, criado em 1996 pela 11ª. CR do IPHAN e de responsabilidade da arquiteta Dr. Maria Isabel Kanan, é um Centro de Pesquisas na área de conservação arquitetônica e objetiva a aplicação de tecnologia de materiais compatíveis às obras de restauro. A importância desse projeto alcançou abrangência nacional.

As significativas mudanças alcançam as instâncias estadual e municipal. Assim, a preocupação com a preservação dos monumentos naturais passa a ser incorporada na legislação estadual, a exemplo do que já ocorria nas legislações federal e municipal.⁶ A própria estrutura do Conselho Estadual de Cultura assumiu modificações ao longo da década. Suas atribuições representavam nuances que refletiam as novas preocupações que os processos federal e estadual praticavam. As novas diretrizes voltavam-se para o respeito às manifestações das culturas regionais; uma política cultural estadual integrada às políticas de comunicação, ecológica, educacional e de lazer, e campanhas que objetivassem a preservação não só da memória, como da identidade catarinense. As atividades do Conselho haviam sofrido ainda duas paralisações, por extensos períodos, caracterizando a descontinuidade no processo de implantação dessa política cultural em âmbito estadual.⁷

Visando reforçar a dinâmica da preservação do patrimônio cultural no Estado, houve a proposta da criação de uma estrutura estadual específica, desvinculando-se estas ações do âmbito da Fundação Catarinense de Cultura, que a partir de então concentraria esforços voltados para a produção cultural. Esta proposta, no entanto, ainda não está implantada.⁸

Outra importante manifestação cultural no litoral catarinense é de base açoriana, cujo resgate recebeu um reforço da UFSC através da criação do Núcleo de Estudos Açorianos-NEA. Este projeto, inicialmente voltado para a pesquisa, hoje tem como objetivo a formação de um corredor turístico cultural, a partir da identificação e documentação dessas manifestações. Trata-se de uma importante iniciativa de interação acadêmica, institucional e comunitária.⁹

Marcando simbolicamente este resgate no espaço, o NEA viabilizou, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, após quase 50 anos do lançamento da pedra fundamental por parte do IHGSC, a instalação do monumento comemorativo aos 250 anos de colonização açoriana, resultado de um concurso nacional.¹⁰

⁶ Trata-se da redação dada pela Lei Estadual 9.342 de 14/12/1993, que altera a Lei Estadual 5.846/80 que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Estado.

⁷ Trata-se da seguinte legislação que dispõe sobre mudanças no Conselho Estadual de Cultura: Lei Estadual 7.986 de 04/07/1990, Lei Estadual 8.952 de 07/01/1993; Lei Estadual 10.308 de 26/12/1996. O Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura é promulgado através do Decreto Estadual 1.949 de 24/06/1997. Os períodos de paralisação do Conselho perfazem um total de quatro anos e seis meses e ocorrem entre 08/1990 a 08/1993 e 09/1995 a 03/1997.

⁸ Trata-se do documento "Justificativa para a criação do Centro Estadual de Preservação Cultural (CEPC) ou Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (IEPC)", elaborado por Dalmo VIEIRA FILHO e Lilian Mendonça SIMON (Arquivo dos autores).

⁹ O NEA, criado em 1986, teve como primeiro coordenador o historiador Walter Piazza e inicialmente centrava suas atividades na pesquisa. A partir de 1992, sob a coordenação do historiador Wilson Francisco de Farias, teve uma mudança na sua atuação, com a ampliação da participação comunitária, organizada através de núcleos municipais e colaboração das prefeituras, universidades regionais, fundações culturais, professores e pesquisadores em geral. A coordenação do NEA hoje é exercida por Joi Cletison Alves. A Prefeitura Municipal tem participado das atividades através da colaboração do SEPHAN/IPUF.

Este resgate é documentado em livros publicados, organizados por Farias, a exemplo de **Dos Açores ao Brasil meridional—uma viagem no tempo**, com dois volumes, destinados para o ensino fundamental.

¹⁰ A iniciativa do IHGSC já foi anteriormente referida. A inauguração do marco, localizado junto ao Portal Turístico de Florianópolis (antiga Hospedaria do Imigrante), foi em 1996 e o vencedor do concurso nacional foi o artista plástico blumenauense Guido Heuer.

6.2 Consolidação das políticas municipais de meio ambiente e turismo

Apesar do movimento nacional de desmonte do Estado, em âmbito municipal foram criadas duas importantes estruturas organizacionais para consolidação da política municipal de turismo e da política municipal do meio ambiente, até então sob responsabilidade do IPUF.

A política municipal de turismo foi delineada na promulgação da legislação específica de 1992, que também criou o Conselho Municipal de Turismo–CMTur, tendo entre suas competências “*estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua preservação, de acordo com a legislação pertinente*” e “*estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente natural e a fisionomia sociocultural do Município, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes*”.¹¹

Em 1995 foi instituída a Fundação Municipal do Meio Ambiente–FLORAM com o objetivo da execução da política ambiental do município de Florianópolis e elaboração de projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente. A política municipal conta também com o Conselho Municipal do Meio Ambiente, criado em 1993.¹²

Repetiu-se tanto para a área de turismo, como para a área de meio ambiente, a mesma sistemática já ocorrida na década de 70 com a área de preservação do patrimônio histórico e natural. As atividades aconteciam através da atuação de um conselho, sendo que só mais tarde surge a estruturação de um suporte administrativo para a execução das políticas idealizadas.

Com isso, o movimento de preservação vai assumindo contornos de novos atores, desdobramentos de novos projetos e abrangendo setores públicos e privados da vida econômica e social de Florianópolis.

¹¹ Trata-se da Lei Municipal 3.741, art. 4 – inciso XII e XIII, de 22/04/1992.

Este Conselho Municipal de Turismo recebeu nova regulamentação em 1993 (Decreto Municipal 554 de 18/11/1993) e 1998 (Decreto Municipal 122 de 05/05/1998), que repete basicamente a legislação anterior, com ampliação da composição, apresentando a seguinte constituição: Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis; União Florianopolitana de Entidades Comunitárias; IBAMA/SC; SUSP; Secretaria de Transportes e Obras do Município; Associação Comercial e Industrial da Grande Florianópolis; Câmara Municipal de Vereadores; IPUF, Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Santa Catarina–SINDETUR; Associação Brasileira de Agências de Viagens de Santa Catarina–ABAV/SC; Santa Catarina Turismo S. A.–SANTUR; PROTUR; Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil–ABDV/SC; Patrimônio Histórico e Artístico Municipal; FATMA; FLORAM; Núcleo de Transportes do Município; Fundação Franklin Cascaes; Fundação Pró-Florianópolis; Fundação Municipal de Esportes; Transportadoras; Fórum Permanente de Planejamento Turístico de Florianópolis.

¹² Trata-se da Lei Municipal 4.645 de 21/06/1995, que tem por objetivo a execução da política ambiental do município de Florianópolis. O Conselho Municipal do Meio Ambiente é composto por 17 membros, a saber: IPUF; UFSC; UDESC; IBAMA; FATMA; Câmara Municipal; entidades ambientais; ACIF; Conselho Municipal de Desenvolvimento; movimentos comunitários; ABES/SC Associação Brasileira de Engenharia Sanitário e Ambiental; IPHAN; Associação Catarinense de Engenheiros–ACE e o superintendente da própria Fundação. Este Conselho já havia sido criado pela Lei Municipal 4.117/1993.

6.3 Consolidação da legislação de preservação municipal

No final da década de 90 finalmente está realizada a consolidação de toda a legislação urbana do município, com a aprovação do Plano Diretor do Distrito Sede.¹³ Após doze anos de discussões, os parâmetros, até então definidos para os Balneários da ilha de Santa Catarina, são estendidos para todo o município. Obtiveram ênfase a preservação do meio ambiente e a valorização dos espaços construídos, sendo que a preocupação com a manutenção da identidade urbana e dos seus referenciais, com ênfase nos valores históricos, culturais e paisagísticos, está agora em arcabouço legal. As preocupações como o bem-estar do cidadão, qualidade de vida, alternativas de sobrevivência ou viabilidade econômica para parcelas dos moradores fazem parte do discurso político dos diferentes agentes. Estes aspectos são complementados por diretrizes que contemplam a garantia de espaços para lazer, recreação e circulação de pedestres e, especificamente, o incentivo da atividade turística (FLORIANÓPOLIS, 1998, p.19–20).

Esses valores, cuja defesa no decorrer das décadas anteriores era restrita aos técnicos do SEPHAN e poucos profissionais, agora encontram eco nos mais variados segmentos sociais, tais como empresários e Câmara Municipal.

O Plano Diretor prevê uma macroestruturação de paisagem, demarcando os pontos focais e eixos visuais que os interligam, a exemplo da incorporação do conceito já existente de vias panorâmicas, que permite a preservação dos elementos visuais significativos da paisagem.

A legislação cria também Áreas de Preservação Cultural–APC, demarcadas em mapa anexo, ampliando os conjuntos tombados existentes. Além de significar um resgate da identidade urbana, estas áreas resultam no descongestionamento da Área Central, induzindo, através do mecanismo de transferência de construção, um maior adensamento nas áreas periféricas, com melhor capacidade de infra-estrutura. Portanto, a transferência de índice viabiliza a manutenção de conjuntos ou edificações de arquitetura relevante, que ficam sujeitas a medidas especiais de proteção, sem prejuízo do valor econômico.¹⁴

Além dos aspectos já mencionados quando da análise da legislação do Plano Diretor dos Balneários de 1986, é importante ressaltar dois novos mecanismos previstos na legislação municipal que contemplam medidas relativas ao inevitável dinamismo de nossa sociedade. O primeiro, de ordem punitiva, objetiva resguardar a permanência dos elementos já preservados, prevendo multa e, de modo a desencorajar o seu abandono ou demolição, determina que nos

¹³ Trata-se da Lei Complementar 001 de 29/09/1997, que dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo no Distrito Sede de Florianópolis.

¹⁴ Os artigos 27 e 153 a 169 tratam das APC, e os artigos 79 e 80, da Transferência do Direito de Construção. As Áreas de Preservação Cultural (APC) já foram explicitadas quando da análise do Plano Diretor dos Balneários.

As vias panorâmicas são referenciadas em diversos artigos ao longo do texto da lei, e especialmente artigo 119 – VII, que as define como “aquelas que têm a função de turismo e lazer, devido à visibilidade que propiciam ao mar, às lagoas, aos mangues, às dunas ou a outros elementos marcantes da paisagem natural ou construída da região”.

terrenos abrangidos pela legislação de preservação só é possível a construção de área igual à originalmente existente, sem possibilidade de acréscimos.¹⁵

Como a cultura não é estática, mas tem incorporado um movimento dinâmico, que acompanha a evolução da cidade, o outro mecanismo prevê sua permanente atualização no tempo, de modo a constituir um inventário do acervo patrimonial constantemente reavaliado. Isto é possibilitado pela obrigatoriedade de aprovação, por parte do órgão de preservação municipal, de todo alvará de demolição das edificações com mais de 30 anos.¹⁶

6.4 Aspectos administrativos: SEPHAN e COTESPHAN

Os avanços garantidos na legislação atestam impulsos obtidos em outros setores. Administrativamente, houve uma pequena alteração na estrutura do IPUF.¹⁷ E a partir de 1995, as atividades da COTESPHAN são retomadas após o recesso de quase quatro anos.

Desde sua criação, a COTESPHAN passou por diferentes períodos de atividade. Inicialmente foi muito atuante com reuniões semanais ao longo da década de 70, representando uma média de 22 encontros anuais, em vista de não haver a estrutura executiva do SEPHAN. A frequência das reuniões decresce para cerca de seis a dez reuniões anuais, entre os anos de 1984–88, para aumentar significativamente no período de reavaliação do tombamento, onde teve papel preponderante na definição das medidas adotadas, culminando com quase 30 reuniões ao longo do ano de 1990. Após 1995, houve uma média de três reuniões por ano, sendo que a COTESPHAN passou a ser convocada para opinar predominantemente sobre atos de proteção ou a solução de situações conflituosas. O número de reuniões na **Tabela 3 – Composição da estrutura administrativa municipal IPUF: SEPHAN e COTESPHAN** atesta o papel.¹⁸

Essas duas principais estruturas administrativas em âmbito municipal constituem o alicerce do processo municipal de preservação com presença diferenciada no decorrer do período. Mas, sem dúvida, a parceria tem solidificado o processo e garantido as metas alcançadas, sendo o elo forte do papel executivo técnico e político-social de ambos.

¹⁵ Art. 165 – “Nos terrenos onde ocorrerem demolições parciais ou totais de prédios de categorias P1 e P2, ou seu abandono, os parâmetros de ocupação das novas edificações não deverão ultrapassar os das edificações demolidas ou abandonadas, bem como deverão manter os mesmos recuos e afastamentos das edificações preexistentes, sem prejuízo das demais sanções previstas”.

¹⁶ Artigo 167, da referida Lei do Plano Diretor do Distrito Sede. Porém tal medida necessita do encaminhamento necessário à sua consolidação legal.

¹⁷ Em 1993, com a alteração do Regulamento do IPUF, as coordenadorias do IPUF passam a denominar-se gerências, através do Decreto Municipal 539 de 29/10/1993, com base em Resolução CONDEL (Conselho Deliberativo do IPUF) 22/93 – 26/10/1993. Houve alteração na condução do SEPHAN/IPUF, inicialmente de responsabilidade da arquiteta Betina Adams. Entre dezembro de 1995 e julho de 2000, é assumida pela arquiteta Suzane Albers Araujo, e entre agosto e novembro de 2000 é realizada pela engenheira civil Sylvia Aquino da Silva Jardim.

6.5 Ações de proteção

Na década de 90 o tombamento foi residual, resumindo-se a iniciativas de proteção de elementos isolados.

Os tombamentos municipais abrangeram elementos arquitetônicos de usos diversificados localizadas tanto na Área Central como no interior da ilha. Esses bens encerravam predominantemente atividades socioeconômicas, incluindo simples unidades produtivas rurais¹⁹ e a hospedaria que abrigou os colonizadores imigrantes.²⁰ Merece destaque uma unidade representativa da tecnologia sanitária do primeiro quartel do século XX, bem como unidades residenciais isoladas, não monumentais, de tipologia característica do assentamento rural e urbano.²¹ Diferentemente da prática anterior, neste período recebeu atenção especial no processo de proteção somente uma unidade monumental, representante da arquitetura religiosa católica e seu largo.²²

A ação do município também complementou os tombamentos urbanos anteriormente efetivados. Assim, contribuindo para reforçar a valorização que estava ocorrendo naturalmente na Rua Esteves Júnior, realizou-se tombamento isolado de uma antiga edificação residencial, com aceitação por parte dos proprietários, consolidando a preservação de uma área cujos demais elementos já haviam sido protegidos anteriormente. O tombamento trouxe a valorização do imóvel, com a instalação do primeiro evento “Casa Arte” na cidade e posteriormente, na parte remanescente do terreno foi aprovado e executado um empreendimento residencial.²³ E, no final do período, foi realizado o tombamento de mais duas edificações que, a exemplo do ocorrido na Rua Esteves Júnior, também ampliaram o conjunto anteriormente tombado. Porém esta iniciativa de proteção municipal foi realizada mediante uma lacuna de três anos após o último tombamento, que protegeu o Portal Turístico de Florianópolis, caracterizando que neste momento as ações administrativas já se voltavam predominantemente para a recuperação do acervo.²⁴

Resgatando a valorização de aspectos ambientais e pré-históricos, em âmbito federal foi protegida a ilha do Campeche, com importante acervo arqueológico. Enquanto isso, em Florianópolis o Estado mantinha a estratégia da proteção de edificações monumentais, de uso comunitário, representadas por dois estabelecimentos educacionais

¹⁸ Como já visto, as atividades da COTESPHAN permanecem paralisadas entre janeiro de 1992 e outubro de 1995.

¹⁹ Decreto Municipal 855 de 29/12/1995, que inclui a residência e o engenho situados no Caminho dos Açores, em Santo Antônio e o Decreto Municipal 634 de 10/10/2000, referente a um engenho de cana e farinha localizado na Caieira da Barra do Sul.

²⁰ A antiga Hospedaria do Imigrante, atual Portal Turístico Domingos Fossari, local onde está instalada a Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal, foi tombada pelo Decreto Municipal 242 de 28/05/1997. (A solicitação havia sido endossada por profissionais arquitetos e técnicos especialistas em preservação).

²¹ Além das complementações dos conjuntos tombados, abaixo referenciados, o Decreto Municipal 856 de 29/12/1995 tombou um pequeno conjunto urbano na Lagoa da Conceição, formado por uma antiga venda, residência, escola e agência de correio.

²² Decreto Municipal 857 de 29/12/1995, que inclui o Largo e a Igreja de São Sebastião e a Estação Elevatória Mecânica de Esgoto (de iniciativa dos vereadores Michel Curi e Jalila El Achkar, com indicações 335/92 e 404/92, respectivamente).

²³ A edificação da Rua Esteves Júnior foi tombada pelo Decreto Municipal 597 de 04/08/1994, sendo proprietário Mário Gonzaga Petrelli. O evento “Casa Arte” é uma mostra de arquitetura e decoração e ocorreu em 1995, dando início a uma seqüência de iniciativas instaladas em edificações protegidas.

²⁴ A ampliação do conjunto da Rua Bocaiúva foi realizada através dos decretos municipais 579 de 08/09/2000 e 637 de 11/10/2000. Neste período também houve o tombamento do já referido engenho na Caieira da Barra Sul.

públicos pertencentes ao Estado e oito templos religiosos de fé católica. Conferindo destaque também ao valor histórico/político e evocativo, o Estado iniciou o tombamento da residência do Governador Hercílio Luz, construída nos moldes das vilas italianas. Dos tombamentos arquitetônicos, à exceção de duas unidades, os demais dez elementos protegidos foram ratificações de atos já realizados pela esfera municipal, caracterizando o papel de condução desenvolvido pelo município na defesa e valorização de seu acervo patrimonial, pois as igrejas já haviam sido protegidas nesta esfera em 1974, ou seja, 24 anos antes. A dificuldade do Estado na concretização dos tombamentos de propriedade particular fica caracterizada pelo fato de que este é o único tipo de bem cuja proteção ainda permanece com caráter provisório.²⁵

Outro setor de marcas isoladas do tempo social são os engenhos. Distribuídos por toda a ilha, a proteção desses “invólucros dos fazeres” é bastante complicada. Sua arquitetura frágil, freqüentemente em pau-a-pique, abriga equipamentos ligados à produção, ou seja, ao fabrico da farinha e da aguardente. Essas atividades outrora abundantes estão hoje em extinção, pois não se incorporam à dinâmica econômica vigente. Além do próprio processo diferenciado de produção dos alimentos, há questões relativas a normas de salubridade e até de espaço disponível para a plantação da matéria-prima, mandioca e cana-de-açúcar, em vista da valorização das áreas com o crescente uso residencial e turístico. A preocupação com a proteção dos engenhos levou a iniciativas isoladas por parte de proprietários, sem, no entanto, haver a realização de uma política sistemática por parte do poder público. Tal situação resulta num dramático processo de perdas irremediáveis não só da arquitetura, mas também do espaço adjacente em que estavam inseridos e que é fundamentalmente necessário para sua adequada compreensão.²⁶

A proteção do meio ambiente até a década de 80 teve mais o caráter político de iniciativa do Executivo Municipal, através dos decretos de tombamentos. A partir da década de 90 a Câmara Municipal passou a disputar ações na área, através da criação de parques municipais, regulamentados pelo Executivo, através de decretos municipais.

Os penúltimos tombamentos haviam sido voluntários ou de iniciativa da Câmara e haviam ocorrido há cinco anos.

²⁵ A ilha do Campeche foi tombada em 18/07/2000 (Pr. 1.426-T-98). Os tombamentos estaduais citados são: **Faculdade de Educação** (Decreto Estadual 1.291 de 29/10/1996); **Academia de Comércio** (Decreto Estadual 1.292 de 29/10/1996), **ponte Hercílio Luz** (Decreto Estadual 1.830 de 13/05/1997) e **Igrejas de N. Sra. das Necessidades; N. Sra. da Conceição; N. Sra. da Lapa; São Francisco de Paula, Ordem Terceira de São Francisco da Penitência; N. Sra. do Desterro e capelas de São João Batista e Menino Deus do Hospital de Caridade** (Decreto Estadual 2.998 de 25/06/1998).

Não são tombados em âmbito municipal a capela de São João Batista e a residência do Governador de Hercílio Luz. À exceção das igrejas, os demais tombamentos municipais foram realizados em 1986.

A iniciativa da solicitação do tombamento da residência do Governador Hercílio Luz foi um abaixo-assinado encabeçado pela UFSC/DAU (1992), porém esse tombamento permanece provisório.

²⁶ A complexidade dessa problemática extrapola os objetivos do trabalho proposto, necessitando, urgentemente, de um estudo específico. Em final de 2000, Cláudio Andrade abre seu engenho para a visita pública. A prof. Marta Dischinger do DAU/UFSC, já havia elaborado, juntamente com os alunos, em 1990 a **Iconografia e arquitetura dos engenhos de farinha de mandioca da ilha de Santa Catarina**.

Assim, foram criados o Parque Municipal da Galheta e o Parque Municipal do Maciço da Costeira, e a UFSC implantou o Parque Desterro.²⁷

Caracterizando a crescente conscientização da necessidade de atos de proteção, três das iniciativas de tombamento foram solicitações voluntárias, realizadas pelos proprietários (resultando em seis unidades protegidas) e uma foi resultado da solicitação de vereadores, referente ao conjunto monumental, de uso comunitário, formado por um templo religioso e largo circundante.²⁸ Assim, do total de tombamentos efetivados no período, houve a proteção de onze unidades arquitetônicas em âmbito municipal, das quais somente quatro foram de iniciativa do executivo municipal, e tinham como objetivo a complementação das ações de proteção dos conjuntos urbanos já tombados. Tal fato caracteriza que as iniciativas de proteção, até então realizados pelo Executivo, estavam se deslocando da esfera governamental para a iniciativa dos proprietários ou do legislativo.

6.6 Ações de recuperação: Projeto RENOVAR²⁹

A partir da década de 70, a ilha de Santa Catarina “despertou” para sua vocação turística, calcada principalmente nas suas significativas belezas naturais, cuja apropriação por parte dos agentes envolvidos nem sempre traz benefício concreto à população e ao acervo patrimonial que originou este movimento.³⁰

Diante do paradigma de valorização exclusiva das praias, tem sido um grande esforço e desafio agregar valor ao acervo cultural como elemento diferencial na identidade do lugar. É necessário metamorfosear a compreensão interna das pessoas. Porém esta consciência não necessariamente deveria acontecer em razão do movimento turístico, mas como consequência do resgate de valores de identidade, fundamentais para o entendimento da essência do ser como pessoa e cidadão. E, compreendidos desta forma, estes valores podem, também, ser usufruídos pelos visitantes que aqui chegam.

²⁷ O último tombamento de área natural ocorreu em 1988.

O **parque Municipal da Galheta** é criado através da Lei Municipal 3.455 de 16/08/1990, regulamentado através do Decreto Municipal 698 de 16/08/1994. (E, em 1997, através de Lei CMF 1951, é admitida a prática de nudismo, exclusivamente na praia, sem caráter de obrigatoriedade). O **Parque Desterro** é adquirido pela UFSC em 01/1995. O **Parque Municipal Maciço da Costeira** é criado através da Lei Municipal 4.605 de 11/01/1995, regulamentado através do Decreto Municipal 154 de 14/06/1995 e sua delimitação é alterada pela Lei Municipal 4.728 de 26/09/1995.

²⁸ Foram **tombamentos voluntários** a residência e o engenho, em Santo Antônio, realizado pelo artista plástico e santeiro Cláudio Andrade; o engenho da Caieira, realizado por Luís André Parisi e o conjunto urbano da Lagoa, realizado por Manoel da Natividade Júnior (Sr. Nero). A solicitação da Câmara é referente ao conjunto do Largo São Sebastião.

²⁹ Algumas recuperações envolveram parcerias, que serão analisadas em maior profundidade no item 6.8 **As fundamentais parcerias para viabilização das ações de preservação**.

³⁰ Não serão abordadas a questão da adequação da economia baseada no turismo, nem a sua apropriação por parte dos agentes envolvidos. OURIQUES (1998, p. 125-128) em seu estudo sobre o **Turismo em Florianópolis**, analisa que o turismo não traz solução para os problemas sociais e ambientais, avaliando que o discurso de “ecologia” e “turismo” são idéias dominantes, fazendo parte do inconsciente coletivo dos habitantes de Florianópolis.

No entanto, à medida que os valores culturais têm sido gradativamente incorporados, OURIQUES (1998, p.125) alerta para a *mercadoria-paisagem* “*que tem preço sem ter valor, que é apropriada sem ser propriedade e que é consumida sem ser gasta*”. No caso do patrimônio cultural de Florianópolis, pode ser verificado que o setor turístico não tem trazido aportes financeiros diretos para a sua recuperação, apesar de se apropriar crescentemente da imagem dos bens preservados e do *status* que os recentes modismos têm conferido ao resgate da memória do lugar.

A designação de uma ampla área de proteção natural e cultural, embora não implique custos públicos diretos na sua recuperação, exige um maior comprometimento das estruturas governamentais no sentido de sua permanente manutenção, renovação e reabilitação. O grande desafio é como recuperar o acervo em vista dos poucos recursos municipais existentes, o que impossibilita implemento direto da recuperação do casario. Faz-se necessário atuar em várias frentes estratégicas de ação.

Conforme anteriormente referenciado, o município já oferecia contrapartida indireta, através de dois benefícios. O mecanismo de transferência de construção visava a contrapartida pela área teoricamente passível de construir, que havia sido inviabilizada pela preservação. O outro mecanismo objetivava a recuperação do acervo propriamente dito através da redução de até 100% do IPTU.

Sem condições financeiras de intervir diretamente no acervo, a parcerização tornou-se a principal alternativa para viabilizar a sua recuperação. A necessidade de tal intervenção deveria ser amplamente conhecida, como também deveria ser levada a público a dimensão das dificuldades. A promoção constitui na realização de uma campanha, com a criação de uma identidade de projeto. A campanha foi iniciada em 1993 com o nome de PROJETO RENOVAR, sendo criada uma logomarca do projeto.³¹

O PROJETO RENOVAR contemplou em um primeiro momento a recuperação da ambiência externa dos conjuntos urbanos históricos. Objetivava-se chamar atenção para sua historicidade e sua inserção no cotidiano da cidade, trazendo visibilidade à sua beleza plástica. Tal ação tem como resultado a valorização da área, sua maior atratividade, repercutindo naturalmente em aspectos econômicos favoráveis. Para alcançar tais resultados seriam necessárias intervenções tanto no casario, através da sua recuperação exterior, sobretudo das fachadas e coberturas, como na infraestrutura urbana.

³¹ Foi decisiva, para a viabilização dessa campanha, o empenho do Diretor de Planejamento do IPUF, o arquiteto Raul Pargendler.

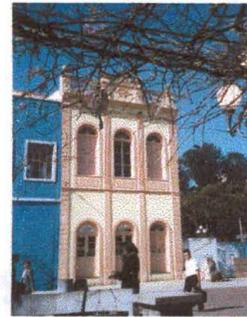
Centro Histórico: Recuperação e Despoluição Visual



Rua Francisco Tolentino



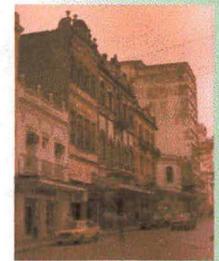
Rua Esteves Júnior



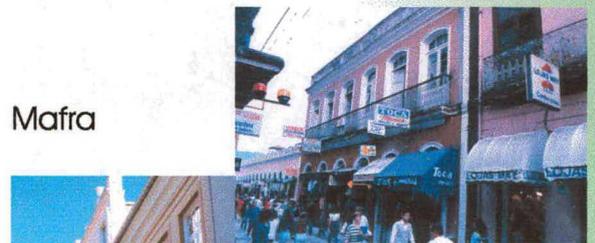
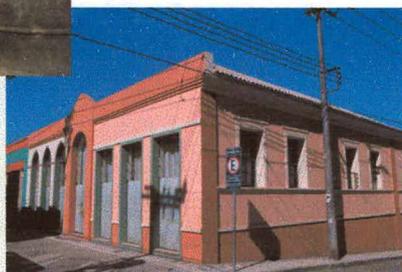
Pça. XV de Novembro



Edificações incendiadas



Rua Conselheiro Mafra



Os proprietários e inquilinos foram convidados a compor uma parceria com o poder público com o objetivo da recuperação do acervo patrimonial. Para isso, ainda no mesmo ano de 1993 foi realizada uma reunião com o CDL, no sentido de uma adesão mais ampla aos objetivos preconizados. E, muito lentamente, foram acontecendo resultados e inter-relacionamentos.

A estratégia foi sempre a visibilidade do projeto, através da criação de uma logomarca; a divulgação dos objetivos através de uma publicação específica; a presença técnica do SEPHAN e, sobretudo, o contínuo contato com os agentes desse processo, representados pelos proprietários, inquilinos e executores das obras, tanto no âmbito do projeto, como da sua realização. Tal contato foi necessário não só para garantir a realização dos objetivos preconizados, sobretudo quanto à cuidadosa execução das obras de recuperação, mas também em vista da fundamental e constante reavaliação para eventuais ajustes necessários.

Para reforçar a visibilidade do projeto, sempre que executada alguma obra de recuperação do casario tombado é solicitada a instalação de uma placa de obra, com a identificação da logomarca do Projeto RENOVAR, acompanhada das informações de aprovação. Isto, além de divulgar o projeto, respalda o proprietário em sua iniciativa e torna visíveis as obras clandestinas. Para esclarecimento dos parâmetros técnicos básicos foi publicado também um Manual de Recuperação do casario, pois muitos dos danos ocorridos eram devidos à falta de informação dos proprietários.³²

Entre os procedimentos técnicos adotados, já desde a estruturação do SEPHAN no início da década de 80, o município oferecia orientações de restauro, dadas por ocasião dos processos de consultas de viabilidade e quando da aprovação dos projetos de restauro propriamente ditos.³³ Além dessa assistência técnica, houve também o acompanhamento na execução das obras. Tal fato possibilitou a crescente participação de outros profissionais, arquitetos, engenheiros e executores, que tiveram oportunidade de compartilhar as preocupações quanto à recuperação do casario. Como consequência ocorreu o gradativo treinamento de mão-de-obra, realizado, informalmente, a partir das discussões práticas ocorridas nos canteiros de obras.

As obras de recuperação do casario contemplavam recomposição das coberturas, pintura, retirada das marquises e adequação da comunicação visual. As adequações internas, necessárias à sua funcionalidade, ocorriam independentemente, em face das exigências da dinâmica econômica contemporânea.

Entre os critérios então adotados como prioritários, a recuperação da paisagem dos telhados foi entendida como um aspecto importante, pois, se nem sempre são tão visíveis a partir do ponto focal do pedestre, certamente o são a

³² Tratava-se da cartilha **Projeto Renovar: nossa história viva e a cores – valorização do casario histórico de Florianópolis: manual de recuperação do casario**, editado em 1993 pelo IPUF.

³³ A Prefeitura Municipal expede consultas de viabilidade para todos os imóveis, onde são informados os parâmetros urbanísticos constantes na legislação de zoneamento e uso do solo.

partir dos inúmeros edifícios que os circundam. Além da questão estética, sua correta manutenção é fundamental para a salvaguarda física do bem, na medida que infiltrações, de qualquer natureza, são um dos fatores mais danosos às estruturas parietais e de madeira da edificação.

Em vista do seu estado de descaracterização, a recuperação das fachadas pode vir a representar custos elevados para os proprietários. Assim, sobretudo no Centro Histórico, a recuperação muitas vezes foi acontecendo em etapas. Entre os itens considerados prioritários, mas às vezes incompreendidos por muitos, estava a necessidade da retirada da marquise. A sua presença desconecta, visualmente, o térreo do pavimento superior, que fica praticamente oculto do pedestre, cuja atenção se foca exclusivamente nas vitrines e não na edificação preservada. Com sua retirada, evidencia-se a necessidade da compatibilização dos vãos de todos os pavimentos e a fachada fica valorizada em sua muitas vezes profusa ornamentação decorativa. Os reparos no reboco e argamassas complementadas pela pintura conferem um destaque à edificação e, por consequência, ao empreendimento comercial ali instalado, que não pode ser alcançado só através de uma vitrine bem trabalhada ou comunicação visual de grandes dimensões.

A realização das obras também foi objeto de preocupação, sendo enfatizadas duas questões: o cuidado na execução e a manutenção dos materiais originais. Pois o acervo patrimonial preservado é formado por edificações que foram cuidadosamente executadas e cujo elemento diferencial é justamente o esmero nos detalhes construtivos, muitas vezes manufaturados. Desta forma, tornou-se necessário ter o mesmo cuidado na sua recuperação, compreendendo a recomposição das esquadrias em madeira e a retirada das esteiras metálicas e grades de segurança. O resultado final é a apreensão de algo que se mantém especial e diferenciado.

A manutenção dos materiais originais tem sido outra preocupação em vista da sua qualidade, ou melhor adaptabilidade, às técnicas construtivas de então, a exemplo das madeiras antigas, que sendo mais secas não empenam, e as argamassas de cal, que conferem permeabilidade às paredes, pois estas, não sendo isoladas do terreno, necessitam escoar a umidade que se concentra em suas estruturas.

Assim, à medida que o trabalho de recuperação ia se desenvolvendo, os envolvidos diretamente na recuperação dos prédios antigos, os profissionais técnicos, os operários, os proprietários, foram também reconhecendo as qualidades deste substrato histórico, tanto do ponto de vista do material empregado, quanto da mão-de-obra que havia realizado estas obras. Foi crescendo a consciência de que, com as condições atuais de disponibilidade de material e de tempo,

difícilmente seria possível reproduzir, de forma mais ampla, a qualidade dos elementos arquitetônicos antigos e originais.³⁴

Pela legislação, só os monumentos e algumas edificações são preservados integralmente, sendo que o casario, predominantemente, só é protegido em seu exterior.³⁵ Porém, como a perda crescente de unidades similares confere, dia a dia, aos objetos preservados um valor de unicidade, tem havido a reflexão de que estas intervenções contemporâneas devem ser reduzidas a um mínimo possível. Assim, tem sido avaliada como importante a preservação de elementos do interior dessas edificações, mantendo-se divisões internas, umbrais, portas, escadas e até equipamentos cuja tecnologia hoje está superada, mas que servem de testemunho histórico desse momento evolutivo.

Aos poucos foram se concretizando várias iniciativas e algumas foram objeto de primoroso restauro que abrangeu a integralidade do bem. Outras contemplaram só a recuperação do exterior das edificações.³⁶

Contribuindo para a visibilidade das ações e valorização do acervo patrimonial, a recuperação em alguns trechos da cidade abrangeu segmentos coesos do casario. Entre estes, se destacam as edificações localizadas na Praça XV de Novembro, local extremamente privilegiado pelo significado simbólico e de apreensão urbana. As primeiras obras ocorreram no casario localizado na face oeste, no trecho entre as Ruas Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt, ampliando-se posteriormente para a face leste da Praça.³⁷

Também na Rua Esteves Júnior foi ocorrendo uma importante e espontânea iniciativa de recuperação do casario, que acelerou a valorização comercial de todo o trecho, contribuindo decisivamente para demonstrar na prática do cotidiano os objetivos idealizados.³⁸

³⁴ A dificuldade da execução advém, também, da inexistência de materiais ou ferramentas tradicionais. A mão-de-obra desaprendeu os antigos “fazeres”, tomando-se necessária a instalação de uma Escola de Ofícios para a divulgação dessas tecnologias.

³⁵ No espaço do município de Florianópolis são tombadas, nas três esferas, aproximadamente 400 edificações, das quais 56 são tombamentos integrais, abrangendo tanto o interior quanto o exterior da edificação. (Ver Tabela 1 – Quadro geral do número de bens protegidos por esfera administrativa e período estudado).

³⁶ O Cartório Luz – Rua Deodoro, 5 (atual 96) foi uma das primeiras unidades a serem recuperadas. Localizadas na Praça XV de Novembro, destacam-se também as recuperações modelares da Casa de Azulejos, 13 (atual 320), da Federação Catarinense de Associações de Municípios–FECAM, 6 (atual 270), da Delegacia do Ministério da Fazenda, 14 (atual 336) e do Círculo Italiano, 15 (atual 340). Este último foi recuperado através de incentivo fiscal pelo mecenato, PRONAC/MinC.

No segundo caso abordado, que abrange, sobretudo o exterior, outros exemplos de cuidada recuperação são: Casas Coelho (infelizmente incendiada em 1998 e ainda não recuperada) – Rua Conselheiro Mafra, 26 (atual 148); Livraria Alemã – Rua Felipe Schmidt, 2 (atual 14); Lojas Killar – Rua Felipe Schmidt, 24 (atual 162); McDonald’s – Rua Trajano, 10 (atual 114), Hotel Colonial – Rua Conselheiro Mafra, 45 (atual 399), na Rua Felipe Schmidt, 20 (atual 108) e Faculdade de Educação, atual FAED, Rua Saldanha Marinho, 47 (atual 196).

³⁷ As edificações foram recuperadas em 1994 e 1996. Além dos exemplos acima citados, há ainda a antiga Habitasul, atual Lojas Marisa, 24 (atual 111), as Drograrias Catarinense/Vitória, 27 (atual 81), farmácia Panvel, 1 (atual 123), farmácia Pinheiro, 26 (atual 91) e a ECT–Correios, (atual 242).

³⁸ Trata-se do segmento final da Rua Esteves Júnior, junto à Rua Almirante Lamego. Esta situação foi determinante para que, posteriormente, este trecho, ainda pavimentado com paralelepípedos, subsistisse em sua forma original, diferentemente do inicialmente programado (2000).

Os resultados obtidos foram indutores e serviram de estímulo para a continuidade do trabalho de recuperação do acervo patrimonial protegido. Há casos em que a recuperação constituiu uma referência, a ponto de, mesmo sem placa de identificação, o proprietário ser conhecido e identificado.³⁹

No final da Rua Conselheiro Mafra, na quadra entre ruas Pedro Ivo e Bento Gonçalves merece destaque uma iniciativa significativa de mobilização e conscientização populares, que caracteriza a crescente identificação com a memória histórica da cidade. Para fazer frente à acirrada concorrência, os comerciantes decidiram valorizar seus empreendimentos, ressaltando sua inserção no Centro Histórico da cidade. Solicitaram ao IPUF orientações técnicas para a recuperação do casario, resultando em uma proposta de pintura e indicações de melhoria de todas as fachadas da quadra, incluindo a comunicação visual. Esse projeto foi denominado pelos comerciantes de Quadra da Economia e resultou concretamente na pintura de quase todas as fachadas. Esta iniciativa teve o apoio da Prefeitura que, objetivando uma situação exemplar de despoluição visual, forneceu novas placas padronizadas dos estabelecimentos. A instalação das placas, também executada pela PMF, teve aceitação parcial por parte dos comerciantes.⁴⁰

6.6.1 Um novo momento: a redescoberta do Centro Histórico

Apesar dos avanços obtidos em diferentes áreas da cidade e com diferentes segmentos sociais, a recuperação ainda enfrentava um elemento dificultador: a agressiva poluição visual, que dia a dia tomava dimensões cada vez maiores, sem limites, em vista da concorrência comercial. As placas não só ocultavam as fachadas, como havia graves alterações no térreo. Assim, a contrapartida municipal se ampliou, para além dos incentivos legais e questões técnicas, para uma atuação mais efetiva no âmbito da fiscalização e do poder de polícia municipal. A primeira etapa contemplou a questão da comunicação visual e os toldos, ambos sujeitos a normas definidas pela legislação, que, no entanto, eram totalmente desrespeitadas por parte dos comerciantes.

Uma extensa Campanha de Despoluição Visual foi iniciada em meados de 1999. O ponto de partida se deu com a instalação da nova loja da cadeia McDonald's, cujo exemplo bem-sucedido de adequação, foi o resultado de intensas negociações, com representantes da empresa, além do empenho da prefeita municipal.

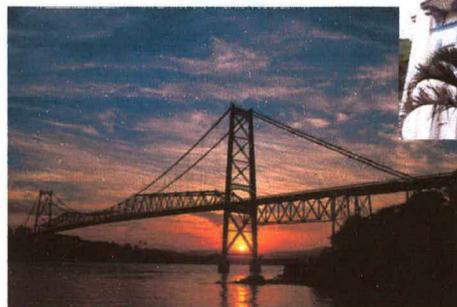
³⁹ Trata-se da **Rua Conselheiro Mafra, 73/75** (atual 509), atual Bingo Castelo Vídeo Loteria. O depoimento de funcionários das lojas Makenji era de que, mesmo sem placa de identificação, era de domínio público que, então, ali estava instalado seu escritório. Esta recuperação foi marcante, porque as edificações, já bastante degradadas, em decorrência de um incêndio ocorrido (1993) permaneceram completamente destruídas. O exemplo dessa recuperação acabou sendo referência para toda a região. A recuperação foi concluída em 1996, e ao longo de sua execução teve problemas de ordem estrutural que serão abordadas adiante.

⁴⁰ A recuperação do casario da **"Quadra da Economia"**, em 1995, foi realizada parcialmente, pois nem todos os comerciantes aderiram à mobilização e adotaram na íntegra a proposta de recuperação e pintura desenvolvida pelo SEPHAN/IPUF. Neste mesmo ano, a Prefeitura fez ainda a doação e instalação de novas placas comerciais. Na seqüência, a rua é transformada em calçadão (1996), tendo proposta de melhoria urbana, que ainda não foi implantada.

Ações de valorização e recuperação do acervo



Campanha do Projeto Renovar
um marco no processo de recuperação do casario
As placas de obras contribuíram para a divulgação e
a visibilidade dos objetivos preconizados



Ponte Hercílio Luz, símbolo do Estado
Foi tombada nas três esferas administrativas
A residência do Governador Luz foi protegida
a partir de um abaixo-assinado

Recuperação do espaço público

Recuperação da Praça XV de Novembro



Restauração
do monumento à
Guerra do Paraguai



Restauração do piso
em *petit pavé* com
motivos folclóricos
de autoria de Hassis

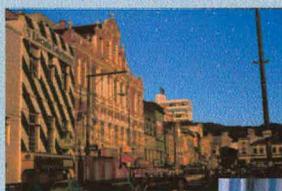


Transferência do Marco Dias Velho
homenagem à história da cidade
e a dois de seus defensores:
Aldo Nunes e Adolfo Nicolich



Recuperação das escadarias
do Rosário e Pedro Soares

Na foto à esquerda se destaca a
recuperação do Teatro da UBRO
viabilizada através da transferência
de índice de construção



Despoluição visual

Instalação de postes ornamentais e
fiação subterrânea



Os trabalhos abarcaram o envolvimento tanto do SEPHAN/IPUF, como também da fiscalização – SUSP. O movimento inicial partiu de um levantamento das irregularidades, desenhadas sobre fotos recentes dos estabelecimentos. Houve a notificação individual de todos os negociantes, quando foi concedido um prazo de 30 dias para a adequação. Surpreendentemente, esta foi ocorrendo sem muitas contestações, pois a limitação das dimensões da propaganda, após o investimento inicial, representa para os comerciantes uma economia de gastos.

Paralelamente foi elaborado um Programa de Recuperação e Revitalização do Centro Histórico (IPUF/SEPHAN, 1999), cujos objetivos contemplavam a “conscientização”, através de uma campanha; a “profissionalização”, através da qualificação da mão-de-obra atuante na execução da recuperação; a “proposta” e “viabilização”, através do financiamento dessas obras; e a “recuperação”, através da estruturação de um banco de materiais, visando o atendimento à prática da execução com soluções específicas mais adequadas.

Outras ações complementaram a valorização do Centro Histórico, a exemplo da retirada da fiação aérea, bem como a instalação de postes ornamentais em algumas áreas.⁴¹ As preocupações também incluíram a questão da adequada acessibilidade aos espaços públicos, sobretudo para os portadores de deficiência, resultando numa proposta de padronização do calçamento.⁴² Para a identificação das edificações históricas foi idealizada uma marcação no piso, na forma de uma bordadura junto ao substrato original.⁴³ Em alguns monumentos foram instaladas placas identificadoras, bem como elaborados folders e cartazes informativos. As obras de restauração se estenderam para além das edificações, alcançando o espaço público, e a praça foi objeto de recuperação.⁴⁴

Através dessas ações de valorização, o casario histórico foi sendo evidenciado, e o centro foi reconquistando sua importância de espaço polarizador. Cresceu o vínculo do cidadão com a sua cidade e ampliou-se a presença da atividade de “lazer e conagração”, a exemplo do que está ocorrendo no Mercado Público, e da assídua frequência a locais públicos tais como o “Senadinho” / Ponto Chic, a Praça XV de Novembro e os largos com mesas para dominó. O cuidado no tratamento do espaço e edificações se reverte no reconhecimento popular, que pode ser atestado pela volta

⁴¹ Foram executados a rede subterrânea, a iluminação pública e os postes ornamentais em parceria com a CELESC.

A proposta inicial era conferir aos novos postes um desenho contemporâneo, criado a partir dos elementos originais existentes, localizados na Praça XV de Novembro. Por motivos econômicos foi decidido pela manutenção do mesmo padrão histórico existente, mantendo-se, como forma de diferenciação, a marcação da data atual na forma. Contribuiu para tal decisão o fato de que os postes existentes já datavam de momentos distintos (1996).

⁴² Foi realizado um projeto de pesquisa e extensão sobre **acessibilidade** entre o DAU/UFSC e o IPUF, com objetivo de auxiliar na compreensão da acessibilidade em espaços público, visando o embasamento de futuras decisões de projeto, com ênfase aos problemas encontrados pelos habitantes portadores de deficiência (coordenação Marta Dischinger) (1996–97).

⁴³ Foi executada uma **calçada modelo** em frente à Câmara Municipal.

⁴⁴ Na recuperação da **Praça XV de Novembro** foi executado o restauro do piso em *petit pavé*, (autoria de Hassis – Hiedy Assis Corrêa, datado de 1965), sob orientação do autor. As obras contemplaram também a recuperação dos bancos, com dizeres de propagandas comerciais da época e o monumento à guerra do Paraguai. Tendo em vista estar exposta às intempéries, excepcionalmente o critério de intervenção foi a repintura, de modo a não danificar o substrato histórico (2000).

de um maior número de usuários ao Centro Histórico de Florianópolis.⁴⁵ O patrimônio, valorizado, incorpora-se à vida do cidadão.

6.6.2 Monumentos e edificações públicas

A ação desencadeada com as edificações privadas estimulou outra frente de ação: a dos monumentos e edificações públicas, cuja importância e complexidade requereram projetos de restauro mais detalhados e um acompanhamento de obras mais assíduo. E quando eram edificações públicas ou de uso coletivo, o próprio SEPHAN/IPUF elaborou os projetos de restauro que objetivavam atender as especiais características dessas intervenções, que necessitavam ser mais cuidadosas. Estes projetos e obras foram também oportunidades de desenvolver pesquisas com controle de qualidade, permitindo ações práticas e conseqüentes reflexões mais profundas sobre intervenções em áreas históricas. E, ao mesmo tempo, didaticamente, serviram de referência para outras obras.⁴⁶

A concretização dessas obras de recuperação é por vezes penosa. Frequentemente apresentando grandes dimensões, nem sempre incorporam uma destinação econômica auto-sustentável que possa vir a ser um suporte para sua recuperação. E raras são as entidades que têm mantido seu patrimônio com obras de conservação regulares.⁴⁷

A falta de recursos tem como conseqüência que várias iniciativas acabam sendo pontuais e de pequeno porte. As dificuldades econômicas e operacionais resultam que muitas sejam clandestinas e, portanto, sem a devida orientação técnica, tendo como conseqüência danos e perdas nestes testemunhos materiais históricos. Por outro lado, os responsáveis por estes bens muitas vezes não compreendem a necessidade da elaboração de estudos preliminares técnicos e de projetos de restauro. Estes, em sua maioria, são projetos demorados e onerosos e os órgãos públicos não têm capacidade de fazer frente a toda esta demanda. Assim, em alguns casos as orientações técnicas são dadas diretamente na obra, independentemente de projetos preliminares norteadores, o que, além de representar uma grande responsabilidade para os técnicos envolvidos, pode causar sérios comprometimentos no andamento dos trabalhos.⁴⁸

⁴⁵ A exemplo do seguinte depoimento informal dado por Maurício PERIN (2000) à autora: *“eu estava andando e parei. Tinha uma sensação boa e não sabia por quê. Estava vendo algo diferente, e demorou para eu me dar conta que eram as casas, que até então estavam atrás dos anúncios...”*

⁴⁶ Destacam-se os seguintes projetos de restauro elaborados pelo SEPHAN/IPUF: Hospital de Caridade; Casa do Vigário da Igreja N. Sra. da Conceição; Teatro do Divino da Igreja São Sebastião do Campeche; Portal Turístico; Igreja N. Sra. das Necessidades e Museu do Presépio.

⁴⁷ Uma das exceções é a Igreja Evangélica Luterana.

⁴⁸ A Capela do Menino Deus foi objeto de projeto preliminar do de restauro (IPUF/SEPHAN, 1990), que se encontrava defasado. Tendo em vista as dificuldades financeiras da Irmandade para elaboração de um projeto executivo atualizado, o SEPHAN/IPUF tem realizado a orientação técnica da obra.

Outro exemplo é a Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, cujo projeto preliminar (IPUF/SEPHAN, 1989) necessita atualização e detalhamento. Porém, a comunidade está encontrando dificuldades em viabilizar a elaboração do Projeto Executivo de Restauro. Neste ínterim tem ocorrido obra clandestina de intervenção no bem, conforme relatado no item seguinte.

Para a viabilização dos restauros, muitos estão sendo realizados em etapas, a exemplo da recuperação da Capela do Menino Deus⁴⁹, do Portal Turístico⁵⁰ e da Catedral Metropolitana.⁵¹ Outras obras encontram-se paralisadas. Este é o caso da Casa do Vigário da Igreja Nossa Senhora da Conceição⁵², da Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão⁵³ e da futura sede do Museu do Presépio.⁵⁴ Algumas nem foram iniciadas, a exemplo do restauro da Igreja Nossa Senhora das Necessidades.⁵⁵ Outras recuperações só foram agilizadas em vista da necessidade de intervenções emergenciais, tal como quando do incêndio do Hospital de Caridade.⁵⁶

As dificuldades na viabilização por parte da comunidade podem ser exemplificadas com o caso ocorrido na Casa do Vigário, da Lagoa. O IPHAN efetuou a doação do madeiramento da cobertura, em vista do comprometimento da

Um outro caso é a **Catedral Metropolitana**, cujas seguidas tentativas de viabilizar economicamente a sua recuperação foram infrutíferas ou causaram danos ao bem. Sem a existência de um projeto de restauro global, só as últimas intervenções foram executadas com projeto executivo de intervenção específica. As intervenções ocorridas na Catedral são relatadas a seguir.

⁴⁹ A recuperação da **Capela do Menino Deus** está sendo executada em etapas pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, compreendendo inicialmente a cobertura (1998–99). Depois, foram executados parte dos elementos artísticos integrados, recomposição do forro da capela-mor, em estuque, pintura interna e externa e projeto luminotécnico (2000).

⁵⁰ O **Portal Turístico** (antiga Hospedaria do Imigrante) está sendo gradativamente recuperado pelo município, segundo orientações técnicas e projeto do SEPHAN/IPUF (1999).

⁵¹ No caso da **Catedral Metropolitana**, as propostas de captação de recursos contemplaram diversas alternativas, incluindo a construção de empreendimentos imobiliários localizados atrás da capela-mor, conectando as duas ruas que a ladeiam. Uma outra proposta foi a construção de lojas comerciais nos muros de contenção do adro frontal. Esta última sugestão foi indeferida pelo SEPHAN/IPUF, tendo recebido apoio de manifestações na imprensa e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. As demais não se viabilizaram.

A realização de intervenção nos elementos artísticos do bem tombado foi problemática e, apesar do embargo municipal, acabou sendo concluída. Sem ter o projeto aprovado e contar com a presença de responsável técnico pelas intervenções, os critérios metodológicos utilizados não correspondiam aos conceitos internacionais de restauração.

Em 2000, revertendo o processo de intervenções realizadas até então, a recuperação está sendo realizada com responsabilidade técnica e acompanhamento do órgão tombador (recuperação da cobertura, reparos nos rebocos externos a base de cal e pintura) (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁵² A **Casa do Vigário** da Igreja Nossa Sra. da Conceição teve várias iniciativas de recuperação: projeto de restauro (SEPHAN/IPUF, 1992); orçamento (SEPHAN/IPUF, 1994); convênio entre Diretoria da Igreja e Associação de Restauração e Preservação da Igreja Nossa Senhora da Conceição-ARPA / IPHAN e IPUF (1997), objetivando sua recuperação. Início do restauro (IPHAN, 1997–98). As obras estão paralisadas.

⁵³ A **Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão** também teve vários momentos de intervenção. Inicialmente, a comunidade recuperou a fachada frontal com auxílio do Estado (1992). Depois, realizou obras irregulares nos elementos artísticos integrados (1994) e no piso (1997), ambas embargadas pelo município. A última intervenção clandestina foi objeto de intervenção do Ministério Público Federal, resultando num Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre o próprio Ministério Público, a Igreja, a FCC, o IPHAN e o IPUF (assinado em 09/06/1997). A Igreja se comprometia a executar as obras de recuperação dos danos realizados, não só do piso, mas a regularização de situações anteriores, já relatadas, que haviam, inclusive, ensejado o esforço municipal na viabilização do projeto do salão de festas da comunidade. Nesta oportunidade foi exigida a realização das prospecções arqueológicas, realizadas pelo IPHAN, que evidenciaram remanescentes de sepultamentos. Houve a regularização das obras do piso (1997) e nova instalação elétrica (1999). Porém, a recuperação do Império do Divino não ocorreu (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁵⁴ A futura sede do **Museu do Presépio** localiza-se em uma grande área verde denominada Bosque Vereador Pedro Medeiros. Em 1978 foi desapropriada da Mitra Metropolitana, pelo município. O projeto e a orientação técnica de restauro são do SEPHAN/IPUF e a execução pela Secretaria do Continente (1999–2000).

⁵⁵ As obras da **Igreja Nossa Sra. das Necessidades** ainda não foram iniciadas em vista da não captação de recursos (Projeto global de restauro, de autoria do SEPHAN/IPUF, encaminhado ao PRONAC/MinC para solicitação de MECENATO, 1998).

⁵⁶ O **Hospital de Caridade**, cujo início de construção data do século XVIII, foi incendiado em 1994. Em função do sinistro, houve ampla mobilização para viabilização dos recursos para a sua recuperação. O Projeto de Restauro foi elaborado pelo SEPHAN/IPUF em conjunto com a FCC, que realizaram o acompanhamento da obra, cuja execução apresentou irregularidades (1994–96) (Arquivo SEPHAN/IPUF).

É de se ressaltar que antes da ocorrência do incêndio houve várias tentativas, infrutíferas, de obtenção de recursos, a exemplo de pleitos junto ao Ministério da Saúde e à Fundação Banco do Brasil.

comunidade com a execução da obra, fato que não se concretizou. Desta forma, o madeiramento ficou armazenado por sete anos, só vindo a ser utilizado quando do restauro executado pelo IPHAN.

Houve situações em que as dificuldades iniciais reverteram em profícuos trabalhos conjuntos, a exemplo do restauro dos elementos arquitetônicos da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.⁵⁷ Outras recuperações foram a UBRO e a Igreja Nossa Senhora do Parto que, pela sua especificidade, serão objeto de análise no item subsequente.

Nas outras esferas administrativas foram realizadas, em âmbito federal, obras de consolidação do Forte Nossa Sra. da Conceição, na ilha de Araçatuba⁵⁸ e, em âmbito estadual, o Palácio Cruz e Sousa foi objeto de estudos técnicos aprofundados. Pois segundo a apresentação do projeto de conservação, ali *“a tecnologia de ponta, tão eficaz nas construções modernas, entrava em conflito com as paredes de pedra e cal de nosso passado”*.⁵⁹

A recuperação dos elementos artísticos integrados teve continuidade na Igreja Nossa Sra. da Conceição da Lagoa, apesar dos períodos de paralisação que antecederam sua retomada definitiva. Após a conclusão, foram elaborados um cartaz e folder explicativo dos trabalhos ali desenvolvidos, que foram selecionados, em âmbito estadual, para concorrer ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.⁶⁰

Na Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito estão sendo iniciadas as obras de recuperação dos elementos artísticos integrados, viabilizados parcialmente através da cessão do quadro de Victor Meirelles de Lima, de propriedade da Irmandade, para o IPHAN.

A dificuldade na conservação dessas edificações monumentais, decorrentes não só da sua viabilização econômica, mas também dos problemas técnicos executivos, teve como consequência o imprescindível empenho das estruturas administrativas que, junto às parcerias comunitárias, freqüentemente tiveram que lançar mão de variadas soluções, às vezes bastante criativas, para contornar os problemas emergentes, cada qual com sua especificidade própria. Porém, foram estes desafios que na prática propiciaram a incorporação de experiências, que possibilitaram o avanço não só nas soluções individuais, como no amadurecimento da política de preservação como um todo.

⁵⁷ O restauro da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito contemplou o restauro arquitetônico, rede elétrica, iluminação de prestígio, sistema de sonorização e pintura. Foi realizada pela comunidade em troca da permuta de índice de construção (1996–98) (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁵⁸ O Forte N. Sra. da Conceição, já anteriormente referido, foi objeto de intervenções na década de 90.

⁵⁹ O projeto de conservação/restauro do Museu Histórico de Santa Catarina/Palácio Cruz e Sousa é embasado em primorosos estudos de identificação, estado de conservação e diagnóstico, desenvolvidos por técnicos da FCC em parceria com a UFSC e o IPHAN (2000). A proposta de recuperação dos jardins do Palácio foi realizada através de um concurso interno para os estudantes de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo referente ao “Projeto paisagístico e ambientação do entorno do Palácio Cruz e Sousa” envolvendo o DAU/UFSC, o IPHAN e a FCC (10–12/1997).

⁶⁰ O restauro dos elementos artísticos integrados da Igreja N. Sra. da Conceição foi iniciado pelo Estado em parceria com a comunidade. Foi em seguida paralisado, já com os altares desmontados. Em 1989, foi retomado pela FCC, em seguida novamente paralisado, só sendo assumido definitivamente pelo município em 1994. Sob responsabilidade do IPUF, através de técnicos do SEPHAN/IPUF, foram executados os seguintes restauros: altares laterais do arco cruzeiro (1994–95); nicho do altar-mor (1995); altares laterais, púlpito, guarda-corpo e urna para acondicionamento de imagem (1996–97). Colaboração financeira do Estado. Em

6.6.3 Critérios de restauração: resgate dos registros da história do bem

A preservação faz com que o processo torne vitorioso o objetivo da proteção. Mas os bens mantêm incorporados diferentes momentos de sua existência, cuja história é importante restituir. As informações provenientes dessa leitura são um parâmetro fundamental para as decisões técnicas orientadoras das obras para sua recuperação. Como exemplo desta postura pode ser citada a recuperação da edificação situada na Praça XV de Novembro, atualmente ocupada pelo Círculo Italiano. Lá havia remanescentes de uma antiga escada, provável acesso ao jardim, mas que posteriormente foi incorporada ao acréscimo da edificação, que apresenta valor histórico-arquitetônico e deve ser mantida. Tendo em vista que, sobreposta a essa escada havia uma inserção recente, destinada às instalações sanitárias, foi deliberada sua substituição por outra inserção, com a mesma função, mas incorporando um desenho contemporâneo. Como elemento condicionante, esta proposta deveria ser independente do substrato original, executada com materiais leves, permitindo uma melhor evidenciação dos remanescentes históricos, bem como atender adequadamente aos aspectos funcionais da edificação. E a escada, mesmo sem uso, permaneceu como testemunho de outro momento histórico da edificação.

O desenvolvimento dos trabalhos possibilitou intervenções mais cuidadosas, tais como a realização de prospecções arqueológicas, que contribuíram para a identificação de estruturas originais ou confirmaram hipóteses levantadas. Assim, ainda na obra do Círculo Italiano, através dos trabalhos de arqueologia, foi encontrada uma estrutura que pertenceu provavelmente a uma edificação anterior, de menores dimensões do sobrado oitocentista atualmente existente.

Também nas obras de recuperação da Igreja Nossa Sra. do Parto, através das prospecções arqueológicas foram comprovadas as informações históricas quanto à ampliação da nave, na década de 70, encontrando-se as estruturas parietais, bem como a soleira do seu acesso lateral. E, na Igreja Nossa Sra. da Lapa, foram evidenciados remanescentes de ossadas, que confirmam a prática dos sepultamentos realizada no interior das igrejas.⁶¹

As prospecções arqueológicas também contemplaram os espaços urbanos que estavam sendo objeto de intervenção, para realização de projetos conjuntos com o IPUF.⁶² Porém, durante a obra de infra-estrutura urbana desenvolvida por empresas estatais foram encontrados remanescentes do sistema defensivo da ilha, de grande importância para a história da cidade. Ao longo do processo não houve o acompanhamento arqueológico, o que

1998 foram executados cartaz e folder referentes à Igreja, bem como houve a seleção para a premiação, já anteriormente referida (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁶¹ As **prospecções arqueológicas** nos restauros das edificações foram realizadas em atendimento à solicitação do SEPHAN/IPUF e estão devidamente documentadas através de relatórios técnicos (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁶² Trata-se das prospecções realizadas por ocasião das obras de recuperação das escadarias do Rosário e Pedro Soares, onde não houve a evidenciação de vestígios significativos.

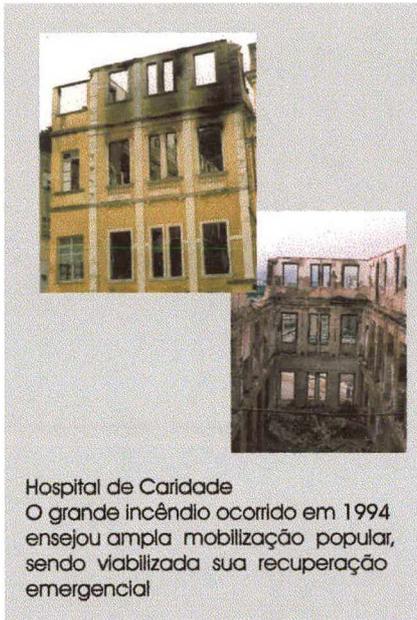
Ações de recuperação: uma parceria



Conjunto arquitetônico Hospital de Caridade

Os estudos para sua valorização resultaram em um importante projeto interinstitucional

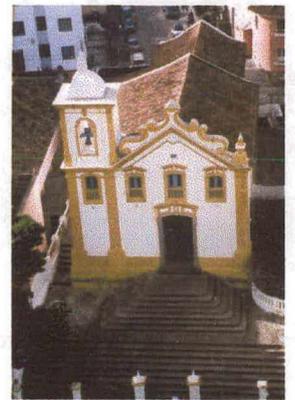
Café Cancun
Antiga Inspetoria de Rios e Portos



Hospital de Caridade
O grande incêndio ocorrido em 1994 ensejou ampla mobilização popular, sendo viabilizada sua recuperação emergencial

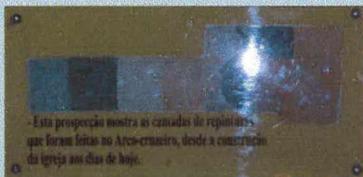


Igreja N. Sra. do Parto

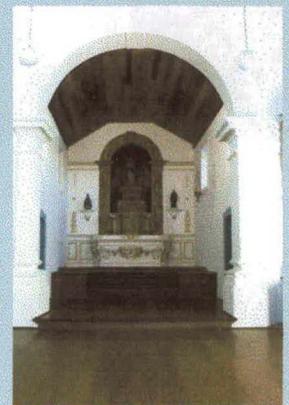


Igreja N. Sra. do Rosário e São Benedito

A recuperação de alguns monumentos envolveu a iniciativa privada, com utilização do mecanismo da transferência do índice de construção



A alvenaria é objeto de tratamento específico são feitas prospecções das cores originais e há a utilização de reboco à base de cal sob orientação do Projeto TerraCal do IPHAN



O restauro dos elementos artísticos foi realizado em várias igrejas sendo viabilizado em parceria com as respectivas Diretorias ou Irmandades

demonstra a necessidade da conscientização, em todas as esferas, da importância de estar atento para eventuais ocorrências quando de intervenções nos subsolos, públicos e privados.⁶³

Idêntico procedimento é adotado também nas prospecções para identificação das diversas camadas de tintas ou da composição das estruturas parietais que, em alguns casos, ficam evidenciadas em uma pequena “janela” na alvenaria, de modo servir de registro das diversas épocas de intervenção. Em caso da existência de pinturas artísticas e decorativas, houve, quando possível, a sua recuperação.⁶⁴

O desenvolvimento dos estudos sob a orientação técnica do Projeto TerraCal permitiu uma gradativa mudança no enfoque da conservação das edificações, havendo a divulgação da importância da manutenção dos substratos originais. E, neste sentido, foram realizados trabalhos de substituição dos rebocos de cimento pelas históricas argamassas à base de cal.⁶⁵

6.6.4 A nova arquitetura se justapondo ao antigo substrato

Os bens culturais estão inseridos no espaço, circundados por um meio natural ou construído que lhes confere ambiência, paisagem e entorno. RUIZ (1997, p.365 a 383) define “entorno” como o conjunto de elementos relacionados ou vinculados a um bem cultural, em consequência das diferentes necessidades de atuação aí incidentes. As exigências derivam da necessidade de sua proteção física; sua significação e visualização; sua utilização ou, ainda, das relações históricas ou culturais relacionadas com seu meio.

Foi com base em reflexões desta natureza que as recentes deliberações quanto ao entorno da ponte Hercílio Luz condicionaram a aprovação do empreendimento a limites de altura que não viessem a prejudicar sobremaneira a apreensão visual do monumento, que também é considerado símbolo do Estado de Santa Catarina. No entanto, a

⁶³ Por casualidade, quando dos trabalhos de drenagem executados pela CASAN, foram encontrados canhões, prováveis remanescentes do antigo Forte Francisco Xavier que se localizava onde hoje fica a praça Esteves Júnior. Posteriormente, os canhões foram instalados na praça, com adequada sinalização.

⁶⁴ Ficaram evidenciadas a composição das alvenarias na Igreja N. Sra. da Conceição e as camadas de tinta na Igreja N. Sra. do Rosário e São Benedito. Foi realizada a recuperação de pinturas decorativas em um cômodo do Circulo Italiano e na Capela Nossa Sra. das Dores da Capela do Menino Deus. Quando a recuperação não foi possível em função do estado de conservação, as prospecções ficaram à mostra através das “janelas” e as estruturas foram consolidadas, aguardando-se avanços na tecnologia de restauro que permitam essa recuperação.

⁶⁵ Segundo KANAN (s/d, p.2) “*um dos problemas da deterioração das estruturas históricas está associado à manutenção e restauração de argamassas, rebocos e pinturas à base de cal. Prejuízos têm sido causados ao tecido histórico pelo uso de materiais de construção inadequados. A substituição de materiais originais por outros mais duros e menos harmoniosos alterou significativamente o caráter de muitas edificações e, em adição, novos e exacerbados problemas de deterioração apareceram*”.

Foi possível realizar trabalhos com argamassa à base de cal na Igreja N. Sra. do Rosário e São Benedito, na Igreja N. Sra. do Parto, na Catedral Metropolitana, no Circulo Italiano (Pça. XV de Novembro, 15 – atual 340) e na futura sede do Museu do Presépio.

delicadeza da topografia onde a ponte está inserida, aliada à sua força simbólica, conferiu uma dificuldade adicional, a esta por si só difícil deliberação.⁶⁶

A insuficiência de algumas áreas de entorno, assim definidas pela legislação, algumas vezes só são constatadas quando da execução dos empreendimentos. Neste contexto podem ser citados exemplos localizados em pontos ambientais importantes no espaço urbano e paisagístico da ilha, a exemplo do edifício situado na cabeceira continental da ponte Hercílio Luz, aprovado segundo os condicionantes legais vigentes à época.⁶⁷

A outra situação de prejuízo de aspectos ambientais ocorreu no entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, situada no alto de uma escadaria, que perdeu seu “fundo” celeste, hoje substituído por um edifício, que, apesar de localizado a grande distância, se encontra no eixo visual do bem tombado.

Também a Catedral Metropolitana, outro elemento simbólico para a cidade, teve a construção das lojas no muro do adro indeferida. A razão para tal deliberação se embasou, entre outras, que sua inserção iria modificar o contexto paisagístico da Igreja, assentada sobre uma colina, pois a visualização do monumento não ocorre só pela fachada frontal, mas também pelas laterais.⁶⁸

Para a viabilização da preservação, em alguns casos foi permitida a construção no próprio terreno da edificação tombada. Assim se viabilizava o mecanismo de transferência de índice no próprio local, através da ampliação da taxa de ocupação. A viabilização já referida do empreendimento do Centro Executivo Casa do Barão foi o primeiro exemplo bem-sucedido neste sentido, tornando-se um marco no processo de preservação, ao qual se seguiram outros exemplos. A recuperação do Santa Catarina Country Club, modelar, foi uma oportunidade de demonstração prática da viabilidade da restauração.⁶⁹

⁶⁶ Em vista do tombamento nas três esferas administrativas, o empreendimento situado à Rua Henrique Valgas foi aprovado não só em âmbito municipal pelo SEPHAN/IPUF – COTESPHAN, mas também pela FCC e pelo IPHAN. Após as aprovações, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina requisitou cópia do procedimento administrativo da aprovação do projeto 22/06/1998.

No entanto, apesar de adequado ao entorno da ponte Hercílio Luz, como resultado das negociações, o entorno da edificação existente no terreno, tombada em âmbito municipal, ficou prejudicado. Como contrapartida ao prejuízo representado para a ambiência da edificação, a aprovação municipal ficou condicionada à recuperação integral do bem histórico, tanto no exterior como no interior. Em vista da legislação vigente, tal exigência garantiu a importante e rara preservação do partido interno de uma residência histórica em Florianópolis (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁶⁷ O edifício Boulevard Hercílio Luz não foi objeto da análise por parte do SEPHAN/IPUF, porque, apesar de a ponte Hercílio Luz já estar tombada em âmbito municipal, a área localiza-se fora de seu entorno. Como a sua aprovação ocorreu em 1993, não houve análise em âmbitos estadual e federal, cujas áreas de entorno são de maiores dimensões, já que esses tombamentos só ocorreram após 1997.

⁶⁸ Deliberação do SEPHAN/COTESPHAN, endossada por publicação de Adolfo NICOLICH (1996), onde considerou que a inserção iria “agredir a topografia do outeiro e descaracterizar o perfil arquitetônico e urbanístico do local, além de desmoronar nossos alicerces históricos”.

⁶⁹ Podem ser citados os empreendimentos localizados nas ruas Bocaiúva, junto ao antigo Bar Katcips (Residencial Katcips); General Bittencourt (edifícios St. Louis e Residência Francesco di Arcene); Visconde de Ouro Preto; Esteves Júnior (Maison Alice Petrelli) e Rui Barbosa (Santa Catarina Country Club).

Algumas situações, ao invés do tradicional afastamento, apresentam elementos de transição entre a edificação preservada e a nova construção, que serve como uma integração entre ambas arquiteturas.⁷⁰ Há também as novas inserções localizadas no âmbito dos conjuntos tombados ou em sua área de entorno.⁷¹ Em ambos os casos é necessário um extremo cuidado no desenho dessas propostas, cuja qualidade também não pode prescindir do acabamento tanto em solução quanto em execução, sobretudo nos pontos de junção das arquiteturas. Este cuidado deve extravasar a edificação, alcançando a área externa, englobando jardins, pavimentações e passeios.

Uma acirrada disputa foi realizada em torno do pátio do Mercado Público, para o qual os comerciantes estavam propondo uma cobertura, visando sua melhor utilização. Tal cobertura seria patrocinada pela indústria de bebidas Antarctica. Após análise do pedido, a posição do SEPHAN /IPUF teve o apoio da COTESPHAN, que definiu que só iria analisar o projeto após sua recuperação e correção das irregularidades existentes, em face de problemas de instalações elétricas, cobertura, estruturas e funcionamento dos boxes e relativos à vigilância sanitária. Na oportunidade foi enfatizada a necessidade de seu uso voltar a ter uma característica de usos típicos de mercado e de cunho cultural. Tal deliberação foi adotada em vista de que alguns problemas persistiram desde a primeira restauração ocorrida na década de 80.⁷²

O SEPHAN entendia que a inserção dessa cobertura não seria recomendável.⁷³ Pois as recomendações internacionais são no sentido de evitar interferências contemporâneas em espaços preservados de modo a manter-se sua historicidade, e as obras de adaptação devem ser limitadas ao mínimo, conservando-se escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas e da organização estrutural. Posteriormente a ACIF coordenou reuniões no âmbito do Núcleo Setorial do Mercado Público e da Alfândega, com o objetivo da realização de uma estruturação no Mercado Público, prevendo a formulação de um Plano Diretor e das reformas estruturais do monumento, embasadas nos relatórios elaborados pelo SEPHAN, Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária.⁷⁴

⁷⁰ Esses elementos de integração são justapostos à edificação antiga e sua altura equivale a da edificação tombada, a exemplo da Escola Menino Jesus, na Rua Esteves Júnior, e da Clínica Interclínicas, na Praça Getúlio Vargas, 23 (atual 312).

⁷¹ Um exemplo de boa inserção é a intervenção realizada na Praça Getúlio Vargas, 10 (atual 138).

⁷² O encaminhamento da solicitação de cobertura do pátio interno do Mercado Público, por parte do administrador do Mercado Público, e a análise da COTESPHAN ocorreram em 1997.

⁷³ Apesar de entender que a cobertura sobre o pátio interno não seria recomendável, o SEPHAN/IPUF a admitia, “desde que de pequenas dimensões e compatível com a arquitetura do prédio”. Deveria ser aprovada após a conclusão das obras de restauração e a regulamentação que disciplinasse as atividades com vistas à manutenção do substrato histórico (Ofício DIREX 223 DE 2/3/2000 do IPUF à Prefeita Municipal. Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁷⁴ As reuniões na ACIF foram coordenadas por Roberto Barreiros, proprietário do Box 32, do Mercado Público, um bar com ênfase na cultura ilhoa, muito freqüentado por moradores e turistas, e que tem valorizado sobremaneira esse equipamento. Essas reuniões contaram com a presença do Dr. Brasil Pinto, promotor do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e autor de uma Ação Civil Pública contra o município de Florianópolis (autos 239 505 5064.8). Essa ação trata da cessão dos boxes, realizada sem prévia licitação do Poder Público.

6.6.5 Desafiando perdas do substrato histórico protegido

A preservação do patrimônio cultural edificado tem como objetivo a manutenção dos substratos originais. As situações de sinistros, ocorridas ao longo desse período, ensejaram reflexões especiais, específicas para cada caso, de parte tanto do SEPHAN como da COTESPHAN e agentes.

Os conceitos internacionais, em situações que envolvem catástrofes recentes, causando destruição de ação rápida, tais como guerras, incêndios, terremotos, admitem, excepcionalmente, a reedificação. Esta geralmente é uma resposta a um anseio popular.⁷⁵ Segundo alguns autores, nesses casos a intervenção pode ser compreendida como recuperação da forma exata do elemento que desapareceu, com auxílio da pesquisa científica das fontes documentais (MÖRSCH, 13). Há outros que admitem que este conceito não engloba necessariamente a aproximação exata à imagem do bem original perdido (PETZET, 15). É fundamental que nestes casos esteja caracterizado que se trata de um acontecimento alheio à vontade, ou seja, não é um ato de vandalismo.

Em Florianópolis há exemplos de catástrofes em bens protegidos. A de maior complexidade e comoção foi o incêndio sucedido no Hospital de Caridade. Debates se sucederam e sua recuperação tinha como premissa conferir as comodidades necessárias ao bom funcionamento de um hospital moderno, aliado à correta intervenção e recuperação de sua arquitetura secular. Neste caso, os critérios de restauração mais severos ficaram restritos a pequenas áreas, tais como o seu hall central de acesso.⁷⁶

Situação similar ocorreu para o caso do Teatro da UBRO, que havia sido um importante espaço cultural de Florianópolis, com a participação de operários, comerciários e funcionários públicos, e que foi praticamente abandonado na década de 70. Em vista do desmoronamento da parede lateral, danificando a estrutura da edificação, os critérios de recuperação contemplaram, não tanto a recuperação da arquitetura, mas do seu uso, privilegiando a instalação de um espaço de espetáculos contemporâneo. Tal orientação se embasou no fato de que aquela edificação já havia sido adaptada à função teatral que, para um bom desempenho, necessita de condições técnicas muito específicas.⁷⁷

Aldo João Nunes, em ofício dirigido ao administrador do Mercado Público, Orestes Mello, questiona posturas que estavam sendo adotadas no monumento. Menciona o “estado de *michórdia*” nele instalado, sugerindo que “qualquer tempo é tempo para se fazer o Mercado funcionar com a finalidade para que foi construído”. Quanto à cobertura do pátio interno, considera que sofreria “modificações no clima geral do Mercado, com conseqüências imprevisíveis”, lembrando que a originalidade do conjunto e de sua memória seriam afetados (ofício datilografado, s/d, ca. 1999) (cópia – Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁷⁵ Os conceitos de reconstrução e reedificação foram explicitados nos princípios básicos e terminologia, constantes na Parte I.

Não será analisada a questão simbólica, inerente aos bens, que de forma mais profunda mobilizou a população pela sua manutenção.

⁷⁶ Segundo o Projeto de Restauo, já mencionado (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁷⁷ O Teatro da UBRO, da década de 20, foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Estado (1992). Neste mesmo ano, houve o desabamento de parte da parede lateral. A viabilização de sua recuperação ocorre, após longa tramitação, entre os anos de 1994–96 por intervenção da SEPHAN/IPUF. Detalhes dessa viabilização são relatados no item 6.8 As fundamentais parcerias para viabilização das ações de preservação.

Em outros casos de graves danos que afetaram as estruturas das edificações, o encaminhamento foi a de recuperar a volumetria original da edificação, optando-se por um novo desenho da fachada atingida, integrada no conjunto urbano, objetivando manter sua compreensão histórica, a exemplo do ocorrido em duas edificações situadas na Rua Conselheiro Mafra.⁷⁸

Entre os critérios de recomposição adotados, foi deliberado pela reconstrução volumétrica do único sobrado existente em Santo Antônio de Lisboa, que estava em arruinamento. Inicialmente depredado devido à lenda que haveria ouro em suas paredes, acabou sendo demolido na década de 70 com alvará da Prefeitura. A definição pela recomposição se justificou, sobretudo pelos anseios da comunidade, que mantinham na memória coletiva a presença do sobrado, que juntamente com a Igreja eram os marcos dominantes na paisagem do núcleo histórico, composto de edificações de um pavimento.⁷⁹

As novas demandas da vida implicam a necessidade de adequações nas edificações. Estas devem buscar caráter de contemporaneidade, ou seja, expressar a marca do tempo em que foram inseridas. No caso do sobrado de Santo Antônio, acima referido, a reedificação foi condicionada à utilização de outros materiais para garantir a visibilidade da verdade histórica, evitando as imitações de estilos arquitetônicos de tempos passados, pois isto resultaria na criação de “cenários”, desvinculados da realidade e momento atuais.

Outro exemplo envolvendo questões de volumetria ocorreu na Igreja Nossa Sra. do Parto. Ali, uma das paredes laterais havia sido demolida para permitir a ampliação do templo. Sem inviabilizar a utilização do espaço que já havia sido acrescido, o critério de intervenção foi o de recuperar parcialmente a volumetria antiga, utilizando para tal materiais contemporâneos.⁸⁰

Há casos de abandono da edificação, onde a omissão do proprietário e o estado de conservação do imóvel podem vir a colocar em risco a integridade física dos transeuntes e do bem. Diante do valor de raridade, aliado à possibilidade real de desaparecimento de uma edificação que apresentava parte de sua cobertura arruinada, a Prefeitura

⁷⁸ No caso da edificação situada na **Rua Conselheiro Mafra 73/75** (atual 509), houve danificação da estrutura em alvenaria autoportante e solapamento do fundamento suporte causado pela força das águas torrenciais das chuvas, percolando entre a parede e o terreno adjacente. Após a emissão de um laudo técnico, que considerava a impossibilidade da manutenção e/ou recuperação em vista do seu adiantado estado de deformação, foi decidida pela demolição das fachadas das duas edificações voltadas para a Rua Conselheiro Mafra. A fachada voltada para a Rua Francisco Tolentino foi recuperada. Obra concluída em 1997 (Arquivo SEPHAN/IPUF).

A edificação localizada na **Rua Conselheiro Mafra, 9** (atual 35) foi severamente danificada pela implosão da edificação vizinha, da CEF (1990). Em vista do estado das estruturas, foi autorizada a demolição da fachada mais recente, voltada para a Rua Conselheiro Mafra, mediante a preservação e o adequado contraventamento das demais paredes (1992). Na ocasião foi objeto de preocupação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (ofício de 17/07/1992). Recuperação ocorrida em 1997 (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁷⁹ Deliberação da COTESPHAN ocorrida a 04/06/1996 (Ata COTESPHAN). Tem o projeto de reedificação aprovado, porém a obra não está concluída.

⁸⁰ A construção da Igreja N. Sra. do Parto aconteceu em várias etapas, iniciadas em 1836. O alargamento da nave central é da década de 70. Para recuperação da antiga volumetria, houve a inserção de uma treliça metálica revestida por material leve (Projeto de recuperação e obras 1998–2000).

Municipal iniciou o processo de desapropriação. O objetivo era viabilizar sua restauração visando contribuir para a revitalização do Centro Histórico e, em seqüência, à expedição do decreto de desapropriação, foram tomadas medidas emergenciais para realização do intento.⁸¹

Essas situações de exceção, resultantes de catástrofes ou de abandono, obrigaram a reflexões aprofundadas para sua solução. Todas tinham como elemento comum a eminência da perda do substrato histórico original remanescente, sendo que algumas incorporavam também o envolvimento emocional da população.⁸² As deliberações, apesar de individualizadas, tiveram como ponto comum a adequação das estruturas históricas danificadas a usos contemporâneos. No entanto, todas intervenções se estruturavam em critérios técnicos fundamentais, orientados pelas estruturas administrativas responsáveis, SEPHAN/ICOTESPHAN.

6.7 A necessária reflexão e compartilhamento para além de Florianópolis

A dinâmica do processo de preservação se faz perceber em ações individuais, institucionais e movimentos populares, além dos segmentos sociais diretamente envolvidos. A partir da década de 90, ocorreram seminários contemplando, entre outras, as questões da integração latino-americana e do meio ambiente associado à cultura e, sobretudo, da gestão dos sítios históricos. Florianópolis passa ser convidada a dar palestras, ressaltando-se os convites para participação na 2ª. Bienal Internacional de Arquitetura e um seminário realizado na cidade do Porto/Portugal.⁸³

No Estado de Santa Catarina outros seminários sobre diversas temáticas, abrangendo desde a questão da influência açoriana na ilha de Santa Catarina, discutem o tratamento do espaço urbano municipal, sua viabilização

⁸¹ Trata-se da edificação sita à **Rua Conselheiro Mafra, 103/105** (atual 619/625). Esgotadas as medidas administrativas cabíveis, o Decreto Municipal 306 de 17/01/2000 efetivou a desapropriação, destinada à preservação do patrimônio histórico municipal. O ato foi justificado nos termos do § 1º. do art. 20 da Lei 1.202/74 (Este parágrafo determina que, em caso de consideradas necessárias obras de reparo no bem tombado, poderá ser solicitada a desapropriação do bem). Após a expedição do decreto de desapropriação foram realizadas obras emergenciais de limpeza, de escoramento e proteção com lona plástica, e contratado um projeto de restauro, objetivando a instalação de um projeto museológico (Arquivo SEPHAN/IPUF).

⁸² A exemplo do Hospital de Caridade, UBRO e sobrado de Sto. Antônio.

⁸³ Entre os seminários ocorridos estão: "I e II Congressos Latino-Americanos sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística" (1991 e 1992); os seminários anuais do ICOMOS abordando questões de patrimônio cultural também com vistas à legislação, meio ambiente e cultura, patrimônio intangível.

Florianópolis participou da 2ª. Bienal Internacional de Arquitetura, que ocorreu em São Paulo (1993), com a Exposição "Projeto Renovar: nossa história viva e a cores". No Porto/Portugal realizou-se o Simpósio Internacional "Patrimônio construído: experiências internacionais" (2000). Os outros seminários e encontros, de abrangência regional, foram realizados em Florianópolis e na cidade de Laguna (nesta última, por ocasião das comemorações relativas às "Semanas Culturais").

As experiências realizadas pelo município foram provisoriamente compiladas em um pequeno documento, **Florianópolis: uma experiência em preservação** (IPUF/SEPHAN, 1995), que tem sido encaminhado, quando solicitado.

econômica através do turismo, chegando ao detalhe, abordado na prática, de técnicas de recuperação dos bens preservados.⁸⁴

No ano de 1994 dois importantes eventos enfocaram o município de Florianópolis, contribuindo para o avanço das reflexões sobre o seu desenvolvimento. No âmbito do desenho da cidade é realizada a I Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis, que concluiu com diversas propostas urbanas, tendo a preservação como um de seus condicionantes. E visando o desenvolvimento turístico do município, a partir de um seminário específico, é instalado o Fórum Permanente de Planejamento Turístico de Florianópolis, entidade que viria oferecer diversas sugestões ao município, promovendo outros seminários nos anos subsequentes, abrangendo não só a temática do turismo, como também o planejamento e a imagem das cidades turísticas. Paralelamente, a Prefeitura Municipal também realizou eventos objetivando reflexões sobre o desenvolvimento da cidade.⁸⁵

No âmbito do desenvolvimento de técnicas de conservação inicia-se o já referido Projeto TerraCal, na Diretoria Regional do IPHAN, de abrangência nacional. Paralelamente é viabilizada a cooperação técnica internacional entre o Brasil e a Alemanha, sob coordenação da 11ª. DR IPHAN e da UFSC, conferindo, também, oportunidade para o aprofundamento das técnicas de restauração. Através de seminários com especialistas alemães são abordadas temáticas específicas no tratamento de madeiras e argamassas. Foram também executados experimentos desenvolvidos em parceria com o governo alemão, com diferentes tipos de rebocos aplicados a alvenarias históricas, tendo como estudo de caso a Fortaleza de Anhatomirim.⁸⁶ E em 1996, outro projeto de intercâmbio técnico realizado entre a Câmara Municipal do Porto/Portugal e a Prefeitura Municipal de Florianópolis possibilita novamente contatos em âmbito internacional.⁸⁷

Todas essas oportunidades de debates e troca de experiências possibilitaram a continuidade das reflexões sobre as questões de preservação, conferindo densidade aos processos desenvolvidos.

⁸⁴ Abordando questões históricas, em Florianópolis houve a realização dos cursos “História de Florianópolis”, promovido pelo IHGSC (1990); “História e Cultura Açoriana”, pelo UFSC/NEA (1993); “Curso de Cultura Açoriana” (1994); “I Encontro Brasileiro de Comunidades Luso-Açorianas”, promoção UFSC (1996), entre outros.

⁸⁵ Ambos seminários são realizados em Florianópolis. A “1ª. Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis” foi uma promoção conjunta do IPUF e da UFSC (1994). O seminário referenciado é o “I Fórum Internacional de Planejamento Turístico da Grande Florianópolis” (1994), que foi patrocinado por várias instituições, tais como Banco do Brasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Empresa Brasileira de Turismo-Embratur, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina-Fiesc, Organização dos Estados Americanos, Sebrae, Varig, com promoção da UFSC. Posteriormente, a Prefeitura Municipal realizou o Seminário “Florianópolis XXI” (1995) e “Planejamento Urbano e rumos da cidade” (1997).

⁸⁶ Foi promovido um Intercâmbio científico Brasil/Alemanha – “Métodos de Preservação e Restauração. Teoria, Pesquisa e Tecnologia para a Proteção do Patrimônio Cultural”, promovido pelo Deutsches Zentrum für Handwerk und Denkmalpflege, em Johannesberg, Fulda/Alemanha. No Brasil houve seminários regionais sobre conservação, análise, diagnóstico e terapia, em especial na área de argamassas, rebocos e madeira, também realizados juntamente com consultoria alemã nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através das respectivas diretorias regionais do IPHAN, e as universidades UFSC e Universidade do Rio Grande do Sul-URGS (1994-96).

⁸⁷ Na oportunidade houve seminários e visitas técnicas de ambas as instituições.

6.8 As fundamentais parcerias para viabilização das ações de preservação

A parceria e a cooperação mútua se desenvolvem com vistas a objetivos comuns.

Ante a ameaça do desaparecimento de elementos materializados da memória individual e coletiva, foi ocorrendo uma gradativa mudança no comportamento e sistema de valores da sociedade florianopolitana. Assim, pôde ser constatada uma crescente conscientização da necessidade da preservação do seu acervo patrimonial, o que provocou a substancial transformação na composição dos agentes envolvidos neste processo. Esta parceria foi conduzida pelas estruturas administrativas de preservação que, ao longo do tempo, com maior ou menor envolvimento, foram respondendo às suas atribuições específicas.

Os resultados desse gradativo processo de conscientização podem ser sintetizados neste comentário realizado por STODIECK (2000) em coluna de jornal. No entanto, é importante lembrar que, mesmo esta edificação, cujo processo de recuperação está sendo enaltecido, foi também objeto de reações contrárias quanto a sua proteção:⁸⁸

“Quantas casas foram sacrificadas em Florianópolis para dar espaço a prédios? Dezenas, todas derrubadas sem quaisquer critérios e, às vezes, na calada da noite, longe da fiscalização, (...) digno de registro, no entanto, a posição tomada pela Construtora Zita, preservando o casarão antigo (incluindo o bosque) que abrigou por um bom período o Santa Catarina Country Club, na Rua Rui Barbosa, onde no passado foi a casa da família Carvalho. Restaurada para ser o salão de festa de um empreendimento, o exemplo da Zita, infelizmente, não foi dado há mais tempo” (STODIECK, 2000).

As parcerias se desenvolveram em várias frentes de atuação: pesquisa, proteção, defesa, recuperação e valorização. A gestão desenvolvida pelos diferentes órgãos executivos foi complementada pela atuação das comissões que, por vezes, se tornaram importantes agentes, contribuindo para a agilidade e operacionalização de algumas questões interinstitucionais, envolvendo as instâncias federais, estaduais e municipais, tais como IPHAN, FCC e IPUF. Essas comissões contavam também com a participação de organizações cuja ação era necessária em situações específicas, a exemplo do Exército como responsável pela guarda das fortalezas.⁸⁹

A indicação de bens a serem protegidos é um dos procedimentos fundamentais em qualquer processo de preservação e é consequência da reflexão de quais valores são importantes e merecedores de uma ação específica. Essa iniciativa geralmente resulta no comprometimento direto dos proponentes quanto ao encaminhamento de questões acerca

⁸⁸ Conforme referido no item 4.7 **Reação aos atos de proteção realizados**, esta edificação foi objeto de ação contra a Prefeitura Municipal, solicitando a anulação do tombamento.

⁸⁹ Além das já mencionadas COTESPHAN, Comissão Municipal de Turismo e NEA, podem ser citadas a Subcomissão Regional de Preservação e Restauração, da 14ª. Brigada de Infantaria Motorizada do Exército, em vista da sua responsabilidade por algumas unidades do sistema defensivo da ilha (1994–99) e a Comissão do Plano Diretor do entorno do Forte São José da Ponta Grossa (1994–96).

desses bens protegidos. Em Florianópolis estes encaminhamentos partiram não só de técnicos diretamente atuantes nas instituições, como também do Executivo, da Câmara Municipal, de cidadãos, bem como de alguns proprietários.

Para as ações de recuperação dos bens protegidos contribuíram não só os proprietários ou responsáveis pelos bens, representados pelas irmandades, diretorias de igrejas, comerciantes e empresários, como também os profissionais envolvidos nas obras.⁹⁰ E, de modo a superar deficiências nas estruturas administrativas públicas, em alguns momentos foi solicitada a parceria de empresas estatais na solução de problemas técnicos, em vista de sua experiência prática e amplo quadro de funcionários.⁹¹

Destaca-se que em algumas situações a viabilização financeira dos restauros ocorreu de forma diferenciada e não usual. Houve a venda ou aplicação do mecanismo de transferência de índice de construção⁹², bem como acordos que envolveram a contrapartida de penalidades ou de limitações urbanísticas relativas ao patrimônio cultural.⁹³

Entre as considerações que embasaram a decisão relativa à suspensão de penalidades, foi considerada como positiva a possibilidade de regularização da situação do terreno, visando a educação e conscientização da população. E, em vista da impossibilidade de aquilatar economicamente o que foi perdido, a solução considerava que a contrapartida da perda de um bem de valor cultural pudesse ser efetuada pela recuperação de um outro patrimônio cultural.

Apesar do esforço conjunto entre diversas instituições envolvidas, a viabilização da recuperação dos bens tombados nem sempre alcançou os objetivos previstos. Destes, alguns projetos foram resultado de uma mescla da atuação institucional e privada, chegando a ser formalizados na forma de convênios.⁹⁴ Também no âmbito das parcerias

⁹⁰ Os eventos das mostras de decoração, apesar dos problemas inerentes a instalações daquele porte, contribuíram para a chamar a atenção sobre as edificações de valor histórico, mostrando que sua recuperação pode ser possível no âmbito da vida contemporânea. Foram realizados os eventos da Casa Arte instalados na Rua Esteves Júnior, 733, antiga Casa do Estudante Universitário—CEU (1995); Santa Catarina Country Club (1996); Café Cancun – antiga Inspetoria de Rios e Portos, na Av. Almirante Lamego (1997) e da Casa Cor, realizada na Antiga Escola de Aprendizes Artífices (BADESC), na Rua Almirante Alvim, 19, atual 491 (1998).

⁹¹ A parceria com as empresas estatais desenvolveu-se em diversos níveis. Assim houve as já mencionadas parcerias com a CELESC, relativa à iluminação pública, bem como a recuperação do sistema defensivo da ilha junto com a Fundação Banco do Brasil. A Eletrosul foi fundamental em vista da consultoria técnica realizada quanto à avaliação de condições estruturais de edificações tombadas em risco, tais como no Hospital de Caridade, na Rua Conselheiro Mafra e na Casa do Barão.

⁹² Tal como os já citados Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (realizada por RCD Empreendimentos Imobiliários), Escadaria do Rosário (viabilizada através da parceria com as empresas Sinduscom e Arquiplast) e Teatro da UBRO e escadaria Pedro Soares. Estes últimos foram o resultado das ações empreendidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do IPUF e da Fundação Catarinense de Cultura, em vista da propriedade estadual da edificação, em parceria com o Consórcio Morro Boeing que, em troca das obras civis de recuperação do antigo Teatro e a recuperação da escadaria da Rua Pedro Soares, beneficiou-se da transferência do direito de construir incidente sobre o terreno do Teatro.

⁹³ A exemplo das já referidas recuperações arquitetônicas do Teatro do Divino da Igreja Nossa Senhora da Conceição e da Igreja Nossa Senhora do Parto. Esta última recuperação foi viabilizada em função da assinatura de um “Protocolo de Intenções” firmado entre a PLANEL Eng. e Construções Ltda. e a PMF e reiterado no “Termo de Ajuste” (11/08/1998) objetivando o restauro da Igreja Nossa Senhora do Parto como contrapartida da liberação do afastamento frontal do edifício vizinho e concessão de seu habite-se (Deliberação COTESPHAN – Atas 06 e 26/04/1991). O projeto e a execução da obra foram de responsabilidade do consórcio entre a PLANEL Eng. e Construções Ltda, a BAUTEC Construções e Incorporações Ltda e a ENGEBRÁS Ind. e Com. Construção Civil Terraplenagem Ltda., sob orientação técnica do SEPHAN/IPUF e colaboração do IPHAN (1998–2000).

⁹⁴ Já foram referidos os percalços do restauro dos elementos artísticos da Igreja N. Sra. da Conceição. Porém, ao longo de todo este tempo havia a parceria com a Diretoria da Igreja, sobretudo após a sua retomada definitiva pelo município, quando, junto com a

públicas, a possibilidade de viabilização de recursos pelo PRONAC/MínC, através dos projetos de mecenato, tem esbarrado na dificuldade de encontrar mecenas para os projetos.⁹⁵ Porém, recentemente, a Caixa Econômica Federal está considerando a possibilidade de financiamentos em condições mais vantajosas, objetivando a recuperação dos centros históricos.

Na defesa do acervo patrimonial destacou-se a atuação do Ministério Público, que tem acionado órgãos públicos e proprietários visando a recuperação do acervo patrimonial. Muitas vezes sua atuação contribuiu para agilizar e definir situações e, em outras, a sua interferência foi decisiva para a recuperação dos bens.⁹⁶ Paralelamente, através dos estudos acadêmicos desenvolvidos, entre outros, pelas instituições de nível superior, foi se incorporando a possibilidade de ampliar reflexões e trocas de experiências através da realização de cooperações com outros centros acadêmicos e de estudos nacionais ou internacionais.⁹⁷

Apesar das dificuldades encontradas, em vários momentos houve uma reversão do processo inicial contrário à preservação, caracterizando que os objetivos a serem perseguidos necessitam ser gradativamente incorporados na compreensão de todos os envolvidos. Este processo ocorrido em Florianópolis acompanhou um movimento mais amplo de caráter mundial, que preconizava a valoração dos aspectos patrimoniais e contemplou inicialmente de forma prioritária

comunidade, através da ARPA, o restauro veio a ser concluído. A *Casa do Vigário*, apesar do convênio realizado, teve suas obras de recuperação paralisadas, como já visto.

O levantamento inicial da antiga *Alfândega de Sambaqui* havia sido realizado pelo SEPHAN/IPUF. A partir de solicitação da comunidade, responsável pela edificação, foi instituída uma Comissão de Restauro coordenada pela UFSC, com participação do IPUF, IPHAN, FCC e moradores (1993–94). O diagnóstico do seu estado de conservação foi realizado a partir de um trabalho desenvolvido em sala de aula, no DAU/UFSC (1997).

⁹⁵ Trata-se dos projetos de restauro arquitetônico referentes ao Casarão do Hospital de Caridade, à Igreja de Nossa Sra. das Necessidades e ao Círculo Italiano (situado na Praça XV de Novembro); este último foi o único que obteve a captação.

⁹⁶ A atuação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina tem ocorrido através da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Centro de Promotorias da Coletividade, sob responsabilidade, respectivamente, dos Promotores de Justiça Antônio Carlos Brasil Pinto, Rui Arno Richter e Alexandre Herculano Abreu. Sua interferência foi fundamental na solução da restauração do atual *Café Cancun* (Ação Civil Pública 23.95.054821.5 e 23.96.028849–1) Atuou na defesa de edificações tombadas na *Rua Trajano, 51* (atual 72), *Rua Conselheiro Mafra, 91A*, *Rua Conselheiro Mafra, 9* (imóvel danificado pela implosão da CEF – Ação Civil Pública 383/92), *Rua Gal. Bittencourt 181/183* (Ação Civil Pública 266/91), *Rua João Pinto, 9*, bem como a já citada ação contra o *asfaltamento dos paralelepípedos situados na malha viária tombada e da concessão de uso dos boxes do Mercado Público* (Ação Civil Pública 23.95.050564–8 e 97.004818–1).

Interferiu, visando a correta recuperação da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, de iniciativa da ACCR (Ação Civil Pública 23.96.035779–5), e, tanto em âmbito estadual como federal, da Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (Proc. Adm. 98/97–28.PJMA). Requisitou esclarecimentos ao SEPHAN/IPUF quanto à aprovação de obras no *entorno da ponte Hercílio Luz* (Proc. Adm. 037/98/28PJMA), nos bens tombados, *residência do governador Hercílio Luz* (Proc. Adm. 005/00–28.PJMA) e *Rua Hermann Blumenau, 44* (atual 236) (Proc. Adm. 033/00–28.PJMA), nas obras de consolidação do *Camelódromo* e na recuperação do *Hospital de Caridade* (Proc. Adm. 31/95–28.PJMA).

⁹⁷ A UFSC desempenhou um importante papel pois, além da já citada atuação na recuperação do sistema defensivo da ilha e no desenvolvimento das atividades do Museu Oswaldo Rodrigues Cabral, realizou seminários e outros trabalhos práticos conjuntos, a exemplo dos já citados estudos sobre acessibilidade nos espaços públicos e os referentes ao Palácio Cruz e Sousa.

A UDESC, sob coordenação da prof. Sandra Makowiecky Salles, incluindo dados das pesquisas desenvolvidos pelo SEPHAN/IPUF, elaborou o estudo *Capela de N. Sra. das Necessidades Sto. Antônio de Lisboa* (1993). Os demais estudos desenvolvidos foram *As igrejas e capelas de Florianópolis: séculos XVIII e XIX* (1994) e *As imagens de valor histórico existentes nas igrejas e capelas de Florianópolis: séculos XVIII e XIX* (1995).

o acervo natural e a questão ecológica, considerados fundamentais para o desenvolvimento dito “sustentável”, e estendendo-se, pouco a pouco, para a valorização dos aspectos culturais.⁹⁸

JOKILETHO (1999, p.62 e 65) considera que o desenvolvimento de áreas urbanas históricas está relacionado à melhoria da qualidade de vida e às necessidades sociais das populações que ali vivem. Desta forma entende como imprescindível o envolvimento da população que, estando consciente do valor patrimonial da área, pode colaborar para a realização de metas definidas de forma conjunta.

Para além da esfera institucional, em Florianópolis houve grupos, associações e manifestações isoladas que, através do sistemático registro do acervo cultural, análise, avaliação, crítica e proposta, representaram uma importante contribuição de complementação ou respaldo à atuação pública. E, de uma forma bastante sutil, estas expressões tiveram um papel preponderante na definição do fio condutor deste processo de preservação. Tal atuação, até então pontual, necessita ser ampliada não só em relação à participação, mas também quanto à sua abrangência e inter-relação com os diversos aspectos da vida cotidiana.⁹⁹

Foi o envolvimento dessa gama de agentes que tornou o processo de preservação do patrimônio de Florianópolis possível. Destaca-se a importância dessa atuação não só quanto ao aspecto físico de sua materialização e continuidade no espaço e no tempo, mas também por oportunizar reflexões, reavaliações e novos enfoques de uma realidade em movimento.

⁹⁸ Entre os casos em que o propósito inicial se reverteu em recuperação dos bens está a citada edificação sita à **Rua Conselheiro Mafra 73/75** (atual 509) que, após a solicitação inicial de destombamento e demolição do imóvel, acabou revertendo em uma recuperação considerada referência para a região. (A solicitação referida ocorreu em 20/12/1994, e já em janeiro de 1995 a arquiteta encaminha ofício informando do início do projeto arquitetônico de recuperação da edificação).

Na edificação sita à **Rua General Bittencourt, 181/183**, uma ação de medida provisional do proprietário contra a Prefeitura não impediu a viabilização da preservação da edificação, juntamente com um edifício residencial.

E o **Café Cancun**, hoje, é um bem-sucedido empreendimento na área do entretenimento.

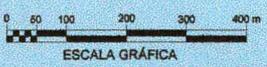
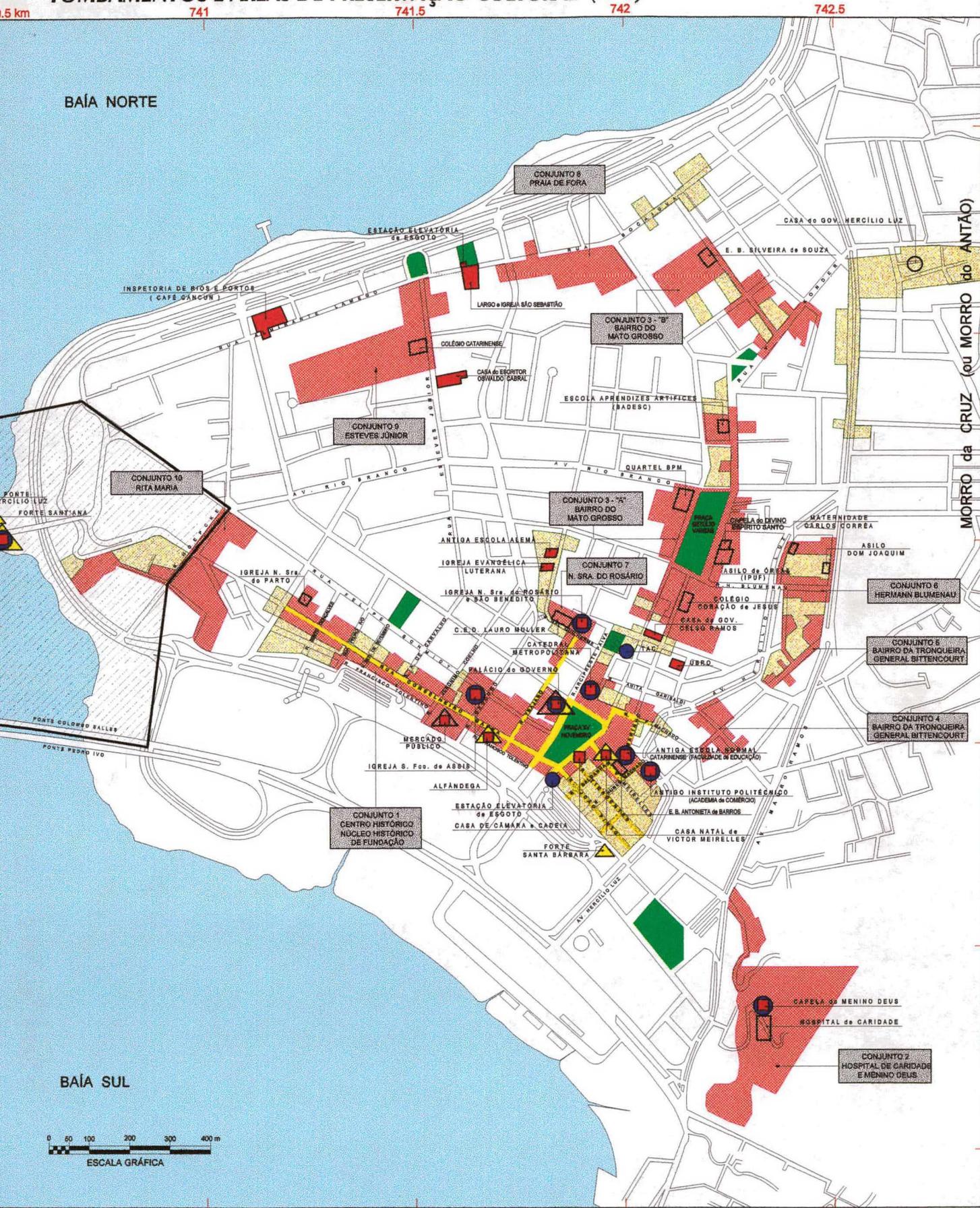
⁹⁹ Além das organizações civis já citadas, houve a atuação do **IAB**, de abrangência nacional.

Como iniciativas pessoais, ao longo de muitos anos, **Adolfo Nicolich da Silva** (Fpolis, 17/10/1921, com curso em ciências contábeis e atuariais, economia política e administração e rádio-amador) é pesquisador de imagens antigas e autor de livros sobre a história de Florianópolis e tem se manifestado regularmente sobre aspectos positivos e negativos da cidade, através da Coluna do Leitor, do jornal O Estado. Foi homenageado com a Medalha de Honra ao Mérito (PMF), Diploma da Câmara de Ponta Delgada/ilha São Miguel e Troféu Mercado Público (PMF/FFC e Global) e Troféu Amigo da Ponte (Fundação Pró-Florianópolis) **ALBUQUERQUE** (1996) se refere a Nicolich como *“uma sonora voz, que emana neste deserto de insegurança e incertezas que nos cercam quanto ao futuro da cidade, que de forma doce, mas energética, sempre nos intima a sairmos deste estado de letargia em que nós, florianopolitanos, nos encontramos”*.

Outro defensor da cidade é **Aldo Nunes** (Fpolis, 03/06/1925), artista plástico, professor, restaurador e museólogo. Retratou a cidade em mais de 2.000 ilustrações (aquarelas e desenhos a lápis ou bico-de-pena). Homenageado em diversas ocasiões – Medalha de Honra ao Mérito (Câmara Municipal de Florianópolis), Medalha Cruz e Sousa (FCC), Medalha do Governo do Estado (27/10/2000), Medalha de Honra ao Mérito (PMF) e placa e na reserva Técnica do MASC – Nunes também faz a defesa do patrimônio cultural em textos, a exemplo das memórias que tem escrito ou ofícios encaminhados aos dirigentes de órgãos públicos.

Aldo Nunes, Nicolich e Theobaldo Jamundá estão citados na placa comemorativa à relocação do **Marco Comemorativo a Dias Velho**, na Av. Beira-Mar Norte, ocorrido em 10/12/1999. Fica assim destacada sua contínua contribuição à cidade através desenhos, fotos e informações que registram e resgatam a sua história.

FLORIANÓPOLIS: ÁREA CENTRAL TOMBAMENTOS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL (APC)



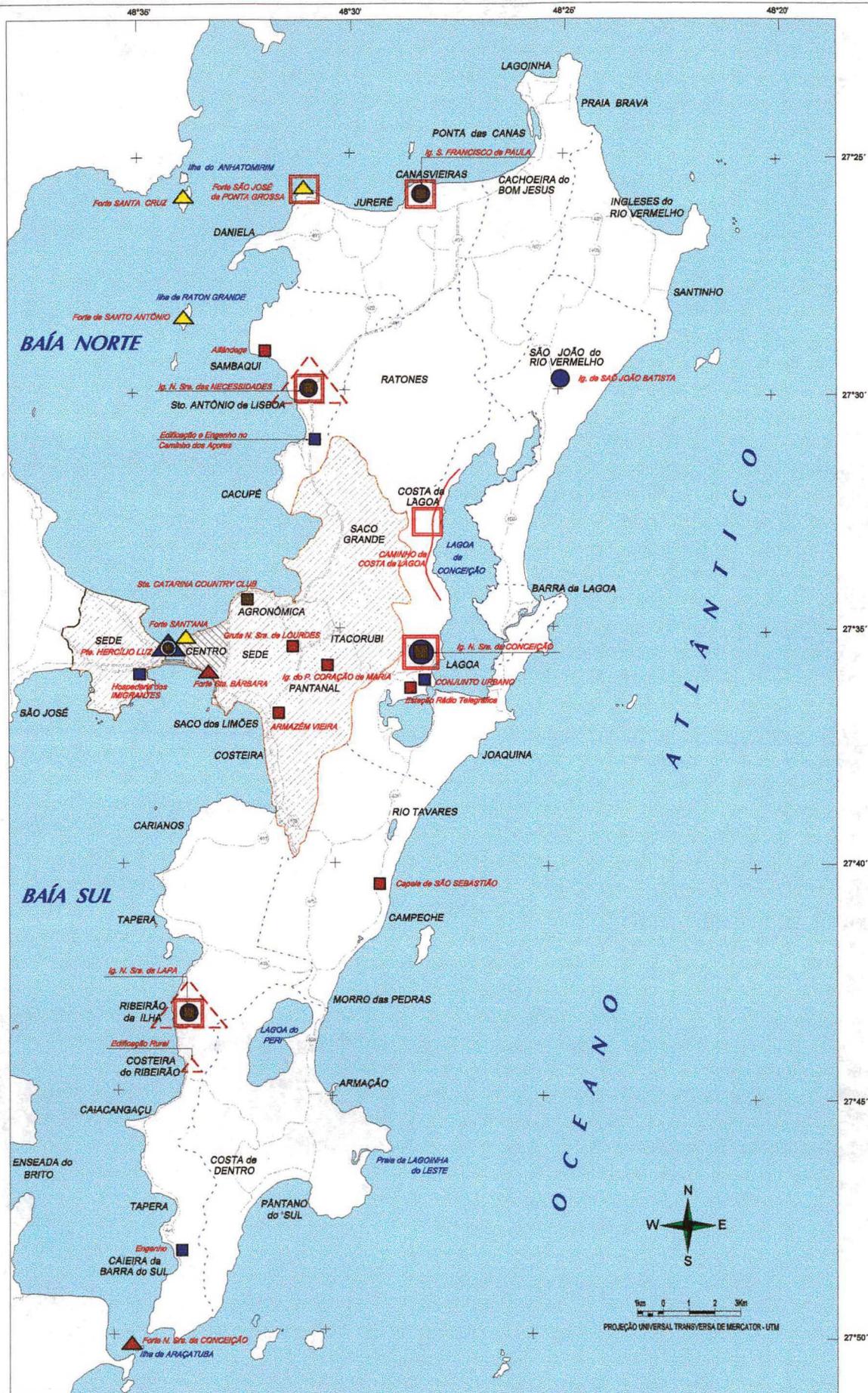
- CONJUNTOS URBANOS (PROTEÇÃO MUNICIPAL)**
- CONJUNTOS TOMBADOS
 - APC (ÁREA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL) (LEGISLAÇÃO URBANA)
 - MALHA VIÁRIA TOMBADA
 - PRAÇAS

- MONUMENTOS**
- TOMBAMENTO FEDERAL
 - TOMBAMENTO ESTADUAL
 - TOMBAMENTO MUNICIPAL
 - TOMBAMENTO EM VÁRIAS
ESFERAS GOVERNAMENTAIS
 - TOMBAMENTOS PROVISÓRIOS
 - ENTORNO DA PONTE HERCÍLIO LUZ

ELABORAÇÃO: **BETINA ADAMS / SUZANE A. ARAUJO**
 DESENHO: **RAFAEL H. BERNAL**
 DATA: **OUTUBRO 2000**
 FONTE: **IPUF / SEPHAN**



ILHA DE SANTA CATARINA: AÇÕES DE PROTEÇÃO POR PERÍODOS CRONOLÓGICOS



- TOMBAMENTO FEDERAL
- TOMBAMENTO ESTADUAL
- TOMBAMENTO MUNICIPAL
- TOMBAMENTO EM VÁRIAS ESFERAS GOVERNAMENTAIS
- TOMBAMENTO PROVISÓRIO

- ÁREA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL (APC)
- ÁREA CENTRAL (detalhada em mapa específico)
- DISTRITO SEDE

- DATA DE PROTEÇÃO**
- 1938 - 1973
 - 1974 - 1979
 - 1980 - 1992
 - 1993 - 2000

ELABORAÇÃO: **BETINA ADAMS**
 DESENHO: **RAFAEL H. BERNAL**
 DATA: **JULHO 2000**

1km 0 1 2 3km
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - UTM

FLORIANÓPOLIS: ÁREA CENTRAL AÇÕES DE PROTEÇÃO POR PERÍODOS CRONOLÓGICOS

0.5 km

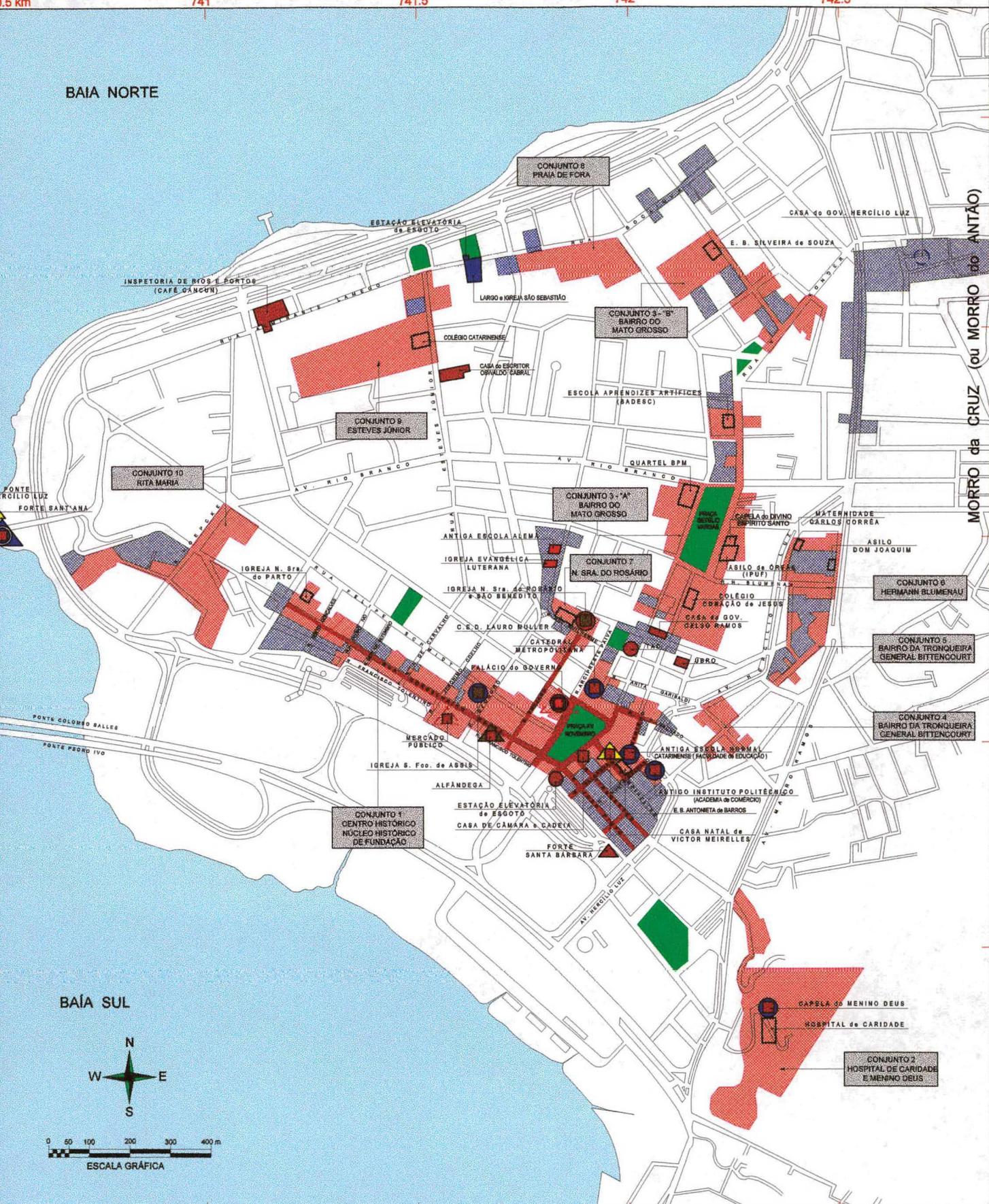
741

741.5

742

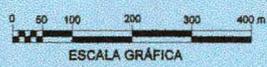
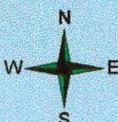
742.5

BAIA NORTE



MORRO da CRUZ (ou MORRO do ANTÃO)

BAIA SUL



0.5 km

741

741.5

742

742.5

CONJUNTOS URBANOS (PROTEÇÃO MUNICIPAL)

- CONJUNTOS TOMBADOS (APC)
- MALHA VIÁRIA TOMBADA
- PRAÇAS

MONUMENTOS

- TOMBAMENTO FEDERAL
- TOMBAMENTO ESTADUAL
- TOMBAMENTO MUNICIPAL
- TOMBAMENTO EM VÁRIAS ESFERAS GOVERNAMENTAIS
- TOMBAMENTOS PROVISÓRIOS

DATA DE PROTEÇÃO

- 1938 - 1973
- 1974 - 1979
- 1980 - 1992
- 1993 - 2000

ELABORAÇÃO: **BETINA ADAMS**

DESENHO: **RAFAEL H. BERNAL**

DATA: **OUTUBRO 2000**

ILHA DE SANTA CATARINA: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



- APP - ENCOSTA
Lei Nº 2.193/85
Lei Comp. 001/97
- PARQUES
- DUNAS

- ÁREAS TOMBADAS
- MANGUES

- DATA DE PROTEÇÃO**
- 1938 - 1973
 - 1974 - 1979
 - 1980 - 1992
 - 1993 - 2000

FONTE: MAPA das UNIDADES de CONSERVAÇÃO-IPUF
Elaboração: OTACÍLIO DA ROSA FILHO
Desenho: VALTAIR HERCÍLIO DA SILVA
Data: JULHO de 1998
PERIODIZAÇÃO: BETINA ADAMS / RAFAEL BERNAL
DATA: JANEIRO de 2001

Tabela 2
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO

PERÍODO	Primórdios do processo de preservação							Municipali- zação	Proteção ambiental urbana			(1) ¹	Inserção no cotidiano: Projeto Renovar						
	(2) ²	37-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69		70-73	74-76	77-79		80-82	83-85	86-88	89-92	93-95	96-98	99-00
CARTAS PATRIMONIAIS																			
Carta de Atenas (1931)																			
Carta de Nova Delhi (Arqueologia) (1956)																			
Carta de Veneza (1964)																			
Compromissos de Brasília e Salvador																			
Convenção UNESCO (salvaguarda pat. mundial)																			
Aprovação da Convenção pelo Brasil																			
Declaração de Estocolmo (ambiente humano)																			
Carta de Nairóbi (conjuntos históricos)																			
INSTRUMENTOS LEGAIS																			
Decreto-Lei 25/37 (Proteção do Patrimônio)																			
Lei 3.924/61 (Arqueologia)																			
Anteprojeto de Lei estadual de patrimônio									X										
Lei 5.056/74 (Proteção do Patrimônio Cultural)										X									
Lei 5.846/80 (Proteção do Patrimônio Cultural)																			
Lei 1.202/74 (Proteção do Patrimônio)																			
Decreto 68/81 (Regulamentação SPHAN)																			
Lei 6.513/77 (Áreas de Interesse Turístico)																			
Lei 7.347/85 (Ação Civil Pública)																			
Constituição Federal (1988)																			
Lei 9.605/98 (Meio ambiente—condutas lesivas)																			
Decreto-Lei 3.551/00 (Patrimônio Imaterial)																			
Legislação urbana																			
Código Municipal (Lei 246/55)																			
Código de Obras (Lei 1.246/74)																			
Lei 1.440/76 (Plano Urbano)																			
Lei 1.516/77 (Áreas Verdes e equipamentos)																			
Lei 1.715/80 (Poligonal dos 30 anos)																			
Lei 2.193/85 (Lei dos Balneários)																			
Lei 3.338/89 (atualização da legislação urbana)																			
Lei Complementar 01/97 (zoneamento)																			

¹ Consolidação do processo de preservação

² Período anterior a 1937

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ³	PERÍODO	37-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-73	74-76	77-79	80-82	83-85	86-88	89-92	93-95	96-98	99-00
MUSEUS																	
Museu Provincial (1879)																	
Museu Histórico e Artístico de SC ⁴				X	X	X	X	X	X	X							
Museu Histórico e Arqueológico de SC			XX	X	X	X	X	X	X	X							
Museu de Arte Moderna – MASC																	
Museu de Armas Major Lara Ribas																	
Museu Victor Meirelles																	
Museu do Homem de Sambaqui																	
Museu do Ribeirão																	
Museu Histórico de Santa Catarina																	
Museu da Imagem e do Som																	
PESQUISA Instituto de Antropologia (UFSC) (depois Museu Universitário O. R. Cabral)																	
CULTURA																	
Diretoria de Cultura do Estado																	
Fundação Catarinense de Cultura																	
Conselho Estadual de Cultura																	
Fundação Franklin Cascaes																	
PATRIMÔNIO / PRESERVAÇÃO																	
Criação SPHAN																	
COTESPHAN																	
SEPHAN (transferência para IPUF e instalação)																	
Escritório Técnico de SC – IPHAN																	
Diretoria Regional de SC – IPHAN																	
Laboratório de Restauro (UFSC)																	
MEIO AMBIENTE																	
FATMA																	
Conselho Municipal de Meio Ambiente																	
FLORAM																	
PLANEJAMENTO URBANO																	
IPUF																	
TURISMO																	
Serviço Estadual de Turismo																	
DIRETUR																	
Conselho Municipal de Turismo																	

³ Só estão relacionadas as alterações significativas das estruturas administrativas.

⁴ Não foi possível verificar se ambos os museus foram instalados.

PERÍODO	37-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-73	74-76	77-79	80-82	83-85	86-88	89-92	93-95	96-98	99-00
ACÇÕES DE PROTEÇÃO																
Ação Federal	4		1					1		1	1	2			1	1
Ação Estadual											2	3			11	
Ação Municipal								6	1	6	6	7+18	3	8	1	3
Edificações							+1 c.				+60	340	(- 60)	amp c.		
Conjuntos							2c.				7c.	4c.	1c.	1c.		
Conjuntos paisagísticos											x			x		
Legislação																
ACÇÕES DE INVENTARIACÃO																
Inventário arquitetônico- Florianópolis																
Inventário de sítios arqueológicos												XXX				
ACÇÕES DE RECUPERAÇÃO																
Sistema defensivo							X XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XX	XX		
Igrejas										XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Demais monumentos públicos											XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Projeto Renovar: Casario											XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Elementos artísticos																
Despoluição visual								XXX				XX	XX	XX	XX	X
ACÇÕES DE AMBIENTAÇÃO URBANA																
Rua Conselheiro Mafra - via pedestres																
Reestruturação do Largo da Alfândega																
Escadaria do Rosário																
Escadaria da Rua Pedro Soares															X	
Proposta: modelo-padrão para as calçadas																
Miramar: concurso público para recriação																
Rede subterrânea e iluminação pública																
Acessibilidade																
CONTRAPARTIDA / INCENTIVOS																
Lei 1.835/82 (isenção IPTU)																
Decreto 40/90 (Regulamentação IPTU)																
Lei 7.505/86 (Lei Sarney)																
Lei 8.313/91 (Lei Rouanet)																
Lei 3.659/91 (Lei Rosalino-incentivo cultural)																
Lei 2.193/85 (transferência de índice)																
Lei 3.338/89 (transferência de índice)																
Lei 10.929/98 (incentivo à cultura)																

CONCLUSÃO

No processo de transformação das nossas materialidades construídas há a permanência, desafiadora e intrigante.

Os objetos, vivos no presente, como integrantes fundamentais das cidades e de sua produção, num momento posterior se tornam obsoletos e descartáveis para as novas temporalidades e entram em conflito entre os diferentes segmentos sociais.

Assim, os fortes, marcos do sistema defensivo de Florianópolis, durante longo tempo perdem sua razão de ser, para depois recuperar outro sentido de existência, como referenciais do turismo e do lazer.

As igrejas, símbolos do poder religioso e da ocupação inicial da urbe, com o *boom* imobiliário têm sua primazia substituída pelos edifícios.

Os sobrados, hoje sem moradias, mantêm a atividade comercial e de serviços, mas agora disputam um espaço intensamente concorrido.

O antigo porto, conexão vital da cidade com o mundo até o início do século XX, permanece destituído de importância. A conexão marítima é substituída pelo elo de ferro representado pela Ponte Hercílio Luz e as vias de concreto que lhe seguem, tornando-se passagem para uma nova concepção de movimento e transporte.

A cidade perde a proximidade com a borda d'água com a desativação do porto, que é aterrado e serve agora não só de passagem, mas também de estacionamento. Perde-se o encanto do movimento das águas e cria-se uma barreira, sem diálogo entre a cidade e o mar.

As plantações são loteadas, os engenhos demolidos e as infra-estruturas urbanas substituídas por tecnologias mais avançadas dos novos períodos sociais que se seguem.

A cidade vai se transfigurando e vão se esvaindo as lembranças materializadas no espaço. E num processo cada vez mais rápido, se perde um sobrado, outra casa, num pontilhamento que vai se espalhando pelo tecido urbano, formando cada vez maiores lacunas, preenchidas pelo “novo”.

Mas alguns desses remanescentes construídos se mantêm. E sua presença ganha novo significado, se não pela incapacidade de substituição, talvez pela sua qualidade construtiva, adaptabilidade ou valor simbólico. Tornam-se nossos patrimônios, adaptando-se ao novo contexto terciário que domina a realidade socioeconômica local.

São lembranças e testemunhos que a emoção e o apego de uns e a compreensão histórica de outros insistem em guardar e salvaguardar para outras gerações.

A trajetória do processo de preservação do patrimônio cultural e natural de Florianópolis inicia-se com a gradativa conscientização cultural. Pois, desde o século XIX, agentes da sociedade catarinense vinham estimulando ações pontuais em prol da cultura em Florianópolis. Nesse período inicial, abrangendo um amplo espectro de atividades, houve a criação de bibliotecas, teatros e museus, que são acompanhados do necessário suporte acadêmico. Repetiu-se, em âmbito estadual, a trajetória federal, onde os grandes museus antecederam à implantação de uma estrutura administrativa voltada especificamente para a preservação. São essas iniciativas que estruturam a produção cultural e possibilitam o desenvolvimento e a valorização das manifestações culturais e da sua pesquisa científica nos períodos subseqüentes.

Porém, a implantação de uma estrutura administrativa estadual voltada exclusivamente para a cultura só veio a ser implantada no final da década de 70, com a criação da Fundação Catarinense de Cultura, ou seja, aproximadamente 100 anos após a criação do Museu Provincial, que possivelmente foi a primeira iniciativa do gênero no Estado. E diferentemente do que ocorre em outros países, onde desde o século XIX há preocupações de inventariação do acervo arquitetônico, tanto no Estado de Santa Catarina como no âmbito do município de Florianópolis só na década de 80 do século XX, iniciaram-se ações sistemáticas com esse objetivo.

A ação de proteção propriamente dita foi desencadeada pela União através do reconhecimento da importância do sistema defensivo da ilha de Santa Catarina, com seu tombamento na década de 30. Destaca-se que esta proteção está entre as primeiras realizadas no Brasil, ocorrendo ao longo do quinto mês de vigência da legislação federal. Foi também dada continuidade à atuação do Governo Federal, que já vinha manifestando preocupação na defesa do acervo patrimonial nacional, contemplando, no século XIX, determinações quanto ao valioso patrimônio arqueológico existente no Estado.

Apesar dos esforços no âmbito da estruturação cultural do Estado e das ações de proteção realizadas, há um descompasso entre a potencialidade política e o processo de preservação ocorrido. Isto talvez possa ser explicado pela política nacional vigente de valorização da produção arquitetônica monumental, aliada à lenta transformação da paisagem e à ausência de profissionais voltados diretamente para a questão da defesa dos valores patrimoniais protegidos em âmbito nacional. No entanto, a presença da União veio a ser indutora para a estruturação das ações estadual e municipal de preservação nas décadas de 70/80, que receberam um reforço adicional com o Compromisso de Brasília (1970), preconizador de um processo descentralizador das ações administrativas de preservação no País, que até então vinham se desenvolvendo quase exclusivamente em âmbito federal.

Foram as ações federais de preservação, em conjunto com a preocupação de segmentos em favor da cultura em seu sentido mais amplo, que antecederam e contribuíram para despertar, em âmbito municipal, o que viria a lastrear uma política mais efetiva de preservação dos bens culturais em Florianópolis.

As transformações socioeconômicas no cenário nacional e local resultaram que, em âmbito municipal, a partir do final da década de 60 do século XX houvesse uma movimentação em prol do planejamento urbano da cidade de Florianópolis. E é nesse contexto que se iniciaram as primeiras propostas municipais para uma instrumentação na área de preservação. Assim, em 1974 foi promulgada a legislação municipal, que se situa entre as primeiras iniciativas municipais no Brasil, pois, diferentemente de outros centros históricos protegidos em âmbito nacional, a exemplo de Olinda e Ouro Preto e, portanto, com maior ingerência federal, em Florianópolis a proteção nesta esfera se restringia a poucos monumentos isolados, dispersos pelo território municipal.

Induzida pela política nacional, instala-se aqui também uma política municipal voltada para a preservação, que nos momentos iniciais atuava através de uma comissão técnica – COTESPHAN. No entanto, as estratégias de atuação ainda se baseavam nos critérios tradicionais de valorização do patrimônio ambiental, dos fatos históricos e do bem monumental.

A criação do IPUF, no final da década de 70 do século XX, possibilitou a transferência do órgão de preservação COTESPHAN para esta instituição e viabilizou a implantação da estrutura administrativa executiva, o SEPHAN. Com a sua inserção na esfera do planejamento urbano da cidade e da legislação urbanística foi dado importante redirecionamento da política de preservação, aplicando em âmbito municipal os novos princípios de preservação preconizados pela Carta de Veneza, marco nos conceitos internacionais de preservação vigentes. Os atos expandiram-se na área de preservação natural. Apresentavam, também, ênfase nos referenciais urbanos da cidade, através da ampla proteção de conjuntos urbanos históricos, incorporando-se ao processo.

A partir da década de 80, a instalação de um Escritório Técnico do IPHAN contribuiu para a institucionalização de uma política sistemática no Estado de Santa Catarina. Por força da existência da estrutura municipal, em pleno funcionamento, as ações federal e estadual concentraram-se no interior do Estado, resgatando, além dos Centros Históricos de origem luso-brasileiras, as correntes migratórias formadoras da ocupação do Estado, vindo a se configurar como uma iniciativa inovadora no campo da preservação da identidade nacional no território catarinense.

A política de preservação apresentou momentos diversificados, ricos e de instabilidade nas três esferas governamentais. Destacou-se, ao longo de todo o período, a importante parceria entre as três esferas administrativas, União, Governo Estadual e município de Florianópolis. Essa parceria desenvolveu-se tanto nos canteiros de obras como nas discussões técnicas da COTESPHAN/IPUF, servindo de referência para muitas posturas adotadas no Estado. Esta cooperação foi fundamental não só para a viabilização das ações, mas também para o aprofundamento das questões técnicas, socioeconômicas e administrativas, necessárias para a consolidação do acervo patrimonial.

Em âmbito municipal foram adotadas estratégias de atuação que sistematizaram ações que abrangem o “conhecer” para “proteger” este acervo patrimonial de Florianópolis. As propostas daí decorrentes, embasadas tanto no saber acadêmico como nos compromissos internacionais têm peculiar significado com o trabalho sistemático dos técnicos da estrutura administrativa municipal, apoiados em consultoria de profissionais alemães, no âmbito de uma cooperação técnica internacional.

As ações de proteção contemplaram o patrimônio privado, não comunitário. Tal fato, aliado à dimensão do acervo protegido, provocou uma reação forte, agressiva dos agentes proprietários e incorporadores imobiliários. O município então ofereceu contrapartidas construtivas e fiscais. Mas as ações de proteção necessitavam se “consolidar” e a reavaliação da trajetória até então desenvolvida permitiu o avanço do processo. A reavaliação do processo burocrático de tombamentos dos conjuntos trouxe importantes aprendizagens aos diferentes agentes públicos e privados.

Realizado conjuntamente com o SEPHAN, a COTESPHAN e os proprietários, este longo e tumultuado processo de reavaliação teve como resultado não só a expressiva manutenção de parcelas urbanas protegidas, mas também marcou o aprofundamento de um diálogo entre os envolvidos no processo. E teve como consequência principal a crescente conscientização da importância do resgate de valores não materiais, como memória e identidade, sintetizados no orgulho reavivado de sua história.

A política de preservação foi se deslocando das ações do “proteger” para o “valorizar” e “recuperar”, objetivando a manutenção, a conservação e a restauração do acervo. O município, mesmo sem recursos e necessitando de parceiros, através do SEPHAN/IPUF lançou o Projeto RENOVAR, iniciado com uma campanha. A veiculação não só

se restringiu à mídia, mas embasou-se em textos explicativos. Logo sua visibilidade foi alcançada através das obras de recuperação, devidamente identificadas com placas que incluíram a marca do projeto, o que vem gradativamente ampliando a consciência da importância e necessidade de valorização, adequação e refuncionalização do bens patrimoniais entre os diferentes agentes sociais e profissionais de Florianópolis.

As ações desenvolvidas se construíram sobre dois pressupostos: o diálogo entre os diferentes agentes e a caracterização de um trabalho técnico realizado com credibilidade profissional.

Ao longo do processo ficou constatado que diálogos só são possíveis a partir da disponibilidade de tentar o exercício, às vezes difícil, de sentar-se na cadeira do interlocutor e chegar a um consenso, se não o ideal, pelo menos o possível, com vistas ao objetivo comum de preservação dos testemunhos patrimoniais de Florianópolis.

Outro elemento de peculiar importância é a marca do Projeto. Foi fundamental para identificar e dar credibilidade às ações técnicas pretendidas e desenvolvidas ao longo do tempo. Neste processo são fundamentais critérios de coerência que assegurem ao proprietário que seu investimento quanto às adequações necessárias será defendido e respaldado pelo poder público, ou seja, são necessárias medidas enérgicas do poder público para sanar os desvios e irregularidades de percurso. Sem esta postura, é quase impossível dar continuidade a um processo que pode, rapidamente, ter severos retrocessos ante, às vezes, só uma postura que caracterize um *"favoritismo"*.

Como exemplo pode ser citado o Projeto de Despoluição Visual, cujo início decorreu, entre outros, em vista da garantia do Executivo Municipal de que as exigências efetuadas às Lojas McDonald's teriam continuidade nas áreas vizinhas.

Contrariamente, em um imóvel localizado num espaço urbano de grande visibilidade, cuja inauguração recebeu grande projeção na mídia, não foi exigida a aplicação integral das regras vigentes para as áreas históricas, toleradas, então, por uma liberação provisória. Tal fato teve como consequência que, em obras vizinhas, cujos projetos de recuperação haviam sido resultado de longos estudos com os proprietários, ante a expectativa da impunidade, não foi realizado o projeto nos parâmetros corretos de recuperação, já aprovados. Pois, em nossa cultura, onde é dado status àquele que segue a *"lei do Gérson e se dar bem"* há um receio enorme de *"passar por bobo"*. Sobretudo se este fato está expresso no espaço público, para avaliação geral e irrestrita.

As ações se multiplicaram e se tornaram mais abrangentes, contemplando tanto o casario como monumentos públicos. Houve a necessidade de o poder público ser indutor de algumas iniciativas, demonstrando, na prática, os objetivos preconizados. Assim, foi realizado o restauro de elementos artísticos e decorativos, bem como foram realizadas prospecções arqueológicas.

Como problema no percurso dessa trajetória, a necessidade de “reciclagem/modernização” induzida pela renovação tecnológica e tendência ao consumo provocou substituições indiscriminadas dos antigos materiais por novos, ditos mais adequados. A materialidade da nossa história tem corrido o risco de ir se perdendo e, em face das radicais obras de intervenção, às vezes ficou reduzida aos tijolos das edificações. Pois no afã dessa nova tendência de valorização da história, às vezes não é dada a devida atenção para a originalidade dos bens culturais, criando-se falsidades históricas que, além de confundir, podem vir a banalizar os elementos originais.

Na prática, a extensa ação de proteção realizada na década de 80 contribuiu para evitar o adensamento da Área Central que, apesar de não ter chegado aos limites de ocupação permitidos pela atual legislação, já apresenta indícios dos problemas de congestionamento que poderão vir a ocorrer.

O acervo patrimonial então protegido contemplou predominantemente as estruturas mais antigas, tradicionais, referentes ao acervo construído representativo do período anterior à década de 30. Assim, é de se destacar que não houve continuidade no processo de proteção desenvolvido até então. A dinâmica do adensamento tem ocorrido sobre as antigas periferias do Centro Histórico, provocando a perda de períodos evolutivos mais recentes da cidade, sobretudo daqueles testemunhos edificadas das décadas de 30 a 50, que não estão legalmente protegidos.

A compreensão de quais objetos deviam ser preservados havia percorrido expressões que abrangiam inicialmente o monumental e histórico, proveniente do período colonial português no Brasil, chegando ao conceito de ambiência e das obras modestas, extraídas do cotidiano. No entanto, no processo de preservação desenvolvido em Florianópolis faltaram o devido destaque e a evidenciação pormenorizada de aspectos específicos dos bens protegidos, a exemplo da qualificação das diferentes produções arquitetônicas como elementos resultantes de contextos culturais particulares.

Assim, também, o entendimento das pessoas, restritas inicialmente a intelectuais, se amplia para o cidadão que habita a cidade. Gradativamente houve um maior número de pessoas participando ativamente nas ações desenvolvidas. São agentes que, isoladamente, por motivos pessoais ou profissionais, ou através dos movimentos organizados, contribuem para a construção dessa trajetória.

Já na última década do século XX, houve o esgotamento do papel interventor do Estado e foram buscadas novas formas de viabilização da manutenção e recuperação do casario. Esta nova situação também provocou alterações na definição das prioridades técnicas de preservação, pois a viabilização ocorre na medida do interesse de quem as patrocina ou da capacidade de convencimento de seus defensores, nem sempre afinados com as reais necessidades de intervenção que seguem critérios de valor ou de maior degradação ou risco. Visando estimular novas iniciativas, foram

criadas premiações, nos âmbitos federal e estadual, que também são formas de divulgar as ações que possam ser referenciais pela sua qualidade.

A trajetória da preservação conduzida pelo SEPHAN/IPUF foi sendo construído sobre variadas inter-relações, que aos poucos foram se inserindo e permitiram sua viabilização.

Inicialmente, a assessoria externa, COTESPHAN, representava a interação intergovernamental e com setores acadêmicos e de organizações profissionais. No desenvolvimento das atividades no âmbito do município, internamente, foram contatados agentes intramunicipais de outros setores da Prefeitura: Câmara, fiscalização, planejamento urbano e tributação, que resultaram na inserção de aspectos de preservação do patrimônio histórico na legislação urbanística e tributária.

Após a identificação do acervo patrimonial, as ações para sua proteção só são concretizadas com o aval do Executivo. Foi necessária a consolidação dessas ações de proteção efetivadas, através da interação com os proprietários, resultando em sua significativa permanência e maior conscientização da importância da preservação.

A partir da década de 90 do século XX as ações de preservação foram incorporadas de forma mais ampla, envolvendo os responsáveis pelos bens protegidos (proprietários, locatários, líderes comunitários ou religiosos), ambientalistas e profissionais liberais envolvidos no processo. Para além das parcerias institucionais, as ações foram complementadas pela atuação defensiva do Ministério Público e viabilizadora dos empresários, que antevêm a inserção do processo cultural na economia do mercado, representado pelo comércio, pelo turismo e pelo lazer.

Situações inicialmente desfavoráveis sofreram reversões positivas.

O trabalho conjunto do SEPHAN/IPUF com os parceiros ocorria não só em comissões, seminários e encontros, mas também nos projetos executivos e nos canteiros de obra. Inseria-se a questão da preservação no cotidiano da cidade.

As mudanças em curso, apesar de provocar a indiscriminada substituição, aos poucos incorporaram a valorização econômica da cultura, como produto de mercado. Empresários, antes adversários, vêm se transformando em parceiros, diante da consolidação da função turística, bem como com a crescente valorização do Centro Histórico como espaço notável.

A redescoberta do Centro Histórico, resultado da ação de despoluição visual promovida pela Prefeitura teve como consequência a valorização deste espaço urbano central. Este fato, aliado à dinâmica de um mundo como que em explosão e em constante substituição das atividades econômicas, teve como consequência que, em vista das ações de proteção, as áreas históricas mantêm o invólucro, ou seja, a paisagem construída, incorporando, no entanto, novos usos, como que uma refuncionalização dos edifícios.

Por longo tempo, a política de preservação ficou vinculada exclusivamente ao IPUF. No final da década de 80 do século XX foi criada a Fundação Franklin Cascaes, responsável, a partir de então, pela produção e dinamização cultural do município. O IPUF, dando continuidade ao trabalho desenvolvido e em face da sua necessária vinculação ao planejamento urbano do município, manteve a política de preservação do patrimônio histórico arquitetônico da cidade.

Diferentemente do que ocorre na esfera estadual, no município há a independência das ações da produção cultural contemporânea em relação àquelas que objetivam a preservação do acervo patrimonial cultural já produzido. Sendo uma a busca do passado para inseri-lo no cotidiano, e a outra uma manifestação da produção cultural em elaboração, apresentam dinâmicas diferentes, necessitando respostas diversificadas quanto a seu gerenciamento.

Na década de 90, as atividades adquiriram uma tal dimensão, que foram criadas estruturas próprias para incrementar a crescente economia na área do lazer e entretenimento, e o necessário aprofundamento de políticas para as áreas de turismo e meio ambiente.

O turismo, considerado um dos importantes vetores econômicos mundiais, foi ganhando espaço na economia da cidade. Simbolicamente, o porto mercantil da ilha foi transformado em porto turístico. Houve uma descoberta de que *“nossa história vale a pena ser apresentada”*. Não só como resgate da memória e crescente valorização junto à população, mas porque tem o potencial de representar um ou dois dias de maior permanência de turistas. A noção de identidade foi ganhando adeptos e o impacto da beleza, recuperada, do casario, bem como sua simbologia transformaram o sonho de alguns e o interesse econômico de outros em prática coletiva de muitos.

A descoberta deste veio conduziu a uma refuncionalização dos objetos. O forte se tornou local de lazer; a igreja foi valorizada culturalmente: as casas abrigaram um comércio diferenciado. O interesse econômico vai permitindo aos poucos a recuperação do acervo.

Há dois movimentos contrários ocorrendo. A presença cada vez mais consciente da necessidade do passado, ao mesmo tempo em que se vive a sua desvalorização diante da imposição da sua substituição pelo novo. Há a inexorável necessidade de renovação, resultando em um processo irreversível, que se faz por si e tem por consequência uma transformação rápida, radical e, muitas vezes, homogeneizante do espaço construído.

Mas a incorporação dos novos valores, a necessidade de procurar as singularidades, valorizando as diversidades culturais, ou seja, a variável que permite a diferenciação dos demais acaba se revertendo em um ganho para a questão do resgate da identidade. E, neste contexto, a preservação pode ser entendida como uma forma de conferir permanência às materializações dos nossos valores.

Cabe, no entanto, a preocupação de que este processo de resgate da identidade e memória, princípio primordial do ser humano, não seja apropriado exclusivamente pelo seu valor econômico. Fica a apreensão do perigo de a “indústria do turismo” transformar a história em cenários desvinculados dos conteúdos, que constituem a essência da nossa existência atual.

A chave para a continuidade da política de preservação certamente passa pela educação.

Educação com vistas a propiciar uma maior consciência de quais valores preservar e, assim estruturada, buscar os meios para sua concretização. A compreensão maior das razões que mobilizam o processo irá agregar novas parcerias e permitirá que o poder público possa se deslocar de seu papel fiscalizador e controlador para o de articulador dos variados interesses. E objetivando a solução de questões pragmáticas, deve ser priorizada a profissionalização na área de preservação. Neste sentido devem ser buscadas: a interdisciplinaridade entre as diferentes áreas de conhecimento, a especialização da mão-de-obra de restauro e o aprofundamento não só das técnicas de intervenção, como dos materiais aplicados no acervo patrimonial.

No âmbito da globalização, o discurso da importância da questão ambiental, da ecologia e conceitos do tipo “o politicamente correto” e “a qualidade de vida” estão se firmando como tendências mundiais, inseridos na mídia diária. O mesmo vem acontecendo, de forma mais sutil, com a valorização daquilo que remete ao passado.

Neste contexto, o interesse pelos “valores culturais” pode ser considerado uma oportunidade, desde que embasado no efetivo resgate desta identidade, da memória, enfim, das raízes que são o suporte de nossa existência. São justamente os substratos históricos que conferem materialidade a essas expressões, um sentido de lugar e identidade às cidades e sua continuidade histórica.

A presença das edificações históricas, testemunhos da passagem do tempo em uma localidade, é essa evidência visível e tangível que necessita ser valorizada, sobretudo nesses tempos de mudanças rápidas.

Florianópolis apresenta uma singularidade que a torna especial, diferente e comove usuários e visitantes. Sua essência foi construída ao longo dos tempos e inserida em um espaço físico extremamente belo que, apesar da especulação imobiliária e da degradação, tem se mantido sólida. Permitiu a construção e a consolidação de qualidades visuais e funcionais, que se mantêm na atualidade e dificilmente podem ser substituídas. Caracterizam sua imagem e identidade e continuam atuando como um fio condutor nas suas expressões contemporâneas.

Essas expressões são, também, sua sedução e seu charme, estímulo necessário que nos faz seguir na luta pela sua permanência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. A defesa da História da Terra. **Carta de Veneza: Revista comemorativa**. Brasil, ICOMOS – Comitê Brasileiro, 1989. p. 22–23
- ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Palestra proferida no colóquio “O DISCURSO GEOGRÁFICO NA AURORA DO SÉCULO XXI”. Programa de Pós-Graduação em Geografia–UFSC. Florianópolis, 27 a 29 nov. 1996.
- ALBUQUERQUE, J. Pires de. Coluna da Carta ao Leitor. **O Estado**, Florianópolis, 24/07/1996.
- AYALA, Walmir. **Martinho de Haro**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1986.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. De Veneza com carinho: o impacto da carta primacial do ICOMOS na Bahia. **Carta de Veneza: Revista Comemorativa**. Brasil, ICOMOS – Comitê Brasileiro, 1989.
- BACHER, Ernst (Org). **Kunstwerk oder Denkmal?: Alois Riegls Schriften zur Denkmalpflege**. Wien: Böhlau Verlag Ges.m.b.H. undCo.KG., Wien, Köln, Weimar, 1995. 239 p.il.
- BAHIA, Eliana Maria. **Perfil de José Arthur Boiteux, um construtor da cultura catarinense**. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- BENJAMIN, Walter (1936). A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: **Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas**. Tradução de José Lino Grünnewald. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.1–28. (Os Pensadores)
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. 136 p.: il.
- _____. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia e Memória**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 2v: 515 p.: il. – 575 p.: il.
- _____. **Discurso por ocasião da inauguração do Instituto de Antropologia**. Florianópolis, 29/05/1968. Arquivo Sara Regina Poyares dos Reis.
- _____. Não tolero os chatos. **O Estado**, Florianópolis, cad. II, p. 8, 30/03/1975. Arquivo Sara Regina Poyares dos Reis.
- _____. Florianópolis: de ontem e hoje. **O Estado**, Florianópolis, 06/09/1972. Arquivo Sara Regina Poyares dos Reis.
- _____. **Anteprojeto de lei: Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Paisagístico do Estado de Santa Catarina**. Arquivo Sara Regina Poyares dos Reis.
- CALDAS FILHO, Raul. **Oh! Que delícia de ilha**. Florianópolis: Paralelo 27/Ed. Lunardelli/Propague, 1995. 136 p.: il.
- CARTAS PATRIMONIAIS (Internacionais e nacionais). In: IPHAN–Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995. 359 p. (Caderno de Documentos nº. 3).
- _____. In: MASCARELLO, Sônia Nara P. R. **Patrimônio cultural: documentos internacionais e nacionais sobre preservação dos bens culturais**. São Leopoldo: UNISINOS, 1986. 125 p.
- CASCAES, Franklin Joaquim. **Ofício Circular nº. 1**. Florianópolis, 15/06/1973. Arquivo Sara Regina Poyares dos Reis.
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1996. 440 p.: il.
- CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (Santa Catarina). **Livro de Atas**. Arquivo do CEC. Florianópolis.
- CORADINI, Lisabete. **Praça XV: espaço e sociabilidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas/FFC, 1995. 157 p.: il. (coleção teses, volume V).

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Diário Catarinense, 1997. 236p. 1v.: il.

_____. Abertura do Simpósio. O primeiro Congresso de História Catarinense. In: **Simpósio comemorativo ao cinquentenário do 1º. Congresso de História Catarinense e 250 anos da presença açoriana em Santa Catarina**, (1998: Florianópolis). Anais. Florianópolis: CAPES/MEC, 1998. 312 p.: il.

_____. **Entrevista concedida pelo Presidente do IHGSC**. Florianópolis, fevereiro 2000.

COTESPHAN–Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (Florianópolis). **Livro de Atas**. Arquivo do SEPHAN/IPUF. Florianópolis.

DÖLLING, Regine. Denkmalschutz und Denkmalpflege in der Bundesrepublik Deutschland. In: **Denkmalpflege in der Bundesrepublik Deutschland**. München: Heinz Moos Verlag, 1974. 127 p.: il.

ERDER, Cevat. **Our architectural heritage: from consciousness to conservation**. Paris: UNESCO, 1986. 236 p.: il. (Serie Museums and monuments: XX).

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental**. Florianópolis: Ed. do autor, 1998. 402 p.: il.

FEILDEN, Sir Bernard e JOKILEHTO, Dr. J. **Evaluation for conservation**. (Resumo datilografado de documento preparatório para “Gerenciamento de sítios do patrimônio cultural mundial”, Unesco, 1992.).

FITCH, James Marston. **Historic Preservation: curatorial management of the built world**. Virginia /EUA: The University Press of Virginia. (1990) 4ª. ed. 1998. 433 p.: il.

FLORIANÓPOLIS / Prefeitura Municipal / IPUF. **Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis**. Florianópolis, IPUF, 1998. 236 p. il.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. 316 p.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, Florianópolis. **Arquivo**.

_____. **Teatro Álvaro de Carvalho (antigo Teatro Santa Isabel): 1875/1986**. Florianópolis: FCC, 1986.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitetura Latino-Americana: textos para reflexão e polêmica**. São Paulo: Nobel, 1989. 149 p.: il.

HÜBENER, Laura Machado. História Econômica e Financeira. In: MELO, Osvaldo Ferreira de (Coord.). **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube Doze de Agosto/I.H.G.S.C./Lunardelli, 1991. p.183–191.

IPHAN–Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995. 344 p. (Caderno de Documentos nº. 3).

IPHAN / 11ª. SR / MinC / Brasil. **Arquivo**.

IPUF–Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / PMF. **Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina: Diagnóstico**. Florianópolis, documento datilografado, junho de 1984.

_____. **Guia ruas de Florianópolis 2000**. Florianópolis: EDEME/IPUF; 1999. 620 p.: il.

_____. (coordenação Vilson F. de Farias). **Recuperação histórico-cultural do Hospital de Caridade**. Fase diagnóstica. Florianópolis, documento datilografado, maio 1987. 7 vol.

- _____. **Revisão do Plano Diretor do Distrito Sede: Diagnóstico (vol.I).** Florianópolis, documento datilografado, 1986. IPUF/SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Arquivo.**
- _____. **Justificativas de tombamento e pesquisas históricas.** Florianópolis: IPUF (documentos datilografados), 1980–2000.
- _____. **Diretrizes para a preservação do patrimônio histórico.** Florianópolis: IPUF (documento datilografado), 1982.
- _____. (ADAMS, Betina; ARAUJO, Suzane Albers). **Florianópolis / Ilha de Santa Catarina: uma experiência de preservação municipal.** Florianópolis: IPUF (documento datilografado), 1995.
- _____. (ADAMS, Betina; ARAUJO, Suzane Albers). **Patrimônio cultural – Florianópolis: Solicitação de linhas especiais de financiamento para as Áreas de Preservação Cultural (APC).** Florianópolis: IPUF (documento datilografado), jul. 1986. 78 p.: il.
- _____. (ADAMS, Betina; ARAUJO, Suzane Albers et al.). **Projeto Renovar – nossa história viva e a cores. Valorização do casario histórico de Florianópolis: manual de recuperação do casario.** Florianópolis: IPUF, 1993.
- _____. (ARAUJO, Suzane, ADAMS, Betina et al.). **Programa de Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Florianópolis.** Florianópolis: IPUF (documento datilografado), set. 1999. 22 p.
- _____. (a) **Reavaliação do tombamento de 10 conjuntos históricos existentes na Área Urbana Central de Florianópolis – 1990/91.** Florianópolis: IPUF (documento datilografado), 1991.
- _____. (b) **Reavaliação do tombamento de 10 conjuntos históricos existentes na Área Urbana Central de Florianópolis / SC: documento conclusivo da 2ª etapa.** Florianópolis: IPUF (documento datilografado), abril 1991.
- _____. **Relatório Conclusivo: Impugnações ao Tombamento.** Florianópolis: IPUF (documento datilografado), 1996.
- JOKILEHTO, Jukka. Management of sustainable change in historic urban areas. In: Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. **Conservation and urban sustainable development: a theoretical framework.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. 254p.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. **Velha Alfândega vai virar palco de cultura.** Florianópolis, 23/05/1975 Arquivo Sara Regina Poyares dos Reis.
- JORNAL O ESTADO. **Hercílio Luz, 50 anos depois.** Florianópolis, 13/05/1976. p. 16.
- _____. Florianópolis, 1/9/88. p. 20.
- KANAN, Maria Isabel. **Corrêa. Argamassas, rebocos e tintas à base de cal.** Laguna: Oficina de Arquitetura / Laboratório de Estudos e Pesquisas, documento datilografado. S/d.
- _____. **Entrevista concedida.** Florianópolis, agosto 2000.
- KIESOW, Gottfried. **Einführung in die Denkmalpflege.** Darmstadt: Wiss. Buchges., 1989. 221 p.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 1996. 553 p.
- LENZI, Silvia. **Entrevista concedida.** Florianópolis, dezembro 2000.
- LINS, Zenilda Nunes. **Faculdade de Educação: projeto e realidade.** Florianópolis: UDESC, 1999. – 2. ed. ampliada e atualizada. 139 p.
- LYRA, Cyro I. Corrêa de Oliveira. **Fala de abertura.** In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Documento final do encontro sobre “Subsídios para uma política de preservação do patrimônio catarinense”, realizado em São Francisco do Sul, 1984.**

- _____. Depoimento acerca da restauração das fortalezas. In: MACHADO, Rosangela M. de Melo. **Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: um panorama**. Florianópolis: Gráfica Editora Pallotti, 1992.
- MACHADO, César do Canto. **Praça XV: onde tudo acontece**. Florianópolis: Insular, 2000. 88 p.: il.
- MACHADO, Rosangela M. de Melo. **Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: um panorama**. Florianópolis: Gráfica Editora Pallotti, 1992. 130 p.: il.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. 256 p.
- MALLET, Rosirene. Museu do Ribeirão: as sombras de uma cultura. **O Estado**, Florianópolis, cad. II, p. 1, 30/03/1975. Arquivo Sara Regina Poyares dos Reis.
- MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política. 1857**. Traduzido por José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 22 p.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991. 143 p.: il.
- MEC/SPHAN/próMemória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória**. Brasília, 1980. 196 p.
- MELIM, Miriam dos Santos. **O patrimônio cultural de Nossa Senhora do Destêrro**. Florianópolis, documento datilografado, setembro de 1991. Volume I.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Avaliação Histórica da Carta de Veneza no Brasil. In: **Carta de Veneza: Revista Comemorativa**. p. 15–17. Brasil, ICOMOS – Comitê Brasileiro, 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. Os efeitos das leis de incentivo. In: WEFFORT, Francisco e SOUZA, Márcio (Org.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998. 470 p.: il.
- MÖRSCH, Georg. Kopieren in der Denkmalpflege? (1989). In: GERNER, Manfred. (editor). **Johannesberger Texte 3**. Fulda: Deutsches Zentrum für Handwerk und Denkmalpflege, 1995. p. 13–14.
- MUSEU DE ARTE DE SANTA CATARINA / Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. **Exposição MASC: 38 anos – 1949–1987**. Florianópolis, 1987. Catálogo da exposição.
- MURTAGH, William J. **Keeping time: the history and theory of preservation in America**. New York: John Willey & Sons, 1997. 246 p.: il.
- MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Arquivo**.
- NICOLICH DA SILVA, Adolfo. (Ver SILVA)
- NUNES, Aldo João. **Entrevista concedida**. Florianópolis, março 2000.
- PAULI, Evaldo. A casa e a pintura de Vitor Meirelles. **Imprensa Nova**, Florianópolis, ano 3, nº. 33, caderno extra, p.s/n, abril 1969.
- _____. **A fundação de Florianópolis**. (1973). Florianópolis: Editora Lunardelli, 1987. 192p.: il.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991. 400p.: il.
- _____. Tradição e Plano Urbano. (1953). In: **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991. p. 355 396.
- OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pós-moderna”**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1998. 150p.:il.
- PEREIRA, Nereu do Vale. **Entrevista concedida**. Florianópolis, abril 2000.

- _____. (Org.) **Memorial histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos**. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997. V.I–II.
- PERIN, Maurício Gappermann. **Depoimento**. Florianópolis, dezembro 2000.
- PETZET, Michael e MADER, Kurt. **Rekonstruktion und Wiederaufbau**. (1993). In GERNER, Manfred. (editor). **Johannesberger Texte 3**. Fulda: Deutsches Zentrum für Handwerk und Denkmalpflege, 1995. p 15–22.
- PIAZZA, Walter Fernando. **Informações cedidas**. Florianópolis, 2001.
- _____. **A colonização de Santa Catarina**. Obra premiada pelo Banco regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Porto Alegre: Editora Pallotti e BRDE, 1982. 311 p.: il.
- _____. **A epopéia açórico-madeirense: 1748–1756**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Editora Lunardelli, 1992. 490 p.:il.
- _____. **Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: estudo histórico-analítico 1896–1996**. Florianópolis: UDESC/IHGSC, 1996. 117 p.: il.
- _____. **O Brigadeiro José da Silva Paes: o estruturador do Brasil Meridional**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio Grande: Ed. da Fundação Universidade do Rio Grande; Florianópolis: FCC Edições, 1988. 172 p.: il.
- _____. O povoamento açoriano. In: MELO, Osvaldo Ferreira de (coord.). **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube Doze de Agosto/L.H.G.S.C./Lunardelli, 1991. 216 p.
- _____. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Editora Lunardelli, 1983. 750p.:il.
- POYARES DOS REIS, Sara Regina. **Entrevista concedida**. Florianópolis, maio 2000.
- _____. (a) **Arquivo**. Florianópolis.
- _____. (b) **“The Donna Thereza Cristina Railway”: memória de uma era ferroviária**. Obra inédita.
- _____. et. al. **Carl Hoepcke: a marca de um pioneiro**. Florianópolis: Insular, 1999. 400 p.: il.
- _____. Ver também SILVEIRA DE SOUZA.
- PRUDÊNCIO, Maria das Graças. **Entrevista concedida**. Florianópolis, abril 2000.
- ROSA FILHO, Otacílio da. **Unidades de Conservação do Município**. Florianópolis: IPUF/PMF. 36 p.il. no prelo.
- ROSSETTO, Lourdes. **Entrevista concedida pela Diretora do Museu Victor Meirelles**. Florianópolis, dezembro 2000.
- RUIZ, José Castillo. **El entorno de los bienes inmuebles de interés cultural**. Granada: Universidad de Granada e Instituto Andaluz del Patrimonio Cultural, 1997. 553p.: il.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil**. Florianópolis: Insular, 1996. 96p.
- SCHMITZ, Paulo Clóvis. **Pequena história do Teatro Álvaro de Carvalho**. Florianópolis: Paralelo 27 / Fundação Catarinense de Cultura, 1994. 88p.: il. (Série Cultura Catarinense, v. 1).
- SILVA, Adolfo Nicolich da. **Entrevista concedida**. Florianópolis, maio 2000.
- _____. **Ruas de Florianópolis: resenha histórica**. Florianópolis: FFC, 1999. 101 p.: il.
- _____. **Florianópolis: a história de uma cidade**. Florianópolis: Papa-Livro, 1995. 196p.:il.
- _____. Coluna da Carta ao Leitor. **O Estado**, Florianópolis, 12/07/1996.
- SILVEIRA DE SOUZA, Sara Regina. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina – séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: IOESC, 1981. 260 p.: il.
- _____. **As fortificações catarinenses: notas para uma revisão histórica**. Florianópolis: s/n, 1991. 76 p.: il.

- _____. Entrevista. In: *Jornal de Santa Catarina. É preciso salvar estas relíquias*. Florianópolis, 14–15/07/1974. Arquivo Sara Regina Poyares dos Reis.
- _____. E, agora, Nossa Senhora da Lapa? In: *A Verdade*. Florianópolis, n. 15, p. 53, novembro de 1979. Arquivo Sara Regina Poyares dos Reis.
- _____. Ver também POYARES DOS REIS.
- SIMON, Lilian Mendonça. Preservação Cultural em Santa Catarina. In: *Leia-sE*. Florianópolis, p. 23–24, 1994.
- _____ e VIEIRA FILHO, Dalmo. Justificativa para a criação do Centro Estadual de Preservação Cultural (CEPC) ou Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (IEPC). Florianópolis, documento datilografado, janeiro 2000.
- SOARES, Doralécio. 50 anos da Comissão Catarinense de Folclore. In: *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*. Florianópolis, ano 34, n.º 50, 1998. p. 9–12.
- SOUSA, Abelardo. *A Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina e seus titulares*. Florianópolis: Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, março de 1975.
- SOUZA, Alcídio Mafra de. *Guia dos bens tombados: Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992. 152 p.: il.
- SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, 1982.
- STODIECK, Paulo. Coluna do jornal. *O Estado*, Florianópolis, 02/2000 (Arquivo SEPHAN/IPUF).
- SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano: a via de Contorno Norte Ilha*. 1994. Dissertação (Mestrado) – FAU / Universidade de São Paulo. São Paulo.
- TOLEDO, Benedito Lima de e CARVALHOSA, Modesto. *Anteprojeto de lei: dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano do município de São Paulo, estabelecendo procedimentos de listagem de imóveis, direitos de uso e ocupação do solo, no que respeita a esses bens, incentivos a sua preservação e respectivas sanções*. São Paulo, documento datilografado, 13/07/1982.
- VALENTIANUS, THEODOSIUS e ARCADIUS, Imperadores. Édito de 17/07/389. In: DÖLLING, Regine. *Denkmalschutz und Denkmalpflege in der Bundesrepublik Deutschland*. In: *Denkmalpflege in der Bundesrepublik Deutschland*. München: Heinz Moos Verlag, 1974. 127 p.: il.
- VERAS VEIGA, Eliane. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis, Editora da UFSC/FFC, 1993.
- VIEIRA FILHO, Dalmo. Depoimento acerca da restauração das fortalezas. In: MACHADO, Rosângela M. de Melo. *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: um panorama*. Florianópolis: Gráfica Editora Pallotti, 1992.
- _____. *Entrevista concedida pelo Superintendente da 11ª. SR do IPHAN*. Florianópolis, 2001.
- _____. *Sobre a idéia de preservação do patrimônio histórico e artístico do Brasil*. Documento datilografado. S/d.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène. On restoration. (1869–74) In: ERDER, Cevat. *Our architectural heritage: from consciousness to conservation*. Paris: UNESCO, 1986. 236 p.: il. (Serie Museums and monuments: XX). p. 193–208.

ANEXOS

Tabela 3

COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL IPUF: SEPHAN E COTESPHAN

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
PREFEITO (*) nomeado (**) substituto	Nilton Severo da Costa (• 21/11/73-17/03/75)	Waldemar J da Silva Filho (** 03/75-06/75) Dib Cherem (• 06/75-09/75)	Esperidião Amin Helou Filho (• 06/09/75-14/08/78)		Nagib Jabor (**08/78-01/79) Almir Brito (**02/79)		Francisco de Assis Cordeiro (• 21/02/79-12/04/83)
SPHAN / COTESPHAN							
PRESIDENTE				João Aderson Flores			Antonio Felix de Souza Amorim Neto
Até 1979 Secretário da SESAS- Secretaria Municipal da Educação, Saúde e Assistência Social	Volney da Silva Millis						
Após 1980 Presidente do IPUF- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis				Francisco de Assis Cordeiro (05/77-02/79)		Fernando Ferreira de Mello (04/79-08/80) COTESPHAN 03/1980 a 06/1980	Etiene Luiz Silva (03/79-08/80)
SPHAN	O SPHAN NÃO FOI IMPLANTADO						
COTESPHAN	Início das atividades a 24/06/74 ¹						
UFSC			18	26	28	18	08
	Historiador Carlos Humberto Pederneras Corrêa (Até 05/79)						
UFSC	Sociólogo Nereu do Vale Pereira						
UFSC	Historiadora Sara Regina Silveira de Souza (Até 02/77) Arquiteto David Ferreira Lima						
Arquiteto	Arquiteto Moyses Liz (a partir de 03/77)						
Procuradoria do Município	Advogado Juarez Mey de Souza Advogado José Ouiriques Fernandes (a partir de 03/77)						

¹ O Decreto Municipal 31 de 30/03/77 designa os cinco membros da COTESPHAN.

Tabela 5 a
COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA FEDERAL
IPHAN: Superintendência Regional

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
PRESIDENTE	José Sarney (1985-90)	Fernando Collor de Melo (1990-92)	Itamar Franco (1992-94)	Fernando Henrique Cardoso (1995-)										
MINISTÉRIO	MinC													
MINISTRO	José A. Oliveira	Francisco Correa Weffort												
	Secretaria da Cultura Ipojuca Pontes													
ÓRGÃO FEDERAL	IPHAN													
Secretário	A. C. Silva Telles	Lélia G. Soares	Jayme Zettel	Francisco M. Franco	Glauco Campello									Carlos Henrique Heck
Presidente	FNPM													
	A. C. Silva Telles Ítalo Cam-pofiorito													
Superintendência Regional	12ª. DR¹⁴													
Coordenador Superintendente	Dalmo Vieira Filho	Miriam Melim	Melim / Kanan	Edna Morley	Morley / Vieira Filho.	Dalmo Vieira Filho							Lilian M. Simon	
Divisão Técnica	Arquiteto Dalmo Vieira Filho	Arquiteta Maria Isabel Kanan	Roberto Tonera	Arqueólogo Rossano L. Bastos	Arquiteto Dalmo Vieira Filho	Lilian M. Simon							Lilian M. Simon	
	Arte educadora Lourdes Rossetto Adm. Luis R. D. dos Santos													
	Arqueóloga Edna June Morley Museóloga Angela Paiva													
	Arquiteta Cintia Costa Chamas													

¹⁴ A 11ª. Superintendência Regional foi criada em maio de 1989, com o nome de 12ª. Diretoria Regional, após 11ª. Coordenadoria Regional.